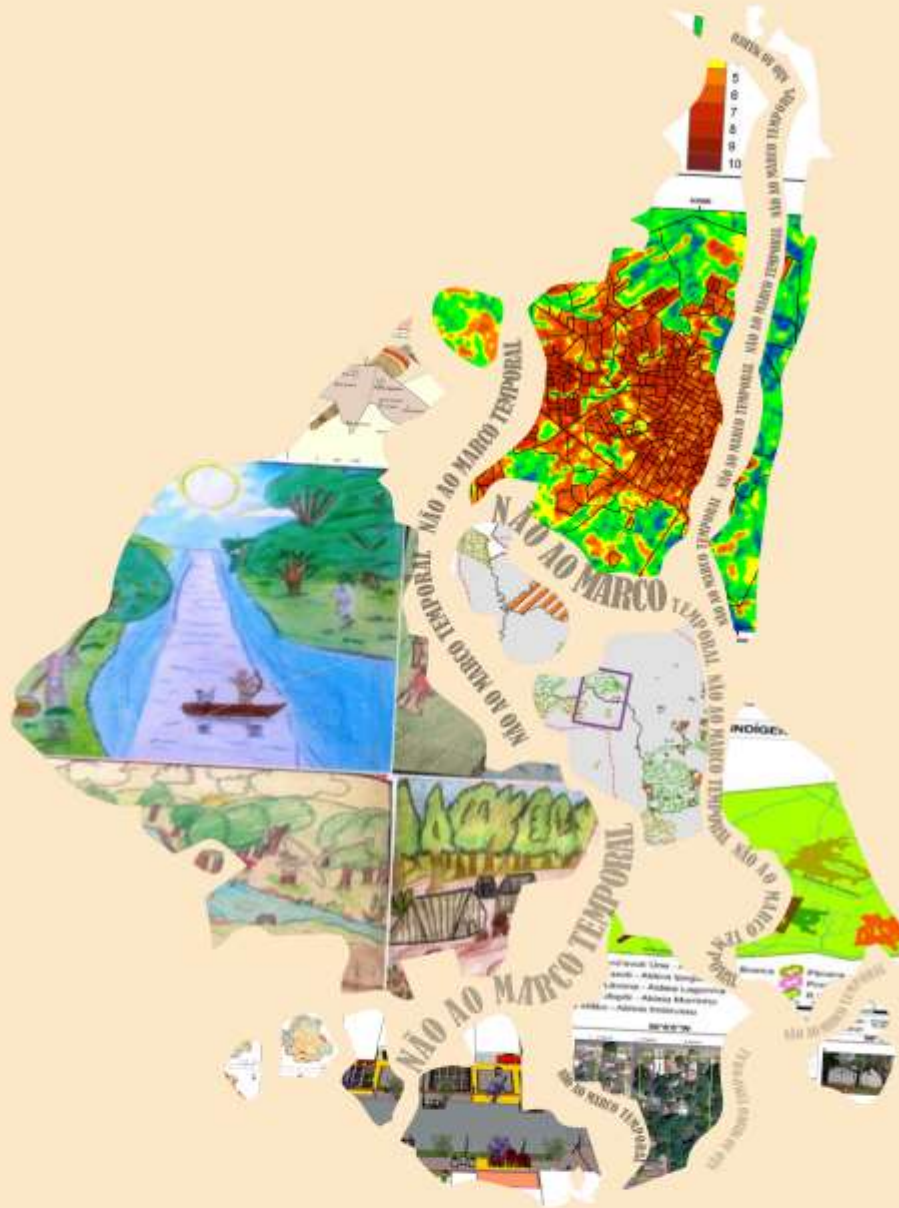


ENTRERLUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 14 | número 27 | 2023



ENTRE-LUGAR

v. 14, n. 27



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 14, n.27, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Reitor: Jones Dari Göettert

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia: Charlei Aparecido da Silva

COED

Coordenadora Editorial: Marise Massen Frainer

FCH

Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, Marisa de Fátima Lomba de Farias

REVISTA ENTRE-LUGAR

Editores: Charlei Aparecido da Silva e Lisandra Pereira Lamoso

Editora convidada Patricia Silva Ferreira

CAPA

Patricia Silva Ferreira e Charlei Aparecido da Silva, criada a partir das figuras presentes nesta edição. Frase de Ailton Krenak.

EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Patrícia Silva Ferreira e Charlei Aparecido da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes (UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Piñon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp).

COMISSÃO INTERNACIONAL

Adriano Rovira (Instituto de Geociências da Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidad Nacional de Asunción – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autónoma do México (UNAN), Maria Laura Silveira (Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Università di Genova - Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (Universidad de Santiago de Compostela - USC/Espanha)

Entre-Lugar [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Ano 1, n.1 ([jan./jun.], 2010)- . – Dados eletrônicos. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2010-Semestral.

Modo de acesso: Word Wide Web:

< <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar> >

ISSN 2176-9559 (online).

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Universidade Federal da Grande Dourados – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.
-

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.

Alisson Antonio de Souza – CRB1 2722

ENTRE-LUGAR

v. 14, n. 27



UNIVERSIDADE FEDERAL

DA GRANDE DOURADOS

Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 14, n.27 - 2023.

ENTR[E]LUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 14 | número 27 | 2023



SUMÁRIO

P.

EDITORIAL

Do tempo do viver-fazer ao tempo de Godot.....08-13
Charlei Aparecido da Silva, Patrícia Silva Ferreira

ARTIGOS

Os processos de multipolaridade territorial e religiosa na comunidade quilombola Maria Theodora (ACTHEO) no município de Corumbá-MS..... 15-37
João Batista Alves de Souza

A gastronomia enquanto atrativo cultural em Campo Grande – MS: um estudo de caso da Avenida Bom Pastor.....38-62
Bruno de Souza Lima, Anadir Saraiva, Marta Regina da Silva Melo, Daniela Sottili Garcia

Análise da temperatura de superfície na área do Parque Nacional das Emas e sua zona de amortecimento.....63-86
Germano Silva Albuquerque, Alécio Perini Martins

Diagnóstico da distribuição espacial da intensidade das ilhas de calor superficiais e da vegetação em Presidente Prudente–SP/Brasil.....87-109
Luana Novais de Andrade, Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim

A implementação do novo currículo de Teresina no componente de Geografia e seus impactos na prática docente.....110-130
Danielly Borges de Sousa, Sara Raquel Cardoso Teixeira de Sousa, Thais Costa Medeiros, Carlos de Oliveira Bispo

ARTIGOS – SEÇÃO TEMÁTICA

Temáticas indígenas em áreas de fronteira

A dinâmica de uso da terra em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na fronteira de Antônio João-MS e Paraguai.....132-145

Patrícia Silva Ferreira e Charlei Aparecido da Silva

***Kinikinau*: dinâmica territorial nos processos e vivências.....146-168**

João Evaldo Ghizoni e Jones Dari Goettert

Nós Guarani-Kaiowá rezamos para a terra e as sementes: a memória ancestral pela vida frente à ofensiva do agronegócio.....169-190

Gislaine Monfort, Germano Lima Alziro e Juliana Grasiéli Bueno Mota

A etnografia Terena: terra e território.....191-207

Paulo Baltazar, Marcos Mondardo e Celma Francelino Fialho

A Geografia que se ensina nas escolas indígenas de Mato Grosso do Sul: desafios e práticas de resistência.....208-228

Solange Rodrigues da Silva e Flaviana Gasparotti Nunes

A escola e o território como sentido dos territórios etnoeducacionais – TEE: aspectos de conformismo e resistência no TEE Cone Sul (MS).....229-260

Elaine da Silva Ladeia e Silvana de Abreu

NOTA DE PESQUISA

O papel do Estado na reconfiguração territorial da dinâmica econômica no Centro-Oeste brasileiro.....172--181

Umberto de Andrade Filho

RESENHA

Diferentes olhares em Geografia: O ensino de Geografia Física..... 183-187

Edson Soares Fialho

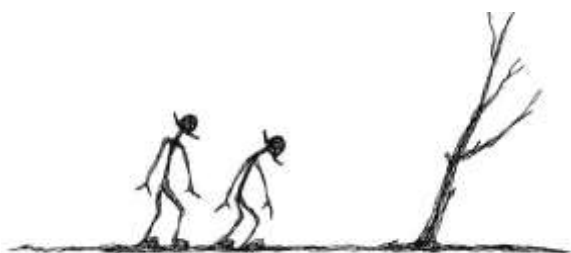
EDITORIAL

EDITORIAL

Do tempo do viver-fazer ao tempo de Godot

A Revista Entre-Lugar apresenta a todos/as o primeiro número de 2023, sua vigésima sétima edição. A publicação é resultado do empenho dos autores, dos pareceristas e do apoio técnico recebido da Editora da UFGD, a qual tem dedicado esforços para manter a qualidade e o funcionamento do portal de periódicos. Esse registro do papel desempenhado de forma institucional e coletiva se faz importante e deve ser constante em todas as edições.

Iniciamos este editorial pensando em Godot, no tempo de Godot, personagem criada por Samuel Beckett e presente na peça de teatro homônima publicada no ano de 1952. Aqui e neste momento ousamos dizer que a espera por Godot é uma constante, ainda se faz presente nos desafios postos em uma sociedade na qual a construção de princípios equânimes nunca se totaliza, não são concluídos. A ideia do tempo-Godot é que não há o tempo da espera e sim o aqui e agora; é o tempo que deve incorporar ideais e necessidades do presente, sem esquecer o pretérito. Pensamos que o tempo-Godot está na busca de princípios ainda em construção; cuja desconstrução de conquistas e ideais insiste em serem desfeitas de tempos e tempos; na insistência e na perseverança necessária para lidar com retrocessos e na ambiguidade de uma sociedade que insiste em não se reconhecer no seu tempo histórico-social. É como se os arranjos sociais, na tessitura da vida não possam incorporar a ideia da mudança, de justiça socioambiental, de igualdades nos mais diversos aspectos e mesmo naquilo que incorpora a mobilidade social. Neste sentido que devemos pensar em Estragon, nos parece que sua fala é o fazer, a insistência do pensar e do fazer:



[...] ESTRAGON Ele devia estar aqui.
 VLADIMIR Não deu certeza de que viria.
 ESTRAGON E se não vier?
 VLADIMIR Voltamos amanhã.
 ESTRAGON E depois de amanhã.
 VLADIMIR Talvez.
 ESTRAGON E assim por diante.
 VLADIMIR Ou seja...
 ESTRAGON Até que ele venha.[...]

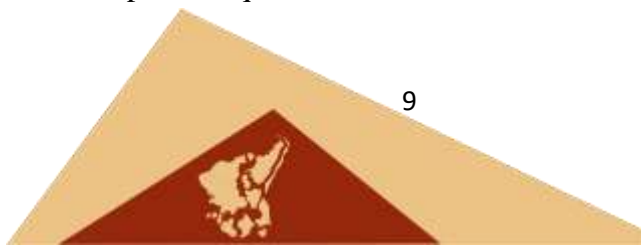
Trecho da peça Esperando Godot
 de Samuel Beckett (1906-1989)

O tempo-Godot nos leva a escolha da epígrafe da capa se entrelaça com os propósitos desta edição e a Seção Temática proposta. A frase da capa é de Ailton Krenak, líder indígena e escritor brasileiro. Conhecido por sua defesa incansável dos direitos dos povos indígenas e da preservação ambiental. Krenak promove uma série de reflexões profundas sobre o modelo de sociedade em que vivemos, trazendo à tona questões urgentes, como a dilapidação dos recursos naturais, o genocídio indígena e a busca por alternativas mais equitativas. A voz inspiradora do autor é a voz de Godot, do tempo-Godot, nos convida a repensar nossa relação com o meio ambiente e com os povos originários buscando uma convivência mais respeitosa que leve em consideração todas as diferentes culturas que compõem o tecido social brasileiro.

A edição conta com uma editora convidada, a pesquisadora Patrícia Silva Ferreira, pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Sua participação e envolvimento na coordenação, revisão e editoração dos artigos selecionados para essa seção temática foram de essenciais. A pesquisadora assina também este editorial. Aos leitores são apresentados textos inéditos, oriundos de pesquisa realizadas em diversas partes do Brasil e no exterior; nas regiões norte, sudeste, centro-oeste e no Paraguai. Temas diversos que demonstram a diversidade dos estudos geográficos e suas áreas correlatas. Agradecemos os autores e autoras por escolherem a REL para publicarem os resultados de suas pesquisas.

Falemos um pouco dos artigos recebidos e aprovados no fluxo contínuo. O artigo **“Os processos de multipolaridade territorial e religiosa na comunidade quilombola Maria Theodora (ACTHEO) no município de Corumbá-MS”** explora os deslocamentos das famílias quilombolas e os fluxos das cerimônias religiosas entre as Tendias Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição e o Vale dos Orixás promovendo um entendimento sobre a resistência territorial, social e religiosa dessa comunidade, destacando a multipolaridade entre o território ocupado tradicionalmente e o Vale dos Orixás.

O texto **“A gastronomia enquanto atrativo cultural em Campo Grande-MS: um estudo de caso da Avenida Bom Pastor”** traz uma investigação a partir de discussões teóricas, inventário de oferta e questionário com os empreendedores locais sobre este estudo de caso. Os resultados obtidos pelos autores apontam que a avenida



possui potencial como atrativo turístico na cidade, ainda que necessite de ações pontuais de melhoria.

O terceiro texto da coleção **“Análise da temperatura de superfície na área do Parque Nacional das Emas e sua zona de amortecimento”** apresenta uma análise apoiada por imagens de satélite e Sistema de Informação Geográfica (SIG) para calcular a variação da temperatura de superfície (TS) no Parque. Os resultados demonstram a importância da conservação de áreas naturais para mitigar impactos na biodiversidade, como efeitos de borda, isolamento do parque e risco de incêndios.

Seguindo nessa temática o quarto texto, **“Diagnóstico da distribuição espacial da intensidade das ilhas de calor superficiais e da vegetação em Presidente Prudente – SP/Brasil”** utiliza recursos de sensoriamento remoto para produzir mapas térmicos e de índice de vegetação para os períodos seco e chuvoso na área urbana de Presidente Prudente. Segundo a análise empreendida pelos autores, as condições ambientais e do uso da terra associadas as características do período seco e chuvoso influenciam na formação das ilhas de calor na região estudada.

Como quinto texto que compõe a coleção, **“A implementação do novo currículo de Teresina no componente de Geografia e seus impactos na prática docente”** a investigação desse estudo fornece reflexão sobre o ensino de Geografia, relacionando a forma de atuação dos gestores escolares na orientação de professores em relação a implementação do novo currículo e suas influências nas práticas de ensino.

Aos leitores apresentamos nesta edição a Seção Temática **“Temáticas indígenas em áreas de fronteira”** que abrange uma série de pesquisas que discorrem sobre aspectos socioculturais, ambientais, políticos e econômicos e as relações entre as comunidades indígenas e diferentes atores, como o Estado, os governos locais, as organizações não governamentais, as empresas e as populações não-indígenas. As particularidades que envolvem a fronteira trazem consigo desafios que requerem ações na promoção do diálogo intercultural, ao respeito aos direitos territoriais indígenas, ao investimento em infraestrutura e serviços básicos nessas regiões mais sensíveis e a busca por ações conjuntas que amparem a equidade social.

Os textos selecionados para a **Seção Temática** são oriundos de teses e dissertações desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. O tempo-godot, o presente necessário, é

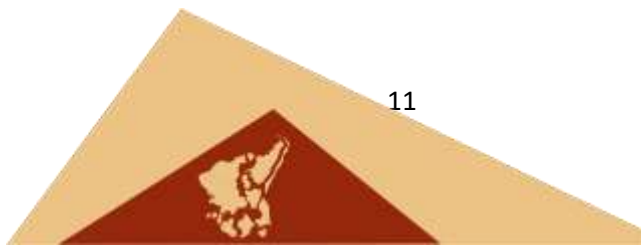
materializado na Seção Temática ao publicar e dar visibilidade a pesquisas que transpassam e estudam o processo territorial-fronteiriço da questão indígena no Mato Grosso do Sul.

O texto de abertura da Seção Temática, **“A dinâmica de uso da terra em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na fronteira de Antônio João/MS e Paraguai”**, analisa o uso da terra em Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) na região estudada, destacando que sua ocupação está atrelada a presença de atores sociais públicos e privados, que a constroem, elaboram e dão condições para existência das dinâmicas que nela se estabelecem. A atração de capital a partir do crescimento econômico da agricultura e pecuária aumenta a pressão sobre áreas vulneráveis, como as UCs e TIs.

O segundo texto, **“Kinikinau: dinâmica territorial nos processos e vivências”** aborda a luta dos Kinikinau, um grupo étnico presente em Mato Grosso do Sul, pelo retorno ao seu território tradicional. O grupo foi considerado extinto pelo Estado Nacional até meados dos anos 1990 e está em constante processo de reorganização social e busca por seus direitos como povo originário. O texto analisa a dinâmica do território dos Kinikinau, incluindo suas interações com outros grupos, o impacto da Guerra da Tríplice Aliança em sua expulsão e desterritorialização, bem como a manutenção da identidade étnica como forma de resistência.

O artigo **“Nós Guarani-Kaiowá rezamos para a terra e as sementes: a memória ancestral pela vida frente à ofensiva do agronegócio”** examina o avanço do neoextrativismo e dos megaprojetos, destacando um processo de Estado de Exceção imposto aos povos e territórios indígenas. O texto analisa o papel das normativas promovidas pelo pacto político estatal-empresarial em benefício da elite agrária e política do país e contrapõe os discursos hegemônicos ao refletir sobre a priorização do neoextrativismo, especialmente o agronegócio, durante a crise global da Covid-19.

O texto **“A etnografia Terena: terra e território”** apresenta um importante entendimento sobre a geografia Terena na terra indígena Taunay/Ipegue, em Aquidauana/MS. O estudo descreve a etnogeografia dos Terena na região e conta um trabalho de campo excepcional a partir da colaboração de anciãos das aldeias para compreender o



território a partir sob a ótica de seu povo utilizando o conceito de terra Poké'e e Poké'exa, Terena.

O quarto texto que compõe a coleção: **“A Geografia que se ensina nas escolas indígenas de Mato Grosso do Sul: desafios e práticas de resistência”** explora as práticas de professores de Geografia em escolas indígenas de alguns municípios do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de destacar possibilidades para a efetivação da educação intercultural. A construção da interculturalidade perpassa pelo cotidiano experienciado nessas escolas e essas práticas possibilitam diálogos e intercâmbios entre o conhecimento geográfico institucionalizado e os saberes espaciais das comunidades indígenas.

Por fim, o artigo **“A escola como sentido dos territórios etnoeducacionais – TEE: aspectos de conformismo e resistência no TEE Cone Sul (MS)”** aborda a criação dos etnoterritórios no Brasil, com ênfase no etnoterritório Cone Sul/MS, habitado pelas etnias Guarani e Kaiowá. As autoras demonstram que apesar dos avanços conquistados pela política educacional, e essa normativa estar em conformidade com a Constituição de 1988 atendendo às demandas dos povos indígenas, ainda é um processo em construção.

O número traz a nota de pesquisa, **“O papel do Estado na reconfiguração territorial da dinâmica econômica no Centro-Oeste brasileiro”**, a qual traz consigo uma breve mas interessante análise sobre a reconfiguração territorial e a dinâmica econômica no Centro-Oeste brasileiro, além de fornecer referências teóricas para ampliar a discussão relacionada ao papel do Estado na indução de políticas públicas que reestruturam as relações territoriais e suas consequências na organização produtiva da região.

Fecha essa edição a resenha do livro **Diferentes olhares em Geografia: O ensino de Geografia Física**, obra publicada no ano de 2022, a qual se apresenta como uma “oportunidade de aprofundamento reflexivo, na medida em que, aborda questões referentes as diferentes maneiras pelas quais se pode desenvolver o Ensino de Geografia Física nos diferentes níveis de ensino (fundamental, médio e superior)”. A resenha se apresenta assim como um elemento de divulgação científica, principalmente do ensino de Geografia Física, área cujos trabalhos são esparsos e pouco frequentes.

Desta forma o primeiro número de 2023 da Revista Entre-Lugar apresenta aos seus leitores por mais uma vez textos inéditos, oriundos de pesquisas realizadas em diversas partes do Brasil, por vezes áreas ainda pouco conhecidas e estudadas, que carecem de compreensão maior por toda a sociedade.

Aqueles e aquelas que chegaram até aqui, como sempre, registramos nossos agradecimentos. A mensagem final permanece inalterada; que o conhecimento científico seja sempre aquele a descortinar o achismo e a ignorância, aquele a eliminar os dogmas e o fanatismo. Que a poesia, a literatura, a arte e outras formas de expressão nos ajudem a ir além da lógica e da racionalidade formal, para com isso sermos mais humanos – inclusive para compreendermos com clareza a importância e o papel social da Ciência. Cada vez mais isso nos parece essencial e reforça os princípios editoriais da REL.

Que possamos incrementar, incentivar e fomentar o desejo por publicar, por se fazer ciência no Brasil.

Charlei Aparecido da Silva

Editor da Revista Entre-Lugar

Patricia Silva Ferreira

Editora Convidada

Dourados (MS), início do inverno, a poesia nesta edição chega na forma de animação e na língua yanomami:

Amazônia sem garimpo
(www.youtube.com/watch?v=6o_fyNphgMU)
Narração em Yanomami

Direção, Produção e Roteiro
Tiago Carvalho – 2022

Artigos

**OS PROCESSOS DE MULTIPOLARIDADE TERRITORIAL E RELIGIOSA NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA MARIA THEODORA (ACTHEO) NO
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS**

**THE PROCESSES OF TERRITORIAL AND RELIGIOUS MULTIPOLARITY
IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY MARIA THEODORA (ACTHEO) IN
THE MUNICIPALITY OF CORUMBÁ-MS**

**LOS PROCESOS DE MULTIPOLARIDAD TERRITORIAL Y RELIGIOSA EN
LA COMUNIDAD QUILOMBOLA MARIA THEODORA (ACTHEO) DEL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ-MS**

João Batista Alves de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
joao.batista@ifms.edu.br

RESUMO

O trabalho tem a perspectiva de analisar os processos de multipolaridade territorial e religiosa na comunidade quilombola Maria Theodora Gonçalves (ACTHEO) no município de Corumbá-MS. Através da análise dos eventos estabelecidos na produção espacial da comunidade quilombola, procura-se compreender o processo de deslocamentos das famílias quilombolas e os fluxos das cerimônias religiosas entre as Tendias Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição e o Vale dos Orixás. Neste sentido, procuramos compreender a realidade vivenciada dos núcleos familiares quilombolas da ACTHEO. Optou-se em fazer uma pesquisa a partir de dados primários e secundários através das seguintes intervenções: revisão bibliográfica, levantamento de dados junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA), Coordenadoria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial de Corumbá (CPPPIR), além da realização do período de convivência na comunidade, entrevistas com lideranças quilombolas e fiéis que frequentam os espaços religiosos da comunidade quilombola. A proposta é compreender a dinâmica de resistência territoriais, sociais e religiosas da comunidade quilombola, tendo como cenário central a multipolaridade territorial e religiosa entre o território tradicionalmente ocupado e o Vale dos Orixás.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Multipolaridades. Territorial. Religiosa.

ABSTRACT

The paper has the perspective of analyzing the processes of territorial and religious multipolarity in the quilombola community Maria Theodora Gonçalves (ACTHEO) in the municipality of Corumbá-MS. Through the analysis of the events established in the spatial production of the quilombola community, the goal is to understand the process of displacement of quilombola families and the flows of religious ceremonies among the

Tendas Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição and the Vale dos Orixás. In this sense, we seek to comprehend the reality experienced by the quilombola families of the ACTHEO. The research was based on primary and secondary data through the following interventions: literature review, data collection from the Palmares Cultural Foundation (FCP), National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), Black Women's Institute of Pantanal (IMNEGRA), Coordination of Public Policies for the Promotion of Racial Equality of Corumbá (CPPPIR), in addition to the period living in the community, interviews with quilombola leaders and the people who attend the religious spaces of the quilombola community. The proposal is to analyze the dynamics of territorial, social and religious resistance of the quilombola community, having as central scenario the territorial and religious multipolarity between the traditionally occupied territory and the Vale dos Orixás.

Keywords: Quilombola community. Multipolarity. Territorial. Religious.

RESUMEN

El trabajo tiene la perspectiva de analizar los procesos de multipolaridad territorial y religiosa en la comunidad quilombola Maria Theodora Gonçalves (ACTHEO) en el municipio de Corumbá-MS. A través del análisis de los eventos establecidos en la producción espacial de la comunidad quilombola, se busca comprender el proceso de desplazamiento de las familias quilombolas y los flujos de ceremonias religiosas entre las Tendas Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição y Vale dos Orixás. En este sentido, queremos entender la realidad en que viven los núcleos familiares quilombolas de la ACTHEO. Optamos por hacer una investigación basada en datos secundarios y primarios a través de las siguientes intervenciones: revisión bibliográfica; recolección de datos de la Fundación Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), Instituto de la Mujer Negra del Pantanal (IMNEGRA), Coordinación de Políticas Públicas para la Promoción de la Igualdad Racial de Corumbá (CPPPIR); además de la realización del período de convivencia en la comunidad; entrevistas con líderes quilombolas y personas que frecuentan los espacios religiosos de la comunidad quilombola. La propuesta es comprender la dinámica de resistencia territorial, social y religiosa de la comunidad quilombola, teniendo como escenario central la multipolaridad territorial y religiosa entre el territorio tradicionalmente ocupado y el Vale dos Orixás.

Palabras clave: Comunidad quilombola. Multipolaridades. Territorio. Religión.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da tese de doutoramento intitulada “Existir e Resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá – MS”, vinculada institucionalmente ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG-UFGD).

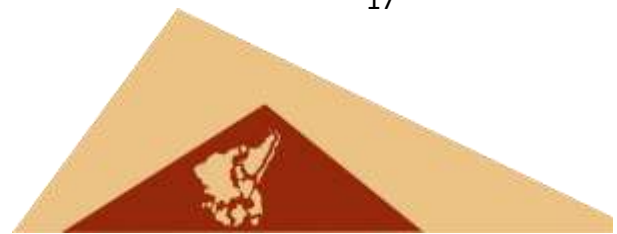
O recorte geográfico delimitado na pesquisa representou a trajetória e a resistência da Comunidade Quilombola Maria Theodora (ACTHEO)¹, que está localizada no município de Corumbá -MS na sub-região Paraguai do Pantanal. À vista disso, o objetivo deste trabalho será uma reflexão acerca dos processos de multipolaridade territorial e religiosa na ACTHEO.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos do trabalho, trata-se de abordagem qualitativa. Trabalhamos com três procedimentos de entrevistas: entrevistas semiestruturadas, escuta ativa, diálogo aberto. Com as lideranças da comunidade trabalhamos com questões direcionadas, enquanto nas entrevistas realizadas com os visitantes e demais sujeitos que constituem a comunidade quilombola optamos pelo diálogo aberto e escuta ativa.

A respeito da pesquisa documental, obtivemos acesso às atas de criação das associações de cada comunidade, certificados de autodefinição expedidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2021). Ainda no mês de junho de 2019, durante o período de vivência nessa comunidade, participamos das festas realizadas nos dias 12 e 13 de junho, em homenagem a Santo Antonio e Exú, na Tenda Nossa Senhora da Guia.

No decorrer da investigação e da vivência na Comunidade Quilombola ACTHEO, foi possível compreender as trajetórias e identificar os processos que produzem os territórios quilombolas. Serão abordados neste trabalho os processos que envolvem as trajetórias da família Theodora no Pantanal sul-mato-grossense, desde os deslocamentos no Rio Paraguai, os fluxos entre os bairros Nossa Senhora de Fátima,

¹ Associação da Comunidade da Família Maria Theodora Gonçalves de Paula (ACTHEO), CNPJ: 14.206.103/0001-17, localizada na rua Luiz Feitosa Rodrigues, n. 1877. A comunidade também é identificada pela sigla da associação. O mesmo ocorre com as demais comunidades: Associação da Comunidade Quilombola Ribeirinha Família Campos Correia (AQF2C), CNPJ: 16.578.043/0001-99 e Associação Quilombola Ribeirinha Família Ozório (AQUIRRIO), CNPJ: 12.033.905/0001-47, localizada na rua Alameda Vulcano Casa 6, no município de Corumbá - MS.



e outros bairros onde moram núcleos familiares quilombolas, além do fenômeno de deslocamentos, que está ligado diretamente à religiosidade da Comunidade ACTHEO.

A área de estudo é caracterizada por meio da representação cartográfica da comunidade quilombola, utilizando trabalho de campo, captação de imagens e coleta das coordenadas geográficas, foi possível produzir a cartografia da ACTHEO, apresentando a localização, representação da multipolaridade territorial, trajeto de deslocamentos entre a Comunidade Quilombola e o Vale dos Orixás.

Consideramos que a produção das multipolaridades são concepções e métodos que resultam das dinâmicas do processo de produção territorial. Em outras palavras, assim como Massey (2008), Fernandes (2008), Haesbaert (2004) e Saquet (2015) usaram esses conceitos para explicar fenômenos que envolvem as trajetórias, fluxos e deslocamentos entre territórios, neste estudo utilizamos as temáticas “multipolaridade e multiterritorialidade” para expor os processos advindos da categoria território.

Na Comunidade Quilombola ACTHEO são produzidos processos de multipolaridade e multiterritorialidade, ou seja, sem ter acesso ao território, os núcleos quilombolas criaram estratégias de sobrevivência que acabaram resultando nos processos de multipolaridade e multiterritorialidade. Diante da realidade vivenciada nessa comunidade durante os trabalhos de campo, período de convivência com os núcleos familiares em diferentes lugares, acabamos recorrendo a dois processos/concepções para explicar essa dinâmica territorial que ocorre na comunidade. Então, finalmente optamos por utilizar essas ideias e esses processos porque fornecem elementos para justificar todo esse existir e resistir da comunidade ACTHEO.

A Comunidade Quilombola ACTHEO está localizada na rua Luiz Feitosa Rodrigues, entre as ruas Duque de Caxias e Monte Castelo, no bairro Nossa Senhora de Fátima, conforme mostra a Figura 1. Nesse território tradicionalmente ocupado residem 15 famílias quilombolas e outras 20 moram nos bairros Aeroporto, Dom Bosco, Nova Corumbá e Jardim dos Estados. Os núcleos familiares que vivem nos outros bairros da cidade mantêm o vínculo com o polo principal localizado no bairro Nossa Senhora de Fátima.

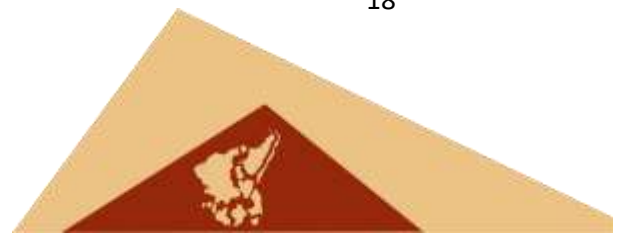
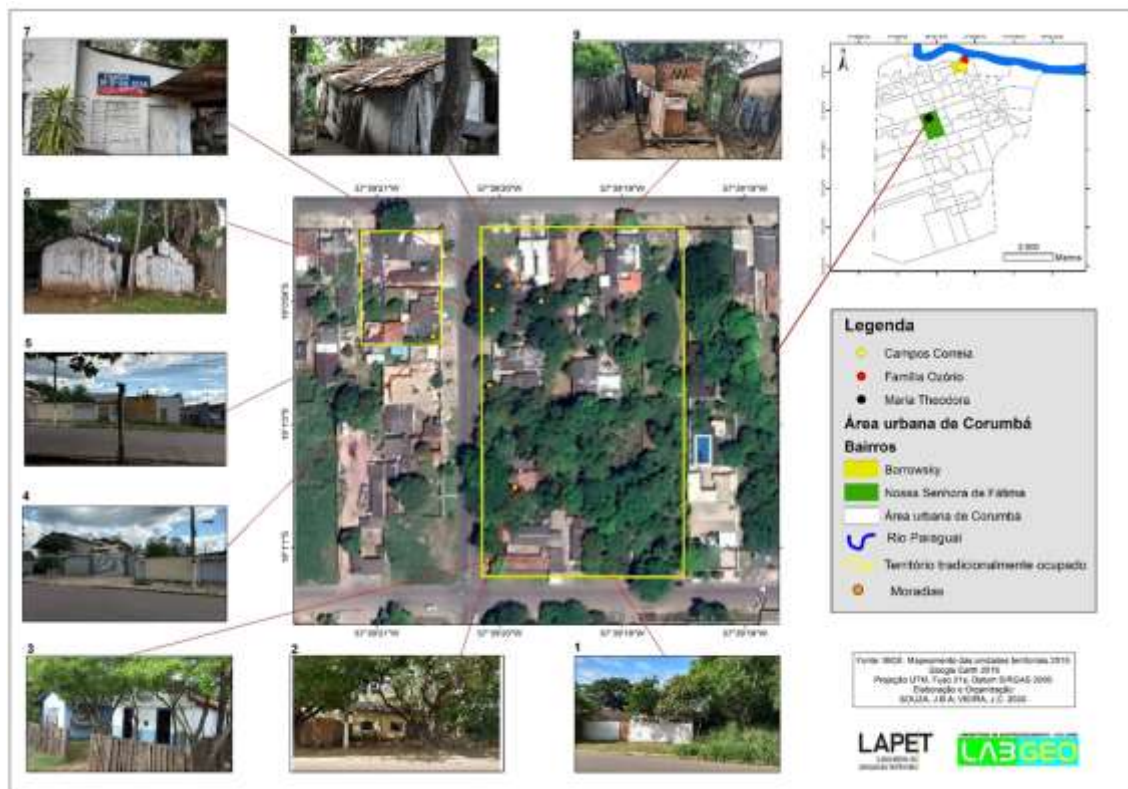


Figura 1– Localização da Comunidade Quilombola Maria Theodora Gonçalves – Localização das tendas religiosas



Fonte: Elaborada por Souza e Vieira (2019).

Ao observarmos a Figura 1, deparamo-nos com um agrupamento de moradias no formato retangular, isso se notarmos apenas as que foram construídas nos terrenos na rua Luiz Feitosa. Nessa imagem percebemos também a presença significativa da cobertura de vegetação nessa quadra. Durante o trabalho de campo, constatamos a existência de duas tendas religiosas na comunidade: a Tenda Nossa Senhora da Conceição, conforme a imagem 3 (Figura 1), e a Tenda Nossa Senhora da Guia (Figura 3).

MULTIPOLARIDADE TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MARIA THEODORA (ACTHEO)

A necessidade de resistir às transformações que ocorreram ao longo dos últimos 90 anos no entorno da Comunidade Quilombola Maria Theodora levou o núcleo familiar a criar estratégias de sobrevivência e resistência no decorrer desse período. A religiosidade existente na comunidade representa de forma concreta esse processo de resistência. Demarcamos esse período de resistências em três etapas: a primeira, que se

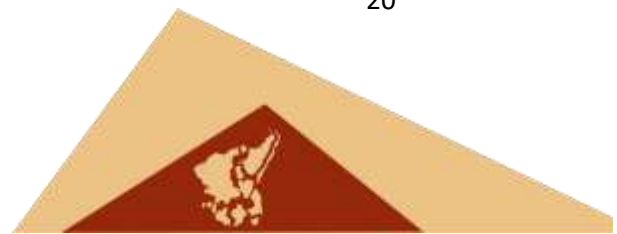
iniciou na década de 1920, com a trajetória da ex-escravizada Maria Theodora, e seu esposo, Mariano, que ocuparam o primeiro território da família em Corumbá. Em meados da década de 1960, com a fundação da Tenda Nossa Senhora da Conceição, pela Mãe de Santo Cacilda, teve início a segunda etapa. A última fase se iniciou nos anos 2000, com a fundação da Tenda Nossa Senhora da Guia, pelo Pai de Santo Joãozinho de Paula.

Iniciamos a pesquisa na comunidade em novembro de 2018 e tivemos um período de vivência a partir de junho de 2019. Nesse ínterim, verificamos dois processos intrínsecos que ocorrem concomitantemente e que corroboram a formação das multipolaridades territorial e religiosa na ACTHEO. O primeiro está ligado aos deslocamentos e fluxos das famílias entre a Comunidade Quilombola e o Vale dos Orixás, e o segundo diz respeito aos acontecimentos religiosos na Tenda Nossa Senhora da Guia e no Vale dos Orixás.

Em relação à criação do Vale dos Orixás, o lugar considerado sagrado pelos religiosos de matriz africana de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul (MS), está localizado em uma área do Parque Natural Municipal de Piraputangas, criado por intermédio do Decreto Municipal n.º 78/2003. Cabe mencionar que o local era uma reivindicação dos religiosos de matriz africana de Corumbá, pois frequentam o lugar há mais de meio século. Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Corumbá, em 20 de abril de 2011, ocorreu um encontro entre os representantes das comunidades de Umbanda e Candomblé de Corumbá e Ladário e o poder executivo. A reunião realizada na Casa de Cultura Luiz de Albuquerque teve como objetivo principal discutir a preservação do Parque onde estava localizado o Vale dos Orixás.

Os deslocamentos e fluxos dos núcleos familiares e membros quilombolas entre o bairro Nossa Senhora de Fátima, onde estão situadas a Comunidade Quilombola Maria Theodora e a sede da ACTHEO, e pelo menos outros seis bairros de Corumbá estabeleceram o primeiro processo dessa multipolaridade territorial (Figura 2).

Nessa perspectiva, o segundo processo está diretamente ligado aos acontecimentos religiosos na Tenda Nossa Senhora da Guia e no Vale dos Orixás, sendo que a primeira se trata de um polo de atração, ou seja, a Tenda recebe visitantes de outros lugares da cidade e de fora do município, em sua maioria grupos não quilombolas. Em um segundo momento, os membros da irmandade se deslocam até o Vale dos Orixás para



realizar louvações e oferendas em determinados períodos do ano, configurando, assim, a multipolaridade religiosa dessa Comunidade.

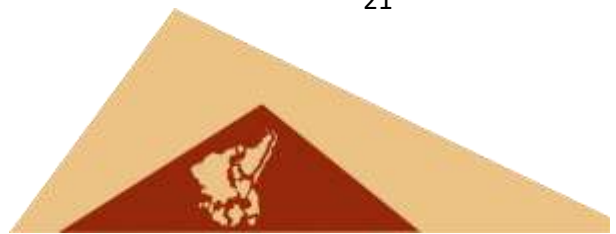
Consoante aos dois processos, o deslocamento de membros e núcleos familiares pertencentes à Comunidade, mas que residem em outros bairros, é o que denominaremos de multipolaridade territorial. De acordo com Florentino (2001), a multipolaridade dos espaços de vida e as configurações familiares nas comunidades do oeste transamazônico de Altamira foram produzidos por meio de uma configuração sócio-temporal constituída pelos diferentes locais de moradias e a frequência das residências em cada um deles.

L'espace résidentiel se définit comme une configuration socio-temporelle constituée par les différents lieux de séjour et la fréquence de résidence dans chacun d'eux ; l'espace de vie, quant à lui, englobe les espaces résidentiels et les formes de mobilité temporaires et/ou circulaires. Sur la base de ces définitions, ils ont élaboré une typologie des pratiques résidentielles des familles qui intègre leur mobilité et la multipolarité² (FLORENTINO, 2001, p. 304).

Por conseguinte, na ACTHEO inferimos a existência de um núcleo familiar formado a partir da fixação de Maria Theodora no território tradicionalmente ocupado na década de 1920 e, posteriormente, a dispersão desses núcleos e suas respectivas moradias pelos diferentes bairros da cidade. Com isso, tivemos o surgimento de uma multipolaridade das moradias, à vista disso, a produção da multipolaridade territorial na Comunidade.

Assim como no contexto apresentado por Florentino (2001), no qual ocorreu a mobilidade temporária e circular, em que as práticas residenciais familiares integraram a mobilidade e a multipolaridade, na Comunidade Maria Theodora essas práticas de mobilidade e fluxos entre os bairros e a sede da ACTHEO se configuram numa multipolaridade territorial, ou seja, temos um epicentro na sede da comunidade que atrai os núcleos familiares localizados em outros bairros de Corumbá.

² “O espaço residencial é definido como uma configuração sócio-temporal constituída pelos diferentes locais de estada e a frequência de residência em cada um deles; o espaço da vida, entretanto, abrange espaços residenciais e formas de mobilidade temporária e/ou circulares. Com base nessas definições, eles desenvolveram uma tipologia de práticas residenciais familiares que integram a sua mobilidade e multipolaridade” (FLORENTINO, 2001, p. 304, tradução nossa).

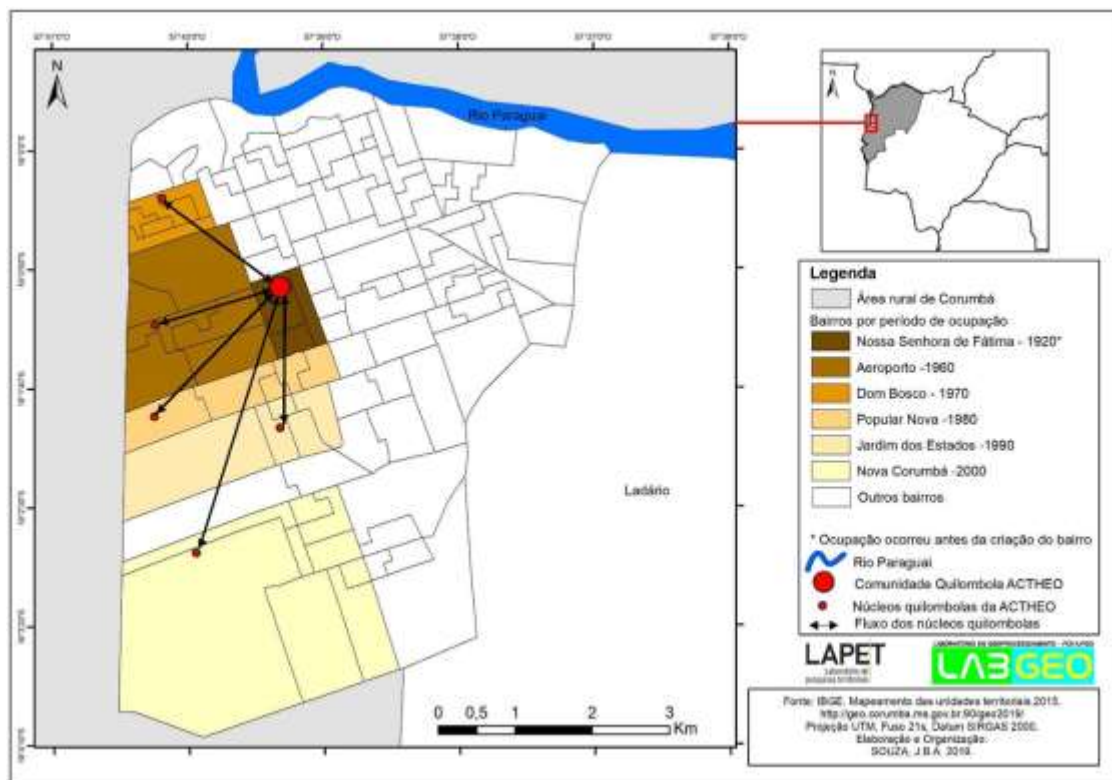


Durante o período de vivência na Comunidade, constatamos que os diferentes locais de moradias desses núcleos familiares foram constituídos ao longo das últimas seis décadas e, mesmo com o passar dos anos, os descendentes de Maria Theodora mantêm um fluxo de frequência entre suas moradias e a sede da ACTHEO. Esses fluxos ocorrem principalmente nas visitas aos membros mais idosos da família, que residem no bairro Nossa Senhora de Fátima, conforme menciona Natalícia Gonçalves Barbosa:

Quando a mamãe era viva, eles não saiam daqui, sabe? Os filhos e netos que se mudaram para os outros cantos da cidade. Mesmo assim, eles moram pra lá, uns mais perto, outros mais longe, porque tem uns que foram embora até pra outra cidade. Mas esses que mora aqui em Corumbá, vem sempre aqui, vem ver os pais, as mães. Então na mesma hora que parece tudo parado, demora um pouquinho chega eles aí e já movimenta tudo, e nos dias de trabalhos e louvação vem muitos pra cá. Durante a semana eles também vem, acabam passando por aqui (BARBOSA, 2018).

Conforme os relatos de Natalícia Barbosa (2018), os membros e núcleos familiares que vivem em outros bairros mantêm o vínculo com a sede da ACTHEO. Dois fatores principais são responsáveis por esses fluxos na Comunidade Maria Theodora: a família e a religião, ou seja, além de Natalícia, outros idosos ainda moram na Comunidade e acabam recebendo a visita constante de seus descendentes. As Tendas Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Guia são responsáveis por atrair um número considerável de membros da família que moram em outros bairros. Identificamos que os descendentes de Maria Theodora residem atualmente em outros cinco bairros de Corumbá.

Figura 2 – Representação da multipolaridade territorial na Comunidade Quilombola Maria Theodora



Fonte: Elaborada pelo autor com base em IBGE (2015).

Conforme representado na Figura 2, a sede da Comunidade Quilombola Maria Theodora está localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, entretanto, cinco núcleos familiares se formaram nos bairros Aeroporto, Dom Bosco, Popular Nova, Jardim dos Estados e Nova Corumbá. Essas famílias migraram no sentido leste de Corumbá, em direção à saída para a Bolívia, nos bairros que possuem conjuntos habitacionais que surgiram a partir da década de 1960.

Com a fixação dos núcleos familiares em outros bairros da cidade, teve início um processo que chamaremos de fluxo dos núcleos familiares quilombolas, ou seja, o deslocamento cotidiano entre o bairro Nossa Senhora de Fátima, onde está situada a sede da Comunidade Maria Theodora, e os demais bairros.

Os deslocamentos dos núcleos familiares para outros bairros se iniciaram na década de 1960 com o crescimento demográfico da comunidade e o exíguo território tradicionalmente ocupado, conforme relatou Barbosa (2018):

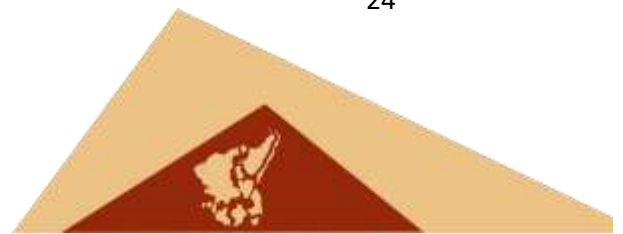


Aqui quando minha vó chegou era tudo mato, mamãe falava isso. Depois foi crescendo, com muito tempo, do trilho pra cá, muitas casas novas, chegando muita gente pra morar aqui uns quarenta, cinquenta ano atrás, nessa época de mamãe (Cacilda), quase não tinha casa aqui. E a nossa família foi crescendo, o lugar ficou pequeno para tanta gente, teve uns que casou e ficou por aqui, constituiu família e mora aqui até hoje, mas teve muita gente que mudou para outros canto da cidade, João Roberto mora na Nova Corumbá, Paulino no Dom Bosco, Sebastião no Aeroporto, tem uns que foram morar fora de Corumbá, o José Dias, mora em Campo Grande, e da família do falecido Briene mora tudo no Rio de Janeiro, mas eu fiquei aqui, sempre no mesmo lugar, tem a Tenda que foi da minha mãe (Cacilda), estamos aqui até hoje. Mas é aqui que toda a família se junta, pra festa, pra louvação, é aqui nesse lugar, que eles acabam voltando, sempre (BARBOSA, 2018).

Segundo a quilombola, ocorreu a dispersão territorial de algumas famílias nos últimos anos, e isso se deu principalmente pela ausência de espaço para a construção de novas moradias na comunidade. De acordo com Pereira (2007), entre as décadas de 1950 e 2000, foram construídos 27 conjuntos habitacionais em Corumbá: no bairro Popular Nova há 176 unidades no núcleo habitacional Cidade Branca, e mais 40 residências no conjunto habitacional Jatobá, em 2004. Aferimos que, na década de 1980, um pequeno grupo de famílias quilombolas da Comunidade Maria Theodora se mudou para o mesmo bairro, mas o deslocamento não está diretamente ligado ao surgimento dos conjuntos habitacionais, de acordo com relatos de Barbosa (2018).

Segundo Pereira (2007), o bairro Nova Corumbá foi o que mais recebeu edificações de moradias populares. Em 1991 foram construídas 131 moradias no conjunto habitacional Cadwéus e, no ano seguinte, foram entregues 157 unidades no conjunto Guanã I, e mais 237 no conjunto Primavera. Em 1994 foram construídas 303 unidades habitacionais no conjunto Guanã II. No ano 2000 foram edificadas 80 moradias no conjunto habitacional Che Roga Mi. Já em 2004 foram mais 80 unidades no conjunto Pantanal nesse mesmo bairro. De acordo com Barbosa (2018), nesse mesmo período ocorreu o deslocamento de famílias quilombolas do bairro Nossa Senhora de Fátima para o bairro Nova Corumbá, corroborando o déficit habitacional no território tradicionalmente ocupado.

Pereira (2007) salienta que no bairro Jardim dos Estados, em 1992, foram construídas 40 unidades habitacionais no conjunto Jardimzinho. Nessa década ocorreu o deslocamento de famílias quilombolas do bairro Nossa Senhora de Fátima para o bairro



Jardim dos Estados, conforme depoimento de Barbosa (2018). Em vista disso, percebemos que a criação desse conjunto habitacional foi a principal escolha dos quilombolas que se mudaram para a região sul da cidade.

Em 2006, no bairro Aeroporto foram edificadas 120 moradias no conjunto habitacional Aeroporto, segundo afirma Pereira (2007). No entanto, verificamos que os moradores da ACTHEO que residem nesse bairro já moravam na região desde a década de 1960, como é o caso de Sebastião, filho da Mãe de Santo Cacilda.

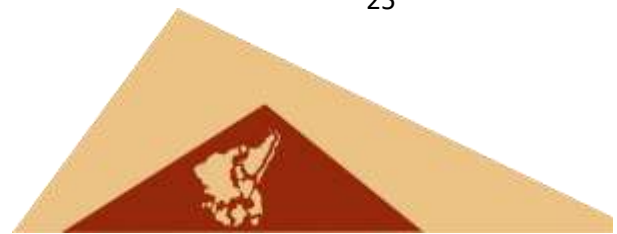
Constatamos ainda que no bairro Dom Bosco não ocorreu a construção de unidades habitacionais provenientes de programas específicos entre as décadas de 1950 e 2000. No entanto, alguns núcleos familiares da Comunidade Maria Theodora já moravam nesse bairro desde a década de 1970. De acordo com Barbosa (2018), as primeiras famílias que tiveram que se mudar da Comunidade acabaram fixando-se em bairros vizinhos, principalmente nos bairros Aeroporto e Dom Bosco.

Quadro 1 – Origem dos núcleos familiares e respectivos bairros

Bairro	Núcleo familiar	Década
Aeroporto	Sebastião Gonçalves Barbosa	1960
Centro América	Marilia Meaureo de Souza	2000
Dom Bosco	Paulino Gonçalves de Paula	1970
Jardim dos Estados	Elizabeth Florência Correa da Silva Miranda	1990
Nova Corumbá	João Roberto Gonçalves de Paula	2000
Popular Nova	Neiva Gonçalves Dias	1980

Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário socioeconômico de Ferraz (2020).

No Quadro 1 apresentamos as migrações dos seis núcleos familiares quilombolas entre as décadas de 1960 e 1980. Essas famílias migraram do bairro Nossa Senhora de Fátima, localizado na parte alta de Corumbá, em direção aos bairros Aeroporto, Centro América, Dom Bosco, Jardim dos Estados e Nova Corumbá. A partir desses seis núcleos, identificamos 10 novos núcleos de descendentes de Maria Theodora, e essas famílias quilombolas residem nos mesmos bairros de seus pais, ou seja, os filhos e netos constituíram família e edificaram suas moradias em terrenos próximos aos mais idosos. Essa nova geração de quilombolas, apesar de ter nascido em bairros distantes do território tradicionalmente ocupado, mantém o vínculo com esse lugar, principalmente no



que diz respeito à participação dessas famílias nas celebrações e louvações realizadas na Tenda Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição, lideradas por Joãozinho e Natalícia, bisnetos de Maria Theodora.

A MULTIPOLARIDADE RELIGIOSA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MARIA THEODORA (ACTHEO)

Além da multipolaridade territorial dos núcleos familiares quilombolas, notamos ainda um outro fenômeno de deslocamentos, que está ligado diretamente à religiosidade da Comunidade Quilombola Maria Theodora. No decorrer da pesquisa, participamos de três eventos realizados na sede da ACTHEO: louvação de Exú, festividades de Santo Antônio, e reunião com a equipe da Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania (SUBPIRC) e a presidenta do Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA). Durante a participação na louvação de Exú e nas festividades de Santo Antônio percebemos a presença de vários convidados e frequentadores externos, até mesmo de outras cidades. Conforme o relato de uma das frequentadoras da Tenda Nossa Senhora da Guia, aqui identificada como visitante³:

Venho sempre aqui, sou de Aquidauana, e minha vó já vinha aqui, há muito tempo atrás, na época da Cacilda ela realizava curas. Venho aqui na Tenda agradecer tudo que já consegui, sou católica e me sinto bem aqui. É um lugar de paz, de muita fé, não tem como não gostar, né? Venho de longe e saio renovada, isso significa muito pra mim, venho principalmente na louvação de Exú e do Preto Velho (VISITANTE 1, 2019).

Nas palavras da visitante 1, percebemos que Cacilda ainda é uma personalidade religiosa respeitada na região, e que seu legado continua atraindo novas gerações até a Comunidade Quilombola. Ademais, constatamos que a Tenda Nossa Senhora da Guia recebe inúmeros frequentadores e visitantes, como podemos verificar na Figura 3, pois há uma quantidade significativa de veículos estacionados na frente da Tenda.

³ Os entrevistados não assinaram o Termo de Livre Consentimento, no entanto, autorizaram o uso de seu depoimento. Nesse sentido, não identificaremos esses entrevistados e os demais que foram questionados durante as louvações e oferendas. Nesse caso, eles serão chamados de “visitantes”, e não turistas religiosos ou fiéis.

No caso da segunda entrevistada, era a primeira vez que ela visitava a Tenda e relatou:

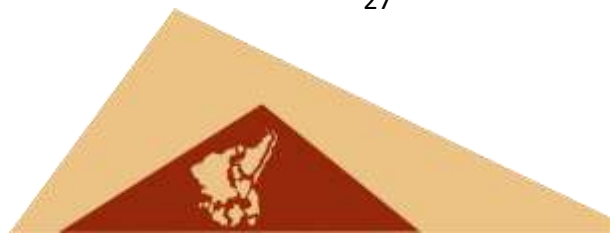
Essa é a primeira vez que vim aqui, gostei muito do local, o pessoal da Tenda Nossa Senhora da Guia é muito receptivo. Não moro aqui perto, então vim de carro, fiquei sabendo através de um conhecido, que indicou o endereço. Quando cheguei na Tenda, fiquei na assistência, achei as entidades muito bonitas e verdadeiras, e tudo com muito respeito e amor (VISITANTE 2, 2019).

Segundo o depoimento da visitante 2, o ambiente da Tenda Nossa Senhora da Guia é muito receptivo, seja com os frequentadores mais assíduos ou com os novatos. Percebemos ainda que alguns dos visitantes da Tenda são de bairros distantes da Comunidade, e até de outras cidades, ou seja, fiéis internos e externos participam das atividades religiosas. Além das visitantes 1 e 2, realizamos escutas ativas com mais frequentadores da Tenda Nossa Senhora da Guia. A visitante 3, frequentadora assídua da Tenda, relata:

O meu primeiro contato com a Tenda Nossa Senhora da Guia foi em 2005, como moro no centro, venho de carro pra cá. Eu procuro participar de todos eventos e louvações aqui da tenda, de janeiro a dezembro. A tenda é iluminada pois as forças soberanas dos ancestrais são muito presente. Nos favorecendo uma incorporação com respeito responsabilidades e confiança. Pois estamos ali para prática do bem da caridade do amor. E com a consciência que cada um de nós médiuns assistência. Receberá o que formos merecedores. Sempre com as permissões de Oxalá. Além disso eu participo das louvações e oferendas no Vale dos Orixás. É ímpar, pois o contato direto com a mãe natureza. Nos fortalece. A mãe terra vibra, as águas das pedreiras de Xangô vêm limpando afirmando renovando as forças soberanas espirituais e materiais. Para continuarmos nossa jornada (VISITANTE 3, 2019).

Percebemos no depoimento da visitante 3 o seu envolvimento com a Tenda, além de seus conhecimentos em relação às louvações e às oferendas realizadas no terreiro. A quilombola lembrou ainda da importância da valorização de seus ancestrais e a devoção à Oxalá e Xangô, entidades de matriz africana cultuadas e valorizadas na Tenda Nossa Senhora da Guia.

Em seus relatos, ela revelou a existência de outro lugar onde são realizadas louvações e oferendas pelos membros da Tenda e demais integrantes das religiões de



matriz africana em Corumbá. Existe um fluxo entre os lugares de louvação e oferenda e, nesse aspecto, atribuiremos a esse fenômeno a multipolaridade religiosa.

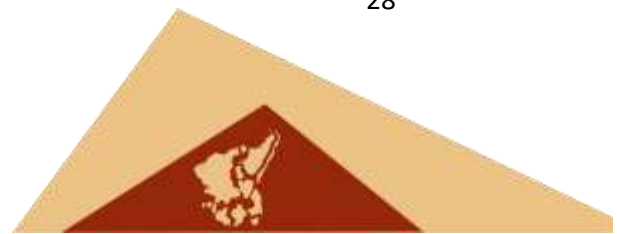
De acordo com o Pai de Santo Joãozinho de Paula (2019), líder espiritual da Tenda, as atividades religiosas estão concentradas na Tenda Nossa Senhora da Guia, local onde recebe frequentadores e visitantes de vários bairros e cidades, fiéis internos e externos à Comunidade. Durante a entrevista, ele apontou:

Nas louvações recebemos pessoas de vários lugar, não só aqui de Corumbá, vem gente de Ladário, dos assentamentos, de Miranda e até de Aquidauana, as vezes aparece gente de mais longe, Campo Grande e da Bolívia, dessas cidades que já fui a trabalho, aqui enche de gente, é só olhar o tanto de carro que fica aqui na rua de frente pra tenda, lembra um pouco o tempo da minha vó (PAULA, 2019).

Nesse contexto, verificamos que a Comunidade Maria Theodora ainda é um polo de atração religiosa desde o período em que a Mãe de Santo Cacilda conseguia atrair para seu terreiro inúmeros frequentadores, em sua maioria fiéis externos à Comunidade, de diversas cidades do MS e de outras regiões brasileiras.

No decorrer dos últimos anos, o fluxo de frequentadores e fiéis externos retornou de maneira gradual nas duas Tendras. Ressaltamos que, apesar de frequentar ambos os locais, registramos os trabalhos, as louvações e as oferendas apenas da Tenda Nossa Senhora da Guia. Isso ocorreu por dois motivos: nosso primeiro contato na Comunidade foi com o presidente da ACTHEO e Pai de Santo Joãozinho, da Tenda Nossa Senhora da Guia. Já o nosso contato com a Mãe de Santo Cotó, responsável pela Tenda Nossa Senhora da Conceição, ocorreu apenas no segundo momento da pesquisa, quando ela esclareceu que algumas atividades na Tenda não estavam ocorrendo periodicamente. No entanto, ela teve a disponibilidade de participar do estudo, relatando por meio de entrevistas, escutas ativas e depoimentos todo o contexto histórico que envolveu a trajetória e a formação da Comunidade Quilombola Maria Theodora.

Durante o período de vivência na Comunidade pudemos constatar o fluxo de visitantes externos, apontados por Joãozinho, e registramos no decorrer das festividades e louvações a Exú a presença de inúmeros veículos estacionados na rua Luiz Feitosa, em frente a Tenda Nossa Senhora da Guia, como mostra a Figura 3. Observamos as placas



dos veículos estacionados e identificamos que são provenientes de Miranda, Aquidauana e Ladário, corroborando as palavras de Joãozinho e demais visitantes entrevistados.

Figura 3 – Vista dos veículos estacionados na frente da Tenda Nossa Senhora da Guia

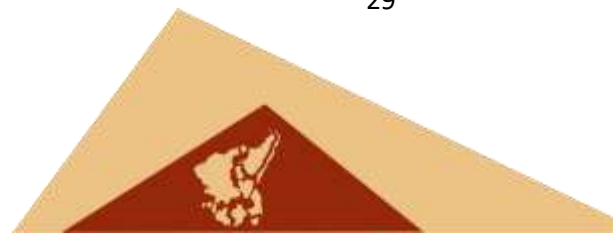


Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo (2019).

Além de atrair inúmeras pessoas para a Tenda Nossa Senhora da Guia, as manifestações religiosas da Comunidade Maria Theodora envolvem deslocamentos contínuos até o Vale dos Orixás, como é possível observar no relato a seguir:

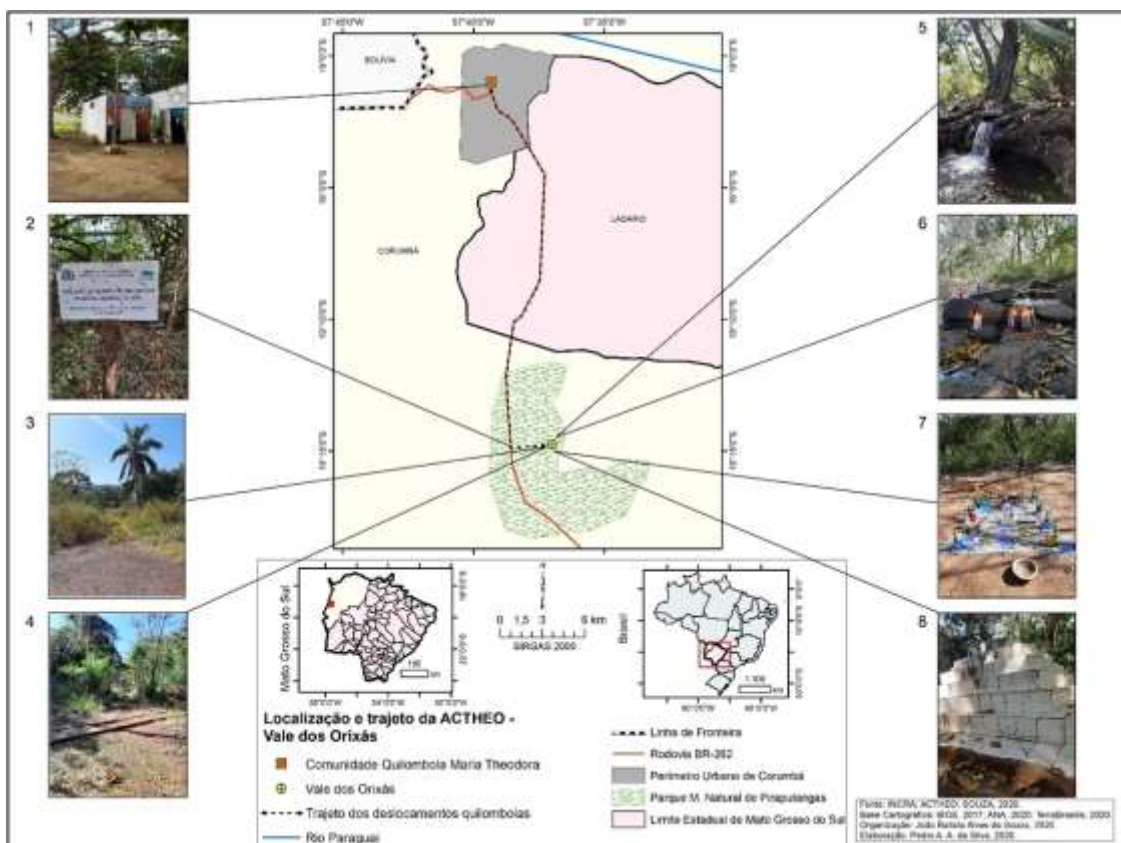
Além dos nossos trabalhos aqui na tenda, e no Rio Paraguai louvação a Iemanjá, tem outro lugar que nos reunimos sempre no Vale do Orixás, lá tem cachoeira, onde realizamos nossos trabalhos, louvação e oferenda para as almas, tinha um Cruzeiro. Na realidade lá onde tem um monumento, que parece um altar, era onde tinha o Cruzeiro, em cima dessa estrutura de azulejo tinha uma cruz de cimento, só que ela foi quebrada, fazia oferenda para as almas ali (PAULA, 2020b).

Com a fala de Joãozinho percebemos a existência do fluxo de fiéis entre a Tenda Nossa Senhora da Guia, localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, e o Vale



dos Orixás, situado no Parque Natural Municipal de Piraputangas, distante 30 km da Comunidade Quilombola Maria Theodora (Figura 4).

Figura 4 – Trajeto de deslocamentos entre a Comunidade Quilombola e o Vale dos Orixás

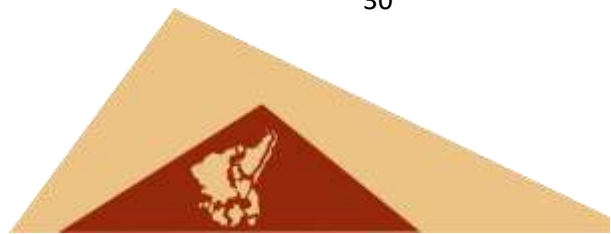


Fonte: Fotografias de Oliveira, 2020. Organizada por Souza e Silva, 2019, com base em IBGE, 2015.

O trajeto entre esses locais (Foto 2) é realizado através da rodovia BR 262, próximo ao quilômetro 30. O acesso é por meio de uma estrada vicinal que atravessa o trilho, conforme demonstrado nas imagens 3 e 4 da Figura 4.

Consoante aos relatos dos fiéis da Comunidade que frequentam o lugar, no Vale dos Orixás, além de um riacho, existe uma cachoeira (Figura 4 - Foto 5) onde são feitas as oferendas a Oxum, entidade ligada aos territórios de rios e cachoeiras. Verificamos também na Figura 4 as oferendas no riacho e no espaço dedicado à queima de velas.

Vale destacar que a área onde está localizado o Vale dos Orixás era um imóvel da União e foi cedido para o município de Corumbá em 2018, conforme publicado no



Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, por meio da Portaria n.º 267, de 29 de dezembro de 2017, que autorizou a cessão de uso da área para o município:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuita ao Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, de imóvel de propriedade da União denominado "Gleba Piraputangas", com área de 1.300 ha, situado naquele Município, cadastrado no sistema SPIUnet sob o RIP 9063 00152.500-7 e registrado sob a matrícula n.º 15.276, Livro n.º 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca. Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º se destina à implantação do "Parque Natural Piraputangas" que, por meio do Decreto Municipal n.º 78/2003, assegura o desenvolvimento da política de preservação e conservação dos recursos naturais localizados naquele Município (BRASIL, 2017, p. 94).

Na Figura 4 é possível observar a localização dessas áreas e o Vale dos Orixás está situado em uma área de 1,5 ha dentro do Parque Natural Piraputangas, que possui uma área de 1.300 ha. Nesse lugar existe um córrego, além da cachoeira de São Domingos, onde centenas de religiosos de matriz africana realizam suas celebrações e oferendas. Percebemos que o lugar sofre com a ausência de políticas de preservação e conservação, conforme estabelecida na Portaria n.º 267/2017. Isso fica evidente nas imagens e no relato de Joãozinho:

Lá no Vale dos Orixás era lindo, lá a cachoeira era enorme. Tinha uma ponte, mas aí uma empresa veio e desviou a água de lá, diminuiu muito a queda de água na cachoeira. Quebraram a cruz de cimento lá do Cruzeiro, foi quebrada a ponte também. Destruíram quase tudo, mas como não tem outra cachoeira, tem que ser feito as oferendas lá mesmo. Principalmente nos dias de Cosme e Damião, Oxum, oferenda as almas e na Sexta-Feira Santa (PAULA, 2020).

Após o depoimento do Pai de Santo Joãozinho, fica perceptível a preocupação dele em relação à falta de conservação do Vale dos Orixás por parte do poder público. Além disso, o líder espiritual denuncia a prática de vandalismo no local, onde foram depredados o portal de entrada do Vale e o Cruzeiro, monumento onde são realizadas as oferendas para as almas, além do crime ambiental, com o desvio do curso da água do córrego.

Com relação às celebrações e oferendas realizadas no Vale dos Orixás, constatamos que a Tenda Nossa Senhora da Guia não é a única comunidade religiosa de



matriz africana a realizar seus trabalhos no local. No que tange às demais comunidades quilombolas em Corumbá (AQUIRRIO e AQF2C), verificamos que as atividades religiosas se concentram em dois lugares distintos, na própria Comunidade e no Rio Paraguai.

Ressaltamos que a interação religiosa entre as Comunidades AQF2C e AQUIRRIO, conforme mostra a Figura 5, ocorre em datas específicas do calendário religioso católico: no dia 24 de junho, no Banho de São João, e no dia 26 de setembro, na coleta de doces em homenagem a Cosme e Damião. As duas Comunidades voltam a se reunir no Arraiá do Nhô Ozório, realizado na última semana de julho. Na comemoração ao dia de São Pedro, a Comunidade AQF2C participa da procissão em homenagem ao padroeiro dos pescadores e o terço é realizado na própria Comunidade.

Diferentemente das Comunidades AQF2C e AQUIRRIO, na Comunidade Maria Theodora o calendário religioso de matriz africana possui atividades durante o ano todo nas Tendas Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Guia, localizadas no território tradicionalmente ocupado. Nessa perspectiva, a homenagem à Iemanjá ocorre no dia 1º de janeiro, na prainha situada na margem direita do Rio Paraguai, e durante essa manifestação religiosa acontece a interação e participação dos turistas. A comemoração ao dia de Iemanjá acontece no dia 2 de fevereiro com festividades e louvações na Tenda Nossa Senhora da Guia.

O fluxo de visitantes e fiéis internos e externos à Comunidade Maria Theodora ocorre com maior frequência e quantidade em relação às demais comunidades de Corumbá. Na ACTHEO o fluxo de fiéis externos ocorre praticamente na maioria das comemorações e louvações semanais realizadas nas Tendas. Na Figura 5 podemos observar a representação da multipolaridade religiosa nas três comunidades, com destaque para a Comunidade Quilombola Maria Theodora representada na cor amarela.

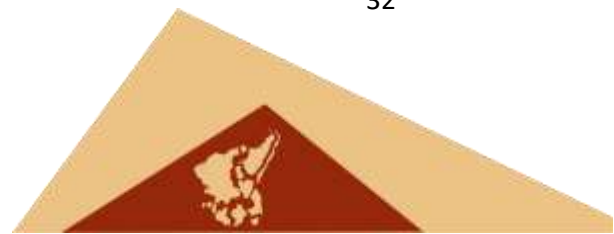
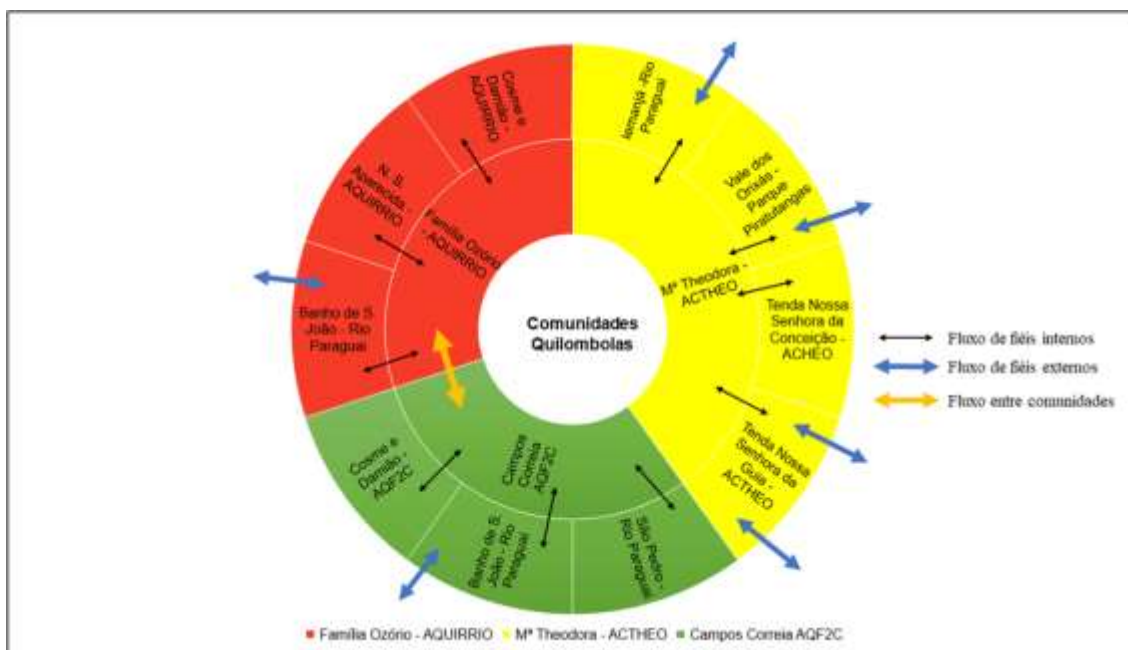


Figura 5 – Representação da multipolaridade religiosa nas comunidades quilombolas



Fonte: elaborada pelo autor com base no período de convivência nas comunidades quilombolas (2017-2019).

Todavia, percebemos durante o período de vivência nessa Comunidade três elementos que configuram a multipolaridade religiosa. Primeiro, conforme já citamos neste trabalho, a Comunidade Maria Theodora é um polo de atração religiosa desde o período da Mãe de Santo Cacilda, ou seja, dos terreiros de Corumbá é o que historicamente mais recebeu visitantes e frequentadores. No auge dos trabalhos e atendimentos de Cacilda, o número diário de visitantes chegou a 300 pessoas. Em segundo lugar, diferentemente de sua tia Cacilda, o Pai de Santo Joãozinho realiza trabalhos e atendimentos em outras cidades do Brasil e da Bolívia, ampliando, assim, a abrangência religiosa da Tenda Nossa Senhora da Guia. Por último, inferimos que, além do Pai de Santo Joãozinho, vários membros da Comunidade realizam louvações e oferendas no Rio Paraguai e no Vale dos Orixás.

De acordo com Gesliane Sara Vieira Chaves (2019), os principais territórios de Oxum e Iemanjá são os rios e as cachoeiras:

Oxum é Nossa Senhora Aparecida no sincretismo católico, orixá da fertilidade, da riqueza, do amor, da prosperidade e da beleza. Seus principais territórios são os rios e as cachoeiras. Oferendas são entregues nesses lugares. Assim como Iemanjá, Oxum é vista como

mãe, estando sempre ligada a família, fertilidade e o amor (CHAVES, 2019, p. 84).

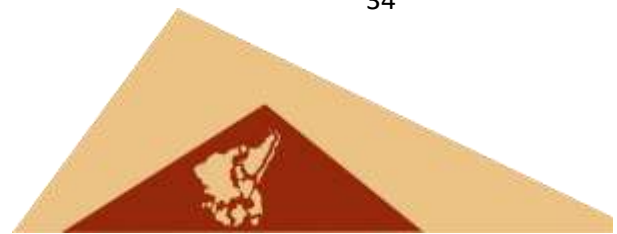
Conforme Chaves (2019), existem dois grupos de entidades e seus respectivos territórios, entidades como Exú e a Pomba Gira são localizados na rua, no portão, no cemitério, e seus altares ficam para fora do terreiro. Por outro lado, existem os territórios tidos como locais comuns de divindades, como rios, mares, cachoeiras e pedreiras.

De acordo com a liderança religiosa da Comunidade Maria Theodora, as oferendas a Exú não são realizadas no Vale dos Orixás, pois nesse território considerado sagrado são feitas as oferendas a Oxum, Iemanjá e a louvação para as almas no Cruzeiro situado sobre uma estrutura de concreto (Figura 5, imagem 8). A multipolaridade religiosa é uma das três multipolaridades identificadas durante o período de vivência na Comunidade Maria Theodora. Primeiro, verificamos a existência da multipolaridade territorial, referente aos deslocamentos dos núcleos familiares entre a sede da Comunidade Quilombola localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima e os bairros Aeroporto, Dom Bosco, Popular Nova, Jardim dos Estados e Nova Corumbá. Em seguida, constatamos a presença da multipolaridade social, na qual a sede da ACTHEO é o polo central de atração dos membros da Comunidade em eventos, comemorações, reuniões e eleições gerais da associação quilombola. Por último, consideramos que fluxos internos e externos, além dos deslocamentos de membros e fiéis da Comunidade Quilombola Maria Theodora até o Parque Natural de Piraputanga, onde está localizado o Vale dos Orixás, configuram-se no fenômeno que denominamos multipolaridade religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de convivência na Comunidade Quilombola Maria Theodora identificamos e caracterizamos a produção de multipolaridades territoriais, sociais e religiosas. Constatamos que a ACTHEO acaba produzindo novos territórios, ou seja, seus membros e núcleos familiares ocupam e frequentam lugares plurais, não se limitando ao território tradicionalmente ocupado.

Por outro lado, os núcleos familiares e os membros da Comunidade têm lutado e resistido incansavelmente para manter ativa a trajetória da matriarca da família.



Aferimos que a religiosidade de matriz africana tem sido o principal elemento desse processo de resistência. As Tendas Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição representam, acima de tudo, o símbolo de uma resistência religiosa que passou por várias gerações, além das louvações e oferendas realizadas no Rio Paraguai e no Vale dos Orixás.

Diante desse contexto, o objetivo principal deste trabalho foi discutir processos de multipolaridade territorial e religiosa da Comunidade Quilombola Maria Theodora. Para isso, durante o período de vivências nessa Comunidade, além de compreender as adversidades enfrentadas, procuramos destacar ainda os fluxos e deslocamentos dos núcleos familiares quilombolas entre a sede da ACTHEO e outros bairros de Corumbá e o Vale dos Orixás.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA MARIA THEODORA. **Ata de Reunião n.º 01/2010**. ACTHEO, 2010.

BRASIL. Portaria n. 267, de 29 de dezembro de 2017. Autorizar a cessão de uso gratuita ao Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, de imóvel de propriedade da União denominado “Gleba Piraputangas”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1537151/do1-2018-01-02-portaria-n-267-de-29-de-dezembro-de-2017-1537147>. Acesso em: 12 nov. 2020.

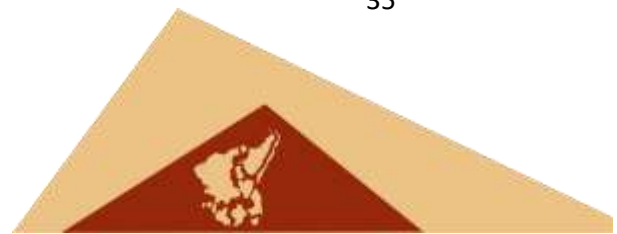
BARBOSA, N. G. Depoimento.[dez.2018] Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2018.

CHAVES, G. S. V. **Territórios religiosos**: etnogeografia da Casa Omolocô – Dourados/MS. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/951>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CORUMBÁ. Decreto n. 2.263, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências. **Diário Oficial de Corumbá**, Corumbá, 16 mar. 2020.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de Territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 197-215.

FERRAZ, S. V. S. **Questionário Socioeconômico da Comunidade Quilombola Maria Theodora ACTHEO**. 2020.



FLORENTINO, L. G. **Urbanisation, stratégies familiales et multipolarité rurale-urbaine**: la Transamazonienne à l'ouest d'Altamira (Pará, Brésil). Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. 386 p. Tese (Doutorado em Socioeconomia do Desenvolvimento). Disponível em:

<http://www.sudoc.abes.fr/cbs/xslt/DB=2.1//SRCH?IKT=12&TRM=079697046&COO KIE=U10178,Klecteurweb,D2.1,Edd24647a-bb,I250,B341720009+,SY,QDEF,A%5C9008+1,,J,H2-26,,29,,34,,39,,44,,49-50,,53-78,,80-87,NLECTEUR+PSI,R179.214.192.244, FN>. Acesso em: 20 maio 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Página inicial**. 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2021.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapeamento das unidades territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INCRA. **Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos**. Brasília: INCRA, 2014.

INCRA. **Página inicial**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, S. E. Vale dos Orixás. 2020. fotografia. 500 x 375 pixels.

PAULA, J. Depoimento.[nov.2019]. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

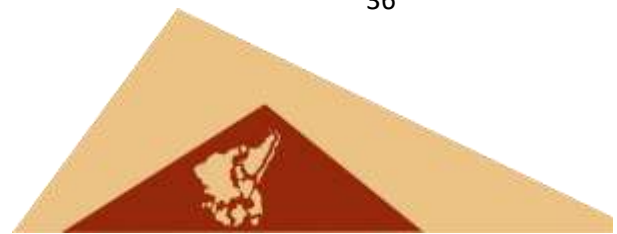
PEREIRA, J. G. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá-MS**: identidade e planejamento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. 218 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde12022008-104218/en.php>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2015.

SOUZA, J. B. A.; VIEIRA, J. C. (org.). Localização da Comunidade Quilombola Maria Theodora Gonçalves – Agrupamento de moradias, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD, 2019.

SOUZA, J. B. A.; SILVA, P. A. A. (orgs.). Mapa do trajeto de deslocamentos entre a Comunidade Quilombola e o Vale dos Orixás: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019.

VISITANTE 1. Depoimento. [nov.2019]. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.



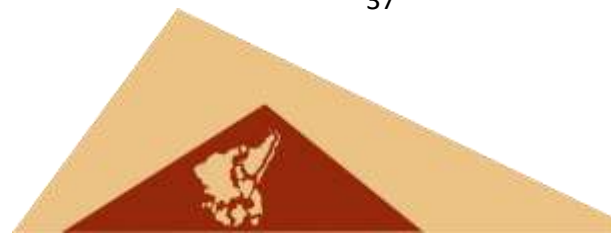
VISITANTE 2. Depoimento. [nov.2019]. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.

VISITANTE 3. Depoimento. [nov.2019]. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.

Recebido em setembro de 2021.

Revisão realizada em outubro de 2022.

Aceito para publicação em maio de 2023.



A GASTRONOMIA ENQUANTO ATRATIVO CULTURAL EM CAMPO GRANDE – MS: UM ESTUDO DE CASO DA AVENIDA BOM PASTOR

GASTRONOMY AS A CULTURAL ATTRACTION IN CAMPO GRANDE - MS: A CASE STUDY OF AVENIDA BOM PASTOR

LA GASTRONOMÍA COMO ATRACTIVO CULTURAL EN CAMPO GRANDE - MS: UN ESTUDIO DE CASO DE LA AVENIDA BOM PASTOR

Bruno de Souza Lima

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
bruno_mxSL@hotmail.com

Anadir Saraiva

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
anadirsaraiva@gmail.com

Marta Regina da Silva Melo

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
marta.melo@uems.br

Daniela Sottili Garcia

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
sottili@uems.br

RESUMO

A gastronomia é reconhecidamente um importante fator a ser considerado na atividade turística, uma vez que, enquanto condição vital, a alimentação é necessária durante o desenvolvimento das práticas turísticas dos viajantes. Porém, além desta necessidade, a gastronomia também pode se consolidar como um atrativo turístico de fato. Neste contexto, a presente pesquisa tem como princípio investigar o apelo turístico da Avenida Bom Pastor, em Campo Grande - MS. Por meio de discussão teórica, construção de inventário de oferta e aplicação de questionários com os empreendedores da avenida, foi possível identificar que a avenida se enquadra como um atrativo turístico em Campo Grande - MS. Considerando os resultados observados, percebe-se apontamentos a partir da visão dos empreendedores do corredor gastronômico os quais devem ser melhorados para uma experiência mais satisfatória dos turistas e visitantes.

Palavras-chave: Planejamento. Atratividade Turística. Turismo Gastronômico. Corredor Gastronômico. Turismo Cultural.

ABSTRACT

Gastronomy is an essential factor to be considered in touristic activity since, as a vital condition, food is necessary during the development of travelers' touristic practices. However, in addition to this need, gastronomy can also consolidate itself as a touristic

attraction in fact. In this context, this research has as a principle to investigate the touristic appeal of Bom Pastor Avenue in Campo Grande - MS. Through theoretical discussion, construction of a supply inventory, and application of questionnaires with the entrepreneurs of the avenue, and it was possible to identify that the avenue fits as a touristic attraction in Campo Grande - MS. Considering the results observed, it is possible to notice some points from the vision of the entrepreneurs of the gastronomic corridor that should be improved for a more satisfactory experience for tourists and visitors.

Keywords: Planning. Touristic Attractiveness. Gastronomic Tourism. Gastronomic Corridor. Cultural Tourism.

RESUMEN

La gastronomía es reconocidamente un factor importante que considerar en la actividad turística, ya que, como condición vital, la alimentación es necesaria durante el desarrollo de las prácticas turísticas de los viajeros. Sin embargo, además de esta necesidad, la gastronomía también puede consolidarse de hecho como un atractivo turístico. En este contexto, la presente investigación tiene como principio investigar el reclamo turístico de la Avenida Bom Pastor, en Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A través de discusión teórica, construcción de inventario de oferta y aplicación de cuestionarios con los emprendedores de la avenida, fue posible identificar que la avenida encaja como una atracción turística en Campo Grande/MS. Considerando los resultados observados, es posible notar algunos aspectos desde el punto de vista de los emprendedores del corredor gastronómico, los cuales deben ser mejorados para una experiencia más satisfactoria de los turistas y visitantes.

Palabras clave: Planificación. Atractivo Turístico. Turismo Gastronómico. Corredor Gastronómico. Turismo Cultural.

INTRODUÇÃO

Quando se discute o segmento do turismo gastronômico, este não deve se resumir apenas a uma lista de restaurantes de determinada região, uma vez que, tal segmento permeia uma série de nuances que compõem o fluxo turístico que objetiva o envolvimento da culinária nos deslocamentos de turistas/visitantes. Essa vertente é constituída por experiências de degustação de pratos e bebidas, visando valorizar a história e a cultura do local explorado, como visitas a feiras e mercados locais, restaurantes tradicionais, festivais culinários e compras de produtos regionais. Para Gimenes-Minasse (2014), a gastronomia e os serviços a ela relacionados podem integrar a oferta turística de uma localidade sob diferentes configurações.

Em Campo Grande - MS, é possível encontrar relevantes estruturas ligadas a gastronomia, como por exemplo: o Mercado Municipal Antônio Valente, popularmente conhecido como “Mercadão”, onde diversas especiarias regionais podem ser encontradas; a Feira Central, onde é possível encontrar o sobá, um prato japonês eleito como prato representativo do município, popularizando-se entre os campo-grandenses e demais visitantes, bem como percebe-se a existência de corredores gastronômicos, como no caso da Avenida Bom Pastor, estes que também passam a ganhar destaque por sua diversidade.

Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como a gastronomia está inserida no contexto turístico da Avenida Bom Pastor, localizada em Campo Grande - MS. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa buscou descrever os aspectos teóricos e documentais acerca do Corredor gastronômico Bom Pastor, bem como seu uso e valorização enquanto espaço gastronômico. Foi realizado ainda um levantamento da oferta gastronômica da rua Bom Pastor, bem como buscou-se compreender a visão dos empreendedores da Avenida Bom Pastor, enquanto seu apelo turístico em Campo Grande – MS.

Neste contexto, a pesquisa busca contextualizar importantes vertentes. Primeiramente ressalta-se o papel socioeconômico desse *lôcus* turístico para a cidade de Campo Grande – MS, uma vez que, apresenta-se como um local de representação cultural e que possibilita a geração de renda para a população local (GOMES, 2015). Outro motivo pelo qual a presente temática se faz importante é a necessidade de ampliar o olhar científico sobre essa temática, uma vez que, é imprescindível que se observe a condição dos diferentes elementos que compõem a oferta turística, neste caso, os empreendimentos ligados a vertente gastronômica.

A importância desse espaço também é marcada pela atuação do Poder Público, que prevê investimentos em sua estrutura e para sua promoção enquanto elemento oferta turística de Campo Grande - MS, fato que justifica a investigação do Corredor Gastronômico e sua relação com a atividade turística.

Conforme observado na figura 1 e apontado por Mattos (2022), a avenida terá um investimento de verbas federais de 24 milhões de reais e tem previsão de finalizar as obras em 2023. De acordo com informações, a revitalização contempla o alargamento da pista em pelo menos um metro, reforço da drenagem, recapeamento da Bom Pastor,

instalação de rede elétrica e de cabeamento de fibra óptica subterrânea, iluminação ornamental e novo paisagismo.

Uma área pública será transformada em espaço multiuso destinado a atividades culturais, práticas de exercícios físicos, áreas de convívio, contemplação de leitura, o projeto prevê também mobiliários urbanos com bancos, bebedouros, lixeiras para orgânicos, bicicletários e espaço para instalação de uma feira de produtos orgânicos. Ao longo do corredor haverá infraestrutura para internet wi-fi, postos de acesso à códigos de QR e recarga de celulares e carros elétricos.

Figura 1 - Vista aérea de projeção dos resultados do projeto de revitalização da Avenida Bom Pastor



Fonte: MATTOS (2022)

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da investigação, foram realizadas pesquisas bibliográficas, visitas de campo, pesquisa documental e aplicação de questionários. Assim sendo, discorre-se que, em um primeiro momento, foram pesquisados materiais bibliográficos e documentos para discutir aqueles principais temas que norteiam a

presente pesquisa: a atividade turística; o segmento do turismo gastronômico; bem como as articulações públicas e privadas no setor gastronômico de Campo Grande - MS (como as associações tem se mobilizado; organização e incentivos públicos; reformas e modernização de espaços; etc.);

Desta forma, por meio das pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, foram verificados dados sobre os estabelecimentos de A&B em Campo Grande - MS: principais centros ou complexos comerciais (por exemplo, feiras, mercados, etc.), dando um, especificamente, ao tema central da presente pesquisa: a Avenida Gastronômica Bom Pastor, constatando a quantidade de empreendimentos; tipos de empreendimentos.

Como um dos subsídios de dados da pesquisa, foi realizada pesquisa de campo com o objetivo de desenvolver um inventário da oferta gastronômica da região. Após o desenvolvimento do inventário, foram utilizados os dados colhidos para delimitar a amostragem de aplicação do questionário. Com isso foi possível criar uma tabela com as principais informações dos estabelecimentos inseridos no objeto da pesquisa, neste caso, no Corredor Gastronômico Bom Pastor. Tais dados possibilitaram delimitar a amostragem dos questionários aplicados, os quais definiu-se um total de 10 questionários (3 restaurantes; 2 trailers; 2 lanchonetes; 2 bares; e 1 doceria), distribuídos proporcionalmente entre as tipologias de estabelecimentos encontrados e, aplicados naqueles que apresentam maior porte e apelo turístico no corredor gastronômico.

Após a inventariação da oferta e delimitação da amostragem, foi realizada a aplicação de questionário, a qual auxiliou na compreensão de como os empreendedores do setor de alimentos e bebidas da rua Bom Pastor observa o corredor enquanto atrativo turístico de Campo Grande -MS. Além disso, o questionário teve também como objetivo observar a relação entre o corredor gastronômico e o turismo da região. O instrumento de pesquisa foi aplicado presencialmente nos empreendimentos que foram listados na tabela do inventário (de acordo com a amostragem estabelecida). A partir de tais dados levantados com os questionários, foram construídos gráficos no Microsoft Excel e, posteriormente, desenvolvidas as respectivas análises e considerações.

Vale ressaltar que, toda pesquisa de âmbito bibliográfico foi realizada por meio de plataformas de banco de dados científicos, tais como Google Acadêmico e *Scielo*, por meio de palavras-chaves como “turismo gastronômico”, “turismo de Campo Grande”, entre outras, de maneira a verificar pesquisas (artigos, dissertações e teses) publicadas

nos últimos anos. Por fim, frisa-se que foi interposto também no trabalho, conceitos/dados informativos sobre o tema em questão, tais como: informações de sites oficiais do município de evidenciam a importância desse corredor gastronômico Bom Pastor; verificação se existe uma associação dos empresários; quais projetos de revitalização; materiais jornalísticos; dentre outros pontos.

CONCEPÇÕES ACERCA DA ATIVIDADE TURÍSTICA

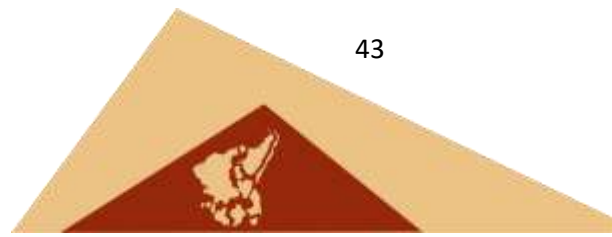
Quando se pensa em conceito de Turismo, tomamos com norteadora a definição da Organização Mundial do Turismo - OMT (1997, p. 18), que a conceitua como: “as atividades das pessoas que viajam e permanecem fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo, para lazer, negócios ou outros objetivos”, dessa maneira, o turismo é tido como uma prática humana a qual se refere ao: “deslocamento de sua localidade de rotina por motivações como trabalho ou até mesmo para, simplesmente, conhecer distintas culturas e geografias” (AZEVEDO e BATISTOTE, 2020, p. 115).

O turismo é uma prática social contemporânea, ligada diretamente a divisão social do turismo. Assim sendo, percebe-se uma gradativa evolução da atividade turística em função dos acontecimentos históricos e avanços proporcionados pela humanidade, principalmente no que tange a tecnologia e transportes.

Sob essa perspectiva, há de se considerar que, conseqüentemente, o turismo passou a ter um forte papel econômico no cenário de arrecadação e sustentação locais, a ponto de diversas cidades, possuir na atividade turística um grande fator de propulsão econômica no destino, por meio da arrecadação turística. Dessa maneira, o turismo num aspecto econômico, pode ser conceituado conforme afirma BARBOSA, 2005, p. 108):

O turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios. O turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço [...].

Dessa maneira, torna-se evidente como o turismo e sua presença em determinados locais pode proporcionar um relevante impacto econômico, bem como desenvolver novas condições de vida àqueles os quais passam a depender dessa vertente



mercadológica e cultural que passa a se fortalecer nos destinos turísticos. É importante ressaltar que, apesar dos impactos positivos advindos da atividade turística, algumas questões negativas também podem surgir, como por exemplo aculturação, poluição, prostituição, especulação imobiliária, inflação na economia local, descaracterização do artesanato, etc. Nesse sentido, o planejamento tem papel fundamental para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos.

Destarte, no trato da atividade turística, há de se destacar a existência de variados segmentos e tipologias. Tais segmentos dependem de uma série de variáveis, podendo assim atrelar-se a diferentes perfis de turistas, os quais buscam contemplar os mais diferentes desejos.

De acordo com Ledhesma (2018), a gastronomia se apresenta como um dos possíveis segmentos abordados pelas motivações dos fluxos turísticos, apresentando-se como um importante segmento dentro de tais práticas. Por isso, ao desenvolvermos o presente estudo, é sobre esse lugar e importância que se pensa refletir e investigar e, ainda, observar como que essa força econômica (BARBOSA, 2005) pode associar-se à outra força em um determinado lugar: a força da gastronomia.

O SEGMENTO GASTRONÔMICO E SUA POTENCIALIDADE TURÍSTICA

No que concerne o processo de evolução humana, diferentes processos e movimentos impactaram relevantemente nos modos de vivência e estabelecimento das culturas em diversos pontos do globo terrestre. Dentre tais processos, a evolução da alimentação se apresenta como um fator determinante na vivência humana, impactando no cotidiano e na constituição dos grupos sociais e, conseqüentemente, influenciando em outras práticas sociais, como por exemplo, a atividade turística.

Quando se fala sobre alimentação e seus processos correlacionados, é possível perceber um efeito de valor ampliado, conforme afirma Montanari (2013, p. 15-16):

Comida é cultura quando produzida, porque o homem não utiliza apenas o que encontra na natureza (como fazem todas as outras espécies animais), mas ambiciona também criar a própria comida, sobrepondo a atividade de produção à de predação. Comida é cultura quando preparada, porque, uma vez adquiridos os produtos-base da sua alimentação, o homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas da cozinha. Comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto

a dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos deque a comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la.

Por meio da conceptualização de Montanari (2013) é perceptível que os alimentos, para além de um valor nutricional, de gosto ou de consumo, possui um valor cultural. Para o autor, a comida é uma maneira de comunicar a cultura, expressão identitária de um povo, de um lugar. Nesta lógica, a gastronomia se apresenta como uma ciência fundamental para a compreensão dos processos que envolvem os alimentos para além da perspectiva cultural.

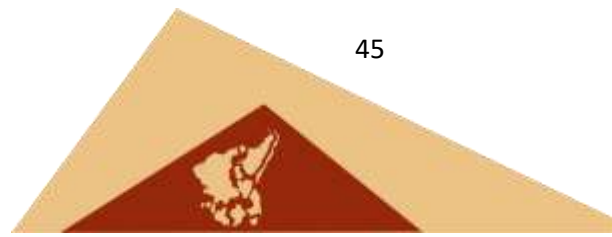
Para Franco (2001) o surgimento da gastronomia é um dos principais acontecimentos que fez-se distinguir o humano dos demais animais, o autor afirma: “quando o homem aprendeu a cozinhar seus alimentos, surgiu uma profunda diferença entre ele e os outros animais. Cozinhando, descobriu que podia restaurar o calor natural da caça, acrescentar-lhe sabores [...]” (FRANCO, 2001, p. 15). Ao longo dos períodos da humanidade, tal prática foi passando por transformações, seja com as variações do modo de preparo seja pelas variações inevitáveis de ingredientes e temperos variados de acordo com a geografia e cultura de cada lugar (FRANCO, 2001).

Sobre a definição conceitual da terminologia “gastronomia”, aponta-se que:

[...] a gastronomia é o conhecimento fundamentado de tudo o que se refere ao homem, na medida em que se alimenta. Seu objetivo é zelar pela conservação dos homens, por meio da melhor alimentação possível. Ela atinge esse objetivo dirigindo, mediante princípios seguros, todos os que pesquisam, fornecem ou preparam as coisas que podem se converter em alimentos (BRILLAT, 1995, p. 57).

Neste contexto, a gastronomia pode também obter um papel turístico, estimulando a geração de fluxos turísticos para destinos onde os processos que envolvem a cultura gastronômica local se destacam. Sobre a gastronomia como um produto turístico, Sampaio (2010, p. 119) ressalta que: “A gastronomia constitui-se como um recurso turístico primário; idem, como um verdadeiro produto turístico [...]”. Para Peccini (2013, p. 207): “a gastronomia é, muitas vezes, colocada no centro das discussões do turismo como um dos pontos de referência para festas, nas quais se coloca como atrativo e como tema, ou como parte da arte de bem receber os visitantes”.

Para além disso, o autor pontua que tudo que seja capaz de atrair turistas, é considerado um produto turístico (SAMPAIO, 2010). Exemplos de atividades turísticas



baseadas no segmento gastronômico e que obtiveram sucesso no Brasil são: as experiências gastronômicas baseadas em pratos típicos de Minas Gerais (tais como o queijo, cachaça, feijão tropeiro, doce de leite, etc.); da Bahia (tais como acarajé, moqueca, bobó camarão, vatapá, etc.); do Rio Grande do Sul (churrasco gaúcho, vinhos, galeto na brasa, arroz carreteiro, pinhão, etc.); do Rio de Janeiro (feijoada, caipirinha, bolinho de bacalhau, rabanada, etc.); dentre outras possibilidades nacionais e internacionais que se destacam enquanto motivadores do segmento do turismo gastronômico.

No caso de Mato Grosso do Sul, estado estabelecido por diferentes culturas migratórias, também é possível associar diferentes sabores/pratos a serem valorizados e explorados enquanto motivadores turísticos. Dessa maneira, o segmento gastronômico estimulado na Avenida Bom Pastor pode ser considerado neste contexto de valorização turística, uma vez que “a partir da necessidade básica de se alimentar surge à oportunidade de atrair pessoas com este foco específico, o que consiste no turismo gastronômico” (GOMES, 2015, p. 3).

Considerando tais premissas, a seguir, discorre-se mais detalhadamente sobre a perspectiva da gastronomia em Campo Grande - MS e sua atratividade para a atividade turística.

A GASTRONOMIA ENQUANTO POTENCIALIDADE TURÍSTICA EM CAMPO GRANDE - MS

Antes de tratar especificamente sobre a culinária de Campo Grande - MS, é necessário apontar que, de maneira geral, a culinária sul-mato-grossense é caracterizada por uma miscigenação de elementos de outros estados e países, como derivados da cultura paraguaia, gaúcha, mineira, japonesa, etc. Dessa maneira, a culinária local é conhecida por uma mistura de pratos, tais como: arroz carreteiro, arroz boliviano, carne de capivara, carne de jacaré, carnes de peixes diversos, churrasco, mandioca, sopas/caldos, saltenha, sopa paraguaia, chipa paraguaia, tereré (e derivados da erva mate), *puchero*, bolo de mandioca, pratos derivados da cultura japonesa, dentre outros.

Sobre o cenário gastronômico de Campo Grande, vale apontar que a capital segue uma perspectiva parecida com a gastronomia do estado como um todo. Neste sentido Gomes (2015, p. 3) aponta que:

A cidade de Campo Grande sofre interferências de diversas culturas e povos, como os vizinhos fronteiriços (paraguaios e bolivianos, os japoneses devido ao grande número de imigrantes que vieram ao estado para construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Essa diversidade cultural influenciou nos costumes e na culinária local, como a introdução do sobá e do yakisoba, da sopa paraguaia e do tereré, nos leques costumes do campo-grandense.

Considerando o panorama gastronômico de Campo Grande - MS, alguns locais se destacam enquanto *locus* de promoção e valorização da gastronomia local, tais como: o Mercado Municipal, a Feira Central, as Feiras livres dos bairros, entre outras.

O Mercado Municipal Antônio Valente, por exemplo, popularmente conhecido como “Mercadão”, é um local onde podem ser encontradas para compra diversas especiarias regionais. Dentre os destaques gastronômicos do Mercado, um prato que chama a atenção de turistas e visitantes é o famoso pastel de jacaré.

Já a Feira Central, ou então “Feirona”, é o local onde se encontra o popular o Sobá, um prato derivado da culinária japonesa que é tido como prato típico campo-grandense, devido sua popularidade local e sua particularidade na adaptação sul-mato-grossense. Vale ressaltar que a Feirona e sua gastronomia estão intrinsecamente ligadas à colônia japonesa e suas práticas, ressaltando assim seu caráter cultural (GOMES; BOURLEGAT; MACIEL, 2012).

Já a culinária boliviana é divulgada e valorizada na praça Bolívia, onde os pratos são expostos em “barracas das comidas típicas corumbaenses e bolivianas, a comercialização da maioria desses produtos é de procedência boliviana e alguns como as hortaliças, verduras e frutas são de assentamentos rurais presentes no município de Corumbá” (SANTOS, 2020, p. 20). Dessa maneira, a Feira da Praça Bolívia se torna também um *locus* gastronômico da hospitalidade culinária campo-grandense, conforme afirma Santos (2020, p. 10):

Constatou-se que a Feira Praça Bolívia, pode vir a ter grande relevância para o turismo local e regional, pois reúne naquele espaço atrativos culturais que a faz permanecer há 15 anos, no mesmo bairro, atrelado a isto a Feira reúne também o conjunto de bens e serviços, favoráveis ao turismo [...].

Ainda no âmbito gastronômico, Campo Grande - MS conta com alguns corredores gastronômicos, os quais se apresentam como locais de concentração de oferta de bares, restaurantes e outras estruturas ligadas a gastronomia campo-grandense. Dentre os corredores idealizados/projetados, criados e implementados em Campo Grande - MS, cita-se o José Antônio, o da Divisão, o Gualter Barbosa, o Barreiras e o Bom Pastor.

Neste contexto, no que concerne ao panorama gastronômico de Campo Grande, destaca-se aqui o corredor da Avenida Bom Pastor que, ao decorrer de suas quadras e esquinas, apresenta um complexo de bares e restaurantes que contempla os mais variados gostos e necessidades da comunidade, turistas e visitantes.

CORREDOR GASTRONÔMICO BOM PASTOR: UM MOTIVADOR DO TURISMO GASTRONÔMICO EM CAMPO GRANDE - MS

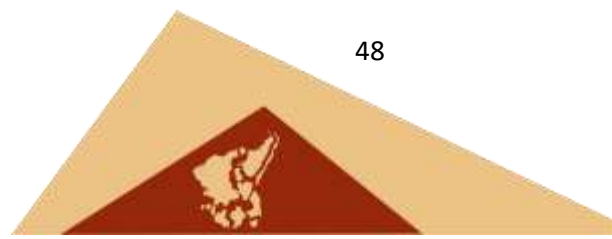
A Avenida Bom Pastor é “conhecida na cidade por sua diversidade de opções em restaurantes, bares e similares. Conhecida agora como Corredor Gastronômico, rica pela diversidade de pratos como: lanches, espetinhos, sobá, [...]” (GOMES, 2015, p. 3). Dessa maneira, ao conquistar alta popularidade e forte apelo turístico, foi sancionada a lei nº 5. 414 de 8 de dezembro de 2014, criando o Corredor Gastronômico, Turístico e Cultural da Avenida Bom Pastor (CAMPO GRANDE, 2014). Vale ressaltar que em sua história, o corredor se chama Bom Pastor devido a Avenida já ter essa nomenclatura e inicialmente começou-se a ter estabelecimentos gastronômicos de maneira natural de maneira que, posteriormente, foi impulsionada pela oficialização do projeto de Corredor Gastronômico (GOMES, 2015).

A partir de sua sanção pela lei de fundação em 2014 enquanto corredor gastronômico, a avenida passa a ser destacada em diversos meios de comunicação, indicando a atratividade turística do corredor, bem como as possíveis melhorias advindas da estruturação do corredor gastronômico na região (CAMPO GRANDE, 2014).

Neste âmbito, considerando a valorização da Avenida Bom Pastor enquanto e sua relação com a atividade turística, convém compreender o conceito de corredor gastronômico e sua importância, o qual é apresentado pela Superintendência de Turismo/Departamento de Fomento ao Turismo (2014):

O projeto de corredor gastronômico visa fortalecer os empreendimentos já instalados na região bem como fomentar o turismo gastronômico na região proporcionando maior comodidade e segurança aos turistas e munícipes, promoção de apresentações musicais, poéticas e artísticas, festivais e encontros gastronômicos e culturais (SEDESC, 2014).

Neste contexto, conforme as discussões supracitadas acerca da atividade turística e o segmento gastronômico de Campo Grande - MS, pode-se atrelar a Avenida Bom Pastor a ideia de um atrativo turístico. Segundo Beni (1998, p. 57) os atrativos



turísticos “são elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar, podendo, por sua origem, ser subdivididos em naturais e culturais”.

Assim sendo, discorre-se a seguir algumas informações e características que permitem evidenciar tal atratividade turística, de modo que, seja possível estabelecer ao longo do trabalho análises que permitam confirmar ou refutar o apelo turístico da Avenida Bom Pastor.

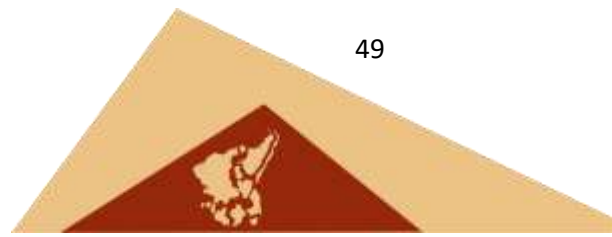
Ao longo dos últimos anos, a Avenida Bom Pastor foi ganhando destaque e a atenção do poder público na sua estruturação e promoção enquanto elemento da oferta turística de Campo Grande - MS, neste âmbito o jornal eletrônico *Campo Grande News*, destaca que a avenida passará por grandes reformas até 2023, estimando um investimento médio de 24 milhões (MATTOS, 2022). Ressalta-se ainda que, tais reformas se devem a investimentos advindos do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), conforme constatado em página oficial:

O Governo Federal vai financiar obras de revitalização do corredor gastronômico da Avenida Bom Pastor, espaço que reúne bares, restaurantes, lojas e espaços de convivência na cidade de Campo Grande (MS). Por meio do Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), serão disponibilizados R\$ 22,6 milhões para a iniciativa. A Prefeitura local deverá prestar uma contrapartida de R\$ 1,2 milhão (BRASIL, 2022).

Além disso, destaca-se que o projeto de revitalização da Avenida tem promessa de ser entregue em 2023, de modo que: “O projeto de revitalização contará com embutimento da fiação elétrica, recapeamento, padronização das calçadas, acessibilidade e arborização” (LIBNI, 2022, s/p). Tais procedimentos e estruturações destacam os diferentes elementos visuais, de acessibilidade e de urbanismo que irão ser melhorados e, conseqüentemente, podem maximizar a experiência turística, possibilitando maior fluxo de atração turística neste ponto da cidade.

A Avenida Bom Pastor possui também uma Associação dos empresários da região chamada ASSEMPAVE (Associação dos Empresários da Avenida Bom Pastor) que foi inaugurada no dia 29 de abril de 2016, e atualmente é presidida por Eduardo Francisco Castro.

Considerando as discussões tratadas até aqui, considera-se importante contribuir com o levantamento de dados sobre o panorama atual da Avenida Bom Pastor,



bem como a verificação do olhar dos empresários frente às projeções do corredor gastronômico enquanto atrativo turístico. Neste âmbito, os resultados da pesquisa trarão um levantamento de dados sobre a oferta turística do corredor, bem como informações sobre as impressões dos empresários no que tange a promoção da Avenida Bom Pastor enquanto atrativo turístico.

INVENTÁRIO DE OFERTA DO CORREDOR GASTRONÔMICO BOM PASTOR EM CAMPO GRANDE-MS

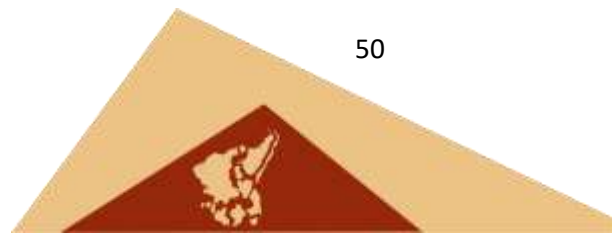
Para o desenvolvimento do inventário, foi realizada visita de campo no dia 18 de julho de 2022, que durou das 16h às 21h45. Para coletar os dados, considerou-se o trecho da Avenida Bom Pastor entre a Avenida Eduardo Elias Zharan e a rua Maratona (intervalo dos números 92 e 1790). Para o recorte, considerou-se que, esse perímetro compreende a maior quantidade de estabelecimentos de Alimentos e Bebidas no corredor gastronômico e, conseqüentemente, onde observa-se o maior fluxo de turistas/visitantes.

Considerando a visita de campo e os dados coletados, é de se notar que a região engloba um considerável espaço físico e possui uma grande variedade de segmentos. Isso torna a área relevante para o cenário gastronômico regional e um grande potencial para atrair turistas e gerar empregos para a população local, uma vez que a variedade de opções pode chamar a atenção de diferentes públicos e gostos. O quadro 1 apresenta a variedade de tipos de estabelecimentos de alimentos e bebidas encontradas na área de estudo.

Quadro 1 - Tipologia de estabelecimentos identificados na oferta do Corredor Gastronômico Bom Pastor

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE
Trailer's	6
Restaurantes	25
Lanchonetes	7
Bares e Lanchonete	2
Mercados	4
Bares	5
Docerias	5
Sorveterias	2
Distribuidoras de bebidas	2
Padarias	1
Açougues	1

Fonte: Autores (2022)



Analisando os dados apresentados no quadro 1, é possível verificar que há uma notável quantidade de estabelecimentos comerciais, o que possibilita uma variedade de produtos e serviços encontrados no corredor gastronômico, os quais podem compor a formatação de um atrativo para a atividade turística da capital.

Considerando o universo de estabelecimentos evidenciados no processo de inventariação, a aplicação dos questionários foi realizada por meio de amostragem, buscando sua aplicação nos principais estabelecimentos de Alimentos e Bebidas do corredor gastronômico. Neste sentido, para que houvesse uma diversificação dos dados coletados, foram aplicados questionários considerando os quantitativos apresentados no quadro 1, tomando como amostragem de pesquisa: 3 restaurantes; 2 trailers; 2 lanchonetes; 2 bar; e 1 doceria.

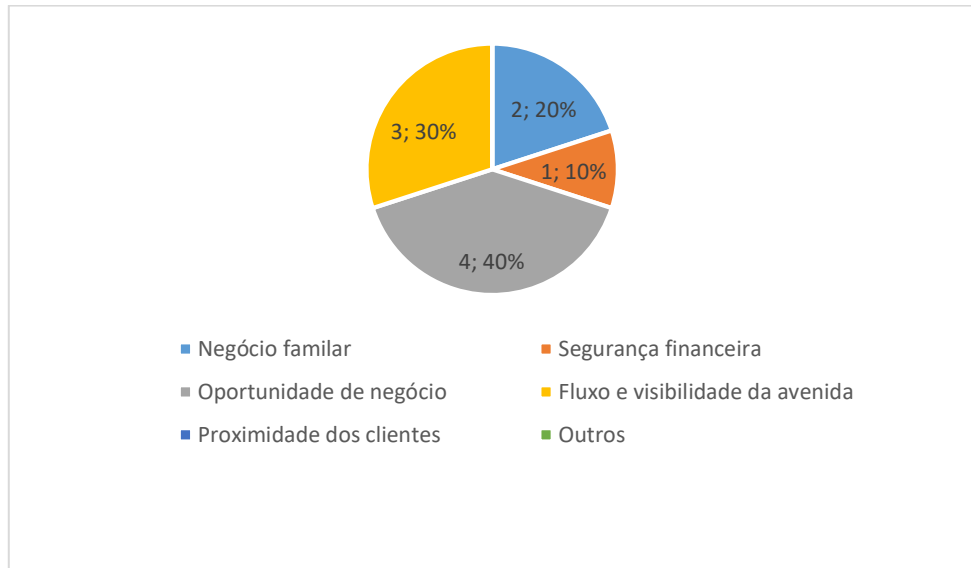
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabendo que a presente pesquisa tem como objetivo trazer aos respectivos interessados a amplitude dos restaurantes e pontos gastronômicos como possibilidade de prática de turismo, viemos por meio de dados e fatos históricos debater os resultados apresentados diante do estudo realizado na Avenida.

A seguir, apresenta-se reflexões sobre as informações coletadas, as quais compreendem questões como: motivação para empreender, quantidade média diária de clientes entre outros, que serão discutidos conforme as figuras e questionários aplicados. No primeiro questionamento, buscou-se compreender o tempo de atuação das empresas na Avenida Bom Pastor. Foi observado que, nenhuma das empresas tem atuação recente, ou seja, menos de 1 ano. Todas as empresas responderam que atuam a pelo menos 1 ano. Três delas responderam que estão na avenida a mais de 10 anos.

Após descobrir o tempo de atuação, foi perguntado sobre quais motivações levaram a empreender no setor de A&B na região da Avenida Bom Pastor, fato este o qual os resultados estão representados por meio da Figura 2:

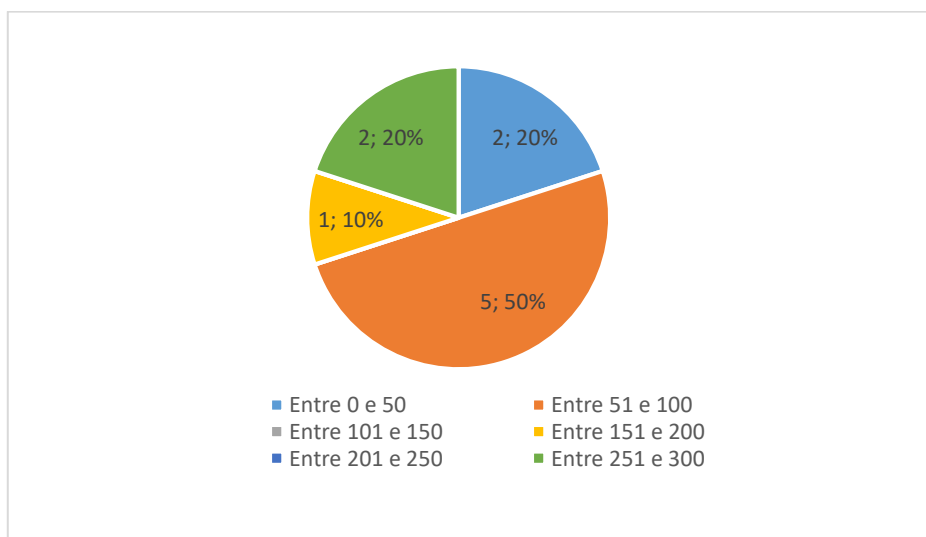
Figura 2 – Motivações para empreender na Avenida Bom Pastor



Fonte: Autores (2022)

Observa-se que de acordo com a figura, a qual trata sobre a motivação de empreender, quatro respondentes indicaram que aproveitaram uma oportunidade de negócio, enquanto três respondentes disseram que o fluxo e visibilidade da avenida foi importante para empreender. Assim sendo, percebe-se que, a criação do corredor pode ter sido ser considerado um fator que criou mais oportunidades de negócios e também aumentou o fluxo de clientes na região, condição importante para estimular o turismo. A proximidade dos clientes e outras respostas não foram apontadas pelos respondentes. Já na Figura 3, as informações indicam sobre a quantidade média diária de clientes.

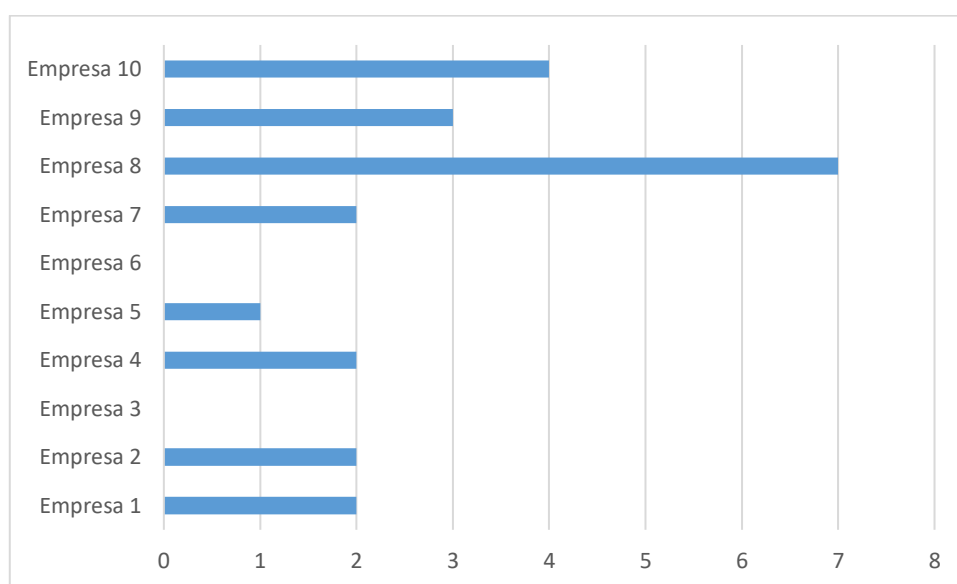
Figura 3 – Quantidade média diária de clientes



Fonte: Autores (2022)

Logo, partindo dos dados apresentados na figura, é possível observar que a maioria das empresas tem fluxo próximo a 100, ou seja, 5 empresas, 2 delas possuem um fluxo menor que 50 e apenas 3 empresas entre 200 e 300. Considerando a média observada nos respondentes, percebe-se uma quantidade de visitantes relevante, capaz de se caracterizar enquanto um relevante fluxo turístico. Na sequência, apresenta-se dados sobre as reformas desenvolvidas nos estabelecimentos que compõem a oferta gastronômica da Avenida Bom Pastor (Figura 4):

Figura 4 – Quantidade de reformas realizadas nos estabelecimentos da Avenida Bom Pastor (desde 2014)



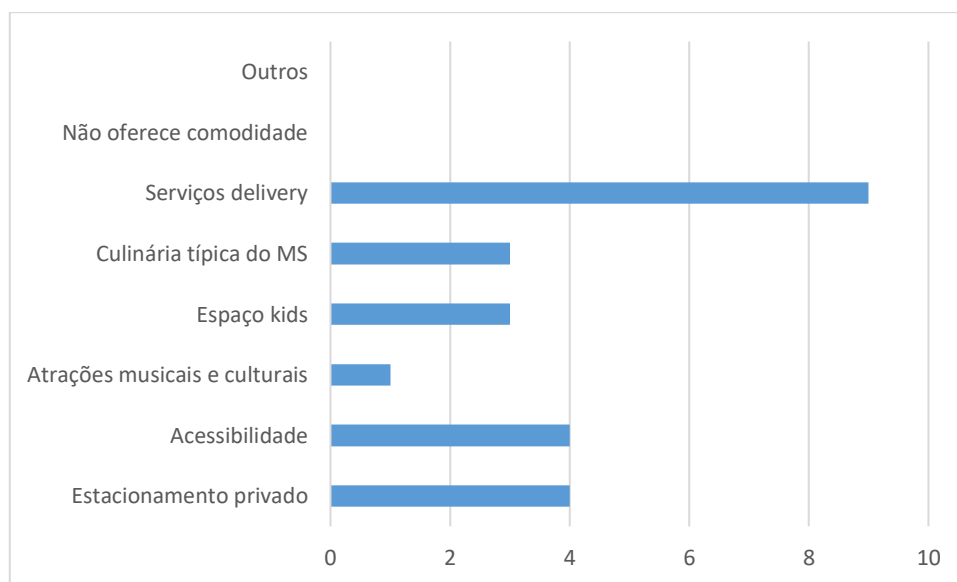
Fonte: Autores (2022)

Neste cenário, observa-se que das empresas que foram analisadas, a maioria, 5 delas apresentaram até duas reformas, 2 empresas nenhuma reforma e apenas 3 mais de três reformas, destacando-se a empresa 8 com sete reformas. Tal informação destaca a visão dos empreendedores quanto a importância de melhorar seus ambientes e propor uma melhor experiência aos turistas/visitantes que frequentam o corredor gastronômico. Entretanto, é importante destacar que, diferentes fatos podem influenciar no entendimento das reformas realizadas, como por exemplo, o número de clientes que cada empresa recebe e/ou passou a receber ao longo de sua existência, o tempo de atuação da empresa, dentre outras variáveis.

Quanto a tais dados, percebe-se que a manutenção desses prédios é de suma importância para o contexto local, ou seja, valorizando o ambiente, atraindo pessoas com novidades, e reforçando o atrativo até mesmo para aqueles que residem próximo trazendo um certo envolvimento da comunidade reforçando o apelo turístico. Sobre essa valorização dos ambientes e estruturas turísticas, Silva (2004) lembra que percorrer ruas arborizadas, com calçadas limpas e fachadas padronizadas, permite que os turistas/visitantes tenham uma boa impressão.

Dentre os fatores os quais puderam ser observados enquanto comodidades oferecidas pelos empreendimentos, destaca-se o oferecimento de estacionamento, fator este que permite ao consumidor uma certa tranquilidade ao escolher seu ponto de parada na Avenida Bom Pastor. Na Figura 5, apresenta-se algumas das comodidades oferecidas e que podem fidelizar e conquistar clientes.

Figura 5 – Comodidades oferecidas pelos estabelecimentos de A&B da Avenida Bom Pastor



Fonte: Autores (2022)

Destaca-se ainda que o serviço *delivery* é um fator bastante preponderante no corredor gastronômico. Este diferencial é ressaltado por Santos (2015), que indica que cada vez mais os consumidores têm buscado comodidade e agilidade para sua alimentação. Partindo desse pressuposto, podemos argumentar que durante e após a

pandemia este número tem crescido, pois a presente pesquisa demonstra que o maior número de vendas tem sido nesta modalidade.

No que tange a fidelização dos turistas/visitantes, Bei e Chiao (2001) reforçam que, a qualidade de um produto ou serviço influencia diretamente a satisfação do cliente, indicando que os consumidores se tornam mais rapidamente fiéis quando estão satisfeitos com o produto/serviço oferecido. No caso do Corredor da Avenida Bom Pastor, as comodidades oferecidas podem facilitar esse processo de fidelização.

Observa-se ainda que, o estacionamento privado, assim como a acessibilidade são fatores de grande influência, pois geram no consumidor uma certa comodidade transparecendo segurança, logo atrás destes fatores os quais foram discutidos, temos os espaços Kids e a Culinária do MS, a qual também tem poder atrativo, sendo para os pais uma forma de comodidade e para os filhos divertimento e entretenimento, e a culinária do MS sendo uma opção de fortalecimento cultural.

Quando perguntado sobre os principais desafios de empreender na avenida Bom Pastor, do total de respondentes, apenas um citou outro motivo que não estava no questionário, ele indicou que uma das dificuldades é a falta de estacionamento na Avenida Bom Pastor. Quanto a dificuldade de investir e a possibilidade de fechamento, ninguém indicou esse fator como um problema nos negócios (Figura 6). Percebe-se que os mais citados foram, a falta de segurança, falta do incentivo do poder público, e a falta de mão de obra qualificada e a carga tributária. Isso indica que o poder público por exemplo: precisa investir em qualificação de mão de obra qualificada como poderia fazer parceria com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – MS), ou até mesmo em uma instituição de ensino, como por exemplo a própria UEMS. Neste sentido Cisne e Gastal (2010, p. 51) apontam que:

A gestão realizada pelo Poder Público local deve estimular o turismo urbano e o lazer, tendo cuidado no manejo do ciclo vital do produto (introdução, crescimento, maturidade e declínio), que é a oferta integral dos atrativos do lugar, as facilidades e as atividades programadas no destino turístico, de maneira que possa compensar a adequada prestação de serviços, á medida que sejam solicitados nas distintas fases do ciclo, já que é inevitável que ocorram altos e baixos na demanda.

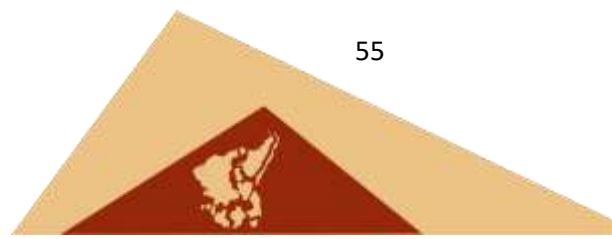


Figura 6 – Desafios para empreender na Avenida Bom Pastor



Fonte: Autores (2022)

Acerca dos motivos que dificultam empreender na Avenida Bom Pastor, percebe-se que a falta de mão de obra qualificada é apontada como um dos fatores que mais dificultam a atuação das empresas no corredor gastronômico. Neste contexto, os empresários indicam que o poder público ainda peca no incentivo ao setor gastronômico na Avenida Bom Pastor, uma vez que, este poderia incentivar e promover cursos de qualificação para propiciar a melhoria do atendimento aos turistas/visitantes. De acordo com Ribeiro *et al.*, (2021, p. 572):

“[...] fatores como a sazonalidade intrínseca ao setor, baixa escolaridade dos empregados, alta rotatividade, entre outros, dificultam a qualificação da mão de obra e comprometem os serviços oferecidos, tornando-se desafios a serem superados pelo setor”.

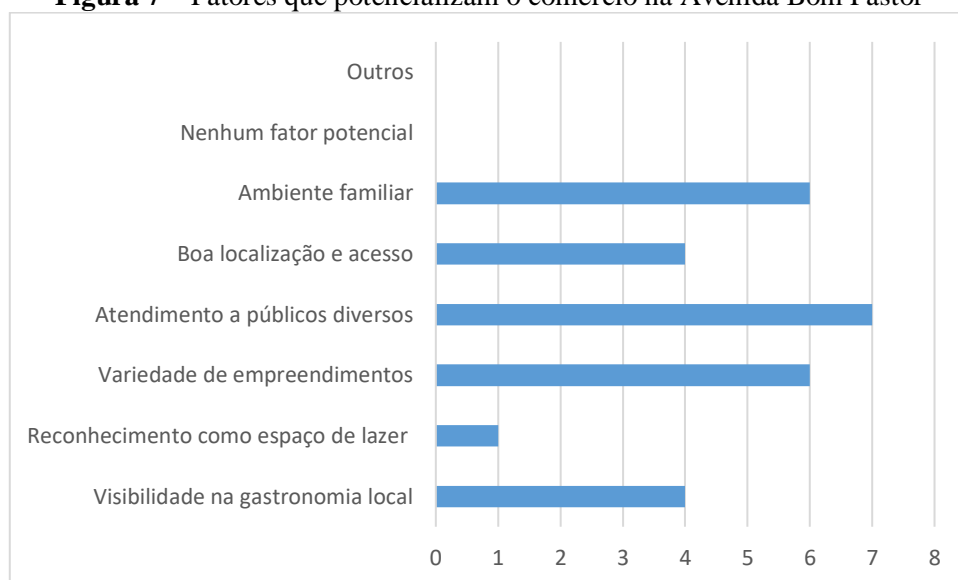
É importante destacar que, tal visão sobre a falta de investimentos em qualificação de mão de obra por parte do poder público é uma percepção apontada pelos empreendedores que, muitas vezes, não estão dispostos a pagar melhores salários para os mais qualificados profissionais disponíveis no mercado. Além disso, instituições de qualificação como as disponibilizadas pelo Sistema S são atuantes em Campo grande – MS e, muitas vezes, possui uma baixa procura mesmo em cursos oferecidos gratuitamente.

Quanto a carga tributária, é importante lembrar que esta é uma questão generalizada, ou seja, impacta diferentes segmentos (não apenas o gastronômico), e que acaba por muitas vezes dificultar a consolidação de empresas.

Outro questionamento direcionado aos respondentes teve por objetivo compreender a visão dos empresários da avenida Bom Pastor sobre o quanto acreditam no apelo turístico do corredor. Dos respondentes, apenas 1 respondente acredita que a inauguração do Corredor Gastronômico não é importante. O respondente justifica não acreditar na atratividade turística uma vez que, desde a criação do nome Corredor, pouco mudou, e que nada foi feito de 2015 até agora em 2022. Os demais respondentes acreditam que o corredor é importante para o turismo no local. Os empresários acreditam que, com a inauguração do Corredor Gastronômico da Avenida Bom Pastor, o fluxo de turistas nos seus estabelecimentos aumentou e a tendência é de aumentar mais o fluxo familiar por ter uma variedade de estabelecimentos com comidas variadas atendendo todos os paladares e preços.

Na sequência, observa-se os dados sobre os fatores que potencializam o comércio na avenida Bom Pastor. Conforme observado na Figura 7, todos os fatores foram citados como um potencial da Avenida Bom Pastor, porém, o que se destacou foi o “atendimento a públicos diversos”, fato que se justifica uma vez que, uma das coisas mais perceptíveis na Avenida Bom Pastor é sua variedade: encontra-se comida regional, japonesa, paraguaia, entre outras, agradando um público diversificado e exigente, no ponto de vista do turista isso é muito importante, por exemplo: um turista chega em Campo Grande - MS, e tem preferência por comida japonesa, é possível que na Avenida Bom Pastor ele encontre o prato desejado, e não só apenas comida japonesa, mais sim saborear várias opções da gastronomia campo-grandense, facilitando o turista encontrar em um só lugar variedades de alimentos.

Figura 7 – Fatores que potencializam o comércio na Avenida Bom Pastor

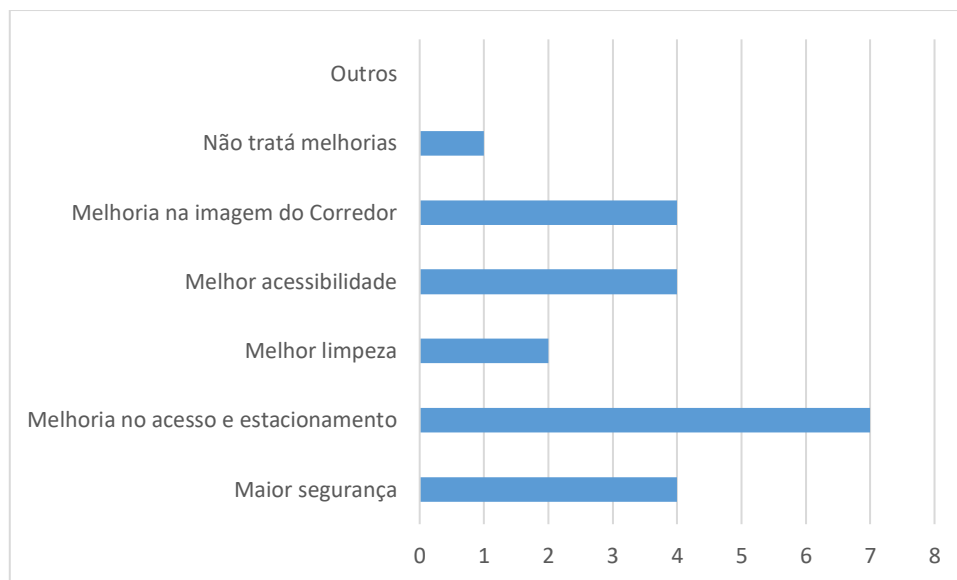


Fonte: Autores (2022)

Os outras duas variáveis bem citadas foram “ambiente familiar” e “variedades de empreendimentos”. Neste sentido, percebe-se a importância de ambientes acolhedores, que ofereça segurança para os turistas, local receptivo onde pode se sentir bem acolhido. Por isso, o Corredor Gastronômico e um lugar positivo e com variedades de estabelecimentos para atender a todos turistas e visitantes.

Quanto aos possíveis pontos de melhoria na Avenida Bom Pastor a partir da revitalização do corredor gastronômico, apenas um respondente não acredita que o comércio da Avenida Bom Pastor seja potencializado em função da reforma do corredor gastronômico. Já os demais respondentes indicam que fatores como a imagem do corredor, acessibilidade acesso/estacionamento e segurança devem ser melhorados para potencializar o comércio na Avenida Bom Pastor, conforme indica a Figura 8.

Figura 8 – Possíveis pontos de melhoria da Avenida Bom Pastor a partir da revitalização do corredor gastronômico



Fonte: Autora (2022)

Neste sentido Sá (2002, p.12)s aponta que: “toda comunicação tem por referência um sistema mais amplo de marketing”. No turismo, uma imagem pode atrair o cliente, mas se a estrutura social é problemática e as condições regionais e as infraestruturas são deficientes, essas irão atuar como uma imagem contraposta, diminuindo o interesse do consumidor e muitas vezes criando uma outra imagem repulsiva, comumente chamada de negativa. Tais fatores são importantes, uma vez que, os itens elencados influenciam diretamente na boa experiência do visitante/turista e, conseqüentemente, são determinantes no sucesso do corredor enquanto opção gastronômica em Campo Grande - MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados e discutidos permitiram diagnosticar importantes aspectos na estruturação do corredor gastronômico, bem como compreender o olhar dos empresários quanto a seu apelo turístico.

Percebe-se que, ao longo dos últimos anos, a Avenida Bom Pastor foi ganhando destaque e atenção do Poder Público na sua estruturação e promoção enquanto elemento da oferta turística em Campo Grande – MS, com um investimento médio de 24

milhões, reformas se devem a investimentos advindos do Governo Federal por meio do Desenvolvimento Regional (MDR), conforme constatado em páginas oficial.

A pesquisa permitiu constatar a existência da ligação do turismo gastronômico com o seguimento cultural na avenida Bom Pastor, onde a cultura e as características do lugar é valorizado sendo usado como o atrativo o lugar de experiência onde é possível materializar gostos desejos e expectativas.

Com uma culinária regional peculiar e a variedade de empreendimentos gastronômicos, o Corredor Gastronômico Bom Pastor ainda dispõe de poucas investigações acadêmicas, as quais podem propor maiores estudos sobre a presença e o perfil dos turistas que frequentam o Corredor Gastronômico da Avenida Bom Pastor. No entanto, a presente pesquisa pode instigar que estudos com essas perspectivas continuem despertando o interesse de novos outros pesquisadores. Com isso, acredita-se que a presente pesquisa contribui a investigar a realidade da Avenida Bom Pastor para melhoria turística do lugar.

Assim, destaca-se a possibilidade e/ou necessidade de novas avaliações sobre a contribuição e relações (favoráveis ou não) da gastronomia para a prática do turismo, as quais podem privilegiar não apenas a realidade do Corredor Gastronômico Bom Pastor e Campo Grande – MS, mas sim de outros contextos em que essa problemática se apresente como uma possibilidade de desenvolvimento turístico.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Renan Ramires de; BATISTOTE, Maria Luceli Faria. **Manipulações no ciberespaço: discurso e linguagem do turismo pantaneiro**. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, v. 14, n. 2, p. 114-127, ago. 2020. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/8956>. Acesso em: 28 maio 2022.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 14, p. 107-114, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR. MDR autoriza R\$ 22,6 milhões para modernização de corredor gastronômico em Campo Grande (MS), MDR, 2020. Disponível em: <https://portalnovonorte.com.br/noticias/noticia/10937/mdr-autoriza-r-226-milhoes-para-modernizacao-de-corredor-gastronomico-em-campo-grande-ms>. Acesso em: 20 ago 2022.

BEI, Lien-Ti; CHIAO, Yu-Ching. **An integrated model for the effects of perceived product, perceived service quality, and perceived price fairness on consumer**

satisfaction and loyalty. The Journal of Consumer Satisfaction, Dissatisfaction and Complaining Behavior, v. 14, 2001.pp. 125-140.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac, 1998.

BRILLAT, Savarin. **A fisiologia do gosto.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPO GRANDE, Município de. **Lei 5.441/2014.** Lei de implementação do Corredor Gastronômico da Avenida Bom Pastor como ponto turístico de Campo Grande, 2014.

CAMPO GRANDE. Lei cria corredor gastronômico e cultural em Campo Grande. **G1**, 9 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/12/lei-cria-corredor-gastronomico-e-cultural-em-campo-grande.html>>. Acesso em 20 jun. 2022.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Susana. **Turismo e sua história:** discutindo periodizações. **Anais...** do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul-RS. 2010.

FRANCO, Areovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia.** Thesaurus Editora, 2001.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. **Atrativos gastronômicos da cidade São Paulo (SP):** uma análise preliminar. 2014.

GOMES, Alanna Marques. **Corredor Gastronômico da Avenida Bom Pastor.** TCC (Bacharel em Turismo) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015

GOMES, L. A. S.; BOURLEGAT, C. A. L.; MACIEL, J. C. **Sobá de Okinawa ou Sobá de Campo Grande? Imigração japonesa e territorialização do Sobá,** Acta Geografia, Boa Vista, v. 6, n. 11, jan./abr. de 2012.

LEDHESMA, Miguel. **Tipos de turismo: nueva clasificación.** Buenos aires, v. 1, p. 66-86, 2018.

LIBNI, Thais. **Corredor gastronômico da avenida Bom Pastor é promessa para 2023.** Correio do Estado, 21 abr. 2022. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/corredor-gastronomico-da-bom-pastor-e-promessa-para-2023/399106>>. Acesso em 28 maio 2022.

MATTOS, Adriel. **Empresa da Capital é escolhida para projeto de revitalização da Bom Pastor.** Campo Grande News, 06 maio 2022. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/empresa-da-capital-e-escolhida-para-projeto-de-revitalizacao-da-bom-pastor>>. Acesso em 28 maio 2022.

MONTANARI, Massimo. **A comida como cultura.** São Paulo: Senac, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Turismo internacional: uma perspectiva global.** 2. ed. 1997.

PECCINI, Rosana. A Gastronomia e o Turismo. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 2, p. 206-217, abr-jun, 2013.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana; SANTOS, Monique Manuela Carvalho dos; SANTOS, Fernanda Rodrigues dos. Avaliação das Atividades Características do Turismo no Brasil: 2012-2020. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, p. 557-578, 2021.

SÁ, Aleph; **A imagem do Brasil no Turismo - construção, desafios e vantagens competitiva**: Editora Aleph, 2002, p.12.

SAMPAIO, Francisco. **A gastronomia como produto turístico**. Exedra: Revista Científica, n. 4, p. 119-134, 2010.

SANTOS, Rosane Canavarros dos. **A feira Praça Bolívia**: um atrativo turístico e cultural em Campo Grande – MS. TCC (Bacharel em Turismo) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

SANTOS, Marília. **Precificando de forma estratégica**: um estudo junto as empresas do ramo delivery de alimentos em um município gaúcho. Anais... 4º Fórum Internacional Ecoinnovar, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, 2015. Disponível em: <http://ecoinovar.com.br/cd2015/arquivos/artigos/ECO641.pdf>. Acesso em: 15 jul 2022.

SILVA, Maria da Glória Lanei da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

Recebido em dezembro de 2022.

Revisão realizada em abril de 2023.

Aceito para publicação em maio de 2023.

ANÁLISE DA TEMPERATURA DE SUPERFÍCIE NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS E SUA ZONA DE AMORTECIMENTO**ANALYSIS OF SURFACE TEMPERATURE IN THE EMAS NATIONAL PARK AND IN THE BUFFERING ZONE****ANÁLISIS DE TEMPERATURA SUPERFICIAL EN EL PARQUE NACIONAL EMAS Y EN LA ZONA DE AMORTIGUACIÓN**

Germano Silva Albuquerque
Universidade Federal de Jataí
germano.geografo@gmail.com

Alécio Perini Martins
Universidade Federal de Jataí
alecioperini@ufj.edu.br

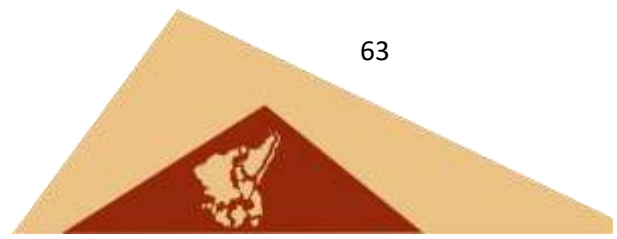
RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a variação da temperatura de superfície (TS) na área do Parque Nacional das Emas (PNE) e sua zona de amortecimento (ZA). o PNE é uma Unidade de Conservação do Cerrado que se encontra envolta por atividades agropecuárias que descaracterizam sua funcionalidade. Para isso, foram utilizadas imagens da plataforma Landsat 8 de janeiro de 2019 a dezembro de 2020 e o Sistema de Informação Geográfica ArcGIS 10.1®, onde a TS foi calculada seguindo os procedimentos descritos no algoritmo SEBAL (BASTIAANSEN, 1995; ALLEN et al. 2002). A expansão agrícola na ZA resulta em diferentes faixas de TS, sendo que as áreas não vegetadas apresentaram temperaturas médias de 32,2°C, seguidos das áreas de pastagem (31,7°C), grãos (30,8°C), entre outras áreas de lavoura (30,6°C). Já áreas com fitofisionomias do Cerrado apresentaram TS mais amenas: 27,5°C em formações florestais, 28,8°C em savanas e 30,8°C em campos. Isso demonstra que o baixo percentual de áreas conservadas e a pouca conectividade entre os fragmentos eleva as temperaturas médias na ZA e potencializa impactos sobre a biodiversidade como o aumento dos efeitos de borda, o isolamento da unidade de conservação e o risco de incêndios nos períodos de estiagem.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Temperatura de Superfície. Uso da Terra e Cobertura Vegetal. Sensoriamento Remoto.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the variation of surface temperature (ST) in the area of Emas National Park (PNE) and its buffer zone (ZA), a Cerrado conservation unit that is surrounded by agricultural activities that deprive it of its functionality. For this, images from the Landsat 8 platform from January 2019 to December 2020 and the ArcGIS 10.1® Geographic Information System were used, where the TS was calculated following the procedures described in the SEBAL algorithm (BASTIAANSEN, 1995; ALLEN et al. 2002). The agricultural expansion in the ZA results in different TS ranges, with the non-vegetated areas presenting average temperatures of 32.2°C, followed by pasture areas (31.7°C), grains (30.8°C), among other farming areas (30.6°C). On the other hand, areas



with Cerrado physiognomies showed milder TS: 27.5°C in forest formations, 28.8°C in savannas, and 30.8°C in fields. This shows that the low percentage of preserved areas and little connectivity between fragments raises average temperatures in the ZA and potential impacts on biodiversity such as increased edge effects, isolation of the conservation unit and risk of fires during dry periods.

Keywords: Conservation Unit. Surface Temperature. Land Use and Vegetation Coverage. Remote sensing.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la variación de la temperatura de superficie (TS) en el área del Parque Nacional das Emas (PNE) y su zona de amortiguamiento (ZA), una unidad de conservación del Cerrado que se encuentra rodeada por actividades agropecuarias que descaracterizan su funcionalidad. Para ello, se utilizaron imágenes de la plataforma Landsat 8 de enero de 2019 a diciembre de 2020 y el Sistema de Información Geográfica ArcGIS 10.1®, donde la TS fue calculada siguiendo los procedimientos descritos en el algoritmo SEBAL (BASTIAANSEN, 1995; ALLEN *et al.* 2002). La expansión agrícola en la ZA resulta en diferentes rangos de TS, siendo que las áreas no vegetadas presentaron temperaturas medias de 32,2°C, seguidas de las áreas de pastoreo (31,7°C), granos (30,8°C), entre otras áreas de cultivo (30,6°C). Las áreas con fitofisionomías del Cerrado presentaron TS más suaves: 27,5°C en formaciones forestales, 28,8°C en sabanas y 30,8°C en campos. Esto demuestra que el bajo porcentaje de áreas conservadas y la poca conectividad entre los fragmentos eleva las temperaturas medias en la ZA y potencializa impactos sobre la biodiversidad como el aumento de los efectos de borde, el aislamiento de la unidad de conservación y el riesgo de incendios en los períodos de sequía.

Palabras clave: Unidad de Conservación. Temperatura de la superficie. Uso de Suelo y Cobertura Vegetal. Sensores remotos.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista econômico, o Cerrado se tornou uma importante fronteira agrícola, sustentando a base nacional de produção e exportação de grãos e na criação de animais. Tal característica fomentou a modernização de equipamentos de campo e mudanças nas políticas ambientais. Entretanto, o Cerrado ainda possui a menor porcentagem de áreas de proteção, abrangendo apenas 8,21% do território que está legalmente protegido (CALDEIRA e PARRÉ, 2020; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022).

As áreas naturais que ainda mantêm seu aspecto original, apesar do contraste com o agronegócio, são as principais responsáveis pela manutenção dos ecossistemas que compõem o bioma. No cenário atual, essas áreas tendem a ser cada vez mais fragmentadas e descaracterizadas de suas funções ecológicas e climáticas, indicando que a alteração na

cobertura vegetal do solo pela expansão do setor agropecuário é um dos principais fatores que impulsionam as mudanças climáticas no Cerrado (IPCC, 2014).

O estabelecimento de políticas de proteção ambiental visando a criação de Unidades de Conservação (UC) tem por objetivo preservar zonas originais para proteção da fauna, flora e todo ecossistema com uso sustentável de recursos naturais em locais denominados *hotspots*¹. A maior parte desses fragmentos estão inclusos em domínios de intensa atividade agropecuária, e são diretamente impactados pelo uso de agrotóxicos, desmatamento, queimadas, dentre outros fatores que causam prejuízos à biodiversidade.

Devido ao crescente processo de expansão agrícola e mudanças climáticas em escala global, as UC exercem funções ambientais e sociais importantes, que podem garantir a preservação de diversas espécies, proporcionar temperaturas mais amenas e qualidade dos cursos hídricos e redução na emissão de gases do efeito estufa (TRAVIZAN e OLIVEIRA, 2022). Além disso, as UCs também podem servir como atração turística, como é o caso do Parque Nacional das Emas (PNE), uma das maiores UC do Brasil, que está entre as 18 UCs existentes no Estado de Goiás (SANTOS, 2018).

O PNE caracteriza-se por ser uma unidade de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza está envolto por extensa área agrícola na região sudoeste do estado de Goiás. Abrange 133.642 hectares na vasta fronteira agrícola do centro-oeste, o que pode impactar negativamente seu ecossistema, ocasionando a perda da vegetação, invasão de espécies exóticas, contaminação da água, solo, ar, dentre outros.

No Plano de Manejo elaborado em 2004, encontra-se descrita uma zona que envolve o Parque com a função de minimizar os impactos oriundos de ações externas denominada como Zona de Amortecimento (ZA). Essa área que serve como barreira por se tratar de uma grande extensão, contendo 263.432 hectares, que, se respeitada, evitaria o desgaste por efeitos de borda, que afetariam diretamente sua qualidade ambiental e possibilitaria a conexão com outras áreas de conservação (BARBOSA NETO, 2015).

É essencial o conhecimento dos fatores que configuram e afetam a estabilidade de uma UC. A dinâmica atmosférica, por exemplo, é um processo natural que interage com outros componentes da biosfera. No caso do PNE, as alterações ocorrem principalmente em escalas microclimáticas, mas a alteração da cobertura do solo e a

¹Hotspots são regiões naturais que abrigam uma imensa diversidade de espécies endêmicas significativamente afetadas por atividades antrópicas que correm risco de extinção (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

substituição da vegetação nativa podem provocar alterações em escalas macroclimáticas (RIBEIRO 1993; FRANÇA *et al.*, 2007).

A análise da Temperatura de Superfície (TS) dessas áreas obtidas por Sensoriamento Remoto possibilita a visualização da relação dessa variável climática com a dinâmica de uso da terra. Por se tratar de um elemento que está em contraste direto com a superfície e interage com os componentes da vegetação, a substituição de áreas nativas por atividades agropecuárias resultam em consequências que podem potencialmente modificar os climas local e regional, alterar o ciclo hidrológico nas trocas de água e de energia entre a superfície terrestre e a atmosfera, resultando na ocorrência de eventos extremos (BECERRA *et al.*, 2007).

Investigações que abordem aspectos dinâmicos das UC são de extrema importância e podem subsidiar a tomada de decisões inerentes a planejamentos futuros voltados à preservação e manutenção das UC. Sendo o PNE uma das únicas UC do Cerrado no Sudoeste de Goiás, estudos que contemplem aspectos aplicados à sua dinâmica devem ser fomentados. Neste sentido, a temperatura exerce influência direta e indireta na fauna, flora e no ciclo hidrológico e, portanto, avaliar aspectos relacionados ao clima dentro de uma UC certamente subsidiará com informações importantes para garantir melhor suporte para alcançar um índice de qualidade ambiental adequado.

A ZA do PNE surge então como uma estratégia de restrição que circunda a área numa extensão de 2 a 10 km², visando reduzir os impactos, servindo como um filtro das atividades que possam comprometer a integridade da UC. Como a ZA da área em questão já está imersa na ocupação agropecuária, fica restrita numa faixa de 2 km a aplicação de defensivos agrícolas que não estejam classificados como verde. Os impactos oriundos dessas atividades para os produtores rurais não seriam um problema maior do que abdicar das práticas agrícolas em suas propriedades (FLEURY *et al.*, 2009).

Estudos da TS têm sido muito utilizados para mapeamento de áreas de vegetação a fim de detectar e monitorar mudanças ambientais (BEZERRA *et al.*, 2019). Ao utilizar tais práticas na área do PNE torna-se possível acompanhar os parâmetros biofísicos em contraste com ZA que se encontra com culturas temporárias, analisando o contraste entre os níveis de temperatura atrelados ao uso e cobertura da terra e sua importância ambiental.

Considerando o exposto, a pesquisa desenvolvida apresentou como objetivo

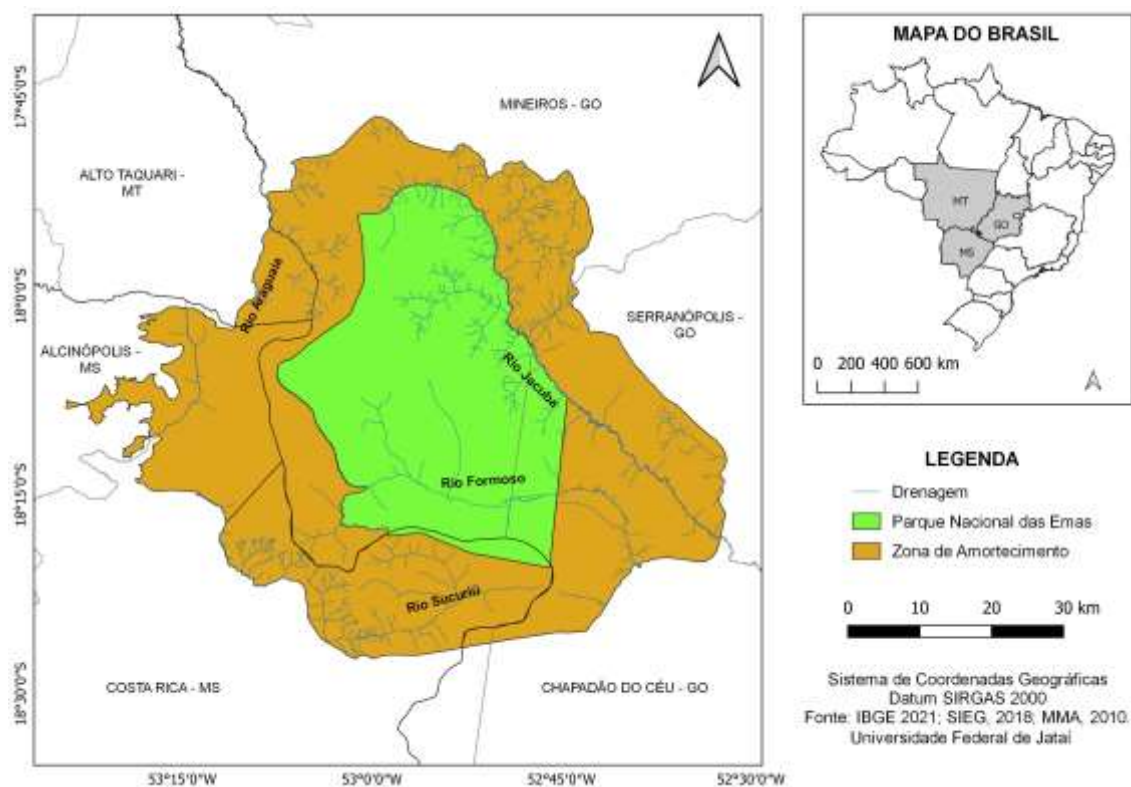
analisar a Temperatura de Superfície do Parque Nacional das Emas e sua Zona de Amortecimento a partir de imagens de Sensoriamento Remoto com imagens termais (Sensor TIRS, banda 10) do Satélite Landsat 8 entre os anos de 2019 e 2020, fazendo uma correlação dos valores obtidos de TS ao uso e cobertura da terra do ano de 2020.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

O PNE é uma das unidades de conservação estabelecidas no Cerrado que, por possuir biodiversidade elevada, está em contraste com grandes porções de cultivos temporários de grãos e cana-de-açúcar no entorno (KOPP *et al.*, 2010). Este fragmento ainda enfrenta a interação com o fogo, que é fator determinante na temperatura do ambiente e interage na dinâmica faunística e florística do local (FRANÇA *et al.*, 2007). Criado em 1961, possui área de 133.642 ha, localizado majoritariamente na região sudoeste de Goiás, e sua ZA conta com 263.432 hectares, abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme Figura 1.

Figura 1- Localização do Parque Nacional das Emas e Zona de Amortecimento.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Encontra-se em uma área de chapada com relevo plano/suave ondulado e altitudes que variam entre 800 e 900 m, com forte influência da ação dos ventos. O relevo plano é uma das principais características que faz o PNE e sua ZA serem de grande atrativo para atividades agropecuárias, visto 86% da área ser plana com menos de 6% de inclinação, o que seria ideal para agricultura mecanizada (MARTINS *et al.*, 2020).

Coleta de dados

Em primeiro momento, teve-se acesso a um conjunto de informações disponíveis na plataforma MapBiomas, projeto de mapeamento anual do uso e cobertura da terra nos Biomas do Brasil, onde foram baixados os mapas de uso da terra da Coleção 6 para o ano de 2020 e coletadas informações referentes a classes de legenda e paleta de cores que são atribuídos para os componentes da superfície. Estas informações são importantes para analisar a cobertura vegetal na área de estudo, assim como relacionar estas categorias de uso à variação da TS.

Em um segundo momento, foram obtidas imagens de satélite para extração dos dados de TS na plataforma USGS – *Earth Explorer* (USGS, 2022) com os seguintes parâmetros: localização do PNE e da ZA, cobertura de nuvens inferior a 40%, e o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. Este intervalo foi definido considerando a abrangência de cada estação do ano para análise sazonal e a disponibilidade de um número maior de imagens com baixo percentual de cobertura de nuvens.

O satélite selecionado para a pesquisa foi o LandSat 8, sendo a área de estudo incluída na órbita 224, pontos 72 e 73. As imagens selecionadas encontram-se descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Data do Imageamento e Temperatura do Ar no PNE e ZA.

Sensor	Data	Estação/Período
TIRS (Thermal Infrared Sensor) Órbita 224, pontos 72 e 73 (obtidos na mesma data)	08/janeiro/2019	Verão - chuvoso
	29/março/2019	Transição verão/outono - chuvoso
	16/maio/2019	Outono – transição chuvoso/seco
	19/julho/2019	Inverno- seco
	05/setembro/2019	Transição inverno/primavera – seco*
	31/março/2020	Transição verão/outono - chuvoso
	18/maio/2020	Outono – transição chuvoso/seco
	05/julho/2020	Inverno - seco
	07/setembro/2020	Transição inverno/primavera - seco
	26/novembro/2020	Primavera - chuvoso

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

* Após a imagem registrada em 05 de setembro de 2019 houve uma sequência de dias nublados nas datas de passagem do satélite sobre a região, impossibilitando a análise entre o final da primavera de 2019 e no verão de 2019/2020.

Os arquivos em formato “shapefile” (.shp) com informações sobre drenagem, limites municipais, estaduais e delimitação do PNE foram obtidos na plataforma do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG, 2022). Os vértices que delimitam a ZA foram obtidos no plano de manejo do parque (FRANÇA *et al.*, 2007) sendo a ligação entre estes realizada de forma manual com apoio em imagem de satélite para gerar o polígono da área.

Após o download das imagens, foram selecionados os arquivos do sensor TIRS (*Thermal Infrared Sensor*) referentes à banda 10, trabalhando numa faixa espectral do infravermelho termal, com 100m de resolução espacial reamostrada para 30m, e 12 bits resolução radiométrica.

Para validação dos dados de TS seriam necessários pontos de monitoramento no interior do parque, mas como não existem estações na área, utilizou-se informações de temperatura do ar coletadas pela estação meteorológica automática do INMET mais próxima da área de estudo situada no município de Mineiros (GO), a 69,9 Km em linha reta. Como as imagens de satélite são obtidas na região em horário próximo às 10h40min, foram utilizados os dados de temperatura do ar registrados às 11h (horário de Brasília) para comparação dos valores.

Processamento de dados

O *software* utilizado para processamento dos dados foi o ArcGIS 10.1®, licenciado para o Laboratório de Geoinformação da Universidade Federal de Jataí. Inicialmente foram recortadas as imagens temáticas com a classificação de uso da terra e cobertura vegetal disponibilizadas na plataforma MapBiomias para o PNE e sua ZA, visto que estas imagens são disponibilizadas para todo o território nacional. Foram também utilizadas as ferramentas “*dissolve*” e “*reclassify*” para reduzir o número de polígonos. Por fim, fez-se a conferência das classes temáticas, cálculo das áreas e elaboração do mapa temático.

No ArcGIS 10.1®, as imagens da banda 10 do sensor TIRS/Landsat 8 passaram por operações de mosaico e recorte, considerando que a área de estudo é coberta por duas cenas (72 e 73) da órbita 224. Para o cálculo de TS, o primeiro passo foi a obtenção da radiância espectral (L_{λ}), visto que as imagens brutas encontram-se apenas com valores de números digitais (escala de cinza). Este valor pode ser obtido conforme Ariza (2013) pela equação 1:

$$L_{\lambda} = ML \times Q_{cal} + AL \quad (1)$$

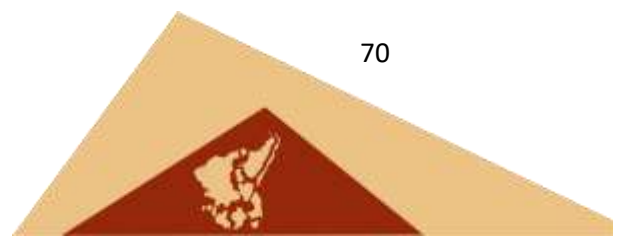
Onde ML = fator multiplicativo de redimensionamento de banda ($3,3420^{-04}$); Q_{cal} = valor calibrado dos níveis de cinza (Imagem da banda 10) e AL = fator aditivo de redimensionamento de banda (0,10000).

Para a emissividade da superfície (E_{NB}), considerando se tratar de uma área vegetada com índice de área foliar (IAF) médio acima de 3,0, definiu-se o $E_{NB} = 0,98$ conforme recomendado por Allen *et al* (2002).

Para a correção da Radiância Termal da Superfície (RC), utilizou-se a equação 2 conforme Allen *et al* (2002). Para os valores de R_p e τ_{NB} foram utilizados respectivamente os valores de 0 e 1 conforme recomendações dos autores.

$$RC = \frac{L_{10} - R_p}{\tau_{NB}} - (1 - E_{NB}) \times R_{SKY} \quad (2)$$

Ainda conforme Allen *et al.*, (2002), os valores de R_{sky} (*narrow band downward thermal*) podem ser obtidos conforme a equação 3, onde T_a corresponde à



temperatura do ar média obtida às 11h na estação automática do INMET instalada na cidade de Mineiros (GO).

$$RSKY = (1,807 \times 10^{-10}) \times Ta^4 [1 - 0,26 \exp(-7,77 \times 10^{-4} [273,15 - Ta]^2)] \quad (3)$$

Para o cálculo da TS (equação 4), além das informações calculadas nas etapas anteriores (emissividade e radiância termal corrigida), são necessárias as constantes k1 e k2 informadas nos metadados das imagens, sendo k1 = 774,8853 e k2 = 1321,0789.

$$TS = \frac{K2}{\ln\left(\frac{ENB \times K1}{RC} + 1\right)} \quad (4)$$

Com todos os cálculos realizados, obteve-se 10 imagens em formato TIF onde se tornou possível analisar a temperatura de cada pixel e associar com as categorias de uso da terra e cobertura vegetal.

Estatística descritiva

Os valores máximo, mínimo e médio, assim como o desvio padrão, foram calculados com o uso da ferramenta *Zonal statistics as a table* do ArcGIS 10.1®, onde posteriormente foram organizados tabelas-síntese, nos quais se obteve a quantidade de área em metros e suas respectivas classes. Também foi elaborada uma correlação das temperaturas de superfície médias com a registrada na estação meteorológica de Mineiros, sendo possível avaliar a variação entre os modelos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento de uso da terra para o ano de 2020 evidencia a predominância da agropecuária, em específico o cultivo de soja, representando 29,2% da área que por si só, já supera as áreas de formação campestre do PNE com 26,3%. A junção das áreas nativas representa 47,7% enquanto o setor agropecuário representa 52,2% da área do PNE e da ZA, sendo 0,08% classificada como outras áreas não vegetadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Áreas calculadas para cada categoria de uso da terra no PNE e ZA.

Uso e cobertura da terra	2020	
	Área (ha)	Área (%)
Formação Florestal	11930,0	3,0
Formação Savânica	48780,0	12,3
Silvicultura	742,2	0,2
Campo Alagado e Área úmida	24140,0	6,1
Formação Campestre	104100,0	26,3
Pastagem	40940,0	10,3
Cana-de-Açúcar	20680,0	5,2
Mosaico de Agricultura e Pastagem	16660,0	4,2
Outras Áreas não-Vegetadas	300,9	0,08
Rio, Lago e Oceano	81,6	0,02
Soja	115800,0	29,2
Outras Lavouras Temporárias	12090,0	3,1
Total	396244,7	100,0

Fonte: MapBiomias (2021).
Organizado pelos autores (2022).

O PNE apresenta vegetação predominantemente campestre, com ocorrência de formações savânicas e campos alagados, destacando pequenos pixels de pastagem dentro do Parque, atribuídos a falhas na classificação realizada pelo MapBiomias. Estas falhas são comuns, considerando que a assinatura espectral de áreas de campo limpo é semelhante à de pastagens. Já nas áreas da ZA onde se faziam necessárias ações de restauração ambiental, observou-se a incorporação da produção agropecuária que cada vez mais descaracterizam a sua função ecológica, visto a ocupação indevida de áreas de pastagem, cultivo de cana-de-açúcar, e aumento da produção de outras lavouras temporárias, principalmente a soja (Tabela 1; Figura 2).

Possíveis motivos que levaram a essa expansão agrícola foram a instalação de usinas de cana-de-açúcar para produção de etanol nos municípios de Chapadão do Céu e Mineiros, e investimentos na produção de grãos. Em 2020 de acordo com o IBGE (2022) a área destinada a produção de cana, milho e soja em Mineiros foi de 240,000 ha, Serranópolis 63,000 ha, Chapadão do Céu 183.000, Costa Rica 173,176 ha, Alto Taquari 123,704 ha e Alcinópolis 15,986 ha.

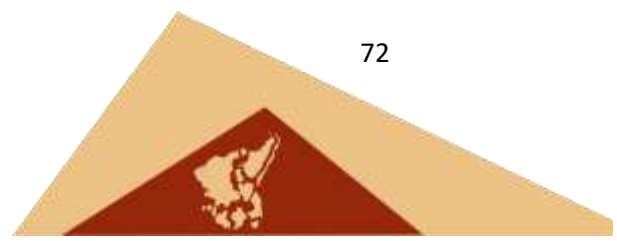
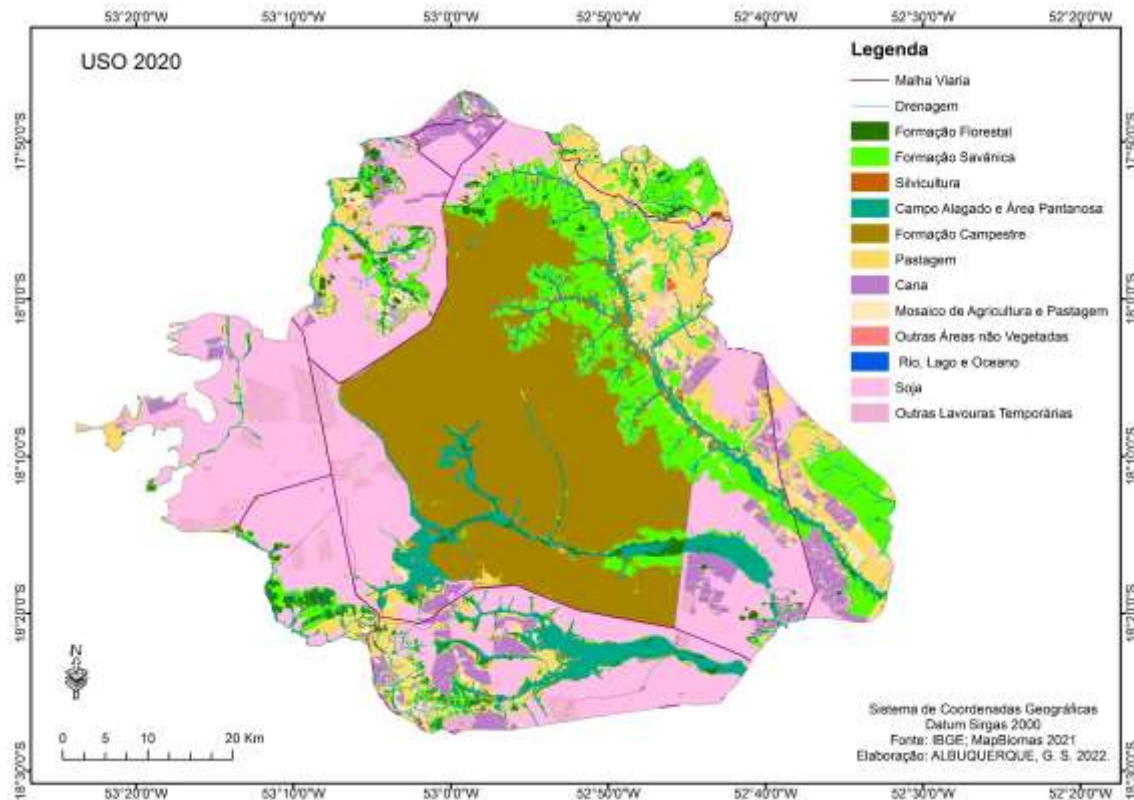


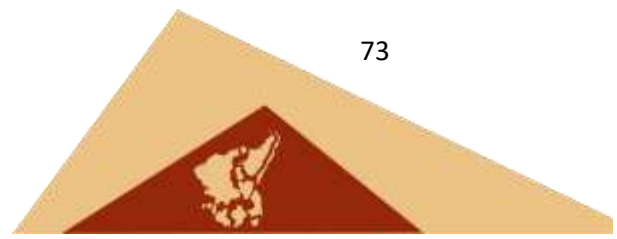
Figura 2 - Uso da Terra e Cobertura Vegetal em 2020 no PNE e ZA.



Fonte: MapBiomias (2021).
Elaborado pelos autores (2022).

A perda de espaço da vegetação natural para áreas agropecuárias no entorno de unidades de conservação vem avançando nitidamente, não só no Parque Nacional das Emas. Em estudos realizados por Moraes, Mello e Toppa (2015) na ZA do Parque Estadual Paulo Ferreira sendo uma mistura de Cerrado com Mata Atlântica situados em São Paulo, a baixa conectividade entre os fragmentos de vegetação na ZA impedia/dificultava o deslocamento de modo seguro dos animais entre os remanescentes até a UC. O que torna preocupante o fato de como a legislação ambiental ainda carece de políticas mais efetivas, visto que aos poucos toda área perderá sua função causando danos irreparáveis ao ecossistema.

Vale ressaltar que as áreas classificadas como soja pelo MapBiomias na verdade representam áreas cultivadas com grãos, visto que a soja é cultivada em primeira safra (até meados de fevereiro), mas posteriormente as áreas são usadas para cultivo de safrinha de milho, sorgo, girassol, entre outros.



Assad *et al* (2020) destacam que as áreas de pastagens vêm decrescendo no Cerrado nos últimos anos, estimando que mais de 5,6 Mha de pastagens foram convertidas para grãos. Esta conversão também fica evidente na ZA do PNE, onde a transformação das áreas de pecuária para agricultura representa cerca de 50,150 ha entre os anos de 1985 e 2020, enquanto o inverso foi de 995,4 ha. Isso implica no crescimento na oferta de grãos, proteína e fibras na região não necessariamente para alimentação da população, mas sobretudo para produção de ração para a criação animal e exportação de *commodities*.

Visto o crescente aumento de áreas destinadas à produção de grãos e pecuária, a ZA apresenta progressiva descaracterização em sua funcionalidade, tornando a conexão quase nula entre os fragmentos, que segundo noticiado por Oliveira e Jacometto (2022) no dia 16/07/2022 ocorreu a apreensão de maquinários que desmataram áreas ilegalmente nas margens do PNE, contabilizando uma perda de 50,0 ha de vegetação nativa. Mesmo com código florestal de 2012, ainda existe uma carência de políticas de proteção ambiental que realmente assegurem a integridade do Parque. Apesar da vegetação dentro dos limites do PNE ainda estarem conservadas, a pressão que o entorno exerce pode contribuir para fragilidade no processo de manutenção do ambiente.

Temperatura de superfície

Conforme os componentes da superfície vão se modificando ao longo do tempo, a dinâmica da temperatura sobre o local também acompanha essa transformação. No PNE a estrutura florística, apesar das queimadas, mantém certo equilíbrio na variação da temperatura superficial, o que não ocorre na ZA, visto o uso da terra apresentar diferentes categorias antrópicas e algumas por curtos períodos.

As trocas de energia que ocorrem entre a superfície e a atmosfera dependem dos materiais que compõem estas superfícies. Em um ambiente estável, as temperaturas tendem ser adequadas às populações residentes e, a partir do momento em que acontece a conversão destas vegetações, resulta em alterações climáticas. Como em estudos prévios de Pereira *et al* (2017) em uma análise em Montes Claros – MG, o aumento da temperatura foi responsável pela redução da umidade do ar e a degradação de cursos hídricos.

As Figuras 3, 4 e 5 apresentam um conjunto de mapas de temperatura de superfície do PNE e da, onde se torna possível a visualização das temperaturas no

momento e dia específico da passagem do satélite na região, associados às categorias de uso da terra e cobertura vegetal.

A Figura 3 traz uma sequência de imagens do período chuvoso até o início do inverno, marcando o período seco na região. No dia 08/01/2019 referente a Figura 3A, a TS apresentou maiores variações e maiores valores sobre a ZA em áreas destinadas à produção agrícola e áreas de pastagem, onde a máxima nesta área que se teve registro foi de 41,8°C, enquanto no interior do PNE as TS se mantiveram em todo domínio entre 29,0 e 30,0°C. Por se tratar do mês de janeiro, não foi possível encontrar uma imagem sem cobertura de nuvens, sendo que as temperaturas mínimas registradas (17,3 °C) ocorreram sob estas áreas.

No dia 29/03/2019 a Figura 3B, com imagem registrada em período de transição verão/outono (período chuvoso), as maiores TS se concentram em áreas de pastagem visto o menor índice de área foliar, com máximas de 34,2°C. As temperaturas novamente foram registradas em áreas com cobertura de nuvens (16,9°C) na ZA, enquanto nas dependências do PNE os valores ficaram entre 23,0 e 24,0°C sem grandes variações espaciais.

No dia 16/05/2019 referente a Figura 3C, (outono - transição do período chuvoso para o seco), nas áreas de pastagem as máximas de TS chegaram a 31,9°C, e os menores valores ainda em áreas de formação florestal e lavouras (milho ou sorgo, considerando ser período de safrinha), com valor mínimo de 16,7°C. Vale ressaltar que no intervalo de 05 meses a TS na ZA teve uma variação de 10°C em relação às máximas, enquanto no interior do PNE a variação foi pela metade, com 5°C.

No dia 19/07/2019 a Figura 3D, durante o inverno, caracterizado climaticamente como seco, a falta de cobertura vegetal em áreas agrícolas e a baixa umidade relativa do ar se tornam fatores para elevação das temperaturas superficiais em áreas de agricultura, visto que os grãos já foram colhidos, deixando o solo sem cobertura vegetal. As temperaturas máximas foram registradas em áreas de pastagem (36,7°C), enquanto as mínimas estavam sobre áreas de campo alagado e áreas úmidas, sendo estas responsáveis pelo equilíbrio térmico no local com 21,3°C. Dentro dos limites do PNE a TS ficou entre 21,3 e 25,0°C, variando conforme a densidade da cobertura vegetal e a proximidade com corpos hídricos.

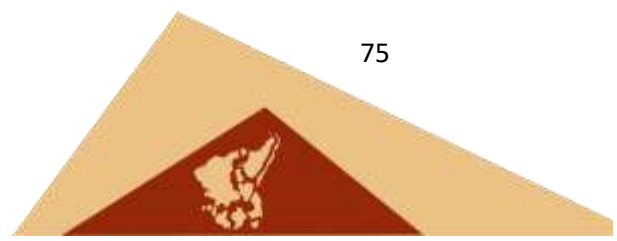
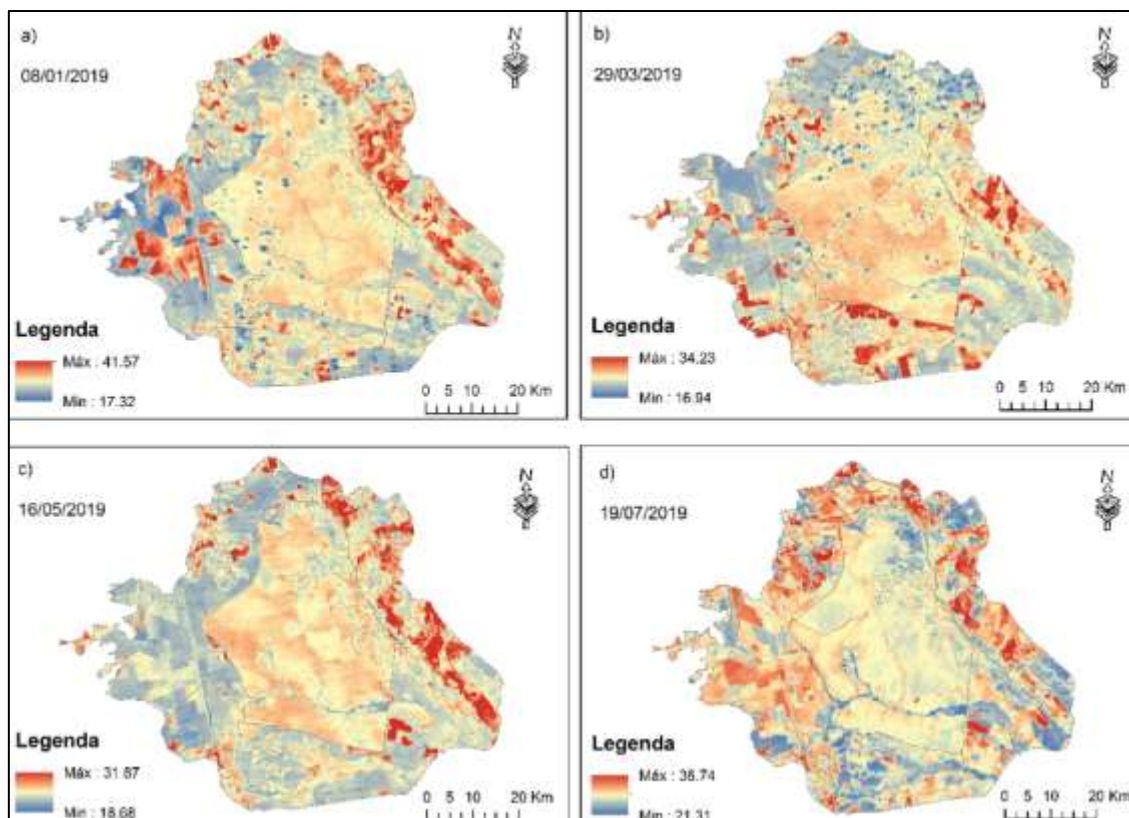


Figura 3 - Temperatura de Superfície nas datas 08/01/2019, 29/03/2019, 16/05/2019 e 19/07/2019 no PNE e ZA.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

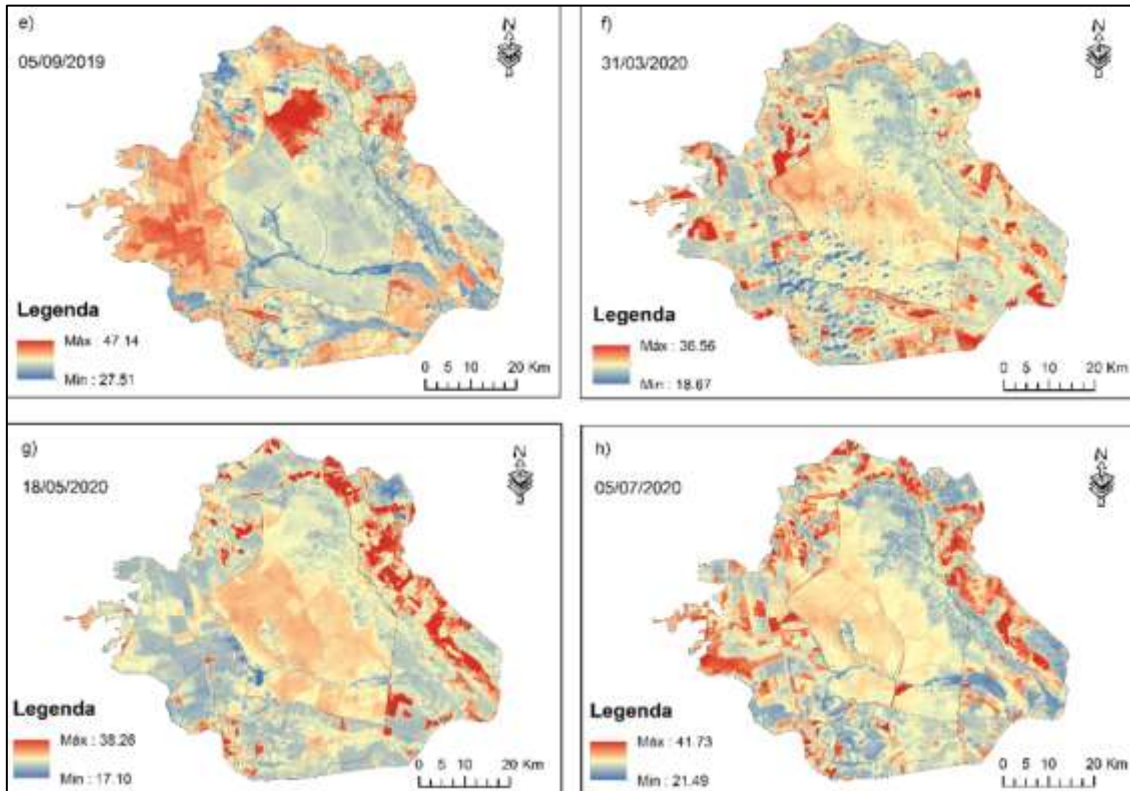
Fora as áreas com cobertura de nuvens, as temperaturas mais amenas foram registradas sobre áreas de campo alagado e áreas úmidas, além das áreas de lavoura que apresentaram baixas temperaturas por conta da cobertura foliar densa, onde quanto maior a cobertura do solo, menor será a temperatura da superfície. Porém, esse ciclo dura no máximo quatro meses e depois volta apresentar picos de temperatura máxima sem a cobertura vegetal.

Segundo estudos de Ray *et al* (2015) e Assad *et al* (2020), essa variabilidade climática é responsável por aproximadamente um terço das oscilações da produtividade agrícola em todo o mundo, nas quais afetam além da temperatura, a distribuição de chuvas, impactando o ciclo das culturas e da própria vegetação.

Os mapas contidos na figura 4 apresentam uma sequência que vai do auge do período seco (final do inverno de 2019) até o início do inverno de 2020, com imagens do período chuvoso entre estes limites. No dia 05/09/2019 referente a Figura 4E, transição inverno/primavera, sendo período seco, obteve-se valores altos nas áreas de lavouras, mas

o maior obtido foi de 47,1°C dentro do PNE na formação campestre, enquanto as demais áreas na mesma classificação registrou 34,0 a 35,0°C.

Figura 4 - Temperatura de Superfície nas datas 05/09/2019, 31/03/2020, 18/05/2020 e 05/07/2020 no PNE e ZA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Segundo Schumacher e Setzer (2021), em estudos sobre queimadas no PNE, pontuaram que em setembro de 2019 ocorreu um incêndio que atingiu cerca de 6 mil hectares no parque, justificando os altos valores no interior da UC. Já TS mais amena foi de 27,5°C, registrada nas regiões de formação florestal e campo alagado e área úmida. Os meses entre agosto e outubro são especialmente delicados para as regiões de Cerrado, visto que registram valores muito baixos de umidade relativa do ar e altas temperaturas diurnas, sendo fundamental a existência e conservação de áreas de vegetação de porte arbóreo para garantia do conforto térmico e ambiental.

A próxima imagem analisada foi obtida no dia 31/03/2020 a Figura 4F, transição verão/outono classificado como período chuvoso. As altas temperaturas voltam a se destacar em áreas de lavouras e na região do plantio de cana-de-açúcar com máxima

de 36,7°C, sobretudo em áreas preparadas para o plantio de safrinha. As temperaturas mínimas foram registradas em áreas cobertas por nuvens (18,7°C), com temperaturas mais amenas sob áreas com vegetação de porte arbóreo conservadas (formação florestal e savânica).

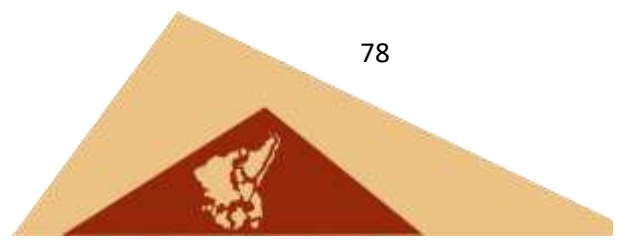
No dia 18/05/2020 a Figura 4G, outono na transição do período chuvoso para o seco, a máxima de TS registrada foi de 38,3°C nas áreas de pastagem e cana-de-açúcar, onde ocorreu um aumento de 6,4°C em relação ao ano anterior. A TS mínima foi registrada sobre as áreas de lavouras (provavelmente milho), enquanto no interior do PNE não houve variações significativas na TS em relação à imagem de março.

No dia 05/07/2020 referente a Figura 4H, inverno seco, onde as áreas de plantio se encontram em pousio, com solo descoberto, as temperaturas máximas registradas foram superiores a 41,0°C, juntamente com áreas de pastagem, elevando em 4,9°C em comparação à mesma época do ano anterior. Já as mínimas foram registradas em áreas de campo alagado e úmido e formação florestal com 21,5°C, reforçando a importância da vegetação arbórea e áreas úmidas para o equilíbrio térmico.

Dentro do PNE, a vegetação campestre registrou um aumento das TS ficando entre 29,0 e 31,0°C, enquanto a formação savânica registrou média de 27,0°C. Nota-se uma diferença média superior 10,0°C entre as temperaturas de superfície médias no interior do parque com as registradas nas áreas agropecuárias do entorno.

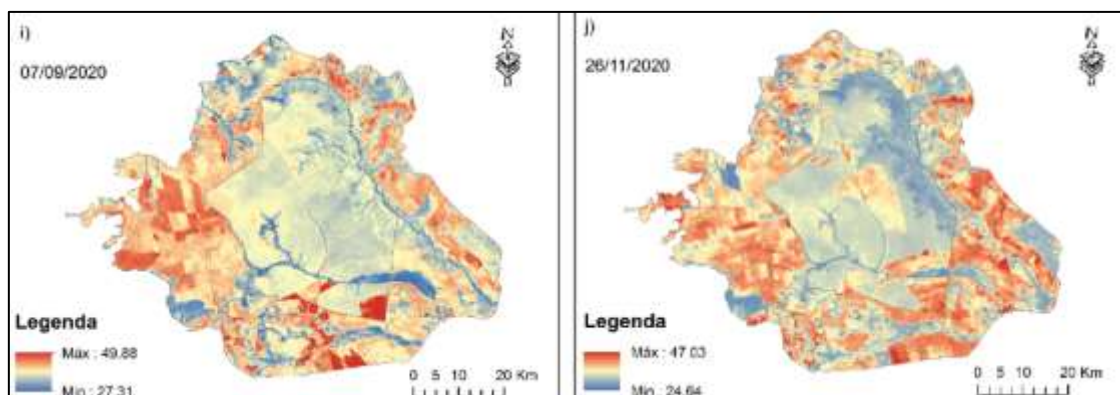
Finalizando o recorte temporal do estudo, a figura 5 apresenta dois mapas com o auge do período seco na região, entre o final do inverno e meados da primavera. No dia 07/09/2020, Figura 5I, transição inverno para primavera (período seco) as áreas agrícolas em pousio se mostraram com TS máximas de 49,9°C e numa proporção bastante elevada para todas as outras culturas temporárias e áreas de pastagem. Destaca-se também uma parcela de formação campestre na borda do PNE com características de ocorrência de incêndio, sendo que no mesmo período do ano anterior já havia ocorrido a queima em outra parcela do parque. A ocorrência de incêndios criminosos é comum neste período no Cerrado e sinalizam um alerta importante para a necessidade de ações para proteção de áreas vegetadas.

A TS mínima registrada foi de 27,3°C em campo alagado e área úmida e em fragmentos de formação florestal. A temperatura média no interior do PNE (áreas campestres), com exceção da parte característica de queimada, apresentou médias entre



37,0 e 38,0°C. Novamente, observa-se uma diferença superior a 10,0°C entre as temperaturas registradas no interior do parque e nas áreas agropecuárias da ZA.

Figura 5 - Temperatura de Superfície nas datas 07/09/2020 e 26/11/2020 no PNE e ZA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No dia 26/11/2020 a Figura 5J, primavera e início do período chuvoso 2020/2021, o nível de TS se mostrou mais elevado em toda ZA com TS máxima de 47,0°C nas regiões de agricultura e pastagem (provavelmente com solo preparado para plantio). Dentro do PNE, a categoria de formação campestre mostrou áreas características de incêndio, partindo de 31,0 a 33,0°C para áreas com 35,0 a 39,0°C registradas pelo sensor. A formação savânica se manteve com as mínimas de 24,6°C, junto às áreas alagadas e úmidas.

É importante registrar que apesar da ocorrência de chuvas entre setembro e outubro, estas ainda não apresentam volumes suficientes para repor os déficits hídricos acumulados pelo solo no período seco. Os excedentes hídricos começam a ser registrados em novembro, quando a vegetação natural volta a apresentar maior vigor vegetativo e as lavouras e pastagens adquirem volume foliar para recobrir os solos.

Em suma, conforme mostrado por Assad *et al* (2020), as alterações climáticas poderão afetar toda a geografia da produção agrícola brasileira reduzindo o poder produtivo. Quando inserida na ZA, o aumento dos impactos sob a UC ocorre devido aos altos valores das temperaturas sobre áreas agrícolas para quase todas as lavouras e pastagem nas bordas do PNE, conforme tabela 2.

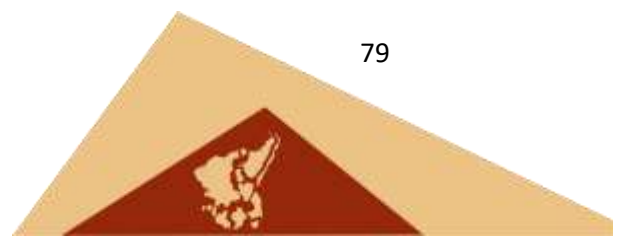


Tabela 2 – Temperatura registrada em Mineiros e Temperatura de Superfície, Área Natural e Antropizada no PNE e ZA.

Data	Temp. do Ar (°C)	Temp. Superf. (°C)	Diferença *	Área Natural	Área Antropizada
08/janeiro/2019	23,2	27,5	4,3	27,9	29,3
29/março/2019	22,6	25,3	2,7	25,7	26,0
16/maio/2019	14,5	23,2	8,7	23,6	24,2
19/julho/2019	16,2	26,7	10,5	27,3	29,8
05/setembro/2019	22,2	32,3	10,1	33,2	37,2
31/março/2020	22,4	31,3	8,9	26,5	27,4
18/maio/2020	18,4	26,2	7,8	26,5	28,2
05/julho/2020	18,8	25,7	6,9	27,9	30,8
07/setembro/2020	26,2	27,3	1,1	35,5	40,4
26/novembro/2020	25,1	34,2	9,1	31,6	36,5
Média	21,0	28,0	6,8	28,6	31,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A diferença entre a temperatura coletada na estação de Mineiros e a TS medido sobre o PNE e ZA, demonstraram uma diferença média de 6,0°C. Na tabela 3 e 4 são apresentados a relação entre temperatura médias, mínimas e máximas da superfície e as categorias de uso da terra e cobertura vegetal.

Em estudos realizados por Pereira *et al* (2012) na bacia da UHE de Barra do Coqueiros, municípios de Caçu e Cachoeira Alta (GO), as temperaturas mais elevadas ocorrem em áreas agricultáveis, principalmente quando o solo se encontrava sem cobertura vegetal, no qual o ambiente apresenta padrões distintos de absorção de energia, produção de calor e reflectância. Esta tendência também foi registrada na ZA do PNE.

As maiores médias foram registradas entre julho e setembro (período seco), se estendendo até novembro (início das chuvas com reposição de água no solo) com picos em áreas de silvicultura recém cortada, pastagem e agricultura. As menores médias ocorreram em maio (final do período chuvoso), tendo grande relação com a umidade do ar e ocorrência de chuvas.

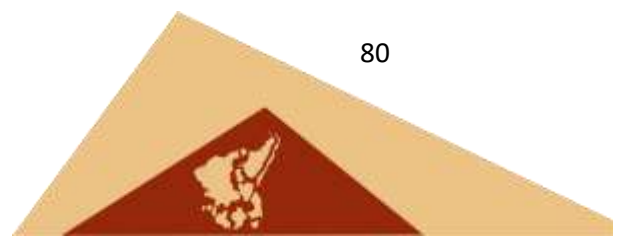


Tabela 3 – Temperatura de Superfície Média, Mínima e Máxima dos dias (01/08/2019; 29/03/2019; 16/05/2019; 19/07/2019 e 05/09/2019) registrada no PNE e ZA.

TIPO DE USO	01/08/2019			29/03/2019			16/05/2019			19/07/2019			05/09/2019		
	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX
Formação Florestal	26,9	18,1	35,6	25,0	18,4	31,7	22,8	21,3	28,6	26,6	24,3	33,0	31,9	28,3	41,3
Formação Savânica	28,0	18,2	39,7	25,3	17,9	32,6	23,6	21,7	28,3	27,9	24,8	35,2	34,4	28,9	45,4
Silvicultura	28,4	22,4	36,1	25,3	18,8	31,1	23,9	21,5	30,1	29,0	25,3	35,0	35,1	28,7	43,8
Campo Alagado e Área Pantanosa	29,1	18,2	35,5	26,5	18,5	30,7	24,1	22,0	26,9	27,7	24,3	34,5	33,3	29,1	43,3
Formação Campestre	29,5	17,3	37,1	26,7	16,9	30,8	24,4	21,8	27,5	29,2	23,9	35,2	35,8	28,6	47,1
Pastagem	31,3	18,0	40,5	26,9	18,1	33,9	25,4	22,1	31,1	30,4	25,0	36,4	37,2	29,8	45,2
Cana	30,0	19,0	41,6	25,9	19,2	33,9	24,4	21,9	30,9	28,9	25,0	36,7	36,4	30,4	43,0
Mosaico de Agricultura e Pastagem	30,0	18,0	41,4	26,3	18,3	33,9	24,7	18,7	31,9	29,9	21,3	36,7	36,6	27,7	43,5
Outras Áreas não Vegetadas	30,4	20,5	38,1	26,9	19,5	30,3	25,1	18,9	30,0	31,1	21,4	35,1	38,7	27,6	43,8
Rio, Lago e Oceano	26,0	21,9	33,9	25,2	23,7	28,2	23,1	21,6	25,6	25,1	22,7	29,8	30,8	27,5	39,5
Soja	27,6	18,0	39,9	26,2	17,8	34,2	23,3	21,4	30,9	29,9	25,3	36,1	38,3	30,7	43,5
Outras Lavouras Temporárias	27,6	18,0	38,5	24,8	18,4	32,2	23,0	21,4	28,7	29,4	24,9	33,4	38,3	29,0	42,9

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

É notável que, nos períodos secos, as mínimas tendem a ser mais elevadas e apresentar um declínio no período chuvoso, demonstrando a importância da água no solo e da umidade relativa do ar para amenização de temperaturas no Cerrado. As áreas de lavouras, em específico as plantações de grãos, dada a abrangência no território e seu ciclo de plantio/colheita serem rápidos, são fatores determinante para grandes oscilações de temperatura.

A silvicultura, embora não seja a atividade predominante na área, apresentou as temperaturas mais elevadas em relação às mínimas, indicando a predominância de áreas recém-plantadas ou em rebrota. As formações savânica, florestais e campestre sempre mantêm padrão de amplitude térmica semelhante, sendo estas as características que compõem o ambiente natural com maior constância no PNE. O mesmo deveria ocorrer na ZA, se houvesse medidas efetivas para controle de atividades agropecuárias.

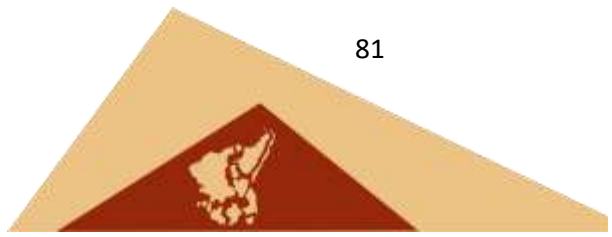


Tabela 4 – Temperatura de Superfície Média, Mínima e Máxima dos dias (31/03/2020; 18/05/2020; 05/07/2020; 07/09/2020 e 26/11/2020) registrada no PNE e ZA.

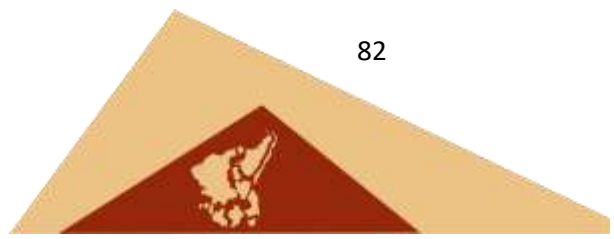
TIPO DE USO	31/03/2020			18/05/2020			05/07/2020			07/09/2020			26/11/2020		
	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX	MÉD	MÍN	MÁX
Formação Florestal	26,0	19,7	32,8	25,5	17,1	32,9	27,2	24,7	35,0	33,7	27,3	45,5	30,2	27,3	42,3
Formação Savânica	26,3	20,2	32,6	26,4	18,6	36,4	27,9	24,8	37,6	37,1	28,0	49,9	31,5	26,1	45,0
Silvicultura	26,7	24,9	29,7	27,0	17,6	35,6	29,4	25,6	37,8	38,0	30,0	45,4	35,2	28,0	43,5
Campo Alagado e Área Pantanosa	26,9	19,3	30,7	27,0	17,7	32,1	28,3	24,8	38,1	35,6	28,1	49,7	32,1	27,4	43,6
Formação Campestre	27,4	19,5	31,3	28,2	18,5	32,0	30,2	24,8	41,7	38,7	28,6	49,8	33,8	28,8	46,5
Pastagem	27,6	19,3	35,6	29,9	21,2	38,3	31,4	26,1	41,6	40,9	29,7	49,3	36,4	25,5	47,0
Cana	27,5	20,3	36,4	28,6	24,1	38,0	30,3	25,6	38,7	39,7	29,5	48,0	37,2	29,4	45,6
Mosaico de Agricultura e Pastagem	27,3	19,5	35,8	28,5	19,5	38,3	30,5	21,5	38,8	39,8	29,3	48,7	35,7	24,6	45,6
Outras Áreas não Vegetadas	28,5	24,0	32,6	30,2	19,5	35,9	32,4	22,9	38,0	41,1	31,7	44,9	37,6	28,8	41,5
Rio, Lago e Oceano	26,1	20,6	28,3	25,4	23,7	29,5	26,0	23,7	33,1	32,3	27,5	41,6	30,6	27,2	37,4
Soja	27,6	18,7	36,6	26,4	21,3	38,2	30,4	25,8	39,2	41,2	30,5	48,2	37,4	26,6	45,3
Outras Lavouras Temporárias	26,5	19,5	33,0	27,0	22,3	37,5	31,3	25,8	36,2	42,4	31,0	46,2	35,8	26,8	43,2

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Vale ressaltar que os altos valores de temperatura registrados em áreas classificadas como água devem-se à escala de trabalho na classificação de uso do Mapbiomas, que associa essas áreas com a vegetação (ou ausência dela) próximas aos cursos d'água. Mesmo assim, estas áreas se mantêm com uma amplitude térmica baixa, onde as mínimas mais elevadas distribuem-se entre julho e novembro, indicando a importância da água e da umidade do ar no equilíbrio térmico do Cerrado. Destaca-se, ainda, que as temperaturas mínimas abaixo de 18,0°C registradas nos períodos chuvosos devem-se à cobertura de nuvens sobre a área estudada.

As temperaturas máximas, que se apresentam mais elevadas entre primavera e verão, período em que a superfície recebe maior quantidade de radiação solar. As formações campestres e savânicas registraram as maiores máximas, visto o registro de queimadas, enquanto em todas as demais datas a pastagem e outras lavouras temporárias apresentam máximas superiores aos demais componentes da superfície.

As temperaturas que atingiram valores próximos a 50,0°C podem ser atribuídos, em grande parte, aos incêndios e queimadas da vegetação, que geralmente acontecem durante os meses secos, como apontado em estudos realizados por Novais



(2019) sobre classificações climáticas do bioma Cerrado, onde esse fator do fogo justifica as temperaturas elevadas acima de 40,0°C registradas nessa época do ano.

A diferença de até 10,0°C na temperatura média da superfície registrada entre áreas de conservação e áreas agropecuárias indica que, se não houvesse áreas de conservação como o PNE, a sensação térmica na região, aliada a baixa umidade do ar no período seco, seria semelhante à registrada em desertos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados pode-se concluir que as mudanças nas categorias de uso da terra e cobertura vegetal são as principais causas do aumento das temperaturas de superfície na região, o que indica a ineficiência de políticas para conservação nessas áreas, o que contribuiu para precarização ambiental e o aumento dos efeitos de borda. É importante ressaltar que o entorno do Parque apresentou temperaturas mais elevadas do que o interior, sendo resultado dos impactos das atividades humanas na área circundante. Portanto, medidas de conservação, projeto de conscientização e gestão do uso da terra se fazem necessários para minimizar os efeitos negativos no meio ambiente.

As transformações dos padrões de uso da terra, assim como das condições atmosféricas fornecem dados para justificar o aumento das temperaturas e frequência de eventos cada vez mais extremos, uma vez que a perda da biodiversidade gera um desequilíbrio ambiental provocando alterações na dinâmica natural da UC. A instalação de equipamentos para mensurar a temperatura nas diversas áreas que compõem a superfície daria subsídios para um acompanhamento mais detalhado e efetivo dos impactos oriundos do avanço gradativo e ilegal da agropecuária sobre a ZA.

Neste contexto, o uso de geotecnologias proporciona um olhar geográfico sobre o território que vai além dos fatores que dizem respeito aos modos de exploração da terra. Mesmo com atual modo de produção capitalista, é possível a conciliação agrícola com o manejo adequado do solo e respeitar os limites que são reservados para as UC's, nas quais inclui a ZA, pois a mesma é mais que a garantia de sobrevivência de fauna e flora, é a maneira de preservar a identidade e a história do Cerrado, além de ajudar na redução das mudanças climáticas e promover qualidade de vida e sobrevivência das futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. O segundo autor agradece a bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ2) do CNPq por meio do processo 307438/2021-0.

REFERÊNCIAS

ALLEN, R. G. Evapotranspiration for southwest Florida from satellite-based energy balance. **Rep. Prepared for Tampa Bay Water**, 2002.

ASSAD, E. D.; VICTORIA, D. de C.; CUADRA, S. V.; PUGLIERO, V. S.; ZANETTI, M. R. (ed.). **Efeito das mudanças climáticas na agricultura do cerrado**. In: BOLFE, E. L.; SANO, E. E.; CAMPOS, S. K. Dinâmica Agrícola no Cerrado: Análises e Projeções. Brasília: Embrapa, cap. 7. p. 213-228, 2020

BARBOSA NETO, M. A. **Análise de impacto ambiental na zona de amortecimento do Parque Nacional das Emas a partir da pressão agropecuária**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás – UFG, 2015. 111p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio).

BECERRA, J. A. B.; SHIMABUKURO, Y. E.; ALVALA, R. C. S. Relação do padrão sazonal da vegetação com a precipitação na região do cerrado usando índices espectrais de vegetação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, XIII, 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007. p. 3747-3754.

BEZERRA, H. N.; BEZERRA, J. M.; ARAÚJO, C. S. P.; MATTOS, A. Variabilidade espaço-temporal das variáveis biofísicas no semiárido do Rio Grande do Norte, Brasil. **Geosul**, v. 34, n. 72, p. 184-201, 2019. DOI: 10.31413/nativa.v5i6.4433

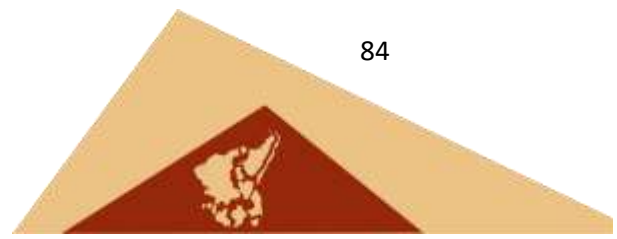
CALDEIRA, C.; PARRÉ, J. L. Diversificação agropecuária e desenvolvimento rural no bioma cerrado. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 344-359, 2020.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. P. A conservação ambiental como critério de relações entre grupos e valores: representações e conflitos no entorno do Parque Nacional das Emas, Goiás. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, p. 357-372, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200010>

FRANÇA, H.; NETO, M. B. R.; SETZER, A. W. **O fogo no Parque Nacional das Emas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Produção Agrícola - Lavoura Temporária: Serranópolis/Goiás: IBGE 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/serranopolis/pesquisa/14/10193?tipo=ranking>> Acesso em: 28 maio. 2022.

IPCC. **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects: Central and South America**. Cambridge, United Kingdom And New York: Cambridge University Press, 2014. Disponível em:



https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-PartA_FINAL.pdf. Acesso 28 abr. 2023.

KOOP, K.; SIGNORELLI, L.; BASTOS, R. P. Distribuição temporal e diversidade de modos reprodutivos de anfíbios anuros no Parque Nacional das Emas e entorno, estados de Goiás, Brasil. *Iheringia, Série Zoologia*, Porto Alegre, v. 100, p. 192-200, 2010.

MAPBIOMAS – Coleção 6 da Série Anual de Mapas da Cobertura e Uso do Solo do Brasil (2021). Disponível em <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 01 mar. 2022

MARTINS, A. P.; DAMASCENO, C. E.; OLIVEIRA, B. J. S. de. Análise da paisagem na zona de amortecimento do Parque Nacional das Emas - Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 24, p. e48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/37149>. Acesso em: 24 maio. 2022. DOI: 10.5902/2236499437149.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O Bioma Cerrado. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 03 abr. 2022

MORAES, M. C. P.; MELLO, K. de; TOPPA, R. H. **Análise da paisagem de uma zona de amortecimento como subsídio para o planejamento e gestão de unidades de conservação**. *Revista Árvore*, v. 39, p. 1-8, 2015. DOI: doi.org/10.1590/0100-67622015000100001

NOVAIS, G. T. **Classificação climática aplicada ao Bioma Cerrado**. 2019. 184 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019.

OLIVEIRA, D. A.; PIETRAFESA, J. P.; BARBALHO, M. G. S. Manutenção da biodiversidade e o hotspots cerrado. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 26, p. 101-114, 2008.

OLIVEIRA, R.; JACOMETTO, H. Área de Cerrado equivalente a 50 campos de futebol é desmatada ilegalmente às margens do Parque Nacional das Emas, em Goiás. **G1 Goiás e TV Anhanguera**, Mineiros, 17 de jun de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/06/17/area-de-cerrado-equivalente-a-50-campos-de-futebol-e-desmatada-ilegalmente-as-margens-do-parque-nacional-das-emas-em-goias.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PEREIRA, B. R.; MEES, M. B.; LEITE, M. R.; FILHO, R. M. Análise da gestão ocupacional em Montes Claros–MG: Impactos do uso do solo e suas consequências na temperatura de superfície. **Cerrados**, v. 15, n. 1, p. 285-311, 2017.

PEREIRA, L. C.; MARIANO, Z. de F.; WACHHOLZ, F.; CABRAL, J. B. P. Análise da temperatura de superfície e do uso da terra e cobertura vegetal na bacia barra dos Coqueiros (Goiás). **Revista Geonorte**, edição especial 2, V.2, N.5, 2012. p.1243 – 1255.

RAY, D. K.; GERBER, J. S.; GRAHAM, K. M.; WEST, P. C. **Climate variation explains a third of global crop yield variability**. *Nature Communications*, v. 6, n. 5989, 2015.

RIBEIRO, A. G. As escalas do clima. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 23, n. 45-46, p. 288-294, 1993.

SANTOS, P. T.; MARTINS, A. P. **Planejamento ambiental de Unidades de Conservação: estudo de caso na bacia hidrográfica do Rio Claro, Goiás**. 2018.

SERVIÇO DE LEVANTAMENTO GEOLÓGICO AMERICANO (USGS). Missões Landsat: Landsat 8. Washington, U.S. **Geological Survey**. Disponível em: <https://landsat-missions/landsat-8> Acesso em: 13 mai. 2022.

SIEG – SISTEMA ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÁS. **Base cartográfica e Mapas temáticos do Estado de Goiás**. Disponível em: Acesso em: 05 abr. de 2022.

SCHUMACHER, V.; SETZER, A. Relação entre queimadas e relâmpagos no Parque Nacional das Emas. In: SETZER, A. W.; FERREIRA, N. J. **Queimadas e incêndios florestais**: mediante monitoramento orbital. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. p.118-130.

TREVIZAN, A. F.; OLIVEIRA, F. A. H. D. de. Unidades de Conservação como instrumentos de mitigação às alterações climáticas em Mato Grosso. **Boletim de Geografia**, v. 39, p. 254-264, e59419, 1 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v39.a2021.e59419>

Recebido em fevereiro de 2023.

Revisão realizada em abril de 2023.

Aceito para publicação em junho de 2023.

**DIAGNÓSTICO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INTENSIDADE DAS
ILHAS DE CALOR SUPERFICIAIS E DA VEGETAÇÃO EM PRESIDENTE
PRUDENTE – SP/BRASIL**

**DIAGNOSIS OF THE SPATIAL DISTRIBUTION OF THE INTENSITY OF
SURFACE HEAT ISLANDS AND VEGETATION IN PRESIDENT PRUDENTE
- SP/BRAZIL**

**DIAGNOSTIC DE LA DISTRIBUTION SPATIALE DE L'INTENSITÉ DES
ÎLOTS DE CHALEUR DE SURFACE ET DE LA VÉGÉTATION DANS LE
PRÉSIDENT PRUDENTE - SP/BRÉSIL**

Luana Novais de Andrade

Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente

luana.novais@unesp.br

Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim

Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente

margarete.amorim@unesp.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo diagnosticar e analisar a distribuição espacial da intensidade das ilhas de calor superficiais em Presidente Prudente - SP, considerando as características dos diferentes tipos de usos e coberturas das superfícies e dos sistemas atmosféricos atuantes nos 30 dias que antecederam a tomada das imagens de satélite. O tratamento das imagens de satélite resultou na produção de dois mapas termais e de NDVI (Índice de Vegetação por Diferencial Normalizada), sendo um representativo do período seco (15/07/2017) e o outro do período chuvoso (23/01/2018). Os resultados mostraram que as ilhas de calor superficiais foram identificadas no período chuvoso. No período seco houve certa homogeneização das diferenças das temperaturas dos alvos entre o rural e o urbano. A redução de água no sistema diminui a atividade fotossintética. As gramíneas secam e o solo exposto propicia o aumento das temperaturas dos alvos, deixando-os parecidos com as temperaturas das áreas construídas. No período chuvoso, com o maior desenvolvimento vegetativo as temperaturas dos alvos no rural diminuem evidenciando as maiores intensidades das ilhas de calor urbanas.

Palavras-chave: Sensoriamento remoto. Ilha de Calor superficial. NDVI. Clima urbano. Arborização.



ABSTRACT

The present work aims to diagnose and analyze the spatial distribution of the intensity of surface heat islands in Presidente Prudente - SP, considering the characteristics of the different land cover uses and types of surfaces, as well as the active atmospheric systems during the 30 days that preceded the collection of the satellite images. The treatment of satellite images led to the production of two thermal maps and two NDVI (Normalized Differential Vegetation Index) maps, one representative of the dry season (07/15/2017) and the other of the rainy season (01/23/2018). Surface heat islands were only clearly identified during the rainy period. During the dry period there was a certain homogenization of temperature differences of the targets between rural and urban areas. The reduction of water in the system decreases the photosynthetic activity. The grasses dry up and the exposed soil results in higher surface temperatures, that are similar to those of the built-up areas. During the rainy period, because of the relatively greater vegetation development, the temperatures of surfaces in rural areas decrease, evidencing the higher intensities of the urban heat islands.

Keywords: Remote sensing. Surface Heat Island. NDVI. Urban climate. Afforestation.

RÉSUMÉ

Le présent travail vise à diagnostiquer et analyser la distribution spatiale de l'intensité des îlots de chaleur de surface à Presidente Prudente - SP, en tenant compte des caractéristiques des différents types d'occupation du sol et des différentes surfaces, ainsi que des systèmes atmosphériques actifs dans les 30 jours qui ont précédé la prise des images satellites. Le traitement des images satellitaires a abouti à la production de deux cartes thermiques et deux cartes NDVI (Normalized Differential Vegetation Index), l'une représentative de la saison sèche (15/07/2017) et l'autre de la saison des pluies (23/01/2018). Les résultats ont montré que des îlots de chaleur de surface pouvaient être identifiés en période pluvieuse. En période sèche, il y a eu une certaine homogénéisation des différences de températures des cibles entre les zones rurales et urbaines. La réduction de l'eau dans le système diminue l'activité photosynthétique. Les herbes se dessèchent et le sol exposé contribue à l'augmentation de la température de la surface, réduisant les différences avec les températures des zones bâties. La période de pluies connaît un développement plus élevé du couvert végétal, par conséquent, la température des surfaces dans la zone rurale diminue, mettant en évidence les intensités plus élevées des îlots de chaleur urbains.

Mots-clés: Télédétection. Ilot de chaleur de surface. NDVI. Climat urbain. Boisement.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950, o Brasil vivenciou a intensificação do êxodo rural. Um conjunto de fatores contribuiu para esse fenômeno, tais como a abertura econômica, a mecanização do campo e a demanda crescente por mão de obra na indústria. O crescimento da população urbana desempregada que se “aloja”, e não “habita”, causou uma série de problemas urbanos (SPOSITO, 1989, p. 70).

As cidades apresentaram grande crescimento e adensamento populacional nas últimas décadas do século XX (Tabela 1). Na Tabela 1 verifica-se evolução histórica da população urbana no Brasil entre 1940 e 2010, evidenciando o aumento de 10.891.000 em 1940 para 160.879.708 em 2010.

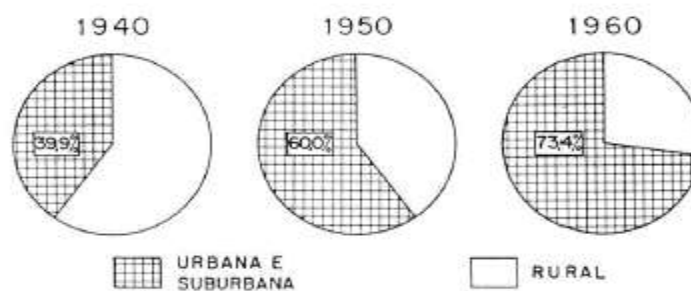
Tabela 1 - População total e urbana no Brasil entre 1940 a 2010.

Ano	População total	População urbana
1940	41.326.000	10.891.000
1950	51.944.000	18.783.000
1960	70.191.000	31.956.000
1970	93.139.000	52.905.000
1980	119.099.000	82.013.000
1991	150.400.000	115.700.000
2010	190.755.799	160.879.708

Fonte: Elaborado por Santos (2008, p. 32)

Na figura 1, verifica-se que entre 1940 e 1960 houve a diminuição relativa da população rural em Presidente Prudente - SP. Em 1940 a população urbana correspondia a 39,9% e em 1960 passou para 73,4%.

Figura 1 - População urbana, suburbana e rural – Presidente Prudente – SP.



Fonte: MEDEIROS (1967, p. 388).



Monteiro (1976) afirma que a urbanização é um fenômeno irreversível e que a cidade será cada vez mais o habitat do homem. Os efeitos causados pelas ações humanas são vistos e sentidos com maior intensidade no ambiente urbano, onde há o predomínio de áreas construídas, adensamento populacional e poucas áreas verdes. Assim, observam-se diferenças nos elementos do clima urbano em comparação ao rural (AMORIM, 2000).

As transformações na paisagem provocadas pelo surgimento e crescimento das cidades alteram o balanço de energia e o balanço hídrico. Estas modificações são provocadas pela retirada da vegetação original, aumento da circulação de veículos e pessoas, impermeabilização generalizada do solo, mudanças no relevo, concentração de edificações, canalização de córregos, além do lançamento de partículas e gases poluentes na atmosfera (AMORIM, 2000, p. 18).

Para Danni-Oliveira (1995), as diferentes formas do uso da terra modificam o balanço de energia. Áreas mais urbanizadas com maiores adensamentos de construções e pouca vegetação arbórea apresentam menores valores de evaporação juntamente com baixo albedo, proporcionando maior absorção de energia e gerando aumento da temperatura local.

Os materiais encontrados no ambiente urbano possuem capacidades distintas de armazenar e refletir energia, resultando na diferença do balanço de energia entre as áreas urbanas e rurais (GARTLAND, 2010). Essas alterações definem um clima específico se comparado com a porção não urbanizada da superfície.

Dessa maneira, o clima urbano se manifesta devido à interação entre a atmosfera local e à superfície dos espaços construídos, refletindo uma dinâmica de influência que está atrelada às características físicas do ambiente estudado e aos processos sociais e políticos envolvidos na ocupação e uso da terra nas cidades.

Para o diagnóstico da distribuição das diferenças de temperatura dos alvos, o sensor infravermelho termal é importante para fornecer dados da temperatura qualitativa da cidade, que muito pode contribuir na perspectiva do planejamento urbano, na medida em que são definidos padrões para a distribuição da temperatura na superfície de acordo com o uso e a ocupação da terra (AMORIM e MONTEIRO, 2011).

Desse modo, é essencial o aprofundamento nos estudos e o desenvolvimento de técnicas para o diagnóstico e representação espacial das ilhas de calor superficiais.

As ilhas de calor em áreas urbanas podem ser compreendidas quando se observa, conforme Oke (1978, p. 254), que “o ar na camada urbana é usualmente mais quente que nas áreas vizinhas”.

A literatura aponta três tipos de ilhas de calor urbanas em função da camada onde são encontradas: 1 – a ilha de calor superficial, diagnosticada por meio do sensoriamento remoto; 2 – a ilha de calor atmosférica inferior, que Oke (1978) denominou *urban canopy layer*, estabelecida entre o nível do solo e o nível médio dos telhados; 3 - a ilha de calor da atmosfera urbana superior, denominada, segundo Oke (1978), de *urban boundary layer*.

Concordamos com Ramos *et al.* (2010) quando mostra que a evolução das técnicas e a facilidade de acesso às imagens orbitais têm permitido ao sensoriamento remoto tornar-se um importante instrumento para o monitoramento de processos ambientais, o qual tem sido usado com grande frequência nos estudos de climatologia, contribuindo para a elaboração de diagnósticos das ilhas de calor de superfície, mesmo com algumas limitações, tais como: resoluções espacial e temporal, cobertura de nuvens e horário de captura da cena.

Os sistemas de sensoriamento remoto que operam no infravermelho termal registram a radiação, assim podemos utilizá-los para determinar, por exemplo, o tipo de material com base em suas características de emissão térmica e/ou se mudanças significativas ocorreram nas características termais desses fenômenos ao longo do tempo (JENSEN, 2009).

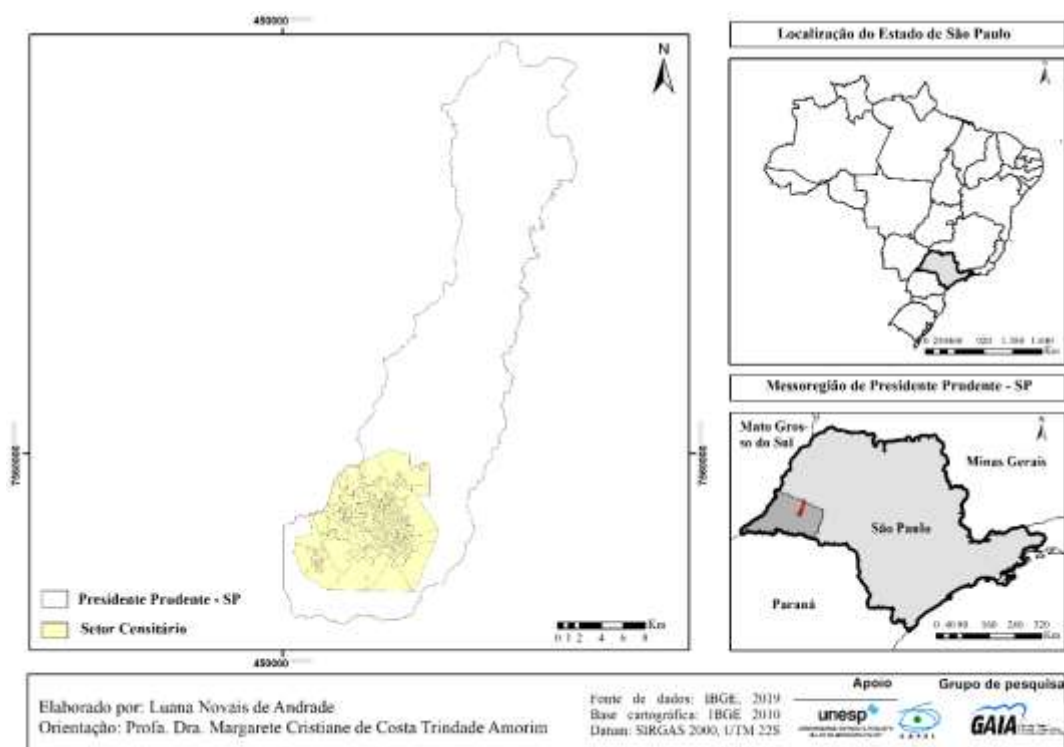
Além das temperaturas superficiais, na presente pesquisa as imagens orbitais, as técnicas de sensoriamento remoto e o geoprocessamento possibilitaram cálculos dos índices de vegetação, conforme a proposta de Rouse *et al.* (1973). O NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada) tem sido bastante utilizado para verificar a densidade da vegetação. Para isso, são utilizadas as bandas espectrais da região do vermelho e do infravermelho próximo que apresentam reflectâncias diferentes.



Na região espectral do vermelho, a energia solar incidente sobre a superfície vegetal é absorvida fortemente devido às variações hídricas das plantas e à presença da clorofila e, conseqüentemente, resulta em uma baixa reflectância. Na região espectral do infravermelho próximo, a absorção é baixa e resulta em alta reflectância. Quanto mais atividade fotossintética das plantas, maior será a absorção do vermelho e reflectância do infravermelho. Assim, a diferença entre as reflectâncias das bandas do vermelho e do infravermelho será tanto maior quanto mais verde for a vegetação (VELASCO *et al.*, 2007).

Assim, admite-se que as condições ambientais, climáticas e mesmo as propriedades térmicas (capacidade térmica, condutividade térmica, inércia termal) de cada superfície interferem de modo incisivo nas temperaturas dos alvos, modificando-as em pequenos intervalos de tempo, o que resulta na necessidade de identificar sob quais condições atmosféricas se encontrava a área no momento da tomada da imagem (MENESES e ALMEIDA, 2012). Presidente Prudente localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo, e é sede da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (Figura 2). A cidade possui área territorial de 560,6 km² e a população é estimada em 231.953 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Figura 2 – Localização do município de Presidente Prudente – SP/Brasil.



Organização e elaboração: As autoras (2019)

Sant’Anna Neto e Tommaselli (2009, p. 9) afirmam que “conhecer as características do clima local e as combinações dos tipos de tempo que atuam na cidade é fundamental para o planejamento urbano e para a utilização dos recursos provenientes da atmosfera em proveito das ações pela sociedade”.

Presidente Prudente possui clima tropical com duas estações definidas, um período de primavera/verão mais quente (temperaturas médias das máximas entre os 27°C e 29°C) e chuvoso (entre 150 e 200 mm mensais) e invernos amenos (com temperaturas médias das mínimas entre os 16°C e 18°C) e menos úmidos (chuvas mensais entre os 20 e 50mm) (AMORIM e MONTEIRO, 2011, p. 5).

Considerando-se as características da superfície, o objetivo deste artigo é diagnosticar a distribuição espacial da intensidade das ilhas de calor superficiais no período chuvoso e seco, sobretudo a densidade de vegetação no intraurbano e a interferência dos sistemas atmosféricos atuantes nos dias anteriores à tomada das imagens de satélite.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a geração dos mapas de temperatura de superfície de Presidente Prudente, foram utilizadas imagens do satélite Landsat 8, banda 10 do canal infravermelho termal/TIRS 1, com resolução espectral de 10.60 – 11.19 μm e resolução espacial de 100 metros, mas tratadas e disponibilizadas com pixel de 30 metros pela USGS (United States Geological Survey) (USGS, 2022). Tais imagens são disponibilizadas gratuitamente no sítio <<http://earthexplorer.usgs.gov/>>. O tratamento destas imagens resultou, por meio de procedimentos e técnicas de sensoriamento remoto, na produção de dois mapas de temperatura da superfície, sendo um representativo da estação seca (15/07/2017) o outro da estação chuvosa (23/01/2018).

Os procedimentos para a obtenção das temperaturas em grau Celsius ($^{\circ}\text{C}$) na imagem de satélite foram realizados no SIG – Sistema de informação Geográfica IDRISI em que as constantes de calibração radiométricas do sensor possibilitaram a conversão dos números digitais (ND) em energia radiante representados em tons de cinza. Para a conversão dos níveis de cinza em informações de radiância foi necessária a aplicação da fórmula:

$$L_{\lambda} = M_L Q_{cal} + A_L$$

Onde:

Quadro 1 – Elementos da fórmula de conversão para radiância.

L_{λ}	Radiância do topo da atmosfera ($\text{Watts}/(\text{m}^2 * \text{srad} * \mu\text{m})$)
M_L	Fator multiplicativo de redimensionamento de cada banda presente nos metadados (RADIANCE_MULT_BAND_x, onde x é o número da banda)
Q_{cal}	Valores de pixel quantificados e calibrados do produto padrão (DN)
A_L	Fator aditivo de redimensionamento de cada banda presente nos metadados (RADIANCE_ADD_BAND_x, onde x é o número da banda)

Fonte: USGS (2022).

A partir da energia radiante do canal infravermelho termal foi possível obter a temperatura dos alvos, em Kelvin, por meio da fórmula:



$$T = \frac{K2}{\ln\left(\frac{K1}{L\lambda} + 1\right)}$$

Onde:

Quadro 2 – Elementos da fórmula de conversão para Kelvin.

T	Temperatura efetiva no satélite em Kelvin
K2	Constante de calibração 2 – valor – 1321.08
K1	Constante de calibração 1 – valor – 774.89
L	Radiância espectral, em Watts / (metro quadrado ster * * mm).

Fonte: USGS (2022).

Após esses procedimentos, foi aplicada a fórmula para converter a temperatura Kelvin em graus Celsius, subtraindo os valores de temperatura Kelvin de cada pixel da imagem por 273,15 pela equação:

$$^{\circ}C = ImgK - 273,15$$

Onde:

Quadro 3 – Elementos da fórmula de conversão para graus Celsius.

°C	Temperatura da imagem em graus Celsius
ImgK	Temperatura da imagem em Kelvin

Fonte: USGS (2022).

Dessa maneira, utilizou-se o canal do infravermelho termal para diagnosticar a distribuição das temperaturas dos alvos com o objetivo de obter o realce das variações das ilhas de calor, a fim de apresentar as diferenças das temperaturas intraurbanas em relação aos ambientes rurais próximos, a subtraindo-se as imagens da menor temperatura registrada na cena.

Em complementação aos procedimentos anteriores, foi calculado o NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada) com o objetivo de comparar a distribuição da temperatura dos alvos em relação à vegetação. Para a geração do mapa de NDVI, os dados das imagens de satélite foram coletados no mesmo dia das imagens de satélites termais da banda (10) do Landsat 8. Para o NDVI foram selecionadas as



bandas espectrais da região do vermelho (4) e infravermelho próximo (5) do satélite Landsat 8, sensor OLI. Todos os tratamentos das imagens de satélites para a elaboração dos mapas foram realizados através da ferramenta *Raster Calculator* do SIG IDRISI. O NDVI foi calculado a partir da fórmula:

$$NDVI = \frac{IVP - V}{IVP + V}$$

Onde:

Quadro 4 – Elementos da fórmula do cálculo do NDVI.

IVP	Valor da reflectância da banda no Infravermelho próximo.
V	Valor de reflectância da banda no vermelho.

Fonte: Rouse *et al.* (1973).

O NDVI foi obtido pela razão entre a diferença da reflectância do infravermelho próximo (IVP) e a reflectância do vermelho (V) dividida pela soma delas. A aplicação da fórmula gera um índice que varia de -1 a +1, possibilitando a comparação de áreas que apresentam vegetação significativa em relação àquelas que não apresentam cobertura vegetal densa, de modo que as variações das condições atmosféricas que interferem são mais atenuadas na utilização deste índice (MENESES e ALMEIDA, 2012).

Com o intuito de cumprir com o objetivo proposto, optou-se pela seleção de imagens sem cobertura de nuvens, resultando em quatro mapas, sendo dois mapas termais e dois mapas de NDVI representativos da estação seca e chuvosa.

Além dos dados de temperatura de superfície e de NDVI, foi realizada uma classificação supervisionada para a análise e identificação da cobertura dos diferentes usos da terra. Para isso, utilizou-se os dados de imagem de satélite Landsat 8 com as bandas 5, 6 e 7 do sensor OLI. Por meio da classificação supervisionada, criou-se o mapa de cobertura da terra ao ser utilizado o classificador supervisionado por Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood Classification*) que considera a ponderação das distâncias das médias utilizando parâmetros estatísticos (CROSTA, 1992).

A classificação supervisionada foi elaborada no SIG Quantum GIS 2.18.15. Trata-se de uma das principais técnicas de extração de informação de imagens



multiespectrais. O objetivo da classificação é atribuir classes ou temas a todos os pixels da imagem automaticamente. Essa classificação é feita com base no padrão espectral presente em cada pixel, ou seja, no vetor de ND de cada pixel.

Posteriormente à classificação supervisionada, foi realizado o trabalho de campo, utilizado na validação da classificação com o intuito de comprovar as informações extraídas do sensoriamento remoto.

Para caracterizar as condições atmosféricas antes da tomada das imagens de satélite optou-se pela utilização da proposta teórico-metodológica da análise rítmica de Monteiro (1971), utilizando-se dados da estação meteorológica A707 do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) com o propósito de auxiliar na caracterização da sucessão dos tipos de tempo, e identificar ao nível diário os sistemas atmosféricos atuantes e como estes interferem na composição da ilha de calor e, conseqüentemente, na atividade fotossintética da vegetação do intraurbano e entorno rural.

Com os dados diários dos elementos do clima, das cartas sinóticas disponibilizadas pelo centro de hidrografia da marinha e das imagens de satélite GOES disponibilizadas pelo CPTEC/INPE - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais <<http://satelite.cptec.inpe.br> > acessado em 25/04/2022. Todas as imagens e as cartas sinóticas foram obtidas no mesmo horário, às 9 horas (hora local). Identificou-se os sistemas atmosféricos atuantes dentro do recorte temporal da presente pesquisa, o que permitiu a análise da variabilidade da temperatura superficial e da presença da vegetação em Presidente Prudente em período seco e chuvoso.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os mapas de intensidade das ilhas de calor superficiais e dos índices de NDVI mostraram que a variabilidade espacial das temperaturas das superfícies no ambiente urbano densamente construído e rural próximo está relacionada com a distribuição da cobertura vegetal.

Nas Figuras 3 e 4 são apresentadas as condições sinóticas que caracterizaram os períodos considerando o recorte temporal a nível diário, a fim de



identificar a sucessão dos tipos de tempo e, conseqüentemente, a dinâmica climática regional em que o município de Presidente Prudente está inserido.

Na Figura 3 são apresentadas imagens do período chuvoso. Entre o dia 01 de janeiro de 2018 até a data da passagem do satélite da imagem, 23/01/2018, registrou-se o total de 231,4 mm de precipitação acumulada, bem distribuída nos dias que antecederam a tomada das imagens de satélites.

Para compreender as diferenças das temperaturas das superfícies obtidas por meio das imagens termais do satélite Landsat 8 (banda 10), é importante verificar o ritmo climático, com o propósito de identificar os sistemas atmosféricos nos dias que antecederam a tomada das imagens.

Assim sendo, os sistemas atmosféricos atuantes foram identificados diariamente, sendo contabilizados no período chuvoso (janeiro): 9 dias de atuação da massa tropical atlântica (Ta). No mesmo período foram contabilizados 10 dias de atuação da instabilidade tropical (IT) e 7 dias sob a influência das frentes polar atlântica (FPA). Ambas imprimiram suas características nos elementos básicos do clima e foram responsáveis pela ocorrência de chuvas.

A imagem termal no período chuvoso, dado o aumento da biomassa e a alta atividade fotossintética da vegetação, possibilitou a comparação do padrão de aquecimento no ambiente intraurbano densamente construído em relação ao entorno próximo. Nesse período, a vegetação rasteira (pastagem), predominante no entorno rural de Presidente Prudente, apresentou-se bem desenvolvida. Também há alguns fragmentos de vegetação arbórea, particularmente nos fundos de vale, que possuem folhas bem desenvolvidas e que possibilitam ao ambiente rural apresentar temperaturas dos alvos menores do que nas áreas construídas e com solo exposto (AMORIM, 2017).

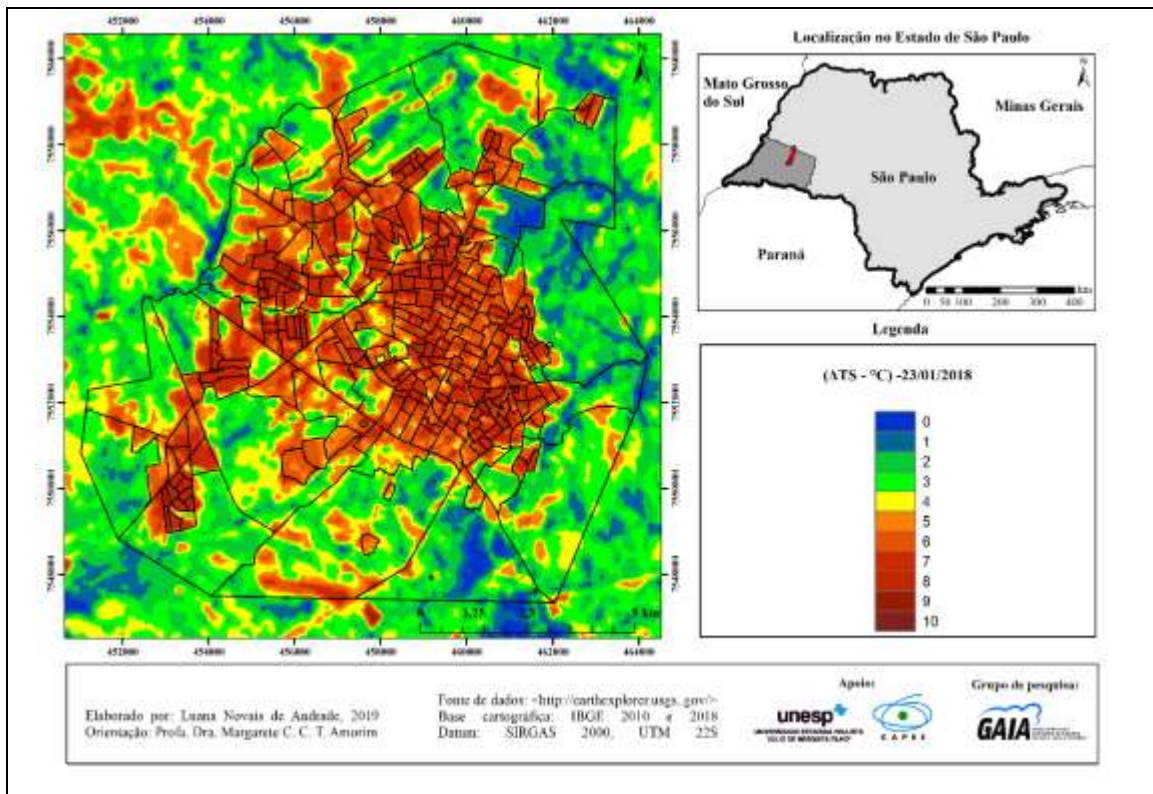
As menores temperaturas de superfície foram identificadas nas áreas de mata ciliar ao longo dos cursos d'água e em outras áreas com cobertura de vegetação arbórea, como demonstra o mapa termal e NDVI da Figura 3. A escala das diferenças das temperaturas de superfície do mapa termal variou entre 0°C e 10°C.

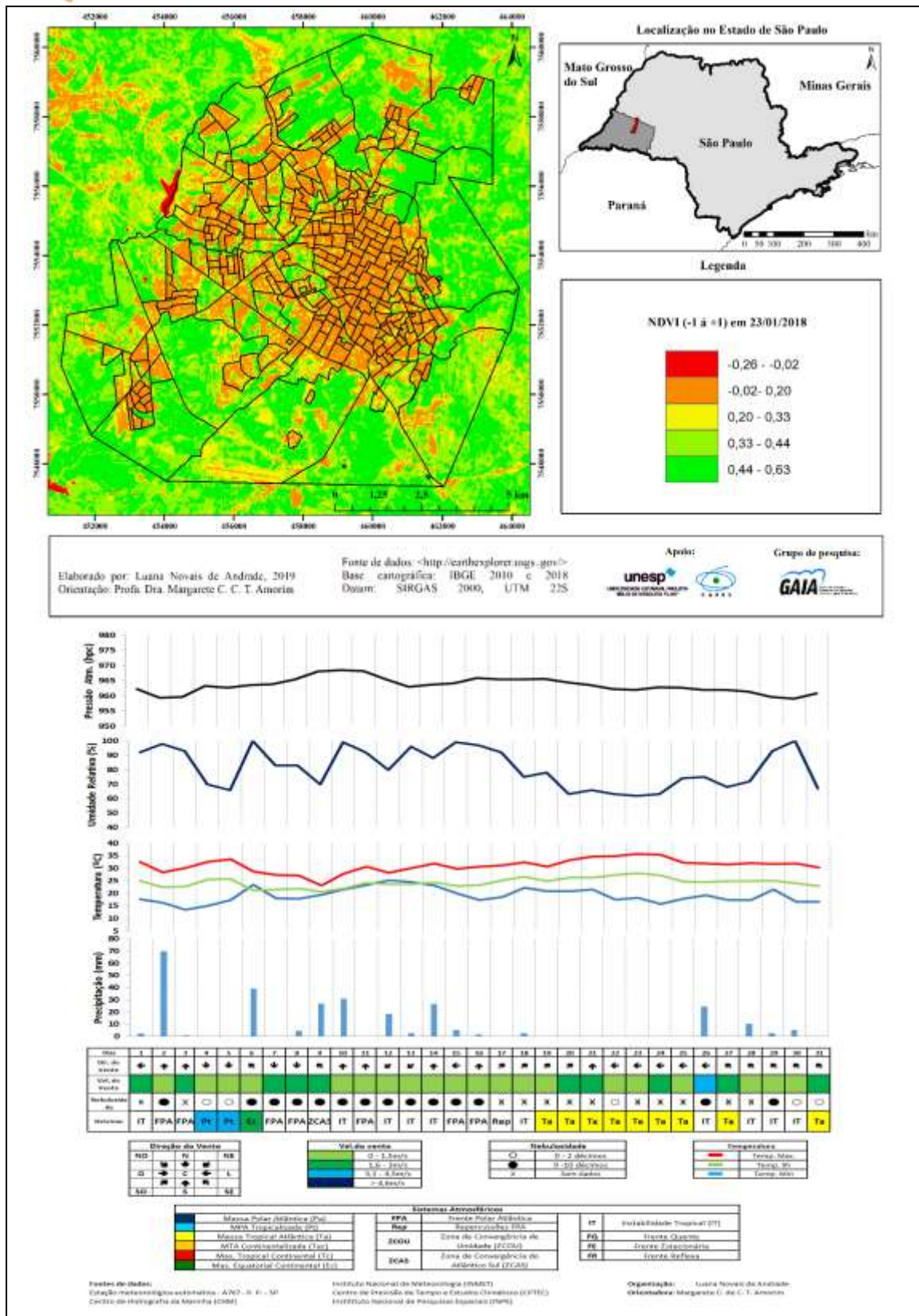
A superfície coberta por vegetação tem maior capacidade térmica e precisa de maior quantidade de energia para que sua temperatura aumente 1°C quando comparados com os materiais presentes no ambiente urbano (JENSEN, 2009).



A escala de variação do NDVI no dia 23/01/2018 ficou entre -0,26 e 0,63. As áreas menos impermeabilizadas e com cobertura vegetal nessa data se situaram na faixa de 0,33 a 0,44 e 0,44 a 0,63, representando o máximo da escala de variação e o estado de alta atividade fotossintética da massa vegetativa.

Figura 3-A - Distribuição espacial da intensidade das ilhas de calor de superfície e NDVI, considerando-se as precipitações que antecederam as imagens de satélite, 23/01/2018 (período chuvoso).





Fonte: USGS (2019); e INMET (2019).
 Organização e elaboração: As autoras (2019)

Amorim (2017) mostrou que no período seco, quando as condições atmosféricas predominantes são estáveis e as chuvas são pouco frequentes durante o período anterior à aquisição de imagens, a perda das folhas e a ausência de cobertura vegetal resultam em aumento da exposição ao solo, afetando o balanço energético – albedo e, conseqüentemente, interferindo na temperatura dos alvos e nos índices de NDVI. Este fato também foi observado na presente pesquisa.

Na Figura 4, representativo do período seco (julho de 2017), foram contabilizados 11 dias de atuação da massa tropical atlântica (Ta), 8 dias sob a influência da massa polar atlântica (Pa) e 8 dias de atuação da massa polar topicalizada (Pt). Sob a atuação das polares foram registradas as menores temperaturas e maior estabilidade (sem precipitação).

As diferenças térmicas variaram entre 0°C e 13°C, no dia 15/07/2017. As áreas cobertas por vegetação no ambiente intraurbano e no rural tiveram temperaturas aproximadas, sendo que no ambiente intraurbano, variou entre 4°C a 13°C, onde se registrou a maior intensidade de temperatura da superfície. No ambiente rural, variou na faixa entre 4°C a 10°C, representando pouca diferença em relação ao ambiente intraurbano densamente construído.

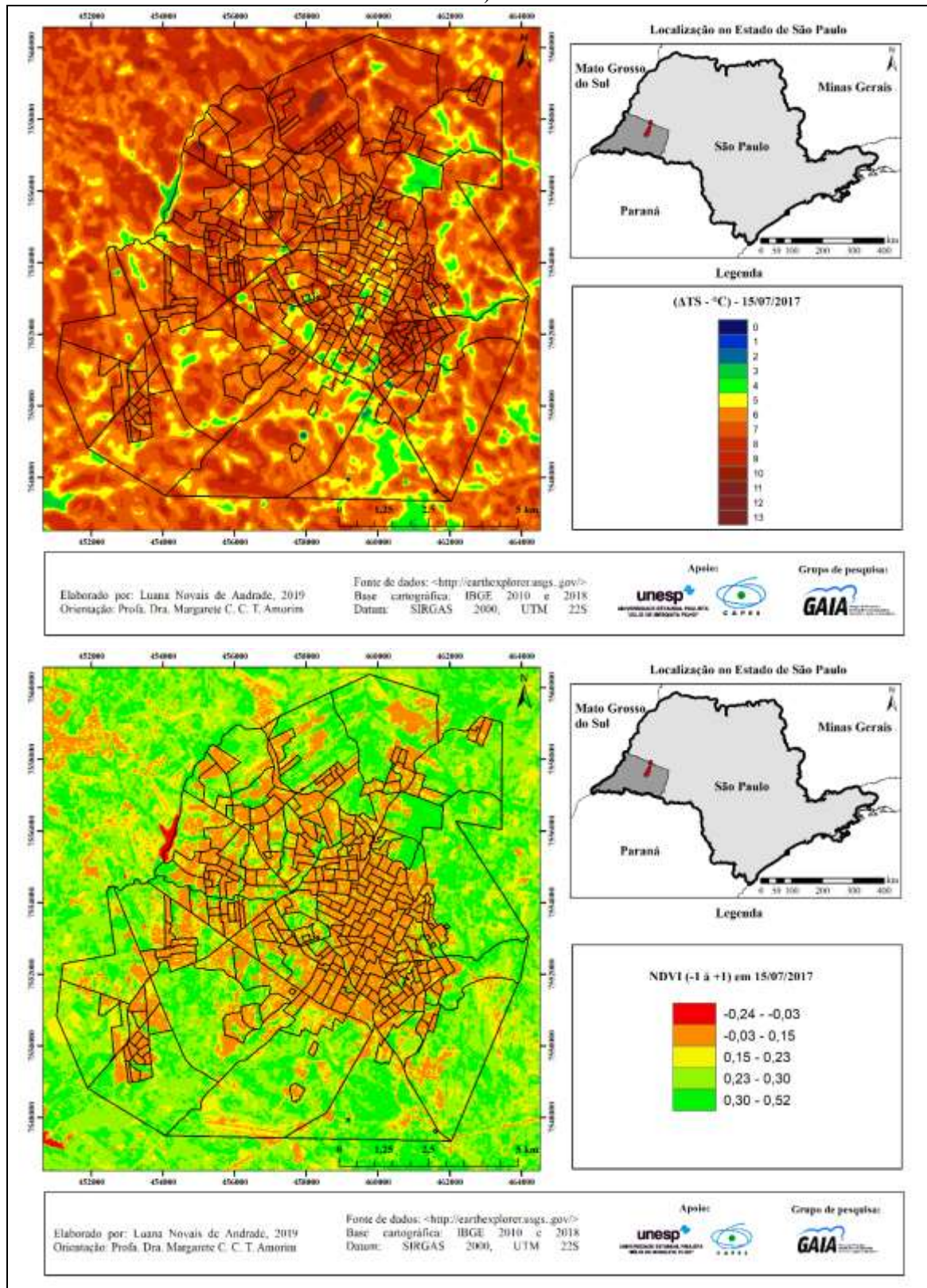
Os índices de NDVI representativos do período seco, no dia 15/07/2017, variaram entre -0,24 e 0,52. Os índices em áreas cobertas por vegetação no intraurbano variaram entre 0,15 a 0,23 e 0,23 a 0,30. Por sua vez, no ambiente rural próximo, variaram na faixa de 0,30 a 0,52, sendo esses pouco satisfatórios na escala de variação no ambiente rural em comparação ao intraurbano.

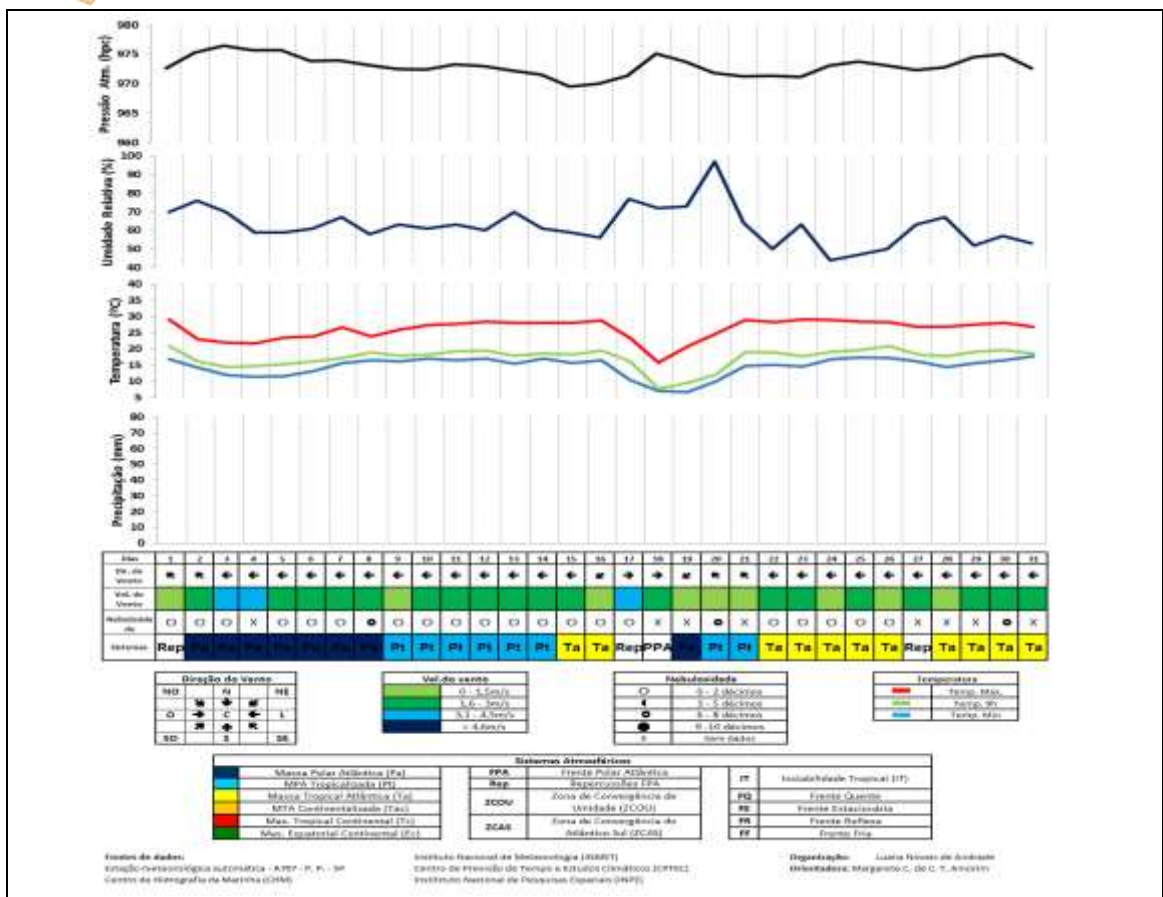
Devido aos menores totais de precipitação e conseqüente insuficiência hídrica proporcionada pela falta de chuva e diminuição de umidade no solo, a vegetação nas áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água e a vegetação rasteira apresentaram perda da sua exuberância com pouca atividade fotossintética.

Assim, observa-se que os níveis de diferenças de temperatura de superfície nessas áreas apresentaram certa homogeneidade no ambiente urbano densamente construído em relação ao rural próximo, dificultando a identificação do padrão de aquecimento das características térmicas dos alvos, quando comparado à imagem do período chuvoso.



Figura 4 – Distribuição espacial da intensidade das ilhas de calor de superfície e NDVI, considerando-se as precipitações que antecederam as imagens de satélite, 15/07/2017 (período seco).





Estudos realizados na cidade Paranavaí-PR (DORIGON e AMORIM, 2013) apontaram resultados semelhantes. Nota-se que, devido à estiagem e ao período seco, não houve grandes diferenças entre a cidade e o campo, principalmente pela presença de extensas áreas de solo exposto na área ao redor da malha urbana. Ressalta-se que os pontos mais aquecidos da área urbana também estiveram diretamente relacionados à existência de solo exposto e seco, como novos loteamentos, ou à falta de cobertura arbórea, como no centro da cidade.

ANÁLISE DAS CLASSES DE COBERTURA E USOS DA TERRA, E TRABALHO DE CAMPO PARA VALIDAÇÃO DOS DADOS DE SENSORIAMENTO REMOTO

A Figura 5 apresenta o mapa de cobertura e os diferentes usos da terra da malha urbana de Presidente Prudente em outubro de 2019. Também foram escolhidos



três pontos que, por consequência dos diferentes usos da terra, influenciam diretamente as diferenças das temperaturas de superfície. Assim, é possível observar que, nos três pontos das áreas destacadas, a vegetação densa representada pelo ponto 1, as construções pelo ponto 2 e a vegetação rasteira pelo ponto 3 distinguem as diferenças da temperatura de superfície e de NDVI.

No ponto 1 e foto 1 (Figura 5), está localizada a mata do Furquim, a nordeste da malha urbana. Observa-se a influência da vegetação na temperatura, pois possui cobertura densa de vegetação arbórea, elemento que torna a temperatura deste ponto mais amena.

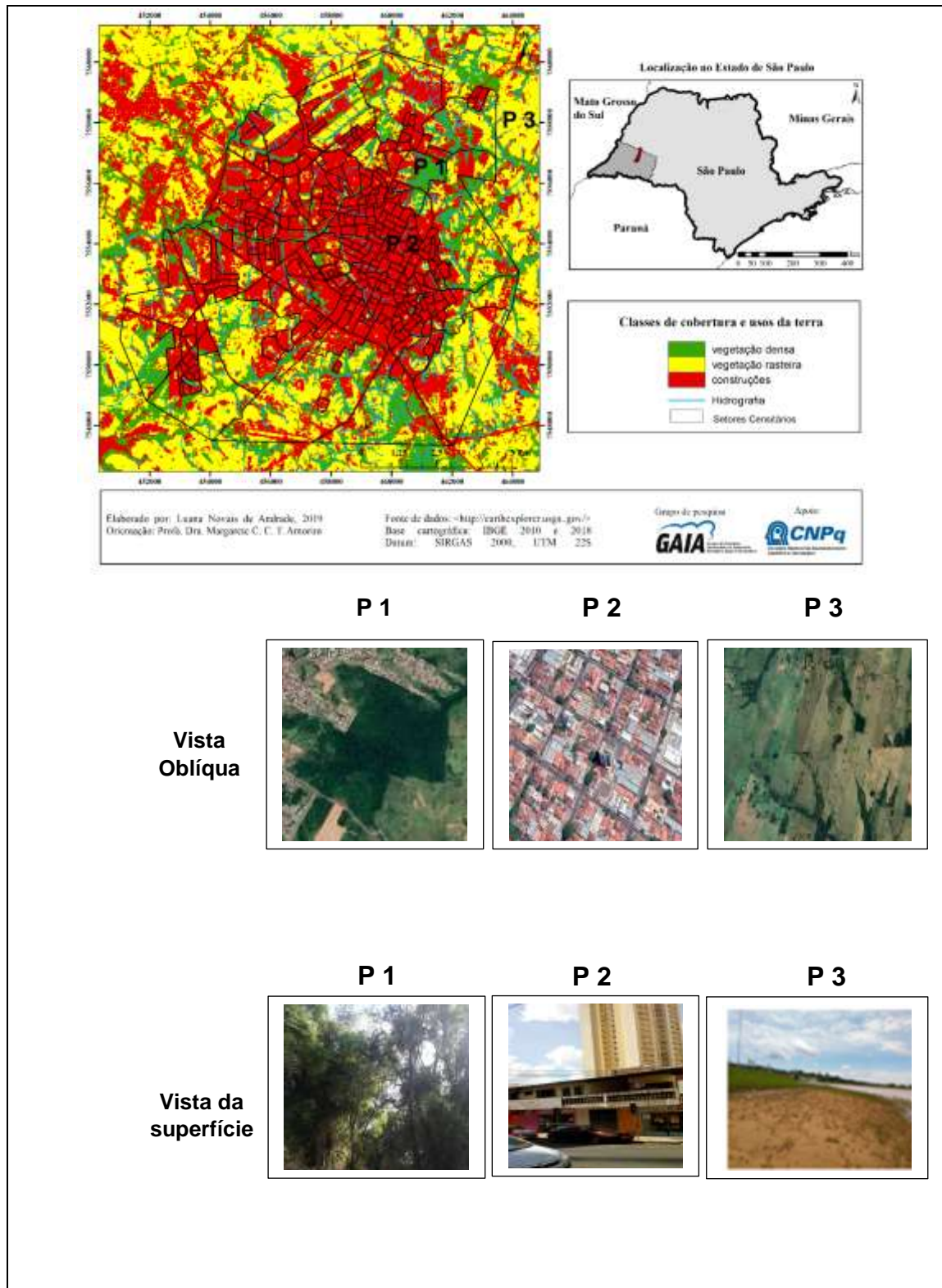
No ponto 2 e foto 2, nota-se a área do centro da cidade. Trata-se de área com alta densidade de construção, com a existência de alguns telhados de fibrocimento e com baixa presença de vegetação. Essas características, quando comparadas a outras áreas da cidade, justificam a alta temperatura de superfície como apresentado nos mapas das figuras 3 e 4. São áreas com diferenças de temperaturas de superfície mais elevadas, que variam entre 7°C e 13°C.

Já no ponto 3 e foto 3, verifica-se uma área com vegetação rasteira, com gramíneas e solo exposto. Em comparação com os mapas termais nessas áreas, a intensidade da temperatura variou entre 3°C e 6°C no período chuvoso. No período seco variou entre de 6°C e 11°C (Figura 4).

Verificou-se que as áreas com gramíneas (menos impermeabilizadas) e as áreas com cobertura vegetal localizadas em praças públicas com vegetação densa arbórea se enquadraram na faixa entre 3°C, 4°C, 5°C e 6°C no período chuvoso. No período seco houve variação entre 4°C, 5°C e 6°C. Em mata ciliar ao longo dos cursos d'água, variou entre 3°C, 4°C e 5°C no período chuvoso. Já no período seco houve variação entre 5°C, 6°C, 7°C e 8°C, representando uma diferença em relação ao ambiente urbano densamente construído em que se tem registrado a maior intensidade (13°C) de temperatura dos alvos no período seco.



Figura 5 – Áreas destacadas para análise da temperatura de superfície, 2019.



Fonte: Google Earth (2019).
 Organização e elaboração: as autoras (2019)



A partir das figuras apresentadas, pode-se constatar que os parques com cobertura vegetal e áreas verdes ajudam a reduzir a intensidade da temperatura de superfície em ambos os períodos (chuvoso e seco), enquanto no período seco as áreas com cobertura vegetal (gramínea) e comerciais com muitas superfícies impermeáveis, fluxo de automóveis e locais com alta concentração de edificação e densidade populacional foram identificadas maiores intensidade de temperatura de superfície.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados possibilitaram a identificação das características térmicas da superfície em imagens representativas dos períodos seco e chuvoso. Nas duas figuras dos mapas termais, em estações distintas, verificou-se que as intensidades das ilhas de calor superficiais em áreas cobertas por vegetação se apresentaram menores com relação à área urbana densamente construída, mesmo no período seco.

No período seco verificou-se que a intensidade da ilha de calor foi elevada mesmo nas áreas com vegetação arbórea e com vegetação rasteira, como as gramíneas. Observou-se que há homogeneidade na intensidade da ilha de calor urbana superficial, em comparação com a rural.

No mapa representativo do período chuvoso (Figura 3), a ilha de calor superficial foi mais intensa nas áreas construídas, quando comparadas com o entorno não construído (com vegetação rasteira e arbórea), devido à maior presença de precipitação nos dias que antecederam à tomada da imagem. Os efeitos da precipitação na vegetação podem ser verificados no mapa de NDVI (Figura 3). A vegetação ficou com as folhas mais desenvolvidas devido à alta atividade fotossintética, e a maior umidade no solo fez com que, comparativamente, as temperaturas superficiais nessas áreas fossem menores do que nos ambientes densamente construídos.

A chuva bem distribuída favoreceu a manutenção da biomassa vegetativa na área de estudo e, conseqüentemente, influenciou na conservação de umidade nas folhas e no solo, contribuindo para a diminuição da intensidade das temperaturas dos alvos.

Como afirmado por Ugeda Junior (2012), em meses mais chuvosos as áreas urbanas se apresentam mais aquecidas do que as áreas rurais. Esse padrão ocorre,



sobretudo, devido à substituição dos elementos naturais por materiais construtivos que são capazes de armazenar maior quantidade de energia durante o dia.

Contudo, as diferenças na intensidade das temperaturas superficiais estão diretamente relacionadas à ocorrência de precipitações nos períodos que antecederam à passagem de satélites. A presença de precipitação possibilita melhor identificação do padrão de aquecimento das características térmicas, quando se compara a temperatura dos alvos entre áreas urbana e rural. Esperamos que os conteúdos expostos possam auxiliar futuras análises acerca dos fenômenos das ilhas de calor enquanto situação-problema e a arborização urbana como medida mitigadora desta questão.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da UNESP de Presidente Prudente – SP pelo apoio para realização desta pesquisa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – processo: 88887.613644/2021-00 e ao projeto CAPES/COFECUB – processo: 88881.191765/2018-01.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. C. C. T. **O clima urbano de Presidente Prudente/SP**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP - Universidade de São Paulo, 2000. 374 p. Tese (Doutorado em Geografia).

AMORIM, M. C. C. T. **Teoria e método para o estudo das ilhas de calor em cidades tropicais de pequeno e médio porte**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP - Universidade Estadual Paulista, 2017. 178 p. Tese (Livre-Docência em Climatologia Geográfica). p. 63-75.

AMORIM, M. C. C. T., MONTEIRO, A. As temperaturas intraurbanas: exemplos do Brasil e de Portugal. **Confins**. Paris. v.13, p.1-18, 2011.

CROSTA, A. P. **Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto**. Campinas: IG/UNICAMP. 1992.

DANNI-OLIVEIRA, I. M. (1995). Aspectos conceituais do sistema clima urbano: uma breve revisão bibliográfica sobre as ilhas de calor. **Caderno de Geociências**. Rio de Janeiro, Nº15, julho/setembro de 1995.

DORIGON, L. P.; AMORIM, M. C. C. T. Estrutura térmica da superfície de Paranavaí/PR através do Landsat 7. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 2, p. 120-123, 2013.

GARTLAND, L. **Ilhas de Calor**: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. 1. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JENSEN, J. R. **Sensoriamento remoto do ambiente**: uma perspectiva em recursos terrestres. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

MEDEIROS, A. L. **Presidente Prudente – São Paulo**. [s. 1.]: Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística, 1967. (Coleção de Monografias, nº 388). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n388_presidentep_rudente.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MENESES, P. R.; ALMEIDA, T. (org.). **Introdução ao Processamento de imagens de sensoriamento remoto**. Brasília: UNB/CNPq, 2012. 266 p. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/56b578c4-0fd5-4b9f-b82a-e9693e4f69d8>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MARKUS, Eva; GOMES, Katharina Markhan Ferreira. **Comparação da pluviosidade nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul nos invernos de 1957 e 1963**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1971. (Climatologia, 3).

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP - Universidade de São Paulo, 1976. Tese (Livro-Docência em Geografia).

OKE, T. **Boundary layer climates**. London: Methuen & Co, 1978.

ROUSE, J. W.; HAAS, R. H.; SCHELL, J. A.; DEERING, D. W. **Monitoring vegetation systems in the great plains with ERTS**. In: Earth Resources Technology Satellite - 1 Symposium, 3. Proceedings. Washington: v.1, 1973. p. 309-317.

SANT'ANNA NETO, J. L.; TOMMASELLI, J. T. G. **O tempo e o clima de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2009.

SANTOS, M. A evolução recente da população urbana, agrícola e rural. In **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 32.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.

UGEDA JUNIOR, J. C. **Clima urbano e planejamento na cidade de Jales/SP**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologias – UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012. 383 p. Tese (Doutorado em Geografia).

UNITED STATES OF AMERICA. **U.S. Geological Survey**. Disponível em: <<https://earthexplorer.usgs.gov/>>. Acesso em: 09 mar 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. **Geological Survey**. Disponível em: https://landsat.usgs.gov/Landsat8_Using_Product.php . Acesso em: 09 abril 2022.

VELASCO, G.D.N; POLIZEL, J. L.; COLTRI, P. P.; LIMA, A. M. L. P.; SILVA FILHO, D. F. Aplicação do Índice de Vegetação NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) em Imagens de Alta Resolução no Município de São Paulo e suas Limitações. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, v. 2, p. 1-12, 2007.

Recebido em abril de 2022.

Revisão realizada em abril de 2023.

Aceito para publicação em junho de 2023.

**A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO DE TERESINA NO
COMPONENTE DE GEOGRAFIA E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA
DOCENTE**

**THE IMPLEMENTATION OF THE NEW CURRICULUM OF TERESINA IN
THE COMPONENT OF GEOGRAPHY AND ITS IMPACTS ON TEACHING
PRACTICE**

**LA IMPLEMENTACIÓN DEL NUEVO CURRÍCULO DE TERESINA EN EL
COMPONENTE DE GEOGRAFÍA Y SUS IMPACTOS EN LA PRÁCTICA
DOCENTE**

Danielly Borges de Sousa
Universidade Federal do Piauí
danielly2021.2@gmail.com

Sara Raquel Cardoso Teixeira de Sousa
Universidade Estadual do Maranhão
sousasrct@gmail.com

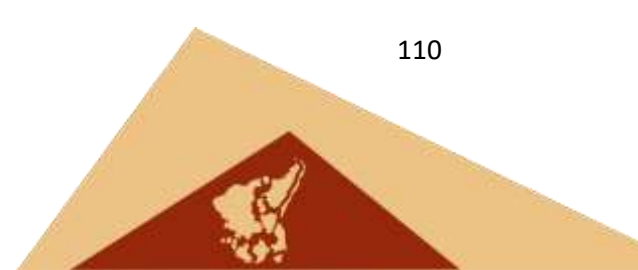
Thais Costa Medeiros
Universidade Federal do Piauí
thaysbio2013@gmail.com

Carlos de Oliveira Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
bispocarlos93@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho baseia-se nas novas percepções sobre o Ensino de Geografia e suas expectativas de aprendizagem dentro das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos da implementação do novo Currículo de Teresina na área da Geografia escolar desse município. Para tanto, foi preciso verificar como os gestores escolares estão orientando os professores sobre o novo Currículo de Teresina, no componente da Geografia. A metodologia aplicada constituiu-se em levantamento bibliográfico, análise documental a respeito da construção curricular e aplicação de questionários, com a finalidade de entender as interferências do novo currículo sobre as ações do professor de Geografia. Os resultados mostram que os professores têm conhecimento da existência do Currículo de Teresina e da possibilidade de uso para alinhar suas ações em sala de aula. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para um novo olhar sobre esse tema.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Ensino de Geografia. Prática Docente. Impactos. Teresina.



ABSTRACT

The present work is based on the new perceptions about the Teaching of Geography and its learning expectations within the Curriculum Guidelines of the Municipality of Teresina. Thus, this research has the general aims of analyzing the impacts of the implementation of the new Teresina Curriculum in the area of school geography in that municipality. To do so, it was necessary to verify how school managers are guiding teachers about the new Teresina Curriculum, in the Geography component. The applied methodology consisted of a bibliographical survey, documental analysis regarding the curricular construction and application of questionnaires with the purpose of understanding the interferences of the new curriculum on the actions of the Geography teacher. The results show that teachers are aware of the existence of the Teresina Curriculum and the possibility of using it to align their actions in the classroom. Finally, it is hoped that this research will contribute to a new look at this topic.

Keywords: School curriculum. Teaching Geography. Teaching Practice Impacts. Teresina.

RESUMEN

El presente trabajo se basa en las nuevas percepciones sobre la Enseñanza de la Geografía y sus expectativas de aprendizaje dentro de las Directrices Curriculares del Municipio de Teresina. Así, esta investigación tiene como objetivo general analizar los impactos de la implementación del nuevo Currículo Teresina en el área de geografía escolar en dicho municipio. Para ello, fue necesario verificar cómo los gestores escolares están orientando a los docentes sobre el nuevo Currículo Teresina, en el componente de Geografía. La metodología aplicada consistió en levantamiento bibliográfico, análisis documental sobre la construcción curricular y aplicación de cuestionarios con el objetivo de comprender las interferencias del nuevo currículo en el actuar del profesor de Geografía. Los resultados muestran que los docentes conocen la existencia del Currículo Teresina y la posibilidad de utilizarlo para alinear sus acciones en el aula. Finalmente, se espera que esta investigación contribuya a una nueva mirada sobre este tema.

Palabras clave: Currículum escolar. Enseñanza de la geografía. Práctica docente Impactos. Teresina.

INTRODUÇÃO

O currículo tem várias concepções que trazem consigo as interpretações do seu contexto e de práticas educacionais. Nesse sentido, é necessário conhecer a forma como as mudanças sociais influenciam a sua construção e elaboração.

O termo currículo tem suas origens no latim *curriculum*, que significa "caminho a ser percorrido". De acordo com Sacristán (2013), o currículo é uma construção social e cultural que deve ser compreendida em sua relação com o contexto histórico, político e



social em que está imerso. O autor supracitado defende que o currículo não é apenas um conjunto de disciplinas e conteúdos, mas um processo dinâmico que envolve a construção de valores, saberes, práticas e atitudes que são essenciais para a formação dos indivíduos.

Historicamente, o currículo esteve majoritariamente ligado à estrutura de um plano de ensino, que estabelece os objetivos, conteúdos, métodos e avaliação que serão utilizados para o desenvolvimento das atividades educativas.

Com o advento da industrialização, a escola precisou se adaptar a uma nova realidade social e econômica, que por sua vez levou a diferentes teorias sobre o currículo. Nesse ponto, frisa-se que existem diferentes concepções acerca das definições e da perspectiva de ensino e aprendizagem que o norteiam.

Portanto, verifica-se que tais conceitos estão ligados a práticas educativas e suas funções sociais, culturais, assim como à realidade de cada sistema educativo. Observa-se, a partir de autores como Callai (2001), Silva (2010), Rostas (2010) e Sacristán (2000; 2013), uma ideia de que o currículo é pensado e definido a partir de contextos bem específicos que permitem uma interferência para uma adaptação das práticas e teorias.

O currículo deve ser pensando à luz de documentos oficiais que regem nosso país, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)-1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)-2013 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)-2017 e, no âmbito municipal, o Currículo de Teresina (CT)-2018.

A LDB, aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda a população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, bem como para valorizar os profissionais da educação e estabelecer os deveres da União, do Estado e dos Municípios para com a educação pública.

Desse modo, depreende-se que o currículo é norteado pela concepção de uma base nacional comum que considera as características gerais de uma sociedade em seus vários aspectos, quais sejam, cultural, econômico e social. Além disso, a lei em questão explicita a necessidade de adaptação por parte dos Estados e Municípios em relação à realidade local, de acordo com o seu público-alvo.

Segundo Rostas (2010), apesar de as DCNs terem sua origem na LDB, havia uma necessidade de atualizar as políticas públicas educacionais. Nesse escopo, vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais são nortes para que as entidades públicas educacionais possam refletir, alinhar e sistematizar suas próprias políticas



educacionais. Tudo isso com base na estrutura e nas regras das DCNs. Assim, podemos pensar na qualidade e equidade do ensino, considerando os diversos contextos existentes no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi promulgada na Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê, em seu Artigo 210, a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Com a aprovação da BNCC, em 20 dezembro de 2017, houve a necessidade de se reformular as Diretrizes Curriculares do município de Teresina. Assim, o novo documento foi apresentado à comunidade docente no ano de 2019, porém somente em 2020 foi implantado nas unidades de ensino.

Por conseguinte, a BNCC é a norma que rege as competências gerais que devem ser tratadas na Educação Básica brasileira. Além de elencar as competências e habilidades que deverão ser abordadas durante o ano escolar nas instituições de ensino do território nacional, cada rede gozará de autonomia para organizar seus currículos.

Com efeito, a autonomia dada para a elaboração de um currículo voltado para a realidade dos estudantes de cada região permitiu à rede municipal de Teresina a elaboração do currículo de ensino da rede. Ademais, destaca-se que os princípios estão conectados com os vários aspectos educacionais existentes, tais como: formação, avaliação, planejamento, habilidades e competências. Isso viabiliza a construção de um currículo que atenda a todas as necessidades de ensino.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da implementação do novo Currículo de Teresina, na área da Geografia, frente às novas expectativas de ensino e aprendizagem.

Acredita-se que a pesquisa em tela trará dados importantes sobre a nova organização frente aos desafios conduzidos pelo novo Currículo de Teresina, assim como retratará as expectativas de ensino e aprendizagem dos estudantes do 6º ao 9º ano das escolas do município de Teresina, no componente da Geografia.

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO PARA UM ENSINO SIGNIFICATIVO

Segundo Rostas (2010), para entender o discurso curricular, é preciso compreender que as teorias do currículo sofrem influências, de forma dialética, das



várias possibilidades de articulação do poder. O processo de industrialização causou uma mudança na realidade social e econômica que afetou diretamente o olhar sobre a educação e levou a diferentes teorias sobre o currículo.

De acordo com Lopes (2011, p.21), “todas as teorias têm em comum a definição de currículo como plano formal das atividades/experiências de ensino e de aprendizagem, a preocupação com a administração, em algum nível centralizado, do dia a dia da sala de aula”.

Embora existam diferentes concepções acerca das definições e de perspectivas sobre o currículo, Sacristán (2000, p.14-15) estabelece que o currículo pode ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados:

- O ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola.
- Projeto ou plano educativo, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.
- Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas sequências para abordá-lo, etc.
- Referem-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas;
- Referem-se a ele os que exercem um tipo de atividade discursiva acadêmica e pesquisadora sobre todos estes temas.

Pode-se afirmar que o currículo auxilia a formação do cidadão consciente e, além disso, influencia em diversos aspectos da vida do sujeito inserido no contexto social. Discutir currículo transpassa o âmbito educacional, de modo que ele pode ser concebido como um objeto político. Nesse sentido, sua discussão deve levar em consideração vários aspectos e suas mudanças passam por análise interdisciplinar.

No campo político, o currículo é discutido levando-se em consideração inicialmente a LDB nº 9.394/96. Durante o processo de formação do professor, é discutido e sentido pelo futuro profissional ainda em formação, pois os cursos superiores possuem currículos organizados para o desenvolvimento do profissional da



educação. Afinal, a formação do professor deve contemplar não apenas o conhecimento teórico sobre os conteúdos a serem ensinados, mas também as competências e habilidades necessárias para a prática pedagógica.

A LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) é um importante marco legal para a discussão do currículo no campo político, haja vista que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, além de definir, entre outros aspectos, as finalidades da educação, os objetivos do ensino, os currículos das diferentes etapas e modalidades da educação básica e os critérios de avaliação do desempenho dos estudantes. Especificamente no tocante ao currículo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que:

Art. 9º A União incumbir-se-á de: IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Assim sendo, o currículo deve ser fundamentado e alinhado a uma base comum que assegure uma formação básica comum a todos os estudantes dentro do território brasileiro. Nesse ponto, ressalta-se que devem ser consideradas, dentro da construção do currículo, as características gerais no que se refere aos segmentos cultural, econômico e social de cada sistema de ensino.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica

A atualização das políticas públicas educacionais é um desafio importante no que tange à promoção de melhorias na qualidade do ensino. Nesse viés, ressalta-se que é preciso que haja autonomia da escola no tocante à elaboração da sua proposta curricular. Quanto a isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais-DCNs estabelecem alguns objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a



formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2013, p.7-8)

Em face dos objetivos supramencionados, defende-se que as DCNs constituem-se como documentos complementares aos demais documentos normativos e às leis da educação. Essas diretrizes definem as competências e as habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, bem como os conteúdos e metodologias que devem ser adotados pelos sistemas de ensino.

Além disso, as diretrizes orientam a elaboração dos currículos e dos projetos pedagógicos das escolas, assegurando a integração curricular entre as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, além de contribuírem para a promoção da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, pode-se pensar na qualidade e na equidade do ensino, alinhando as diretrizes com a sala de aula e considerando os diversos contextos existentes no Brasil, como o social, o político e o educacional.

Base Nacional Comum Curricular – BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A referida Base foi instituída pela Lei nº 13.005/2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e foi homologada em 2017.

A BNCC foi elaborada após um amplo processo de consulta e de participação social, o qual envolveu especialistas, professores, gestores, estudantes, famílias e representantes da sociedade civil em geral. Como produto, surgiu um documento



normativo que define as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada etapa e em cada modalidade da Educação Básica, bem como os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que devem ser desenvolvidos nas diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2017).

Faz-se mister esclarecer que a BNCC não define uma metodologia específica para o ensino. Em verdade, ela orienta a elaboração dos currículos pelas redes de ensino e pelas escolas, assegurando a coerência e a integração curricular em todo o território nacional. Ademais, a BNCC ainda tem como característica ser referência para a elaboração de materiais didáticos, avaliações e formação de professores.

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL, 2017, p. 16).

Outrossim, A BNCC deixa clara a necessidade de adequação no currículo de cada rede de ensino, seja federal, estadual ou municipal. Essa autonomia é de fundamental importância para a construção curricular, pois permite que as escolas estabeleçam seus objetivos e metas pautadas no coletivo, de modo a não permitir subjetividades.

O Currículo do Piauí

O Estado do Piauí começou a elaboração de um novo currículo no ano de 2019, de forma que o regime de colaboração foi adotado como metodologia para a construção desse documento. Dentre os 224 municípios do estado, 176 aderiram ao regime de colaboração, envolvendo também órgãos como a Secretaria de Estado da Educação-SEDUC, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, garantindo, assim, um trabalho com múltiplos olhares para uma educação de qualidade.

Assim como a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo do Piauí propõe que seja ofertado aos estudantes um ensino capaz de desenvolver todas as habilidades



necessárias para corresponder às expectativas de aprendizagem esperadas para cada etapa de ensino.

No que se refere ao componente de Geografia, o currículo ressalta a importância de trazer a realidade vivida para o âmbito escolar. De acordo com Evangelista (2016), a Geografia escolar tem como função orientar o processo de ensino-aprendizagem para que o aluno compreenda o mundo atual, com suas transformações na organização do espaço geográfico, que por sua vez são ocasionadas pelo sistema técnico-científico-informacional do qual fazemos parte.

Nessa perspectiva de que o estudante deve compreender o mundo e ser capaz de desenvolver o seu raciocínio geográfico para desenvolver integralmente suas competências e habilidades, (SILVA, 2020, p.246) afirma que:

O componente de Geografia, no currículo do Estado do Piauí, constitui um grande desafio para o desenvolvimento integral dos estudantes, para o fortalecimento das políticas de equidade e a educação inclusiva, além de garantir as condições necessárias para que sejam assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento a todos os estudantes das escolas piauienses, respeitando suas realidades socioeconômica, cultural, étnico-racial e geográfico.

Desse modo, o Currículo do Piauí tem como base principal a busca pela promoção da formação integral dos estudantes, a partir da compreensão que se tem de cada contexto socioespacial. Nessa perspectiva, os municípios piauienses deverão elaborar suas diretrizes curriculares.

Currículo de Teresina

O currículo de Teresina começou a ser elaborado a partir da aprovação da Base Comum Curricular e contou, a princípio, com um grupo formado por uma equipe de técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC), que buscou, junto à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SEM), a reformulação do currículo, visto que São Paulo foi a primeira cidade a lançar o documento em sua versão já alinhada às diretrizes nacionais.

A primeira ação da SEMEC foi lançar uma consulta pública que tinha como proposta verificar a visão que a sociedade, os professores, os pedagogos, os diretores e



os estudantes tinham a respeito da educação, bem como o que era esperado da educação municipal de Teresina.

Após a consulta pública, ocorreu a criação de dez grupos de estudos formados por professores, pedagogos, diretores e técnicos da SEMEC. Com efeito, o grupo de trabalho do componente de Geografia contou com a participação de quatro técnicos, uma pedagoga, quatro professores da Secretaria Municipal de Educação e dois redatores externos.

A autonomia dada para elaboração de um currículo voltado para a realidade do seu público-alvo permitiu que a rede municipal de Teresina elaborasse o currículo de ensino da rede. O currículo foi elaborado pelos seguintes princípios (TERESINA,2018, p. 17-18):

- O currículo é um balizador dos direitos de aprendizagem, pois especifica o que o aluno deve aprender;
- O currículo é constituído por saberes de diferentes áreas e experiências sociais e culturais, indispensáveis ao desenvolvimento das habilidades e competências requeridas pela vida pessoal e profissional e pela formação crítica e cidadã;
- O currículo ganha vida no dia a dia da escola, adequando-se às transformações culturais, tecnológicas e científicas;
- O currículo tem o professor como protagonista de sua construção, cabendo-lhe participar crítica e criativamente da elaboração, implementação, avaliação e reelaboração;
- O currículo é um compromisso de que os estudantes aprenderão o que precisam aprender, tendo acesso ao conhecimento como direito de todos à formação e desenvolvimento humano.
- O currículo determina os níveis de aprendizagem para cada etapa do ensino, conseqüentemente, estipula padrões do que deve ser aprendido em cada série ou ano escolar;
- O currículo estabelece referenciais, para avaliação, formação docente e produção de livros didáticos; conseqüentemente, orienta a política educacional em aspectos essenciais do sistema escolar.

Infere-se, portanto, que os princípios estão conectados com os vários aspectos educacionais existentes, tais como: formação, avaliação, planejamento, habilidades e



competências. Isso permite construir um currículo que atenda a todas as necessidades de ensino.

Nesse ponto, ressalta-se que, ao analisar o currículo de Teresina, não foi identificado direcionamento para as disciplinas trabalhadas, o que pode dificultar o entendimento e a execução por parte dos professores da nova proposta curricular. Pontua-se que isso será analisado posteriormente.

PROPOSTA CURRICULAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Ao falarmos de Currículo, precisamos entender o que, de fato, espera-se que o estudante aprenda ao final de cada ano escolar. A presente pesquisa tem como foco o ensino da Geografia. Assim, é necessário reforçar que o objeto de estudo dessa ciência é o espaço geográfico vinculado à dinâmica social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) de Geografia para o ensino fundamental, por exemplo, visam ampliar as capacidades dos estudantes de observar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. Portanto, o currículo é uma organização dos conceitos, habilidades e competências a serem desenvolvidos. Segundo Callai (2001, p.135):

[...] o que se quer hoje, e a sociedade exige da escola, é uma educação que desenvolva o raciocínio lógico, a criticidade, a instrumentalização para usar coerentemente o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria.

Diante dessa contextualização, defende-se que a contribuição da escola está representada no oferecimento, ao indivíduo, de acesso ao conhecimento geográfico e à leitura e interpretação do mundo, bem como aos fenômenos espaciais.

A geografia escolar abrange o reconhecimento do papel do estudante enquanto cidadão. O ensino da Geografia, articulado com o Currículo, permite uma organização estrutural dos conteúdos a serem ensinados, de forma significativa e intencional, aos estudantes. Andrade (2018, p.39) afirma que:

Os conteúdos da geografia escolar devem ensinar aos alunos uma maneira de ver o mundo, ensinando um modo de pensar geográfico,



que os possibilitem aprender a ler a espacialidade diferencial, as origens naturais, sociais, políticas e econômicas da desigual produção do espaço. Estimular o olhar do aluno para a compreensão do espaço como produto e produtor das relações existentes na sociedade e da sua forma de organização.

Dessa forma, o professor, ao planejar os conteúdos abordados durante a aula, deve ficar atento para ensinar o estudante a desenvolver um raciocínio geográfico. O Currículo norteia o conhecimento da Geografia como ciência que promove a conexão entre os fenômenos sociais e físicos. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p.359):

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças.

Destarte, o ensino de geografia almeja que o estudante possa ser capaz de exercitar o raciocínio geográfico a fim de compreender que as ações individuais e/ou coletivas afetam a natureza e as relações humanas, trazendo, assim, consequências para as gerações futuras.

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM TERESINA

Em se tratando do ensino de Geografia em Teresina-PI, concentrou-se o olhar no âmbito do Ensino Fundamental II, que trata das competências básicas voltadas para a leitura da paisagem, do lugar, do território e da região, com o objetivo de levar a um entendimento sobre o papel do estudante enquanto cidadão. Nesse viés, Silva (2010, p.38) destaca a concepção do ensino de Geografia:

[...]ensino de Geografia é definido como a ação de ensinar o aluno a aprender a partir de sua experiência com o meio socioespacial no qual vive e desenvolve suas atividades. Trata-se de uma perspectiva que coloca o aluno no centro do processo de construção de seu



conhecimento, como sujeito ativo dos mecanismos de aprendizagem. Nesse processo, o recurso pedagógico primordial é o contato com a realidade e a formação da consciência crítica de ser e estar no mundo e das ações e reações que resultam da forma como o indivíduo se relaciona com o meio socioespacial. Ou seja, o conhecimento do aluno em relação à Geografia é possibilitado pelo contato deste com os elementos e fatores que produzem e reproduzem o espaço social no qual vive e convive. É, pois, levar os alunos a reconhecer que a Geografia faz parte do cotidiano de cada um, e que seu aprendizado ajuda a compreender a si mesmo, como ator de um espaço-tempo.

Dessa maneira, o ensino escolar está associado a uma Geografia crítica e contemporânea, norteadas pelas transformações que ocorrem nos espaços sociais, as quais podem ser contextualizadas numa perspectiva mundial, regional e local.

Ao se analisar o componente curricular de Geografia em Teresina, percebe-se que os conteúdos abordados estão divididos em unidades temáticas, a saber: O sujeito e seu lugar no mundo, Conexões e escalas, Formas de representação e pensamento espacial, Divisão social e territorial do trabalho, Natureza: meio geográfico e qualidade de vida. Essas unidades temáticas estão estruturadas de acordo com os objetos do conhecimento, além de alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e distribuídas ao longo de quatro bimestres – vide ONU, 2018.

A primeira unidade temática, qual seja, “O sujeito e seu lugar no mundo”, trata de habilidades voltadas à observação, à análise, ao conhecimento, à compreensão e ao entendimento. Tem por finalidade levar o estudante a aprender sobre a sua identidade sociocultural, assim como sobre as contribuições dos diferentes povos no território brasileiro, sobre as colaborações de grupos de imigrantes em Teresina, sobre as dinâmicas migratórias brasileiras, sobre a globalização mundial e, por fim, sobre as marcas incorporadas desse processo em Teresina.

Portanto, pode-se perceber que a primeira unidade temática tem um olhar voltado à percepção do indivíduo enquanto sujeito. Como afirma Callai (2005, p.228):

Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos).



A segunda unidade temática, “Conexões e escalas”, estabelece relações entre os componentes físico-naturais; entre a formação socioeconômica e territorial do Brasil; entre a população brasileira e as consequências socioeconômicas dessa formação; constituição do território a partir de seus elementos integrantes; geopolítica; integração mundial e suas interpretações; e cartografia: usos e interpretações. Do ponto de vista da Geografia, é importante que o estudante consiga estabelecer uma ligação entre o lugar que ele vive e a sua constituição.

A terceira unidade temática, “Formas de representação e pensamento espacial”, é dedicada às noções básicas de leitura, interpretação e elementos gerais da cartografia. De acordo com Oliveira (2016, p.81), o que se pretende nesse tema:

[...] a Cartografia permite ao aluno compreender os conteúdos e conceitos geográficos por meio de uma linguagem abstrata dos espaços representados, sobretudo pelos mapas, a partir da mediação pedagógica do professor sobre os elementos imprescindíveis contidos nas convenções cartográficas como pontos, linhas e cores, já que a linguagem cartográfica é uma estratégia e procedimento de ensino porque permite ao aluno ver, analisar e interpretar diferentes informações relacionadas à produção de um determinado espaço ou parte dele.

Outrossim, a terceira unidade temática irá estimular o raciocínio geográfico do estudante através da linguagem cartográfica.

A quarta unidade temática, “Divisão social e territorial do trabalho”, aborda a relação de produção com a configuração espacial. Nesse contexto, o estudante será levado a identificar o desenvolvimento das atividades econômicas, além de reconhecer as transformações da paisagem em Teresina, a partir do desenvolvimento urbano, e analisar como o mercado de consumo influencia o meio geográfico em diversas perspectivas.

A quinta unidade temática, “Natureza: meio geográfico e qualidade de vida”, é destinada à apropriação e ao uso dos recursos naturais. Brasil (2017, p.364) afirma que:

No Ensino Fundamental – Anos Finais, essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecer relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente



e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. Dessa maneira, torna-se possível a eles conhecer os fundamentos naturais do planeta e as transformações impostas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural, inclusive no contexto urbano e rural.

Desse modo, encontram-se nessa unidade diferentes aspectos da natureza ligados ao desenvolvimento sociocultural e sociopolítico. Percebe-se que todas as unidades temáticas estão alinhadas com a Base Comum Curricular.

OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se em três etapas, sendo elas: 1) Levantamento bibliográfico, como leituras de artigos e livros de autores como: Callai (2001), Sacristán (2000; 2013), Rostas (2010) e Silva (2010); 2) Análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular, as quais que nortearam a construção curricular e; 3) Aplicação de questionário com a finalidade de entender as interferências do novo currículo nas ações do professor de Geografia. Após as etapas, construiu-se o presente texto para fins de apreciação dos resultados encontrados.

O estudo teórico foi realizado por meio de leituras de livros, artigos científicos e dissertações já publicadas, bem como por meio da análise da proposta curricular de Teresina, produzida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Teresina/PI.

Além disso, fez-se pesquisa de campo de forma direta, com vistas a analisar um conjunto de documentos produzidos na escola, que corrobora o novo Currículo de Teresina. Dentre os documentos supracitados, destacam-se: pautas dos encontros extraclasse, plano de aula, plano de gestão, projetos pedagógicos e regimento escolar.

Devido à pandemia pelo COVID-19, a coleta de dados ocorreu por meio de entrevista online com auxílio do *Google Forms*, com quatro professores que lecionam a disciplina de Geografia.

A referida pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2021. Responderam ao questionário quatro professores lotados em duas escolas públicas municipais de Teresina. Para tanto, identificam-se os participantes da pesquisa como Prof.1, Prof.2, Prof.3 e Prof.4. A partir dos resultados obtidos através do questionário, foi possível



caracterizar o perfil dos sujeitos da pesquisa no que se refere ao sexo e à formação acadêmica, entre outras informações gerais a respeito da temática discutida.

Destarte, foram realizadas oito perguntas, dentre as quais quatro questionavam de maneira direta acerca do currículo: “1. Você tem conhecimento a respeito do Currículo Escolar de Teresina? 2. O Currículo de Teresina foi, em algum momento, discutido entre você e a instituição ao qual está vinculado(a)? 3. Na sua opinião, o currículo influenciou em suas ações enquanto professora na disciplina de Geografia? 4. Caso sua resposta anterior seja "SIM", justifique sua resposta.”. As demais perguntas tiveram como objetivo realizar o levantamento de dados gerais, como gênero, formação acadêmica, escola em que atua etc.

Com efeito, o procedimento metodológico utilizado nessa pesquisa terá duas frentes: a pesquisa quantitativa, pois as informações coletadas através dos questionários, entrevistas e análise documental serão traduzidas por números, relatos e informações dos resultados obtidos; e a pesquisa qualitativa, com o fim de conhecer o assunto abordado nesse trabalho.

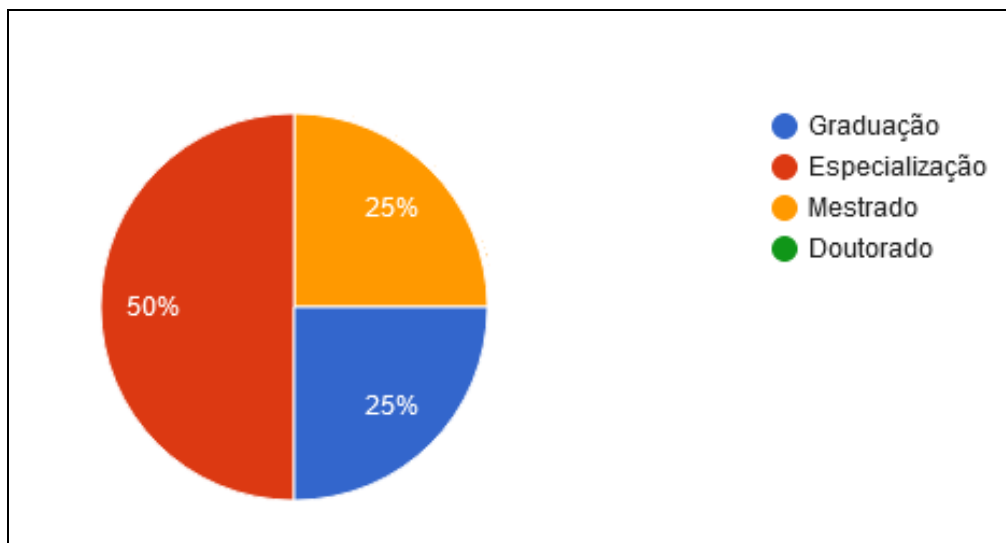
A NOVA PROPOSTA CURRICULAR DE TERESINA INTERFERE NO ENSINO DE GEOGRAFIA?

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede municipal de Teresina, localizadas na região sudeste da cidade, tendo dois professores lotados em cada unidade. A rede municipal de ensino de Teresina conta com sessenta escolas de 6º ao 9º ano. Dessas, nove unidades educacionais estão localizadas na região pesquisada e dezenove professores de Geografia atuam nessas escolas.

Analisando as respostas dos questionamentos utilizados para levantamento de dados, mostrou-se que, dos quatros professores, 50% eram do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Quanto à formação acadêmica, mostrou-se que todos os sujeitos eram licenciados em Geografia, sendo 25% graduados, 50% especialistas e 25% mestres, conforme o Gráfico 1.



Gráfico 1 – Formação dos Professores Pesquisados



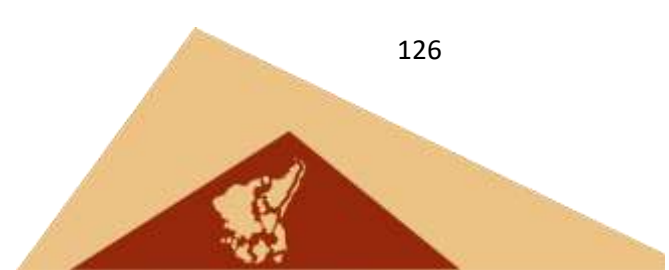
Fonte: Pesquisa direta (2021).

Importante destacar que todos os professores pesquisados possuem graduação em licenciatura plena em Geografia. Ao serem questionados sobre o conhecimento acerca da existência do Currículo Escolar de Teresina, apenas um dos sujeitos pesquisados respondeu não ter conhecimento a respeito do currículo de Teresina. Os demais responderam que possuem conhecimento a respeito.

Vale ressaltar que o professor que desconhece a existência do Currículo de Teresina é substituto, o que denota a falta de difusão e informação dentro das escolas a respeito desse documento.

Destaca-se a resposta do Prof. 4, pois ele disse que “*Sim, tivemos várias reuniões, formando grupos de estudos para discutir o Currículo de Teresina a partir da BNCC, do Currículo da Cidade de São Paulo e da literatura especializada.*” Pela resposta do referido sujeito, conclui-se que a discussão do currículo partiu das novas exigências impostas a partir da BNCC e que foi utilizado como parâmetro o currículo da cidade de São Paulo.

Apesar de o currículo referir-se à educação e aos seus procedimentos, é importante lembrar que devem ser levados em consideração também os aspectos políticos e sociais do contexto geográfico no qual as escolas estão inseridas, de modo que a realidade da cidade de São Paulo é deveras distinta daquela da cidade de Teresina.



A literatura que discute questões voltadas à construção curricular dá suporte aos professores e àquilo que se pretende colocar em prática na escola. Partindo desse ponto de vista, o Prof. 4, respondente da pesquisa, soube dialogar com mais precisão a respeito do currículo em todos os questionamentos realizados, frisando que a sua participação na formação acadêmica influencia diretamente a apropriação do ensino da Geografia.

Todos os sujeitos responderam que o currículo influencia na prática da sala de aula, até mesmo o respondente que indicou não conhecer o currículo de Teresina. É possível que o sujeito em questão, apesar de desconhecer o currículo, tenha percebido mudanças significativas no direcionamento dos conteúdos, bem como no *modus operandi* de aplicação destes últimos, a exemplo da aplicação de metodologias diferenciadas indicadas pelas coordenações.

Ao serem questionados sobre a efetiva discussão do currículo dentro da instituição de ensino ao qual estão vinculados, 75% dos professores afirmaram ter ocorrido em algum momento um debate sobre esse tema, sendo que 25% não tiveram essa oportunidade. O Quadro 1 apresenta de forma sintética as respostas dos professores.

Quadro 1 – Justifique a resposta sobre a influência do currículo sobre suas ações em sala

Professor	Resposta
Prof. 1	O currículo de Teresina foi discutido e assim ele norteia algumas ações para que nós docentes possamos aprimorar ou adotar e aplicar em sala de aula
Prof. 2	Ele me norteia, me ajuda no planejamento e execução da aula e da minha prática docente.
Prof. 3	Nas formações
Prof. 4	Sim.principalmente no que tange à recepção dos alunos, quanto ao conhecimento prévio no recorte geografico vivido, a utilização de parâmetros conhecidos pelos alunos , enriquece a aula e traz facilidade ao professor a cerca dos instrumentos utilizados . Ministrar as aulas levando em consideração o conhecimento já constituído facilita,esclarece e possibilita um melhor entendimento. Quanto às diretrizes pautadas no que rege o fazer e o saber fazer possibilita um entendimento geografico, social, econômico e cultural da realidade vivida proporcionando assim, acesso e proximidade aluno/ professor.

Fonte: Pesquisa direta (2021).

Indagou-se aos professores sobre a influência que o currículo pode ter nas ações professorais da disciplina de Geografia. Nesse aspecto, verificou-se que 100% dos professores acreditam que essa influência existe. Os dados apontam que 75% dos docentes acreditam que o Currículo Escolar norteia o planejamento e a execução da sua



prática em sala de aula; 25% acreditam que o currículo enriquece a sua formação docente.

O Prof. 1 indicou que as mudanças interferiram nas maneiras (metodologias) de se abordar os conteúdos geográficos em sala de aula, pois os currículos norteiam suas ações em sala. Analisando a resposta do Prof. 2, percebe-se que suas colocações se aproximam da resposta do sujeito anterior.

O prof. 3, que é o mesmo sujeito que afirmou não conhecer o currículo de Teresina, argumentou que as interferências ficam no campo das formações, corroborando, portanto, a afirmação de que, realmente, o sujeito desconhece o currículo e o fato de que suas indicações estão voltadas para as práticas em sala de aula no nível básico de ensino.

A resposta do Prof. 4 apresenta consistência quanto ao conhecimento do currículo de Teresina, uma vez que, em sua resposta, é possível verificar diversos elementos que estão contidos no currículo do município, os quais foram discutidos anteriormente neste artigo.

Afirma-se a importância do conhecimento do currículo, assim como da BNCC, LDB e DCN, por parte dos professores, pois suas ações, a partir disso, serão mais precisas quanto ao desenvolvimento das habilidades esperadas e aos objetivos a serem alcançados.

Ratifica-se que o currículo de Teresina é concebido a partir de uma concepção de educação integral, que parte da compreensão dos contextos socioespaciais locais, mas sem deixar de observar a LDB, as DCNs e o BNCC. Só assim é possível assegurar a integração curricular das diferentes áreas do conhecimento.

CONCLUSÃO

A partir da presente pesquisa, foi possível constatar que o Currículo Escolar é uma fonte de conhecimento sobre as habilidades, competências e diretrizes que orientam o processo de ensino e aprendizagem da Geografia.

Os dados permitiram apontar que a maioria dos professores tem acesso a essa temática no âmbito da rede de ensino de Teresina e que a mesma maioria reconhece a importância do Currículo nas suas ações professorais. Entretanto, podemos verificar que existe uma parcela que não tem acesso ao debate dentro das instituições às quais está



vinculada. Outro fato é que os professores pesquisados afirmaram perceber os efeitos das mudanças curriculares de Teresina.

Os professores que participaram da pesquisa mostraram conhecimento a respeito do currículo de Teresina, inclusive os sujeitos que afirmaram desconhecer o documento. Nesse sentido, apontaram mudanças em suas ações dentro da sala de aula.

Os sujeitos que tiveram contato direto com o currículo citaram, pelo menos uma vez, elementos contidos dentro da proposta curricular, o que nos leva a perceber a necessidade de apresentar este documento aos professores atuantes na rede de ensino municipal de Teresina/PI. Dessarte, é importante destacar que o documento não cita diretamente suas perspectivas sobre as disciplinas específicas.

Alfim, ressalta-se a necessidade de haver reuniões informativas sobre o componente curricular de Geografia, com vistas à sua implementação, de fato, nas instituições de ensino. Assim, os professores terão uma maior segurança das suas ações em sala de aula. Ressalta-se, quanto a isso, que tais ações estão atreladas aos conhecimentos que os estudantes precisam adquirir em sua formação acadêmica e em seu desenvolvimento humano como um todo. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para um novo olhar sobre a temática aqui abordada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renata Bernardo. Currículo e o ensino de Geografia: Orientações Curriculares e Educopédia na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. **Para onde!?** Porto Alegre, v.10, n.2, p.36-44, 2018.

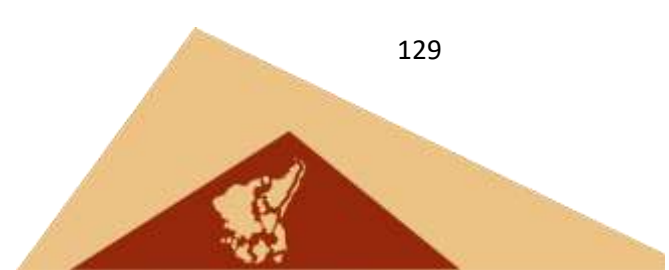
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2017.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cadernos CEDES [online]. 2005, v. 25, n. 66, pp. 227-247, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000200006>. Acesso em: 19 Jul. 2021.



CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** Terra Livre, v.1 [S. l.], v. 1, n. 16, p. 133–152, 2001.

EVANGELISTA, Armstrong. Os desafios de ensinar geografia no século XXI. **Anais... XVIII Encontro Nacional de Geógrafos.** 24 a 30 de julho de 2016. São Luis:MA.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Simone Santos de. Desenho e cartografia escolar no ensino de Geografia. Revista **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 20, n.3, p. 78-86, 2016. ISSN: 2236-4994
DOI: 10.5902/2236499419821. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/19821/pdf>. Acesso em: 17 jun.2021.

ONU. **Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2018.Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ROSTAS, Guilherme Ribeiro. O currículo e as competências educacionais no ensino médio. In: NASCIMENTO, Ilma Vieira; MORAES, Léila Cristina Silveira; BONFIM, Maria Núbia Barbosa (Org.). **Currículo Escolar: dimensões pedagógicas e políticas.** São Luís: Edufma, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ed. Porto Alegre: Artmed,2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Editora: Penso, p. 16-35, julho 2013.

SILVA, Francisco das Chagas Rodrigues da. **Trajetórias de formação de professores (as) de geografia [manuscrito]: interfaces com o saber-ensinar.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010.

SILVA, Francisco das Chagas Rodrigues da. **Trajetórias de formação de professores (as) de geografia [manuscrito]: interfaces com o saber-ensinar.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010.

SILVA, Carlos Alberto Pereira (Org.) [et al]. **Currículo do Piauí: um marco para a educação do nosso estado: educação infantil, educação fundamental.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Currículo de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: geografia.** Secretaria Municipal de Educação. Teresina: UPI Produções, 2018.

Recebido em setembro de 2021.

Revisão realizada em fevereiro de 2023.

Aceito para publicação em maio de 2023.

SEÇÃO TEMÁTICA

Temáticas Indígenas em Áreas de Fronteira

I

**A DINÂMICA DE USO DA TERRA EM TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO NA FRONTEIRA DE ANTÔNIO JOÃO-MS E
PARAGUAI**

**LAND USE DYNAMICS IN INDIGENOUS LAND AND CONSERVATION
UNITS ON THE BORDER ANTÔNIO JOÃO -MS AND PARAGUAY**

**LA DINÁMICA DEL USO DEL SUELO EN LAS TIERRAS INDÍGENAS Y
AREAS SILVESTRES PROTEGIDAS EN LA FRANJA FRONTERIZA DEL
ANTÔNIO JOÃO -MS Y PARAGUAY**

Patricia Silva Ferreira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
patiferrera@gmail.com

Charlei Aparecido da Silva

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
charleisilva@ufgd.edu.br

RESUMO

A faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com Paraguai é marcada, por um lado, por uma dinâmica fluída e porosa no que concerne às relações comerciais entre as localidades e, de outro, pela rigidez e dureza, demonstrada, por exemplo, na apropriação para o uso da terra. A ocupação desta fronteira não é exclusivamente territorial, é sucessivamente temporal, depende dos atores sociais públicos e privados, que a constroem, elaboram e dão condições para existência das dinâmicas que nela se estabelecem. Neste contexto, é possível observar que a expansão espacial econômica, sobretudo para atividade agrícola e de pecuária, atrai capital para a mudança de uso da terra, intensificando a pressão sobre áreas mais vulneráveis, como é o caso das Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs).

Palavras-chave: Fronteira. Povos indígenas. Uso e ocupação das terras. *Commodities*

ABSTRACT

The border between the state of Mato Grosso do Sul and Paraguay is marked by a fluid and porosity dynamic with regard to commercial relations between the localities and, on the other hand, by the rigidity and hardness, demonstrated, for example, by in appropriation for land use. The occupation of this border is not exclusively territorial, it is successively temporal, it depends on public and private social actors, who build it, elaborate, and provide conditions for the existence of the dynamics that are established in it. In this context, it is possible to observe that economic spatial expansion, especially for agricultural and livestock activities, attracts capital to change land use, intensifying pressure on more vulnerable areas, such as indigenous lands and conservation units.

Keywords: Boundary. Indigenous people. Use and occupation of land. *Commodities*

RESUMEN

La franja fronteriza entre el estado de Mato Grosso do Sul y Paraguay está marcada, por un lado, por una dinámica fluida y porosa en cuanto a las relaciones comerciales entre las localidades y, por otro lado, por la rigidez y dureza, demostrada, por ejemplo, por inapropiación para el uso de la tierra. La ocupación de esta frontera no es exclusivamente territorial, es sucesivamente temporal, depende de actores sociales públicos y privados, quienes la construyen, elaboran y condicionan la existencia de las dinámicas que en ella se establecen. En este contexto, es posible observar que la expansión espacial económica, especialmente para actividades agropecuarias, atrae capitales para cambiar el uso del suelo, intensificando la presión sobre áreas más vulnerables, como las tierras indígenas y Areas Silvestres Protegidas (ASPs).

Palabras clave: Frontera. Población indígena. Uso y ocupación del suelo. materias primas

INTRODUÇÃO

Nesse campo de forças, como denominado por Raffestin (1993), que é o território, as fronteiras possuem um papel expressivo na dinâmica dos Estados-Nação, mas, representam verdadeiros desafios na consolidação da soberania dos Estados. No caso da fronteira sul-mato-grossense, sua extensão e baixa densidade demográfica contribuem para falta de controle e fiscalização, sobretudo atualmente, sob o impacto de atores econômicos e sociais com interesses diversos, como resalta Becker (2004), que em grande parte acabam encontrando terreno fértil para atuação ilegal.

Na fronteira Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai as relações internacionais passam a ocorrer em múltiplas escalas e esses processos de globalização-modernização acabam produzindo muito mais fragmentações regionais e locais do que, de fato, processos de integração desses lugares.

É neste processo que Haesbaert (2016), destaca que as áreas de fronteiras passam, então, a se rearticular sob essa nova realidade social, produzindo outros “tipos de fronteiras”, assim como corroboram Newman e Paasi (1998) ao conceber a fronteira como um fenômeno multidimensional e dinâmico. Nessa concepção os autores (op. cit., p. 198-199) destacam alguns argumentos sobre esse processo:

- i. o desaparecimento das fronteiras, é relevante para apenas pequena parte da humanidade;

- ii. as realidades observadas dentro de uma esfera específica (econômica) caracterizou abertura de mercados, uma remoção de barreiras comerciais e um ambiente econômico global;
- iii. a superação de barreiras fronteiriças é, principalmente, um fenômeno de base econômica, não valendo, por exemplo, para o fluxo de migrantes e para a homogeneização dos espaços culturais.

Esses apontamentos podem ser observados com certa facilidade na fronteira Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai, por vezes, de modo mais paliativo devido ao intenso contato e trocas comerciais nessa fronteira, sobretudo em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Nesse sentido, o Paraguai, exerceu uma sensível influência sobre as comunidades fronteiriças brasileiras, desempenhando um papel de “exportador de cultura” (WILCOX, 1993, p. 506). Para Corrêa (2012) a fronteira sul-mato-grossense se caracterizou num contexto de trocas culturais, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimenta e, especialmente, a língua, no qual o guarani e o castelhano foram assimilados com uma mescla do português.

Do ponto de vista econômico, o desaparecimento das barreiras fronteiriças favoreceu uma pequena parcela de agricultores, colonos, companhias colonizadoras e corporações que detinham os meios de produção e comercialização. Para o governo de Stroessner (1954-1989) a ocupação brasileira na fronteira paraguaia tratava-se de uma estratégia para o desenvolvimento econômico do Paraguai (BATISTA, 2013). A abertura das fronteiras facilitou a colonização das terras, quando o governo modificou o Estatuto Agrário, em 1963, e permitiu a compra de terras de propriedades no interior do Paraguai, sem limite de área, por estrangeiros (ALBUQUERQUE, 2010).

De toda forma, uma das questões centrais histórica e geograficamente da fronteira sul-mato-grossense e paraguaia está atrelada às formas de ocupação econômica da região, marcada pelas possibilidades concretas de produção e exploração de recursos ambientais. Um cinturão agrícola alicerça a expansão de um modelo de desenvolvimento na fronteira, antes constituído por regiões ervateiras, cafeiras conjugadas com a criação de gado em larga escala, hoje, o gado ainda permanece, mas a pauta agrícola é a produção de *commodities* para exportação.

No início do século XX, aparece a exploração econômica de empresas de grande porte, como a Cia Matte Laranjeira, com o plantio da Erva-Mate que monopolizou grande



parte dessa região. O favorecimento na aquisição de vastas extensões de terra, por parte do Estado, para exploração dos ervais nativos inicia o primeiro ciclo de desmatamento nessa região.

Nesse âmbito ainda, não se deve descartar a existência concreta de uma fronteira indígena, tornada de fato uma barreira para agricultores, grandes corporações e empresas colonizadoras brasileiras na ocupação do território, que no período subsequente ao conflito com o Paraguai (1864-1870) solicitavam permissão e apoio ao governo provincial para “civilizar os índios para o trabalho” alegando o aproveitamento dessa mão de obra num território extenso quase despovoado (CORRÊA, 2012).

As comunidades indígenas desempenharam papel fundamental na mão-de-obra na pecuária, na lavoura, na coleta (de erva-mate, borracha etc.) nos transportes fluviais e nos portos, e cabe frisar que sua exploração pode ser apontada em condições análogas à escravidão.

Durante a segunda metade do século XIX até o século XX esse conjunto de fatores combinados promoveu as transformações espaciais e econômicas em toda a extensão dessa fronteira. Não é difícil perceber que a questão da terra está subjacente em todos os graves problemas socioambientais da fronteira entre Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai que, saliente-se, ocorreu pela expropriação de terras indígenas e pela luta pela posse de terra entre novos agricultores e antigos colonos.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo realizar uma análise dos impactos socioambientais e pressões em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do município de Bela Vista no Mato Grosso do Sul.

Essa porção do território é marcada pelas marcas deixadas pelos conflitos da Guerra do Paraguai (1864-1870). A invasão paraguaia nessa região, foi considerada o estopim do conflito e se constituiu em um divisor de águas do processo de ocupação dessa área. Diversos episódios bélicos foram travados nessa área e ainda podem ser encontrados vestígios históricos desse embate em várias cidades dessa região (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Essa região ainda foi alvo do acirramento de disputas entre colonizadores ibéricos pela posse de suas terras, as quais também envolveram a população indígena, a exemplo dos Guarani, Guaicuru, Kadiweu, Terena, entre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2015).



METODOLOGIA

Área de estudo

Na faixa de fronteira do município de Bela Vista- MS estão localizadas quatro áreas protegidas, sendo duas Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável e duas Terras Indígenas (TIs). A primeira, a APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa está localizada no município de Bela Vista e foi instituída pelo Decreto Municipal 3688/2005, possuindo 150.281 hectares (MATO GROSSO DO SUL, 2015), o que corresponde a 30% do território do município. Essa UC possui em seu interior a TI Pirakuá, com 2.384 hectares sobrepostos a área da APA.

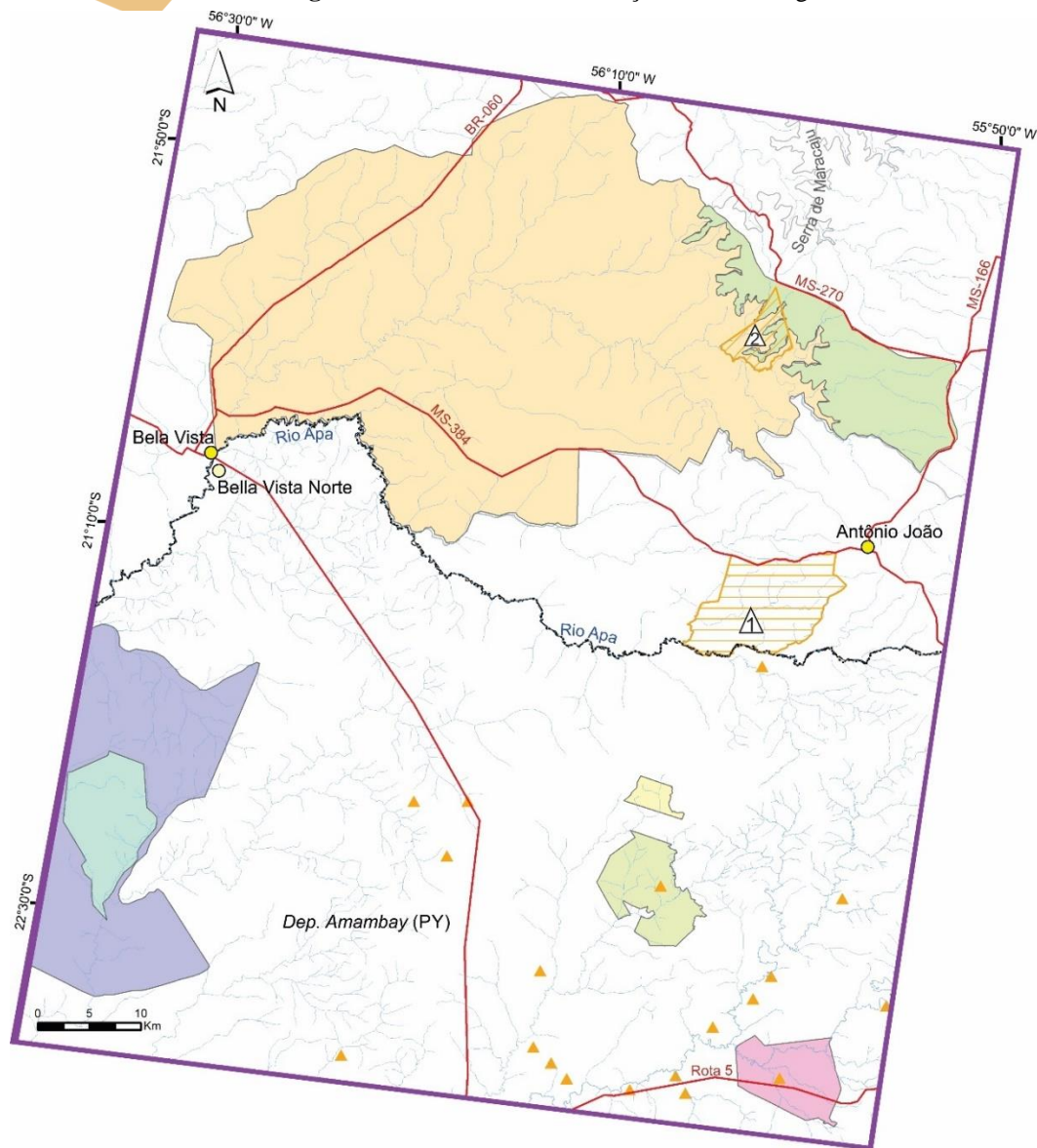
No entorno está uma UC de menor extensão, a APA Municipal das Nascentes do Rio Apa, localizada entre os municípios de Bela Vista e Antônio João, criada anteriormente pelo Decreto Municipal 4743/2005 cuja área é de 17.304 hectares e a TI Ñande Ru Marangatu, com 9.317 hectares (Figura 1 e Tabela 1).

Métodos, técnicas e procedimentos

Os procedimentos metodológicos tiveram apoio em Ferreira (2021). As informações de uso e cobertura das terras para o Mato Grosso do Sul foram extraídas do banco de dados do projeto MapBiomias coleção 4.1 (MapBiomias, 2021), obtidos a partir de imagens do satélite Landsat e disponibilizadas no formato *geotiff* com 30 metros de resolução espacial. Posteriormente ao tratamento dos dados, seguiu-se para extração das informações referente as unidades de conservação e terras indígenas dessa porção do território, utilizando a ferramenta “Calculadora de Campo” do QGIS foram quantificadas as áreas correspondentes a cada classe temática nos cenários de 1985, 1995, 2005 e 2018.

A articulação dos dados, informações e os fatos observados nas diferentes escalas perpassa identificar as características físicas ou naturais, como tipo de relevo, solo, vegetação etc. associando ao processo de apropriação desse território pelo modelo econômico agroexportador.

Figura 1 - Unidades de conservação e terras indígenas na faixa de fronteira de Bela Vista e Antônio João - MS



LEGENDA

I. Unidades de Conservação (MS)

- APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa
- APA Municipal das Nascentes do Rio Apa

II. Áreas Silvestres Protegidas (PY)

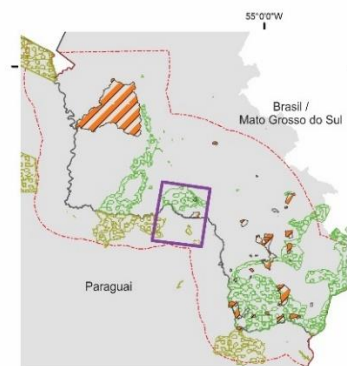
- Reserva de Biosfera Cerrado del Río Apa
- Parque Nacional Cerro Corá
- Parque Nacional Bella Vista
- Reserva Natural Arroyo Blanco
- Reserva Natural Estrella

III. Terras Indígenas

- Regularizada
- Homologada
- 1. Nande Ru Marangatu
- 2. Pirakuá
- Comunidades Indígenas (PY)

IV. Convenções Cartográficas

- Cursos d'água
- Limite internacional
- Faixa de Fronteira
- Rodovias
- Sede municipal (BR)
- Sede municipal (PY)



Projeção UTM
Fuso 21 - Meridiano Central -57°
Datum horizontal: Sirgas 2000

Fonte da base de dados

Unidades de Conservação - IMASUL (2017)
Terras Indígenas - FUNAI (2015)
Áreas Silvestres Protegidas - WDPA (2019)
Comunidades Indígenas - DGECC (2016)

Organização e Elaboração: Ferreira (2020)
Orientação: Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva

Tabela 1 - Unidades de conservação e terras indígenas na faixa de fronteira de Bela Vista - MS

Unidade de Conservação		Área (ha)	Município(s)	Ano de criação
Grupo	Nome			
Uso Sustentável	APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa	150.281	Bela Vista	2005
	APA Municipal das Nascentes do Rio Apa	17.304	Antônio João	2005
Terra indígena		Área (ha)	Município(s)	Fase do processo
Pirakuá		2.384	Bela Vista/ Ponta Porã	Regularizada
Ñande Ru Marangatu		9.317	Antônio João	Homologada

Fonte: IMASUL (2017); FUNAI (2015).
Organizado e elaborado pela autora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É uma região de pecuária histórica e cultural, todavia também apresentam um núcleo de modernização tecnológica, como melhoramento genético do rebanho de corte e para cultivo da soja (MATO GROSSO DO SUL, 2015) (Figura 2). Tradicionalmente, ainda que o uso e ocupação por atividades agropecuárias se constitua no principal agente modificador da paisagem, é possível verificar a ocorrência de fragmentos de Mata Atlântica preservados (Figura 2.3).

Segundo o ZEE-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2015) essa área apresenta um nível crescente de instabilidade em função, principalmente, dos desmatamentos que alteram a estabilidade de áreas situadas em vertente íngremes.

Figura 2 – Produção agrícola e pecuária na faixa de fronteira sudoeste do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Antônio João e Bela Vista (MS)

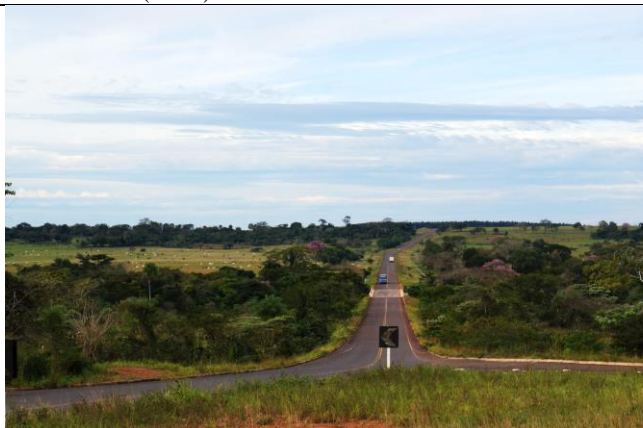


1.a) A pecuária é a principal atividade econômica dessa área da fronteira
Fotos: Ferreira (2018)



2.a) Área recentemente preparada para cultivo na MS-384 no município de Antônio João.
Fotos: Silva (2019)

2.b) A presença de solos de variados com diferentes aptidões agrícolas nessa área permite também a utilização agrícola.
Fotos: Ferreira (2018)



3.a) Áreas de fragmentos de vegetação preservados, associados, principalmente aos cursos d'água e topo de morros.
Fotos: Ferreira (2018)

Com relação ao uso das terras no interior das áreas protegidas observa-se que àquelas que compreendem as TI's tiveram um aumento de 30% na cobertura vegetal natural, essa condição pode ser reflexo da distância dos centros produtores-consumidores, grandes propriedades rurais com baixa densidade demográfica aliadas as limitações físicas do relevo da Serra de Maracaju.

Além disso, a complexa rede de drenagens dessa área resguarda um mosaico de áreas de vegetação natural, fragmentadas, mas ainda assim, conectadas pelos cursos

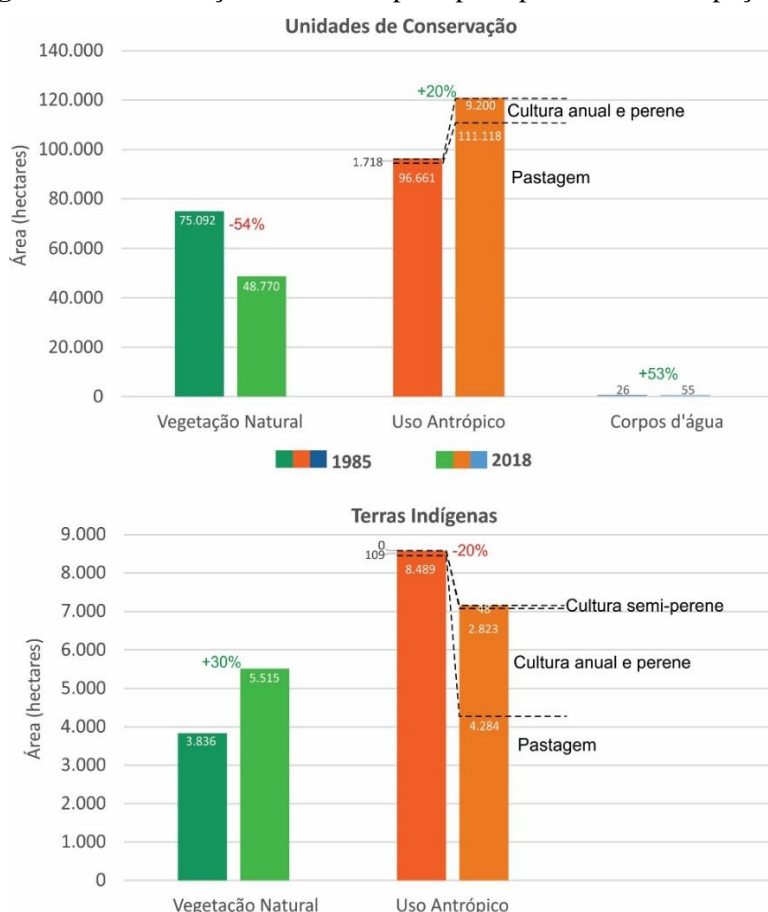


d'água, o que demonstra que esta região se encontra em processo de degradação restrito (MATO GROSSO DO SUL, 2015), muito embora tenha se verificado um aumento de desmatamento a partir dos anos 2000.

Na APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa predomina a atividade pecuária, ocupando 69% (105.075 hectares) da área da UC, seguida da área de vegetação nativa, correspondentes as formações florestais, savânicas e campestres, com 43.089 hectares, o que equivale a 28% da área total. Contudo, no período de 1985 a 2018 houve uma perda de 18% da cobertura vegetal nativa, enquanto a pastagem teve um crescimento de 27% e as áreas de cultivo que ocupavam pouco mais de 500 hectares passaram a ter quase 4 mil hectares no interior dessa UC.

Já a APA Municipal Nascentes do Rio Apa teve um incremento de 1.300 hectares de área de vegetação nativa e uma perda de 47% na área de pastagens, que se converteram em área de cultivo agrícola, principalmente do binômio soja/milho.

Figura 3 – Distribuição da área ocupada por tipos de uso e ocupação nas UCs e TIs



Fonte: Elaborado pela autora.

A TI Ñande Ru Marangatu possui 38% de sua área ocupada pela vegetação nativa, tendo um incremento de 1.768 hectares nos últimos 30 anos (1985 a 2018), seguida pela pastagem, que ocupa 35% da área da TI e somente no último cenário de 2018 houve um aumento substancial pelo cultivo agrícola, passando de 104 hectares, em 1985, para 2.769 hectares, atualmente.

A TI Pirakuá está localizada na área mais preservada da APA Municipal dos Mananciais Superficiais das Nascentes do Rio Apa, abrangendo parte da borda da Serra de Maracaju, possuindo 67% da sua área preservada e 31% dedicada a pecuária, sendo que a área de cultivo agrícola é de cerca de 50 hectares.

No território paraguaio, nessa porção do território, são abarcadas quatro Áreas Silvestres Protegidas (ASPs), no qual, três estão totalmente inseridas e apenas a Reserva da Biosfera *Cerrado del Apa* possui parte de sua área incluída no quadrante de análise (Tabela 2).

Tabela 2 – Áreas protegidas no Paraguai, fronteira com município de Bela Vista – MS

Categoria SINASIP	Nome	Área (ha)	Departamento(s)	Base legal
Parque Nacional	Parque Nacional Bella Vista	7.311	Amambay	Decreto 20.713 de 1998
	Parque Nacional Cerro Corá	5.538	Amambay	Lei N. 2.614
Reserva Natural	Reserva Natural Arroyo Blanco	5.714	Amambay	Decreto 14.944
Reserva da Biosfera Cerrado del Apa		144.709	Amambay /Concepción	Decreto 14.431

*correspondente a área abrangida pelo quadrante da Figura 1.

Fonte: SINASIP (2007); WDPA (2019)

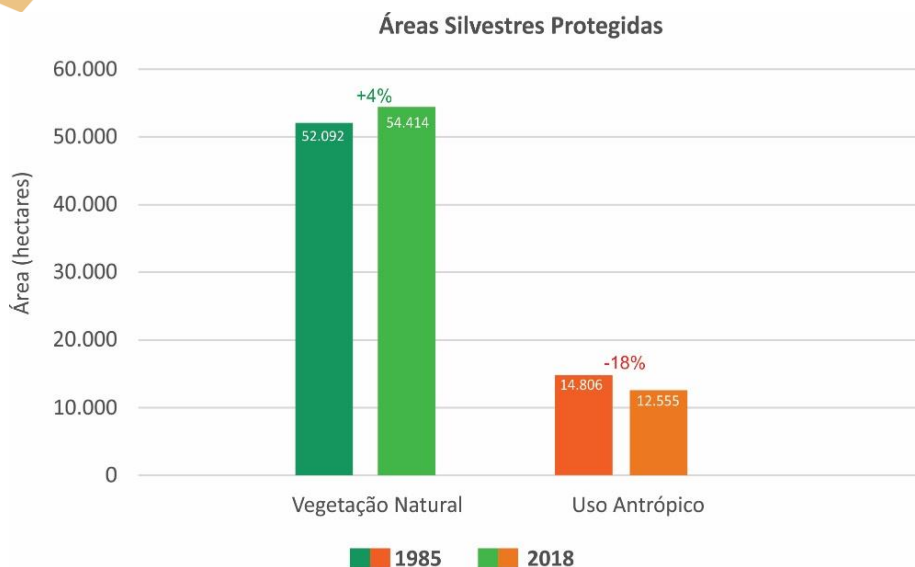
Organizado pela autora.

As mudanças no uso e cobertura da terra observadas nas ASP's no período de 1995 e 2018 (Figura 4) não são significativas, ao contrário das UC's no Mato Grosso do Sul, no interior das ASP's o uso para atividades agropastoris diminuiu 18% (Figura 4). Apesar de contar com a presença de uma comunidade, a Colonia San Isidro, no interior do Parque Nacional Bella Vista, o qual ainda solicitam revogação do Decreto de criação do Parque ao declarar que esta área está ocupada há mais de 20 anos pela comunidade formada por pequenos produtores de gado e agricultores que se estabeleceram ali.

Essa região também se destaca pela produção de erva-mate, o município de Bella Vista é conhecido como a “capital da erva-mate”, pois se dedica a atividade ervateira desde o século passado.



Figura 4 – Distribuição da área ocupada por tipos de uso e ocupação nas ASPs

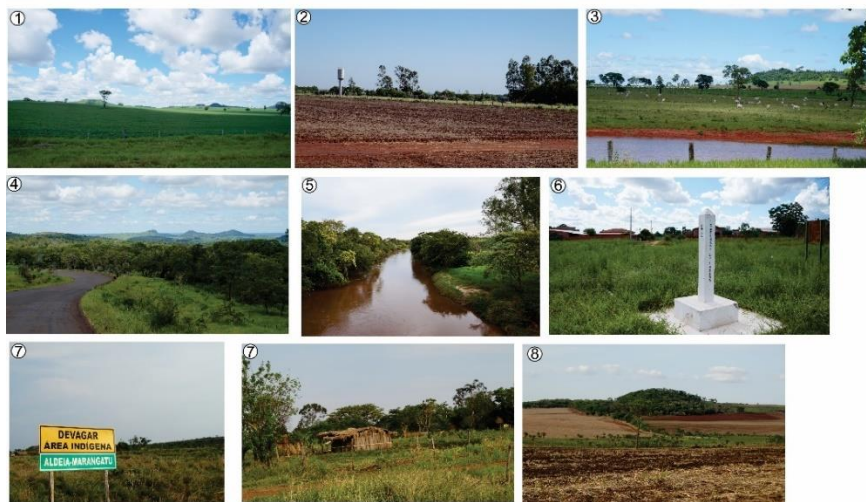
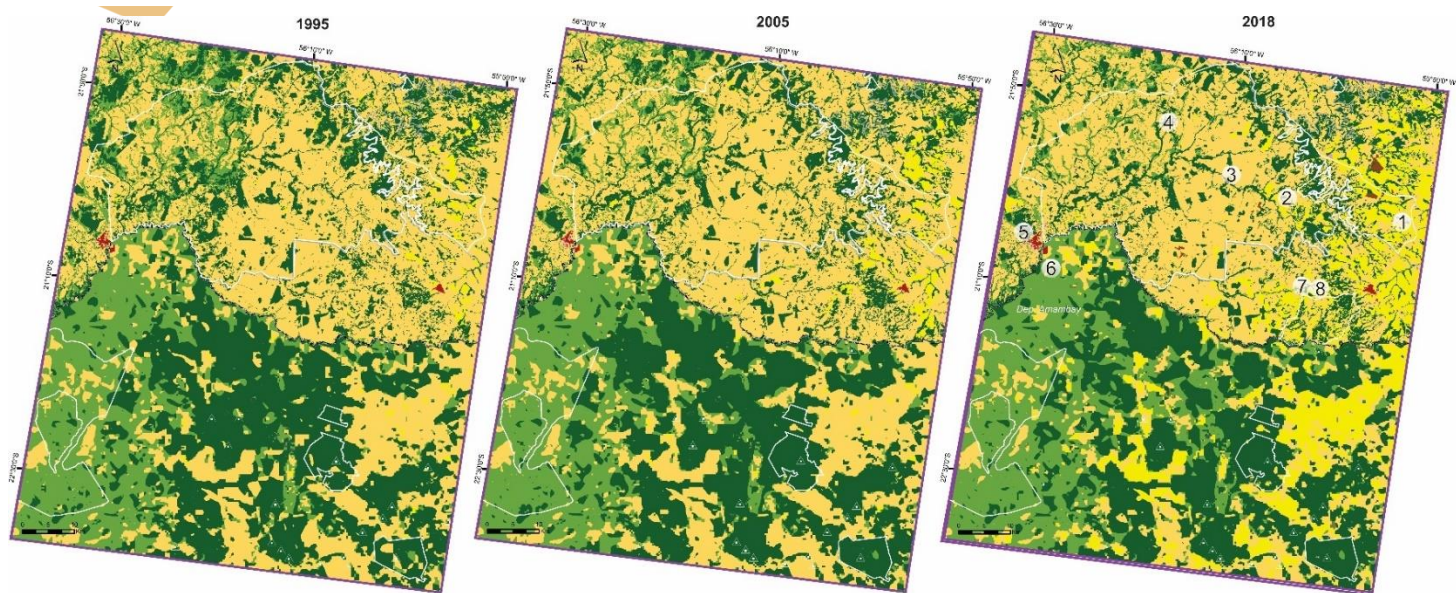


Fonte: Elaborado pela autora

Nessa porção sudoeste de Mato Grosso do Sul e Região Oriental do Paraguai, as unidades de conservação, terras indígenas, áreas silvestres protegidas e as comunidades indígenas mantiveram-se como ilhas cercadas por cultivos mecanizados propensos a situações de vulnerabilidade devido aos impactos socioambientais, a presença de estrangeiros nas propriedades rurais e as condições precárias de trabalho – sobretudo em relação aos indígenas.











Os conflitos fundiários, o desmatamento para expansão da pecuária e das lavouras de soja e o próprio acesso aos recursos naturais, que foi limitado na medida em que as áreas naturais foram sendo convertidas em grandes fazendas de monoculturas, são alguns dos efeitos colaterais que podem ser destacados nesse cenário.

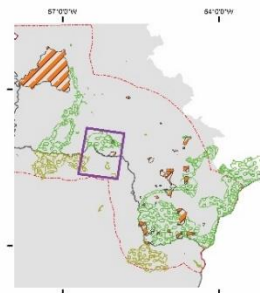
Figura 5 - Uso e ocupação no quadrante abrangido pela fronteira de Bela Vista - MS



LEGENDA

I. Uso e ocupação das terras

- | | |
|--|--|
|  Formação Florestal |  Cultura anual e perene |
|  Formação Savânica |  Cultura semi-perene |
|  Formação Campestre |  Infraestrutura urbana |
|  Floresta Plantada |  Corpos d'água |
|  Pastagem |  Áreas protegidas |



Projeção UTM
Fuso 21 - Meridiano Central -57°
Datum horizontal: Sirgas 2000

Fonte da base de dados

Uso e ocupação das terras - Map Biomas (2019),
ESA CCI (2019); Unidades de Conservação -
IMASUL (2017); Terras Indígenas - FUNAI (2015)
Organização e Elaboração: Ferreira (2020)
Orientação: Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva

Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dinâmica territorial em que o modelo agroexportador é visceral e vertiginoso, ainda que desigual nas várias regiões, os setores ligados a ele (a montante e a jusante) necessariamente se sobressaem. Em função disso que as medidas de preservação e conservação das áreas protegidas são tão importantes.

Portanto buscar a integração das Unidades de Conservação, Terras Indígenas, além das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente identificadas como elementos integradores da paisagem e que podem funcionar como corredores e/ou trampolins ecológicos. O pagamento por serviços ambientais e/ou o ICMS ecológico podem contribuir na condução dessas medidas desde que, implementados de forma efetiva e com critérios mais rígidos. Porém a implementação de corredores ecológicos, como apontado por Forman (1983) é vista como a estratégia mais assertiva para manter a conectividade e conservação das áreas protegidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira**: caminhos e lutas por liberdade e pela resistência camponesa. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CORRÊA, L. S. **História e fronteira**: o sul de Mato Grosso 1820-1920. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

FERREIRA, P. S. **Dinâmicas territoriais na fronteira de Mato Grosso do Sul/ Brasil e Paraguai**: a produção da *commodity* soja para exportação e suas consequências socioambientais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

FORMAN, R.T.T. **Corridors in a landscape**: their ecological structure and function. *Ekológia* (CSSR), v.2, n.4, p.375-387, 1983.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

NEWMAN, D.; PAASI, A. **Fences and neighbours in the postmodern world**: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography*. v. 22, n. 2, p. 186–207., 1998.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias – Coleção 4.0 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - segunda aproximação**: elementos para construção da sustentabilidade do território sul-mato-grossense. Campo Grande, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do poder**. Brasília: Editora Ática, 1993.

WILCOX, R. **Paraguayans and the making of the Brazilian far west, 1870-1935**. The Americas, New York. v. 49, n. 4, p. 479–512., 1993.

Recebido em agosto de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.

KINIKINAU: DINÂMICA TERRITORIAL NOS PROCESSOS E VIVÊNCIAS

KINIKINAU: TERRITORIAL DYNAMICS IN PROCESSES AND EXPERIENCES

KINIKINAU: DINÁMICAS TERRITORIALES EN PROCESOS Y VIVENCIAS

João Evaldo Ghizoni Dieterich

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
joaoevaldo2009@hotmail.com

Jones Dari Goettert

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
jonesdari@ufgd.edu.br

RESUMO

Os Kinikinau, descendentes dos Guaná, se constituem em um dos grupos étnicos presentes no estado de Mato Grosso do Sul. Dentro do processo de luta para o retorno ao seu território tradicional figura o grupo Kinikinau, que até meados dos anos 1990 era considerado extinto pelo Estado Nacional, e que está em processo constante de reorganização social e busca por seus direitos como povo originário. Analisamos, assim, a dinâmica do território no qual encontram-se inseridos os Kinikinau, compreendendo processos de interação do grupo com os demais povos; o impacto que a Guerra da Tríplice Aliança causou sobre o grupo, expulsando-os de seus territórios e deixando-os como vagantes e desterritorializados; assim como a manutenção da identidade étnica como processo de resistência. Abordamos a importância do território para as populações, principalmente para as etnias indígenas, que imbricam neste uma importância e significado totalmente diferenciados.

Palavras-chave: Desterritorialização. Resistência. Direitos tradicionais. Reconquista Territorial. Direitos Indígenas.

ABSTRACT

The Kinikinau, descendants of the Guaná, are one of the ethnic groups present in the state of Mato Grosso do Sul. Within the fighting process for the return to their traditional territory is the Kinikinau group, which until the mid-1990s were considered extinct by the National State, and which are in a constant process of social reorganization and quest for their rights as original people. We analyzed, therefore, the dynamics of the territory in which the Kinikinau are inserted, comprising processes of interaction between the group and other peoples, as well as the impact that the Triple Alliance War caused on the group, which expelled them from their territories leaving them as wanderers and deterritorialized, such the maintenance of ethnic identity as a process of resistance. We approach the importance of the territory for the populations, mainly for the indigenous ethnic groups, which imbricate in it a totally different importance and meaning.

Keywords: Deterritorialization. Resistance. Traditional Rights. Territorial Reconquest. Indigenous Rights.

RESUMEN

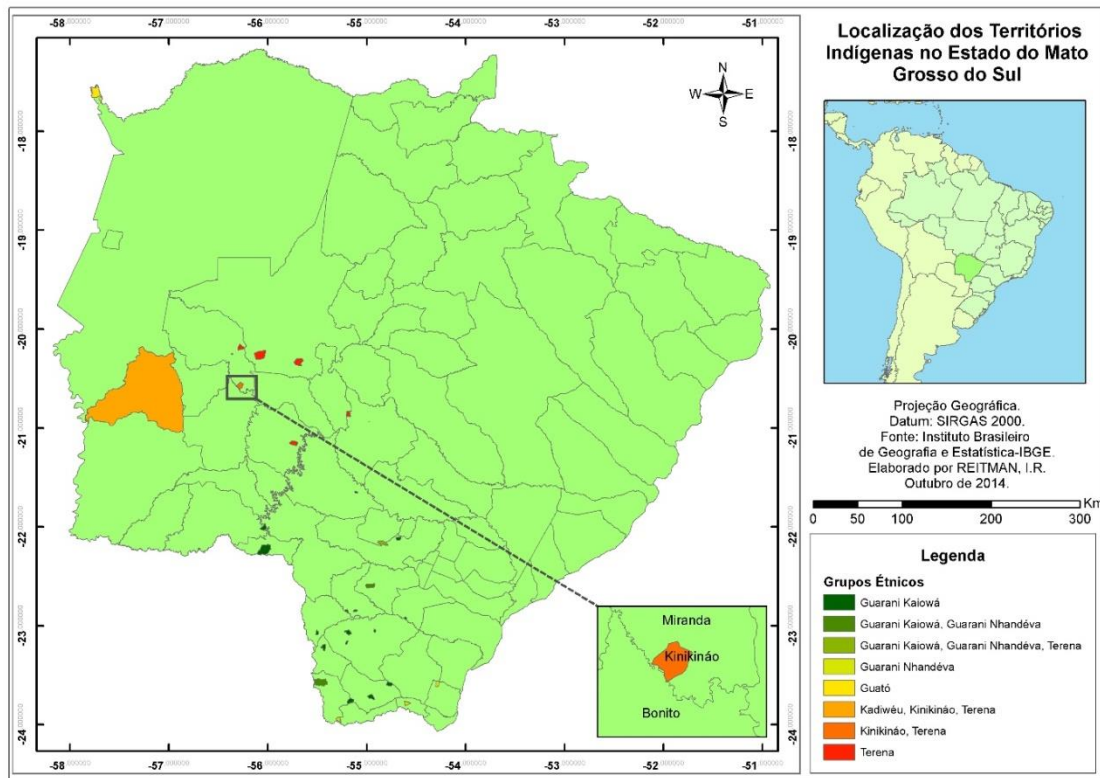
Los Kinikinau, descendientes de los Guaná, son una de las etnias presentes en el estado de Mato Grosso do Sul. Dentro del proceso de lucha por el retorno a su territorio tradicional se encuentra este pequeño grupo, que hasta mediados de la década de 1990 fueron considerados extintos por el Estado Nacional, y que se encuentran en un constante proceso de reorganización social y búsqueda de sus derechos como pueblo originario. Analizamos, entonces, las dinámicas del territorio en el que se insertan los Kinikinau, comprendiendo procesos de interacción entre el grupo y otros pueblos, así como el impacto que causó en el grupo la Guerra de la Triple Alianza, que los expulsó de sus territorios. Dejándolos errantes, desterritorializados y el mantenimiento de la identidad étnica como proceso de resistencia. Abordamos la importancia del territorio para las poblaciones, principalmente para las etnias indígenas, que imbrican en él una importancia y significado totalmente diferente.

Palabras clave: Desterritorialización. Resistencia. Derechos Tradicionales. Reconquista Territorial. Derechos Indígenas.

INTRODUÇÃO

Considerados por órgãos oficiais do Estado brasileiro como extintos entre a década de 1920 e meados de 1990, os Kinikinau vêm se organizando para reconquistar seus direitos. Mais recentemente, após sua desinvisibilização, recuperaram direitos garantidos pela Constituição Federal, os quais não eram disponibilizados anteriormente, como o caso da alfabetização em língua materna. Porém, seu principal objetivo é a conquista do território tradicional, este sendo considerado a localidade de Agaxi, que, segundo Flores (2010), teria a Fazenda Paraíso como um ponto referencial, ficando próxima à entrada da aldeia Bananal, ao lado direito da BR-262, no sentido da cidade de Aquidauana para Miranda.

Figura 1 – Localização das aldeias indígenas do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Organizado por Reitman, (2014).

Analisamos, assim, a dinâmica do território no qual encontram-se inseridos os Kinikináu. Essa dinâmica compreende processos de interação do grupo com os demais povos, bem como o impacto que a Guerra da Tríplice Aliança¹ causou sobre essa etnia. A Guerra os expulsou de seus territórios, deixando-os como desterritorializados e estabelecendo a luta pela manutenção da identidade étnica como processo de resistência.

Neste trabalho, abordaremos a importância do território para as populações, principalmente para as etnias indígenas, que imbricam neste uma importância e significado totalmente diferenciados. Os indígenas Kinikináu, independentemente do lugar, desenvolvem suas práticas diárias e ritualísticas, em um reterritorializar-se sobre o território tradicional de outras etnias.

Metodologicamente, trabalhamos, durante o tempo de desenvolvimento da pesquisa, na realização de entrevistas com alguns integrantes da etnia, lideranças, anciões,

¹ “A participação dos índios na Guerra da Tríplice Aliança foi para o Império brasileiro de importância imensurável, pois serviram como conhecedores, espiões e guias da região e, segundo Vargas (2005), estes índios se fizeram presentes lutando contra os paraguaios, além de abastecer o exército brasileiro com informações e alimentação.” (GARCIA; CASTILHO. 2017, p. 79).

além de participarmos de sua primeira assembleia, realizada no mês de novembro de 2014, na cidade de Nioaque – MS. As entrevistas foram baseadas em conversas livres com os participantes e os questionamentos foram voltados ao objetivo desta pesquisa. Dessa forma, utilizamos um diálogo aberto, sem a restrição que as perguntas fechadas por vezes causam.

Os sujeitos foram entrevistados na aldeia Mãe Terra, no município de Miranda, e no assentamento Taquara, no município de Nioaque, no período de abril a novembro de 2014, sendo realizadas cerca de dez entrevistas nesse período com indivíduos da etnia e com as lideranças Terena que os acolheram.

Encontramos dificuldade em relação às pesquisas principalmente porque, na ocasião, os Kinikinau estavam se deslocando e se espalhando por inúmeras aldeias Terena, o que gerou boatos de que estariam presentes em determinados lugares, porém não estavam resultando em viagens nas quais não encontrávamos nenhum membro da etnia.

Assim, o que desenvolvemos é fruto de um árduo trabalho de pesquisa, já que, por terem sido considerados extintos, não encontramos fartura de documentos e trabalhos realizados sobre aquela etnia.

Em entrevistas realizadas com os Kinikinau em trabalhos anteriores e neste, foi relatado que a reconquista do território tradicional garantiria a continuidade de sua etnia e a sobrevivência das futuras gerações. Portanto, o território aqui expresso pelos entrevistados é considerado, segundo a noção de sustentáculo da vida e da cultura, como uma forma de garantir a existência étnica historicamente construída pelo grupo em questão.

O PROCESSO HISTÓRICO DOS GUANÁ

Segundo Castro (2010, p. 53-54), os “Chané-Guaná tiveram seus primeiros registros efetuados pelos conquistadores espanhóis e pelos missionários da Companhia de Jesus” em meados do século XVI. Os Kinikinau, naquele século, eram classificados como subtribo da Nação Guaná. Seus primeiros registros oficiais como Kinikinau ocorreram em meados do século XVIII.

Com o avanço dos espanhóis para o interior das terras do oeste da América do Sul, no século XVI, ocorreram contatos com povos originários antes não conhecidos; dentre estes encontrava-se o povo Guaná². Esse povo chamou a atenção dos colonizadores em decorrência do seu *ethos* específico, sendo considerados dóceis, pacíficos, como relata Castro (2010, p. 87), afirmando que “a primeira identificação dos Guaná correspondeu à conhecida classificação dos povos ameríndios iniciada por Colombo, em índios pacíficos, dóceis e amigos [...]”³.

Segundo Castro (2010), os Guaná tiveram contato com os Cabeza de Vaca a norte do Chaco⁴, na foz do rio Cuiabá. Seus assentamentos estavam entre os paralelos 18 e 23, indo a Oeste, fazendo limite com o Peru. Segundo a autora, os Guaná já se encontravam divididos em quatro subgrupos, que compunham um dos mais numerosos do Chaco, com cerca de 19 mil índios. Com relação ao modo de ser dos Guaná, assim tem sido destacado por Azara (1990 *apud* SOUZA, 2008, p. 111):

Os Guaná são pacíficos e dóceis, sofrem com paciência a invasão e temporadas de permanência dos Mbayá do Oeste em suas terras, roubando o que têm de melhor em suas lavouras e em suas casas. Por sua vez os Guaná voluntariamente deixam sua terra abandonada e vão misturar-se aos Mbayá por toda parte, e ali trabalham sem outra remuneração que não sejam os favores que recebem das mulheres e a satisfação de montar cavalos que não possuem em suas terras.

É especificada também a relação de reciprocidade estabelecida entre as etnias. Mediante trocas de favores, os Guaná, como exímios produtores de alimentos, realizavam trocas dos produtos de suas lavouras por proteção dos Mbayá; pelo direito de usufruir das terras destes para o plantio de suas roças; ou como caminho para ir a outras localidades para a realização da venda de seus produtos a outros grupos, como, por exemplo, os europeus que se instalaram próximos ao rio Paraguai.

² O termo Guaná era assim usado pelos cronistas dos séculos XVI até a migração para o território brasileiro, passando a serem reconhecidos conforme sua autodenominação étnica só após este período.

³ Desta forma segue a classificação que os colonizadores faziam dos indígenas presentes em suas colônias, onde aqueles que contribuíam para os interesses coloniais eram “classificados” enquanto índios bons; já aqueles que apresentavam resistência às ações coloniais eram colocados como infiéis aos interesses coloniais e deveriam ser subjugados ou mesmo exterminados. Sendo assim, a classificação entre bom e ruim ficava a cargo das estratégias colonizadoras. Não é raro vermos em documentos ou análises históricas do período etnias que foram em algum momento inimigas tornarem-se aliadas do Estado Colonial, e vice e versa.

⁴ Segundo Castro (2010, p. 71), “O nome Chaco foi usado inicialmente para se referir a Província de Tucuman, posteriormente utilizado para designar uma ampla planura, abrangendo terras dos atuais estados da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil.”. Essa área assemelha-se ao Pantanal brasileiro.

Dentro dessa inter-relação de grupos, Castro (2010) diz que os Guaná representaram a fonte de abastecimento dos mais variados gêneros alimentícios, de peças de tapeçaria e de mulheres, em alguns casos. Além disso, faziam frente na fileira de combate que os Mbayá pudessem vir a montar, recebendo em troca a terra, a proteção e a maioria das ferramentas de trabalho que utilizavam.

As percepções Guaná em relação aos traços identitários pertinentes a suas atividades (produtivas e sociais) podem, segundo Castro (2010, p. 160), estar relacionadas ao mito dos gêmeos “Yurikoyuwakai”, que segundo a mitologia Kinikinau foram os fundadores da Cultura dos Guaná:

O mito mostra que os irmãos tinham características sociais diferentes, mas, complementares: um era andador, fundador de novas colônias, incorporador de novos indivíduos (“chanema”, acompanhante), viajante, agressivo guerreiro, raptor de mulheres; o outro irmão era organizador da vida em aldeia, o mantenedor da unidade local, e aquele que propiciava uma intensiva economia agrícola (CASTRO, 2010, p.160-161).

Esse elemento de permanência do mito fundador dos Guaná, aqui apresentado por Castro, pode dar-nos a ideia da formação de sua identidade “produtora” (principalmente os Kinikinau). Os Guaná representavam, no Chaco, uma fonte segura e constante de abastecimento para as variadas etnias com as quais possuíam algum laço relacional, como os Mbayá. Em relação a traços míticos podemos citar ainda:

Azara (1990 [1809]) afirma que os Chané (Guaná) não possuíam qualquer ritual de adoração, mas acreditavam em um deus dotado de corpo, que premiava os bons e castigava os maus. Azara acrescenta ainda que esses indígenas festejavam a lua nova com grande alarido, fazendo pedidos de boas venturas, durante seu ciclo. O mesmo procedimento era repetido também durante a aparição das Plêiades (SOUZA, 2008, p.22).

Esse simbolismo de premiar os bons e castigar os maus pode ser referenciado à forma como os subgrupos descendentes se apresentam como indivíduos resignados, não se envolvendo em processos discordantes do bem-estar social.

Em seus documentos oficiais, os colonizadores espanhóis registravam os indígenas dessa nação de forma genérica, como Chané-Guaná. São raros os registros que identificam o subgrupo que estava sendo descrito. Segundo os dados históricos levantados por Castro (2010), os Guaná participaram do processo de colonização espanhol até o final

do século XVIII; a partir de então, estabeleceram relações mais estáveis com a população e os governantes luso-brasileiros.

OS GUANÁ NO BRASIL

As primeiras informações da etnia no Brasil estão em registros documentais pertencentes à província de Mato Grosso, em meados do século XIX. Segundo Castro (2010), o processo de migração do território paraguaio para o brasileiro se deu na segunda metade do século XIX. Por meio da travessia do rio Paraguai, os Kinikinau migraram para as proximidades do rio Miranda, próximo ao município de Miranda, na antiga província de Mato Grosso, porção territorial que corresponde ao atual estado de Mato Grosso do Sul⁵.

Os Kinikinau foram reunidos, no ano de 1819, na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, em Albuquerque. Devido a seus traços produtores e comerciantes, os governantes tiveram o interesse de ingressá-los na catequese. Além das atividades voltadas para a moral da religião cristã, era estimulada a produção agrícola para o sustento dos militares instalados na região (CASTRO, 2010).

A Missão era dirigida pelo missionário capuchinho José de Maria de Macerata. Nesse período, os presidentes de capitânicas já não consideravam haver diferenças entre os demais subgrupos Guaná e os Kinikinau, como relata Silva nesta passagem:

O fato dos Kinikináo terem sido reunidos no ano de 1819 em Albuquerque, pelo missionário capuchinho José Maria de Macerata, para serem catequizados na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia. Além disso, o diretor João Baptista e Oliveira, da Diretoria Geral dos Índios, considerava que não havia diferença entre Guaná e Kinikináo, pois segundo ele: Guaná e Kinikináo são todos Guaná e o bem se fazia a um aproveitava-se a outros” (2001, p. 10).

O religioso Macerata dizia que os Guaná eram merecedores de particular atenção, igualando-se a eles os Kinikinau, pois eram do mesmo “partido”. Somavam cerca de quatro mil guanás e demonstravam-se dóceis e devotados às instruções e a todos os

⁵ A divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocorreu no ano de 1977, sendo ratificada em 1979.

exercícios religiosos de piedade e da religião que lhes eram passados diariamente (SILVA, 2001).

A partir do ano de 1843, os relatórios de religiosos como o missionário José Maria Macerata passam a considerar que cada subgrupo é uma nação. Os Terena eram considerados uma nação pouco numerosa, porém já havia recebido o batismo. Os Kinikinau eram descritos como os “amantes das lavouras” (SILVA, 2001).

No ano de 1845, iniciam-se os registros diretos sobre os Kinikinau. Estes ocupavam terras próximas a Albuquerque e possuíam outro aldeamento em Miranda. Foram descritos como nada notáveis: suas habitações eram de palha, dispostas em círculo em torno de uma praça (SILVA, 2001).

Oficialmente, os registros individualizados das etnias começaram a ocorrer a partir de 1846, quando a Diretoria Geral dos Índios estabelece diferenciadores étnicos, em que a sua principal forma de diferenciar as etnias, estava na localização das suas habitações (CASTRO, 2010).

Metraux (apud SOUZA, 2008, p. 113) relata que em 1850 “[...]existiam duas vilas de Kinikinau entre os municípios de Miranda e Albuquerque, e eles eram cerca de mil (1000) índios.” Segundo Souza (ibid.), se esta informação estiver correta, metade dos indígenas Kinikinau atravessaram o rio Paraguai para o Brasil, pois em relatos anteriores ao de Metraux é expressa a quantidade de cerca de dois mil indígenas dessa etnia residindo no Chaco paraguaio.

Os Kinikinau foram considerados pelas fontes oficiais, naquele período, como um dos melhores povos em cultivar a terra. Compreendemos que continuavam com sua característica de produtores, num contexto em que trocam o domínio dos Guaicuru⁶ pelo dos luso-brasileiros.

Silva (2001, p. 63) afirma que, em 1845, Castelnau descreveu que na freguesia de Albuquerque⁷ existiam setenta casas construídas em barro, alinhadas em

⁶ Conforme Schindler (1983, p. 20 apud. HERBERTS, 1998, p. 43), “constatou-se que os Guaycurú e os Mbayá podiam ser considerados uma subdivisão da mesma tribo no início do século XVII. Por isso, em seguida, essa etnia foi denominada de Guaycurú-Mbayá, salvo em situações que admitiam tratamentos diferenciados”.

⁷ A partir de 1819, a missão de Nossa Senhora da misericórdia passou a ser conhecida como Albuquerque. Em 1850, esta passou à categoria de Vila, sendo oficialmente chamada de Albuquerque nova, diferenciando-a, assim, da Albuquerque velha (província), onde encontrava-se uma povoação que posteriormente tornou-se Corumbá (SILVA, 2001).

ambos os lados de uma larga praça que abrigava no centro uma grande cruz e, em uma de suas extremidades, uma capela. Viviam ali setenta e seis brasileiros, sendo que quarenta eram soldados. Cerca de dois mil índios habitavam os arredores da freguesia, onde muitos deles se instalavam e costumavam visitar.

De acordo com o Relatório da Diretoria Geral dos Índios do ano de 1872, existiam cerca de mil indígenas Kinikinau habitando entre as cidades de Albuquerque e Miranda. Ressaltava-se que eram exímios agricultores e que trabalhavam para os não índios. Segundo os relatos dos cronistas, os Laiana, os Terena e os Kinikinau construíram suas aldeias perto do forte Coimbra e das vilas das serras do Albuquerque; os demais grupos étnicos se estabeleceram aos arredores da Serra de Maracaju (SOUZA, 2008).

Os aldeamentos que mais se aproximaram do disposto no Regulamento das Missões, segundo os dados da Diretoria Geral dos Índios, foram o dos Guaná, na freguesia de Albuquerque, e o dos Kinikinau, na localidade denominada de Mato Grande. Esses aldeamentos eram considerados como exemplares. Em Mato Grande foi criado o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, habitado pelos Kinikinau. Já os Guaná habitavam a Missão Nossa Senhora da Misericórdia (CASTRO, 2010).

Havia em todos os aldeamentos um chefe ou capitão dos índios. Este era nomeado pelo presidente provincial ou pelo diretor geral. Tinha de ser batizado na religião cristã e obrigatoriamente falante da língua portuguesa. Eram eles os indígenas que os administradores procuravam para tratar de assuntos diretos da aldeia. Há relatos de que esses capitães nem sempre eram respeitados pelos demais de sua etnia, não recebendo respeito nem atenção a seus atos e ordens (SILVA, 2001).

ESTRUTURAS RELACIONAIS

Os Kinikinau sempre obtiveram fortes laços relacionais com os demais povos que habitavam o Chaco. Podemos considerar os subgrupos Guaná como a primeira forma de relacionamento intergrupar que os Kinikinau estabeleceram. Estes, os Guaná, eram descritos como uma grande nação que se dividia em quatro subgrupos distintos que estavam localizados em moradias sempre próximas, dividindo os mesmos locais de cultivo e convívio, considerando-se (ou sendo considerados) como diferentes conforme demonstrassem seus traços culturais (SILVA, 2008).

Todos afirmam que os Guaná (Kinikinau, Terena, Layana e Guaná/Exoaladi) eram grupos distintos, cada um tinha suas aldeias; porém, a cultura e os rituais eram muito semelhantes e, inclusive, comunicavam-se facilmente, pois a língua também era bem parecida, com pequenas diferenças fonéticas, lexicais e gramaticais, que não lhes impunham dificuldades na compreensão (SILVA, 2008, p. 21).

Um segundo aspecto que podemos considerar nesse tópico são os laços relacionais que tais grupos estabeleciam com as demais etnias. Segundo Jesus (2007), no século XVII foi identificada por Azara essa “ligação” entre os Guaná e a etnia Mbayá. O autor narra que os Guaná iam em bandos para junto dos Mbayá para servi-los, obedecendo suas ordens e cultivando sua terra; e, apesar de parecer um processo de escravidão, os Guaná submetiam-se voluntariamente a tal processo, não sendo esclarecido o motivo de sua submissão aos Mbayá. Segundo Silva (2008), os relatos históricos revelam que os Guaná eram dez vezes maiores em número populacional que os Mbayá; possuíam os mesmos armamentos, porém não dominavam tão bem a montaria em cavalos como os demais.

Esse modelo histórico permanece e os Kinikinau mantêm seu traço histórico: sempre próximos e em relacionamento direto com as demais etnias que cedem territórios para que habitem, auxiliando tais grupos em suas necessidades em troca de morada em seu território, enquanto não conseguem acesso ao próprio território tradicional.

Um terceiro aspecto que podemos mencionar são as relações estabelecidas entre os subgrupos Guaná com os colonizadores e missionários, no período em que habitaram nas Missões que foram instaladas na região da América “Portuguesa”, como cita Castro:

As informações constituídas nesse período permitem vislumbrar alguns dos movimentos de territorialização, isto é, de fixação territorial dos Kinikinau, após sua entrada no território brasileiro: na Missão Nossa Senhora da Misericórdia, nas proximidades de Albuquerque, junto com os Guaná, entre 1819 e 1823; no aldeamento de Bom Conselho, até 1863, em Mato Grande, com aproximadamente 800 Kinikinau (Leverger, 1862); nas proximidades de Miranda, desde o final do século XVIII e até aproximadamente 1920, quando se intensifica a sua dispersão pelas fazendas da região sul do antigo Mato Grosso e aldeias de outras etnias (2010. p. 24).

Essas foram as missões onde os Kinikinau habitaram durante o processo de migração e instalação dentro do território brasileiro, aí estabelecendo suas relações

sociais, dentre elas o comércio, muito citado pela autora⁸. Ao buscarem proteção na missão, aprendiam ofícios, cuja mão de obra os brancos necessitavam, e comercializavam de forma direta seus produtos.

Nessa missão, os indígenas, de modo geral, serviam como fonte produtora de alimentos para os povoados e instalações militares, já que, geralmente, suas habitações ficavam localizadas próximas a estes locais, demonstrando-se, dessa forma, como ocorria um benefício mútuo entre os indígenas das missões e os demais indivíduos.

O Estado se servia de diversas formas com as missões. Além de consolidar a ocupação do território por meio do adensamento populacional, a pretensa “domesticação” dos povos indígenas também garantia o sustento dos militares que faziam a proteção das fronteiras nacionais com os produtos produzidos pelos indígenas daquelas localidades.

As aldeias possuíam um perfil “civilizador” mediante a evangelização e conversão dos indígenas, sendo inseridos nos “modos tradicionais” brancos, isto consistindo em ensinar-lhes a leitura e a escrita, costura e rendas, e a cultura, o que levava a “resplandecer a ordem” na missão.

Segundo Castro, no ano de 1823 o frei Macerata foi nomeado Vigário Apostólico. Quando ele foi transferido para a Cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, a aldeia passou a ser administrada por um civil. A partir desse momento, os Kinikinau passam a habitar um novo aldeamento chamado de Mato Grande, que posteriormente teria assistência do frei Mariano de Bagnaia. Ali ele ergueu uma Missão-Aldeia, que mais tarde veio a se chamar Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, isso no ano de 1851, tornando-se um aldeamento oficial do Império brasileiro (CASTRO, 2010).

Como dito anteriormente, a religião não era o foco principal dos Kinikinau ao procurarem as missões e sim os outros benefícios que encontrariam a partir do momento em que passassem a habitá-las. Castro assim descreve a situação relacional na aldeia de Bom Conselho:

Muito daquilo que foi considerado como elementos do sucesso da Missão de Bom Conselho, como o aprendizado de ofícios, o uso de novos instrumentos, a incorporação das vestimentas ocidentais, gestos de polidez e “boa educação”, mostrados pelos Kinikinau, aponta para o interesse e a avidez com que os povos Aruak-Guaná se relacionavam com os seus “outros”, seus objetos e

⁸ Maiores informações ver também Jesus (2001).

técnicas, e os quais os Kinikinau de Albuquerque e Miranda demonstraram serem portadores, e sem que com isso fossem assimilados por outros grupos (CASTRO, 2010, p.233).

Para Castro, os aldeamentos e as missões oficiais são vistos como um processo de territorialização que não pode ser considerado como uma imposição, pois foram procurados pelos Kinikinau, que neles pretendiam encontrar novos parceiros para continuarem a existência coletiva. Segundo a autora, o comércio com os moradores locais foi viabilizado “pelas antigas tendências e pelos princípios através dos quais eram portadores e que orientavam suas práticas sociais. A permanência de uma estrutura geral pautada na política de alianças e de trocas concorreu para sua adaptação às novas situações” (CASTRO, 2010, p. 315).

As relações de trocas se fazem muito presentes nesse período, principalmente após os indígenas da etnia Kinikinau passarem a trabalhar no comércio local, ou como mão de obra para algumas das obras empreendidas pelo governo provinciano. A partir desse momento, os laços relacionais entre Estado e etnia são fortalecidos pelo modelo de civilidade que os indígenas Kinikinau apresentavam, enquadrando-se no perfil de mão de obra requisitado pela província (JESUS, 2007).

A etnia, dessa forma, apresentava papel importante, servindo principalmente de mercadores e transportando os produtos da região de Corumbá para a de Cuiabá, além de servirem como barqueiros para os mais distintos tipos de utilização, desde expedições de pesquisadores até a procura de determinados objetos que algum órgão oficial buscava. Isso porque os Kinikinau eram exímios conhecedores dos rios da região (CASTRO, 2010; SILVA, 2001), como revela o exemplo abaixo:

(...) Cheguei a Albuquerque e de acordo com os Directores das Aldeias fiz organizar uma Companhia de sessenta Índios (trinta e oito kinikinãos e Vinte e dois Guanás) cujo os nomes contarão incluso relações, que por Copia passo as mãos de V. Exa. por esta mesma gente mandei tirar (...) e fazer lenha em quanto outro serviço se não oferece. Delles são os dez homens que seguem nesta ocasião para essa cidade tripulando as duas canôas com os quinze praças e um alferes que vierão de Villa Maria. Os índios organizados resceberão duzentos reis por dia além do sustento. Encarreguei por ora, o capitão Manoel Jose de Carvalho de dirigi-los⁹. (Apud SILVA, 2001, p. 68)

⁹ Relatório de Herculano Ferreira Penna, em 03/05/1864. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Segundo Silva, por meio dessa “associação” com os Kinikinau, o Estado Imperial buscava cada vez mais afirmar sua atuação mediante os instrumentos legais que possuía e seus diferentes campos de atuação. Os indígenas Kinikinau passaram a ser exaltados como de importância para a formação do Estado.

A partir de tal interação entre os Kinikinau e o governo provinciano, os indígenas passaram a exigir muitas contribuições para a manutenção de sua vida nas aldeias, bem como para continuar a prestar “auxílio” ao governo, demonstrando a sua importância para a manutenção da colonização da porção oeste do território brasileiro:

O chefe desta nação, chamado Miguel Vaapú, [referindo-se ao chefe dos Kinikináo] veio há pouco para a cidade afim de consertar suas ferramentas, e também para pedir a mesma mercê, que respeita a religião e civilização já pedida pela nação Guaná, e sahis para a sua aldêa, esperando pela mais solícita e eficaz providência que por certo obterá, quando se considere que os índios são os verdadeiros genuínos filhos da abençoada Terra do Cruzeiro, e mesmo quando se residem nesta província, são mui uteis e até necessários para socorrer com seus mantimentos a fronteira do baixo Paraguay, para remar canoas dos negociantes que se dirigem para a província de São Paulo – para trabalhar nos engenhos e serra acima, - enfim, para transportar cargas, caixas e lousas de porte geral para o centro da cidade; de sorte que merecem seja-lhe concedida perto deste porto geral uma porção de terra para fundar a sua aldêa com segurança e proteção, tanto para aquelles que se achão aqui de estada como para aquelles que vão e vem do baixo Paraguay à cidade para seu particular, ou público negócio, ou por mando do governo¹⁰ (*apud* SILVA 2001, p. 97)

Como demonstrado acima, além de provisões para o sustento do grupo era solicitado também que fosse providenciado aos Kinikinau, que se consideravam como “genuínos filhos da abençoada Terra”, uma porção territorial para que habitassem com o objetivo de se desenvolverem enquanto grupo e para a produção própria dos mantimentos que eram comercializados na região do “baixo Paraguay”, como colocado no registro, o que mostrava que a questão territorial sempre preocupou esse grupo étnico.

Um quarto aspecto a ser considerado é a instituição relacional ocasionada pela conhecida Guerra da Tríplice Aliança (“Guerra do Paraguai”); além de como foram importantes aliados do exército brasileiro e como passaram a ser tratados após o término da Guerra.

No ano de 1864, iniciou-se a conhecida Guerra da Tríplice Aliança, ocasionando grande participação das etnias que habitavam a região de conflito, onde,

¹⁰ Offício de José Maria Macerata, 1843: 34. IHGB.

segundo relatos, as etnias descendentes da nação Guaná aliaram-se ao lado brasileiro da luta. A participação dos Kinikinau tem expressão nos relatos encontrados pelos historiadores que trabalham com a temática e aqui serão apresentados.

Para Castro (2010), o envolvimento dos Kinikinau no conflito pelo lado brasileiro se justificava pela defesa de seus territórios, pois além de território brasileiro era, acima de tudo, o território no qual habitavam. Havia também a busca por um “sentimento” de lealdade por parte do Império brasileiro como forma de garantir benefícios posteriores. A autora também demonstra a importância da participação dos Kinikinau para o lado brasileiro no conflito, pois:

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, e a importância dos Kinikinau para a sobrevivência dos refugiados brasileiros na região dos Morros, na Serra de Maracaju, provendo-os com caça, pesca e plantio de cereais, além de realizarem a defesa armada patrulhando os arredores. Reconheceu o memorialista que os Kinikinau constituíram o grupo indígena em maior número concentrado no local, e o que tomou a decisão de subir o morro para abrigar-se, observando que, posteriormente, outros grupos o seguiram, como os Terena (Ibid. p. 243)

Dessa forma, a participação dos Kinikinau foi de suma importância para os fatos históricos relacionados ao lado brasileiro. Como apontado pela autora, eles objetivavam conquistar a lealdade do Império para que, posteriormente, pudessem negociar benefícios para seu povo.

Isso não ocorreu. Após a Guerra, a única coisa que restou aos Kinikinau foi a expulsão de seu território tradicional (que será trabalhada no tópico seguinte), o que os levou à dispersão para o território das demais etnias e, após algum tempo, a serem considerados como extintos.

Foram obrigados a buscar moradia em territórios próximos ao seu, junto a outros grupos indígenas que permitiram a entrada em seus territórios, como o caso dos Terena, que possuíam aldeamentos próximos a Agaxi.

Cerca de 50 anos após o término oficial do conflito, a etnia passou a ser considerada extinta pelos órgãos oficiais. Nesse período, passaram por seguidos processos de desterritorialização. Os “últimos” remanescentes da etnia eram obrigados, segundo depoimentos proferidos durante a realização da primeira assembleia Kinikinau, a se registrarem enquanto Terena.

Souza (2008) afirma que os Kinikinau vagavam também por fazendas vizinhas trabalhando como “quase escravos” e que somente após a criação da aldeia de São João, no município de Porto Murinho no ano de 1945, vieram a se reagrupar. A autora revela que eles, assim que passaram a habitar os territórios de “seus irmãos”, vivenciaram uma quase servidão em relação aos demais. A autora ressalta a perspectiva passiva frente aos demais povos, pelos quais foram subjugados historicamente, sofrendo com a imposição das demais etnias, como era registrado nos relatórios históricos já citados, o que se mantém na atualidade.

Durante as entrevistas para a realização do trabalho, no decorrer das conversas que tínhamos, os indígenas Kinikinau disseram que sua etnia “não é de briga”, ou seja, eles são pacíficos e não gostam de estabelecer intrigas e disputas com as demais etnias com as quais historicamente possuem aliança. Os Terena explicam que, devido à atual situação dos Kinikinau, devem auxiliar os “irmãos” até que possam reaver seu território tradicional, para que possam sobreviver. Os Terena vivem em um sistema de auxílio constante, já que os Kinikinau auxiliam em seu processo de retomada. Em troca, recebem o compromisso de serem auxiliados assim que iniciarem tal processo em relação ao seu território tradicional.

AS LUTAS PELA RECUPERAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL

Os Kinikinau buscam manter sua identidade como forma de lutar por seus direitos e “reconquistar” seu território tradicional. Conforme destacado por Cunha (1987), os grupos étnicos podem ser considerados como formas de organização política, algo que não se faz novo e pode servir de base para a análise do processo de “reconquista”.

Todos esses dados levaram à redescoberta do que Max Weber havia escrito há bastante tempo: de que as comunidades étnicas poderiam ser formas de organizações eficientes para a resistência ou conquista de espaços, em suma que eram formas de organização política” (CUNHA, 1987, p. 99).

A organização política Kinikinau começa a ser estruturada na primeira assembleia organizada pela etnia, realizada entre os dias 6 e 9 de novembro de 2014. No evento, eles trocaram experiências com lideranças de outras etnias que já se encontravam politicamente organizadas; discutiram as próximas ações que seriam tomadas em relação

ao encaminhamento que iriam realizar; e organizaram o primeiro conselho de representantes, instituído oficialmente em documento assinado pelos participantes. O conselho passa a representar publicamente e politicamente todos os participantes do grupo. No documento assinado, foi discriminado que as decisões adotadas pelo conselho são a expressão da vontade de todos da etnia, já que os representantes estão participando de todas as discussões estabelecidas pelo grupo.

A partir desse processo de “desinvisibilização”, começam a buscar por seus direitos civis e étnicos garantidos pela Constituição de 1988. Porém, por serem uma pequena etnia recentemente “redescoberta”, não recebem a devida atenção dos órgãos federais. Existem, nesse contexto, etnias com um maior contingente populacional e com processos mais adiantados de demarcação de terras.

A partir de tal consideração oficial, começaram a organizar-se por conta própria com o auxílio das etnias próximas, principalmente dos Terena, que se faz a etnia com maior proximidade histórica com eles. Dessa organização realizou-se, então, a primeira assembleia Kinikinau, ocasião em que apresentaram o início de uma participação política devido à formação do conselho representativo, o que levou os Kinikinau a ter uma maior e melhor representatividade no cenário nacional.

Assim, os Kinikinau desenvolveram um aspecto apontado por Haesbaert (2004, p.92):

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2004, p.92).

Isso é evidenciado na vivência Kinikinau em relação à unificação que eles vêm desenvolvendo, como demonstrado durante a organização e realização da primeira assembleia, que foi constituída em parceria com CIMI e FUNAI, porém por iniciativa do grupo.

Na assembleia, conforme já citado, foi organizado o conselho de representação eleito pelos Kinikinau de forma livre e organizada, em comum acordo, passando o conselho a deliberar pelos principais interesses da etnia e a representar a todos.

Dessa forma, a aglutinação ocorreu em torno da identidade que une a todos para a manutenção e busca pelos interesses do grupo; eles se aglutinam para o fortalecimento de sua identidade e para gerar uma melhor representatividade e uma maior expressão de forças perante a sociedade envolvente e a alçada governamental, com seus órgãos.

A partir do momento em que se organizam politicamente, passam a configurar um cenário que para as etnias indígenas se faz mais importante a cada dia, pois, agora, com o conselho de representantes, eles passam a integrar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), ajudando a organizar e buscar, além da manutenção, o cumprimento dos direitos dos indígenas. Ao integrar a Apib, passam a figurar dentro do cenário nacional da luta indígena, obtendo mais força e apoio para a sua causa.

Cunha traz uma importante análise da estruturação que a cultura passa em momentos de diáspora ou intenso contato. A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste*: esse novo princípio que a subtende, o dos contrastes, determina vários processos. “A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos” (1987, p. 99).

A função da cultura, nesse caso, passa a ser a garantia de sobrevivência das diversas características étnicas que a perfazem; apesar de assimilar características da demais culturas, os grupos mantêm diferenças que são ativadas gerando os fronteiramentos que os diferenciam dos “Outros”.

Ou seja, ao estabelecer uma territorialidade no território de outra etnia, podem conviver com seus hábitos e costumes, levando-os inclusive ao dia a dia. Adotam, por exemplo, sua língua enquanto dominante para expressar sentimentos, bem como seu modelo de vida. Mas continuam diferentes; com suas próprias práticas culturais, que podem se assemelhar com a sua, porém, em determinado ponto, elas vão diferir e vão fazer questão de ressaltar isso.

Assim acontece com a língua e práticas culturais entre os Kinikinau e os Terena: a maioria dos Kinikinau são bilíngues, falantes do Kinikinau para a comunicação



no interior da família, e do Terena, para o contato direto com a etnia que cede um território físico em variadas aldeias para o desenvolvimento da territorialidade Kinikinau.

Perante essa análise da cultura em diáspora, Cunha chega à seguinte conclusão: “Esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo (1987, p. 116)”. Ou seja, os fronteiramentos ocorrem em diferentes formas e graus. Continua Cunha:

Em suma, traços culturais poderão variar no tempo e no espaço, como de fato variam, sem que isso afete a identidade do grupo. Essa perspectiva está, assim, em consonância com a que percebe a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado. A cultura, portanto, em vez de ser o pressuposto de um grupo étnico, é de certa maneira produto deste” (Ibid., p. 116).

Da mesma forma, Hall defende que a identidade não é algo estático, mas, sim, construído, devendo ser chamada, segundo ele, de identificação, devido a seu contínuo processo de construção (HALL, 2003). Cunha (1987) considera que a Cultura formadora e ao mesmo tempo produto dessa identidade também é algo constantemente construído com o intuito de adaptação da etnia.

Origem e tradições são, portanto, os modos como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem como tais, a origem e as tradições são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica (Ibid., p. 117).

Uma das estratégias de resistência foi a reafirmação de traços identitários que estavam quase perdidos. Além da língua, também houve o “ressurgimento” da produção do artesanato tradicional, aspecto esse trabalhado pela professora Aila Villela Bolzan, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Os Kinikinau de mato Grosso do Sul - A existência de um povo indígena que resiste*.

Apenas uma das anciãs ainda possuía tal prática artesanal. As mulheres organizaram-se e, com as técnicas transmitidas por ela, passaram a fazer artesanato como uma das formas de sobrevivência, construindo inclusive uma associação de mulheres Kinikinau para organizar e administrar a produção e venda das peças produzidas.

Figura 2 – Artesanato Tradicional Kinikinau.



Fonte: O autor (2011).

O fortalecimento da identidade vem da memória coletiva que os indivíduos pertencentes à etnia possuem. Nesse sentido, Halbwachs afirma que “Uma memória só existe quando é adquirida por um grupo/sociedade e que este grupo viva essa memória passando, para os demais esta memória conservada por eles” (2004, p. 94). Esse fato é realidade dentro da perspectiva Kinikinau, pois todo o histórico/história apresentado na fala dos Kinikinau se assemelham, demonstrando uma memória única entre todo o grupo.

Porém, essa memória foi negada aos indígenas Kinikinau pelo Estado durante o período em que se encontraram “dissolvidos”, em um processo, descrito por Silva (2001), onde para se ter o controle e dominação social do grupo, a memória oficial renega a memória deste, pois “[...] no contexto da dominação social, há memórias proibidas, clandestinas, marginalizadas, subterrâneas, cuja sobrevivência é ameaçada pela memória oficial, a qual busca silenciar as lembranças dos grupos socialmente dominados, relegando-as ao esquecimento” (FLÁVIO, 2011 p. 51 apud SAQUET, 2015, p. 17)

Para tanto, os Kinikinau se consideram como povo resistente, mantendo suas memórias, identidade, língua e demais aspectos mesmo durante esse processo de “dominação” do grupo pelo Estado.



A memória foi passada às futuras gerações em um processo descrito por Halbwachs: “Os fatos passados são-nos passados graças a memórias de nossos antepassados que contam estas e forma em nós memórias adquiridas neles sobre memória em que não vivemos” (2004, p. 110). É o que constrói o pertencimento das segundas gerações Kinikinau à sua identidade, que tem influenciado os jovens, que não participaram desta memória, a lutar agora pelos direitos negados historicamente pelo Estado a sua etnia. Os idosos da etnia representam a memória viva para embasar e orientar a luta pela sobrevivência e conquista de direitos que os jovens vêm travando nas últimas décadas, primeiro para o reconhecimento dos Kinikinau como uma etnia viva e, em seguida, para conquistar o direito a seu território tradicional. Assim, segundo Halbwachs:

Por mais que as memórias sejam coletivas de uma certa forma ela é particular ao indivíduo, pois a forma como ele viu esta é particular a ele (ou seja, ninguém viu igual a ele), porém esta memória particular só vai possuir sentido quando compartilhada em grupo, ou seja, quando houver a junção de (um monte) todas as memórias individuais em uma única memória comum a todos os membros do grupo (sociedade) (2004, p. 44).

A junção da memória dos fatos/acontecimentos históricos os quais os mais velhos presenciaram serão a memória coletiva de todo o grupo Kinikinau. A memória é passada às novas gerações pela oralidade.

No caso em questão, a oralidade serve de fonte de conhecimento sobre toda a história que os Kinikinau sabem sobre seus antepassados, sobre sua origem, sua trajetória e todo o deslocamento por que passaram até chegarem ao momento atual e ao território que estão habitando hoje.

Como afirma Amado e Ferreira, “As tradições indígenas tornam o lugar fundamental para a compreensão do passado, e mapeiam os eventos ao longe de montanhas, trilhas e rios que ligam territórios” (2005, p.162), o que compreende a sua cosmografia, mediante a qual poderemos verificar e entender a visão de identidade que possuem. Essa identidade recai sobre o seu processo de desterritorialização e territorialidade, dentro de todo o processo histórico. Segundo Paul Little: “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (2002, p. 04).



Portanto, os Kinikinau, em toda a sua trajetória desde a sua partida do Chaco até a sua atual habitação em terras Kadiwéu e Terena, passaram por várias fases de desterritorialização/territorialização, em que perdiam seu território e, por mais importante que fosse para eles, acabavam por encontrar um novo que permitia uma nova territorialização e reconstrução de todo o seu *status* sociocultural.

Dessa forma, o retorno ao território tradicional significa para os Kinikinau poderem reafirmar seu modo de ser enquanto povo, a partir de significações complexas. O território para tais comunidades passa a ser “componente essencial para a realização da vida social”.

O território próprio significa a criação de um efetivo poder sobre a sua reprodução enquanto grupo social. Esse poder, para Haesbaert (2004, p. 97), é “sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”. Dessa forma, os Kinikinau estabelecem um poder e um fortalecimento a sua luta, a partir do momento em que engendram uma maior aglutinação do grupo em torno de uma ideologia, que é a busca de seus direitos, sendo o principal requerimento a retomada de seu território tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de desterritorialização vividos pelos Kinikinau podem ser identificados em toda sua trajetória desde os primeiros registros colonizadores no século XVI.

Os Kinikinau souberam fazer uso do processo de desterritorialização para construir uma prática territorial de resistência contra todas as formas de violência colonizadoras, mercantis e do Estado, permanecendo assim Kinikinau.

No contexto de errância, ocorreram processos que levaram ao desenvolvimento de territorialidades, estabelecendo suas práticas e identificações independentemente do lugar e da condição. Em relação a esses termos, poderia ser de forma oculta, não falando abertamente sobre a sua identidade, porém esta era nutrida dentro de seus lares.

Essa errância, conforme afirma Maffesoli (2008), é que vai gerar a “revolta” em que se encontram os componentes do grupo hoje, “revolta” que corresponde ao

processo que está se estabelecendo com a reorganização do grupo para a busca por seus direitos como forma de reestabelecer a base socioterritorial.

Com o reconhecimento oficial da etnia, continuam lutando pelo fortalecimento da luta pelo território, pois no atual cenário em que se encontram é de extrema necessidade um território real onde possam desenvolver-se e garantir todos os aspectos pertinentes à etnia para o desenvolvimento das futuras gerações.

Após décadas de invisibilidade para a população em geral, causada pelo não reconhecimento dos órgãos federais responsáveis, que afirmavam documentalmente a “extinção” da sua etnia, os Kinikinau se “desinvisibilizam”, demonstrando a toda a população e aos órgãos federais que ainda são uma etnia viva, provando-se resistentes, como gostam de se afirmar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 7ª ed. 2005.

AZARA, Felix. **Voyages Dans l’Amerique Meridionale Depuis 1781 Jusqu’em 1801**. Paris: Ed. C. A Walckenaer, 1809.

CASTRO, I. Q. de. **De Chané-Guaná a Kinikinau**: da construção da etnia ao embate ente o desaparecimento e a persistência. (Tese de Doutorado). Unicamp. Campinas. São Paulo. 2010. 243 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível”**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 97-108.

FLORES, G. R. **A História e Trajetória do Povo Kinikinau. Xeti koinukunoen yoko yonoku**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Normal Médio Indígena Povos do Pantanal. 2010. 15 p.

GARCIA, A. de C.; CASTILHO, M. A. de. A Guerra do Paraguai e a Usurpação dos Territórios Indígenas. In. **Revista do Exército Brasileiro**. v. 153, n. 3, 2017. P. 79-88.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: RJ. Bertrand Brasil. 2004. 400 p.

- HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo. SP. Centauro. 2004.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 7ª ed. 2003.
- HERBERTS, A. L. História dos Mbayá-Guaicurú Panorama Geral. In. **Fronteiras**. Revista História UFMS. Campo Grande. MS. n. 2., jul./dez., 1998. p. 39-76.
- JESUS, N.T.de. **Kohicoti-Kipáe, a Dança da Ema** – memória, resistência e cotidiano Terena. (Dissertação de Mestrado). UNB. Brasília. 2007. 132 p.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002
- MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro. Record. 2001., D. B. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2015.
- SILVA, V. C. **Missão, aldeamento e cidade**: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Dissertação (Pós Graduação) Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. 162 p.
- SILVA, G. J. da; SOUZA, J. L. de. **O despertar da Fênix**: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Cultura. Vol. 6, n. 2, p. 2003. 199-208.
- SOUZA, I. **Koenukunoe Emo'u**: a língua dos índios Kinikinau. Tese (doutorado). UNICAMP, 2008. 196 p.
- VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. Trad. Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo. Brasiliense. 1984.

Recebido em agosto de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.

“NÓS GUARANI KAIOWÁ REZAMOS PARA A TERRA E AS SEMENTES”: A MEMÓRIA ANCESTRAL PELA VIDA FRENTE À OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO

"WE GUARANI KAIOWÁ PRAY TO THE LAND AND THE SEEDS": THE ANCESTRAL MEMORY FOR LIFE IN THE FACE OF THE AGRIBUSINESS OFFENSIVE

"LOS GUARANI KAIOWÁ REZAMOS A LA TIERRA Y A LAS SEMILLAS": MEMORIA ANCESTRAL PARA LA VIDA FRENTE A LA OFENSIVA DEL AGRONEGOCIO

Gislaine Monfort

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
gislainecmonfort@gmail.com

Germano Lima Alziro

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
germanolimaalziro@gmail.com

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
julianamota@ufgd.edu.br

RESUMO

A intensificação do avanço do neoextrativismo e dos megaprojetos tem gerado um processo de Estado de Exceção contra os povos e os territórios indígenas. Um dos dispositivos utilizados para alavancar esse modelo são as normativas promovidas pelo pacto político estatal-empresarial que beneficia a elite agrária e política do país. Este artigo analisa as práticas necropolíticas do Estado brasileiro durante a pandemia da Covid-19 a fim de contrapor os discursos hegemônicos, refletindo por um lado como o Estado priorizou o neoextrativismo, notadamente o agronegócio em meio a maior crise de saúde global. Por outro lado, analisamos a importância da resistência autônoma indígena em defesa da vida dos povos e de seus territórios em diferentes escalas organizativas. Utilizamos a revisão narrativa, a análise de documentos-chaves do Movimento Indígena e entrevistas construídas entre 2020 e 2022. Os caminhos pavimentados pelos povos, evidenciam como as ações coletivas em defesa da vida, da sociobiodiversidade e do território formam caminhos e horizontes imprescindíveis para o enfrentamento à crise sistêmica propagada pelas fronteiras do capital.

Palavras-chave: Covid-19. Degradação ecológica. Povos originários. Neoextrativismo. Violência de Estado.

ABSTRACT

The intensification of the advance of neoextractivism and mega-projects has generated a State of Exception process against indigenous peoples and territories. One of the devices used to leverage this model are the regulations promoted by the state-business political



pact that benefits the country's agrarian and political elite. This article analyzes the necropolitical practices of the Brazilian state during the Covid-19 pandemic in order to counter hegemonic discourses, reflecting on the one hand how the state prioritized neoextractivism, notably agribusiness amidst the greatest global health crisis. On the other hand, we analyze the importance of indigenous autonomous resistance in defense of peoples' lives and their territories in different organizational scales. We use narrative review, analysis of key documents of the Indigenous Movement, and interviews constructed between 2020 and 2022. The paths paved by the peoples show how collective actions in defense of life, socio-biodiversity and territory form paths and indispensable horizons for confronting the systemic crisis propagated by the frontiers of capital.

Keywords: Covid-19. Ecological degradation. Native peoples. Neoextractivism. State violence.

RESUMEN

La intensificación del avance del neoextractivismo y los megaproyectos ha generado un proceso de Estado de Excepción contra los pueblos y territorios indígenas. Uno de los dispositivos utilizados para apalancar este modelo son las regulaciones promovidas por el pacto político Estado-empresa que beneficia a la elite agraria y política del país. Este artículo analiza las prácticas necropolíticas del Estado brasileño durante la pandemia del Covid-19 para contrarrestar los discursos hegemónicos, reflejando, por un lado, cómo el Estado priorizó el neoextractivismo, especialmente el agronegocio en medio de la mayor crisis sanitaria mundial. Por otro lado, analizamos la importancia de la resistencia autónoma indígena en defensa de la vida de los pueblos y sus territorios en diferentes escalas organizativas. Utilizamos revisión narrativa, análisis de documentos clave del Movimiento Indígena y entrevistas construidas entre 2020 y 2022. Los caminos recorridos por los pueblos muestran cómo las acciones colectivas en defensa de la vida, la socio-biodiversidad y el territorio forman caminos y horizontes esenciales para enfrentar la crisis sistémica propagada por las fronteras del capital.

Palabras clave: Covid-19. Degradación ecológica. Pueblos indígenas. Neoextractivismo. Violencia del Estado.

INTRODUÇÃO

Sin embargo, a todo riesgo, les proponemos una reflexión conjunta para una rebelión unida; es decir, (...) intentar juntos la construcción de caminos para rebelarnos como un solo nosotros (QUINTERO WEIR, 2016, p. 24)

O neoextrativismo enquanto um modelo de saque a biodiversidade e aos territórios ancestrais está situado nos marcos das novas ofensivas de acumulação do capital e não somente refere-se a atividades tipicamente de extração de minérios, mas envolve também o agronegócio, petróleo, gás e biocombustíveis (SVAMPA, 2019). Além disso, compõe um pacto político e um projeto econômico que se materializa em uma guerra sistemática contra os territórios indígenas e contra todas as formas de vida no planeta.



Partimos da compreensão do agronegócio (como uma das formas de neoextrativismo) enquanto um agente que cria as condições que geram o surgimento de novos patógenos e como um eixo da propagação de doenças tal como ocorreu com a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Vozes de xamãs, anciãs e anciões, de mulheres conselheiras de diversas organizações de base e de outras lideranças comunitárias, denunciam uma vez mais o projeto político que institui um processo contínuo de desterro, violência sistemática, saque à biodiversidade e emergência de novas doenças que estão vinculadas à destruição massiva da diversidade de territórios e ecossistemas. São vozes que ressaltam ainda a retomada dos territórios, dos conhecimentos e das ecologias ancestrais na luta em defesa da vida. Colocam em destaque o discurso cosmopolítico sobre o predatismo colonial-capitalista, o planeta e a multiplicidade de vida como a fauna, a flora, os guardiões e divindades da qual somos parte. Essa multiplicidade de vida abre possibilidades para repensar o lugar que a ecologia, o político e o território têm no processo de manutenção da vida.

Os impactos da ascensão da crise sanitária mundial na América Latina estiveram articulados às insistentes ofensivas da violência e corporativismo estatal-agroempresarial contra as Terras Indígenas. Diversos dispositivos e mecanismos institucionais foram articulados a fim de impulsionar o aprofundamento de invasões de terra, de despejos, o aumento do desmatamento e a criminalização das lutas territoriais (MONFORT, 2022)

No Brasil os povos originários tiveram de fazer o enfrentamento à agudização da violência de Estado e aos ataques constantes aos seus territórios por parlamentares, garimpeiros, empresários e ruralistas, ao mesmo tempo que enfrentavam os impactos da pandemia em um país que vivenciou um dos piores cenários de contágios e óbitos. Conforme dados oficiais foram mais de 695.000 mortes até o final de 2022/início de 2023, sem levar em consideração as subnotificações de mortes (BRASIL, 2022).

O país enfrentou concomitantemente o aumento da fome, do desemprego, a falta de um auxílio de renda justo e um índice alarmante do aumento de pessoas em condição de vulnerabilidade extrema, além dos constantes despejos de moradia, ataques contra quilombos, territórios camponeses, Terras Indígenas e territórios retomados/autodemarcados.

O Estado que banalizou a pandemia é o mesmo que priorizou o projeto de abraçar



as *commodities* em meio às mortes evitáveis e ao aumento do flagelo da fome (MALHEIRO et al., 2020). Diante desse cenário, os povos originários em distintos territórios, fortaleceram ações coletivas em suas bases comunitárias tendo como centralidade seus próprios conhecimentos, ciências, medicinas tradicionais e formas de autogestão territorial e ambiental. O que estamos entendendo aqui como conhecimentos tradicionais está situado na diversidade de modos de pensar o mundo, a saúde, a doença nas dimensões da espiritualidade, da política, da cosmologia e por meio do conjunto de saberes, técnicas e métodos que permeiam as medicinas ancestrais e o cuidado comunitário. De modo que, “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 78).

Com essa compreensão, o contexto de pandemia não pode ser pensado sem a reflexão crítica sobre as relações históricas entre o monopólio da violência, o espaço, poder e resistência, nem mesmo sem as dimensões étnico-raciais, de gênero, raça, classe e como isso afeta as relações socioespaciais.

Este trabalho foca nas experiências compartilhadas pelos povos Kaiowá e Guarani que fortaleceram ações coletivas em seus *tekoha* (território ancestral/lugar ‘onde se é’) diante da ascensão da Covid-19 (sobretudo em 2020 e 2021) e frente ao aprofundamento da violência de Estado. Nesse contexto, tiveram de enfrentar por um lado, a expansão da pandemia e por outro, os ataques de ruralistas, parlamentares e a superexploração do trabalho nas agroindústrias, as quais constituíram o cerne do contágio entre os povos no sul de Mato Grosso do Sul, assim como em outros estados da região sul do país.

Com essa abordagem articulamos a participação observante (ALBERT, 2014), as entrevistas semiestruturadas (GOLDENBERG, 1999; DUARTE, 2004) e a análise de comunicados construídos pelas organizações de base, conselhos e movimentos, os quais foram publicados em grupos e redes de mídia independente local e nacional. As entrevistas foram realizadas através de ferramentas que nos permitiram dialogar com as/os interlocutoras e interlocutores por meio de plataformas possíveis de uso em contexto de Covid-19. Posteriormente, em alguns casos, com pessoas que estavam mais próximas em ocasiões que permitiram o cuidado através das medidas de biossegurança. Esse processo foi construído e realizado junto a interlocutoras e interlocutores que vivem nos *tekoha* Guyra Kambi’y que está situado próximo ao município de Douradina, do *tekoha* Panambizinho e *tekoha* Nhu Vera I no município de Dourados.



Os manifestos construídos pelas organizações de base indígenas expressam os discursos políticos, as denúncias e reivindicações que envolve diferentes gerações, demandas, alteridades e processos de autonomia, constituindo-se como referências para compreensão das múltiplas dimensões das resistências e formas de cuidado coletivo.

A POLÍTICA DO DESTERRO, AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO E A LUTA PELA VIDA COMO UMA REIVINDICAÇÃO ANCESTRAL

O contexto de intensas mudanças nas dinâmicas ecológicas em escala global nos deixou um legado (entre outros tantos) de destruição massiva de ecossistemas diversos e de profundos impactos relacionados a crise sanitária mundial, a qual representa uma “das novas cepas de patógenos que subitamente surgiram como ameaças aos seres humanos neste século (WALLACE, 2020, p. 527)”. Essas novas cepas de patógenos são comumente reconhecidas como doenças do antropoceno ou capitaloceno, mas a reflexão envolve considerar elementos que vão além dos desequilíbrios dos fluxos de matéria e energia da biosfera.

Os tempos de catástrofes trazem à tona que o que fundamenta a entropia planetária da política neoliberal e neoextrativista que vulnerabiliza diversas formas de vida. O que está posto com o debate sobre o antropoceno ou capitaloceno não é a constatação da atividade humana enquanto uma força geológica, mas a certificação de como a ordem neoliberal e neoextrativista tem gerado zonas de sacrifício como regra (LEFF, 2009; STENGERS, 2015; FIGUEIRÓ, 2021).

Um fator importante a ser considerado nessa reflexão é a engrenagem do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011) como dimensão central para pensar o processo territorial, socioecológico e político que gera as condições para um caldeirão de patógenos. Muitos estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) têm demonstrado que cerca de 70% das doenças que surgiram nos últimos 50 anos tem semelhanças na origem relacionada à animais silvestres, zoonoses e à dinâmica dos sistemas produtivos capitalistas (WALLACE, 2020).

A pesquisa de Wallace (2020), biólogo evolutivo e filogeógrafo, sobre a pandemia e o agronegócio evidencia que a emergência de novos patógenos não possui uma expressão apenas biológica, mas são também processos socioespaciais. Os recentes patógenos surgiram, em outros fatores, como resultado do saque e da destruição massiva



à biodiversidade, aos territórios e ecossistemas saudáveis, sobretudo através do agronegócio e do sistema alimentar agroindustrial. Muitos desses territórios e ecossistemas cultivados e manejados por povos originários e outros povos tradicionais.

A transformação da terra em ativo financeiro com as redes de relações ecossistêmicas e os circuitos que o capital e o Estado manipulam em proveito próprio, formam o cerne da evolução de novas cepas. As mudanças estruturais ocasionadas pelo neoliberalismo não representam somente um mero pano de fundo no qual a emergência de novos patógenos se materializa, se constituem como o próprio estado de emergência (WALLACE, 2020). Aí a importância de pensar que há uma relação dialética entre o âmbito ecológico, político, socioeconômico e territorial.

Os circuitos do capital produzem uma profunda alteração geo-sociometabólica sobre o planeta Terra instituindo ao longo do tempo um processo de colapso da multiplicidade territorial e da biodiversidade inerentes às agro-culturas humanas. Suscitando a tentativa de apagamento da diversidade em termos espaciais, de cultivos, nutrientes, de saberes e de tecnologias sociais/ancestrais de manejo do solo. Fatores que remontam a destruição de florestas tropicais e outras áreas ecossistêmicas através do saque massivo à terra, as águas, florestas e a todos os elementos que permitem a reprodução da vida em suas múltiplas dimensões.

A neoliberalização da economia com as práticas do sistema do agronegócio e a globalização das cadeias de produção e consumo de alimentos agroindustriais, atrelado ao processo de criação intensa de animais concentrados em espaços minúsculos, se tornam uma máquina de novos híbridos de vírus que se distribuem amplamente (MACHADO ARÁOZ e PAZ, 2016; KRSTULOVIC e CAM, 2020). O que revela a dimensão do papel da biodiversidade e do território na dinâmica capitalista.

O estado político e ecológico do mundo neste século expressa os profundos transtornos derivados da política neoliberal e neoextrativista. A maior parte do desmatamento nas florestas tropicais do mundo tem sido fomentado principalmente pela expansão de quatro *commodities*: soja, carne bovina, óleo de palma e produtos de madeira (VITTOR et al., 2020). Nessa ofensiva, a expansão de zonas de sacrifício está no cerne da ordem neoliberal.

Para os povos Kaiowá e Guarani esse processo de degradação e expansão de zonas de sacrifício é, comumente, associado ao *karaí reko* como categoria nativa que expressa



a crítica ao modo de ser/viver/produzir dos não indígenas e à estrutura de poder colonial-capitalista. Esse contexto é marcado pelas inúmeras narrativas que evidenciam os profundos impactos territoriais e ambientais aos *tekoha*, à floresta (*ka'aguy*) e à diversidade de seres vivos. Da reflexão sobre a violência colonial e da destruição massiva emerge também a crítica substancial à pandemia:

Para nós Kaiowá, essa praga veio através dos brancos (...). Outra coisa, é que os brancos desmataram tudo as florestas, essa é a grande preocupação dos Kaiowá. Teve muito desmatamento e aquecimento global, isso seria como o extermínio da natureza. Mostrei para uma anciã que a doença foi transmitida por um animalzinho que é tipo um tatuzinho né? E esse animalzinho espalhou essa doença. Mas foram os seres humanos que quase exterminaram essa criatura, aí o dono dessa criatura que mandou a doença. Para os Kaiowá, aquela reza que fizeram, aconteceu, e o dono desse bicho atendeu, os Kaiowá falam que foram os filhos da serra né? Não tem aquela montanha na China? E na montanha tem esses donos, talvez esses donos tenham visto muitos de seus animais morrerem. Aí já espalharam a doença que seria como uma fumaça – *umu hatantĩ*, e começa em um lugar e depois vai se espalhando. Isso que os Kaiowá já pensavam, já sabiam, que o extermínio dos animais e da mata causado pelos brancos levaria a isso (Kunumi Poty Rendy'i - *Tekoha* Guyra Kambi'y, informação Verbal, 2020).

Para nós (...) a pandemia tem duas maneiras de pensar, muitos indígenas anciões, antes de morrer, já faziam o *jehovasa* é para tirar as coisas más que tinham acontecido com os Kaiowá nos conflitos de terra que existem desde as invasões. É o *jehovasa* que espantava o mal. Por isso fazem por muitas décadas o *jehovasa*. Aí eu pesquisei, e vimos que esse animal já estava correndo risco de extinção, né? Isso é uma grande preocupação. Nós Kaiowá, quando caçamos um animal para comer, nós pedimos para o dono a autorização para pegar o animal, com isso você terá mais sorte de encontrar os animais e eles também poderão se reproduzir bem. Mas parece que lá onde surgiu a doença, eles matavam e não pediam permissão para o dono, então o que ele fez: como o dono viu muito de seus animais morrerem, ele fez isso aí espalhou essa doença. Por isso, os Kaiowá quando vão à caça, eles não matam sem pedir permissão. E, a natureza também vê muita destruição, ela também pede autorização para aquele dono mandar a doença. Porque a natureza é todos os *jára*. E outro ponto, é a destruição da mata, e com isso a natureza tem uma vingança, nós já ouvimos falar que é muito raro os animais pegarem o coronavírus, porque a natureza se revoltou com a destruição, e só mandou para os humanos. Por isso, os Kaiowá falavam que tinha que fazer o *jehovasa* para não pegar a doença. E o dono da doença é um *jára* daquele animalzinho. Então as principais coisas para pensar a pandemia é o *jehovasa* que os antigos já faziam; a destruição da natureza pelos *karái* e é por isso os Kaiowá chamam de *karái mba'asy* – doença dos brancos, porque doença não chegou primeiro pelos indígenas, a doença chegou primeiro para os 'brancos' (Kunumi Poty Rendy'i - *Tekoha* Guyra Kambi'y, informação Verbal, 2020).



A pandemia nessa crítica se articula como efeito das zonas de sacrifício produzidas pelas ofensivas coloniais e de caráter extrativo associada à profecia cosmológica sobre a degradação da terra, anunciada como um manifesto político através do qual o discurso se constitui contra as ações dos *karaí*. Os guardiões respondem aos sentidos de destruição com o surgimento de doenças, processos que revelam as dimensões de uma tragédia que emerge do saque aos territórios de vida. No discurso cosmopolítico de muitos xamãs a pandemia já era uma doença anunciada.

Diante da ascensão da Covid-19 os povos originários tiveram de fazer o enfrentamento às instâncias do Estado e a agudização dos projetos genocidas e ecocidas que estavam no centro das prioridades do governo. Na implementação desses projetos, o genocídio é uma consequência concreta, tornando-se algo tacitamente legalizado como prática sociopolítica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

O Estado brasileiro fomentou o aprofundamento da violência sistemática contra as Terras Indígenas e os territórios retomados/autodemarcados, além de estabelecer o completo desmantelamento e desmonte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e de órgãos de proteção ambiental. Presenciamos o aprofundamento da militarização da política com a ocupação de capitães, fuzileiros navais, paraquedistas, tenentes e coronéis na maioria das coordenações regionais e espaços de saúde, além das tentativas de municipalizar e privatizar o subsistema de saúde indígena.

Entre os projetos voltados aos interesses da elite agrária e política está o PL 490/2007, elaborada e alavancada pela bancada ruralista atrelada aos interesses que compõe a tese do ‘marco temporal’, constituindo-se como um projeto de ataque direto à autonomia dos povos e prevê alterações nos processos de demarcação. Além disso, o projeto articula a abertura para os grandes empreendimentos, acirrando uma problemática antiga que tem tomado grande proporção e que tem sido amplamente discutida e combatida pelo Movimento Indígena em vários contextos territoriais, como o avanço do arrendamento.

As novas ofensivas do arrendamento se expressam como um mecanismo instituído pelo ruralismo com interesse no avanço de megaprojetos e infraestrutura, à exemplo de rodovias e ferrovias, para escoamento das *commodities* do agronegócio. No cerne dessa política e projeto estatal-empresarial, está a intensificação da criminalização e violência sistemática contra os povos e territórios indígenas através de contínuos processos de



expropriação, perseguições e vulnerabilização territorial e ambiental, fatores que formam o conjunto de estratégias para aprofundar o regime contínuo de despossessão, genocídio e ecocídio.

Nesse contexto, ganharam impulso megaprojetos como o Corredor Bioceânico, que interliga o Brasil com os portos chilenos por meio do estado de Mato Grosso do Sul a fim de articular saídas pelo Pacífico. Em conjunto a esses projetos integracionistas, está também o projeto de implementação da ferrovia Nova Ferroeste, considerada o segundo maior corredor para o escoamento de grãos do país, um projeto vinculado à dinâmica contemporânea de expansão do capital que objetiva a conexão entre Maracaju/Dourados no estado de Mato Grosso do Sul até o Porto de Paranaguá no litoral paranaense. O projeto impacta diretamente os territórios kaiowá e guarani, territórios de outros povos originários, assim como territórios quilombolas e de povos camponeses. Além de afetar corredores ecológicos que permeiam a Bacia do Prata, Paraguai-Paraná, o litoral Pacífico e as cordilheiras.

A política neoextrativista e a centralidade das *commodities* na linha de integração entre regiões brasileiras com as demais regiões da América do Sul, revela a funcionalidade dessas regiões no contexto de crise estrutural e evidencia regime de expansão de zonas de sacrifício em diversos territórios.

Esses mesmos interesses da elite agrária e política sustentam também o “Parecer Antidemarcação” - Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) - com a tese do marco temporal que tem sido utilizada para barrar, rever e anular os processos de demarcação das Terras Indígenas. O marco temporal é uma tese jurídica que visa restringir os direitos territoriais originários, defendido como pauta de ruralistas, grandes corporações, parlamentares, empresários e demais setores interessados na exploração dos territórios e na destruição da biodiversidade. A tese é uma violação histórica que agudiza a violência estrutural ao considerar o marco temporal de 1988 como base para demarcação.

Essas violações contra os territórios dos povos originários (demarcados, retomados e auto demarcados) possuem uma trajetória histórica e geopolítica que tem sido chamada pela socióloga Rivera Cusicanqui (2010) como horizonte colonial profundo que retrata como se reorganizam os mecanismos institucionais e as estruturas de poder a partir da presente democracia representativa-liberal. O Estado sempre irá condensar as



pressões sociais e econômicas para moldar o colonialismo, “o colonialismo não pode ser separado do estatismo (...) da propensão do Estado em expandir-se, conquistar e subjugar. O colonialismo é sempre um instrumento de Estado” (FERREIRA, 2018, p. 63).

O contexto de necropolítica no Brasil, de ascensão do protofascismo com a ultradireita militar e de expansão da Covid-19, evidenciam o Estado de Exceção que se estendeu à crise sanitária e que foi considerada pelo Estado como uma oportunidade para aprofundar a normatização do genocídio, a militarização e perseguição às lutas territoriais e direitos originários.

Esse Estado, ao mesmo tempo, fortaleceu os setores vinculados ao agronegócio como serviço essencial ao disparar a produção das *commodities* em detrimento da defesa da vida. Não é surpresa que em meio a uma das maiores crises de saúde global a política estatal reforçou a lógica neocolonial através das *commodities*, sobretudo, com a soja que tem aumentado a produção se comparado ao ano de 2019, seguida de várias outras como o minério de ferro, as carnes de boi e porco, além da cana e do cobre (MALHEIRO, 2020).

A compreensão dos problemas sociais, ecológicos e territoriais gerados pelo agronegócio implica entender a guerra sistemática contra a vida em suas múltiplas dimensões, contra os diferentes mundos e as fraturas metabólicas que sustentam a racionalidade neoextrativista. Implica compreender também o complexo de poder corporativo ou o pacto de poder ruralista que forma o congresso nacional e de modo mais amplo forma também o próprio Estado brasileiro.

A cadeia vinculada ao agronegócio não teve destaque somente durante a pandemia, mas tem sido central no processo de reprimarização da economia brasileira. O seu crescimento durante o período de crise sanitária demonstra o que representam as *commodities* na pauta de exportações, no desterro e na configuração da elite agrária no país.

No sul de Mato Grosso do Sul o agronegócio foi um dos principais setores que continuou operando e até acelerou o crescimento durante a crise de saúde, constituindo-se também como um dos setores de propagação da Covid-19 que afetou diretamente as/os trabalhadoras/trabalhadores da região, muitas delas e deles indígenas. Um dos setores responsáveis pela expansão da Covid-19 que afetou os territórios indígenas são os frigoríficos e agroindústrias da região de Dourados.



O primeiro caso de Covid-19 entre os povos originários em Mato Grosso do Sul ocorreu no município de Dourados, em pessoas que moram na Reserva Indígena de Dourados em situações de trabalho na JBS¹. O primeiro caso foi de uma mulher indígena que marca as faces dos impactos da pandemia marcadas também pela relações étnico-raciais, de gênero e classe.

A Reserva Indígena de Dourados teve o maior índice de casos positivos e óbitos por toda complexidade e vulnerabilidade que envolve sua configuração territorial desde a sua criação. De modo similar, no município de Caarapó os primeiros contágios na aldeia Teý'ikue foram em pessoas que estavam trabalhando nas usinas. Posteriormente, os casos se expandiram entre trabalhadoras/es de empresas transnacionais como a BRF e Raízen, setores de transnacionais que formam os pilares do agronegócio na região.

Em outro contexto socioespacial, no oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as primeiras pessoas indígenas infectadas pelo vírus foram dos povos Kaingang e Guarani Mbya que também trabalhavam nos setores vinculados à frigoríficos locais, a exemplo da JBS. O Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena (2020) demonstrou que muitos dos impactos relacionados ao agravamento da Covid-19 entre os povos originários, são resultados das atividades associadas ao avanço e manutenção do agronegócio, processo que tem sido desenvolvido de modo desenfreado e criminoso.

Importante pensar que se essa política de Estado é uma prática sociopolítica em forma de guerra, a pergunta que fica é: que lugar é dado à vida? sobretudo contra a vida de povos indígenas. Ainda, como estão inscritos na ordem e estrutura de poder? (MBEMBE, 2018). A necropolítica no contexto de pandemia em alguma proporção pode ser pensada junto à Mike Davis (2020) sob a perspectiva de que a pandemia expôs instantaneamente a divisão (guerra) de classes e as relações neocoloniais que a sustentam.

Diante das fendas da violência de Estado e da ofensiva neoextrativista, os povos indígenas fortaleceram ações coletivas de cuidado a partir da auto-organização e de redes de solidariedade compostos por conselhos tradicionais, coletivos independentes, organizações autônomas e por movimentos de luta pela terra.

¹ Destaca-se que a JBS é uma multinacional de origem brasileira e uma das grandes representantes do agronegócio no estado.

AÇÕES COLETIVAS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS COMO FONTE DE CUIDADO E AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA NOS *TEKOHA*

As ações coletivas dos povos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul se fundamentaram em um conjunto de práticas que foram associadas a campanhas de apoio mútuo, grupos de cuidado, à medicina tradicional e à espiritualidade que foram organizadas no tekoha. O *tekoha* é uma categoria originária que envolve toda a dimensão da vida e as relações territoriais ancestrais, compreendida como uma espacialidade constituída pelos múltiplos modos de ser kaiowá e guarani. É dimensão que conjuga as relações territoriais, as ecologias ancestrais e o cosmos.

O processo de auto-organização se estabeleceu como linha de frente da resistência no contexto de pandemia, não é algo novo e nem recente, mas ganhou novos contornos com ações coletivas voltadas ao enfrentamento a crise de saúde com o lema 'luta pela vida' junto ao Movimento Indígena em âmbito nacional.

Figura 1 - Movimento Indígena em Brasília na maior mobilização desde 1988



Fonte: Articulação dos povos indígenas no Brasil, 2021, s.p.



Figura 2 - Ações coletivas e controle territorial nos *tekoha* Kaiowá e Guarani



Fonte: Kunhangue Aty Guasu, 2020, s.p

Os povos Kaiowá e Guarani, assim como o povo Terena e outros povos originários, impulsionaram a autogestão comunitária como fonte vital do processo de autodefesa frente aos ataques constantes à suas vidas e diante do aprofundamento da vulnerabilidade ambiental e territorial instituída pelo Estado e pela ofensiva ruralista.

As ações coletivas dos povos formaram as dinâmicas de auto-organização e cuidado tendo como principal alicerce as ciências indígenas, especialmente suas relações com a cosmologia e a espiritualidade enquanto força motriz. Foram fortalecidas estratégias e ações autônomas frente às violências e adversidades que atravessaram a pandemia em diferentes contextos territoriais.

De acordo com o manifesto de emergência de saúde construído pelas organizações de base e conselhos como a Aty Guasu, a Kuñangue e a Retomada Aty Jovem (2020) no que se refere às ações comunitárias voltadas a práticas de controle territorial como as barreiras sanitárias, o processo envolveu agentes e equipes indígenas atuando nos 3 turnos, que tiveram que fazer o enfrentamento à falta de acesso a água e ao pouco acesso aos equipamentos de proteção individual (EPIs).

Em conversa com um interlocutor agente de saúde foi ressaltado como a falta de equipamentos de proteção afetou uma ação mais imediata das/os agentes comunitários, e ao mesmo tempo, foi destacado a importância do processo de auto-organização dessas/es



agentes em comissões independentes para o compartilhamento de orientações nos territórios:

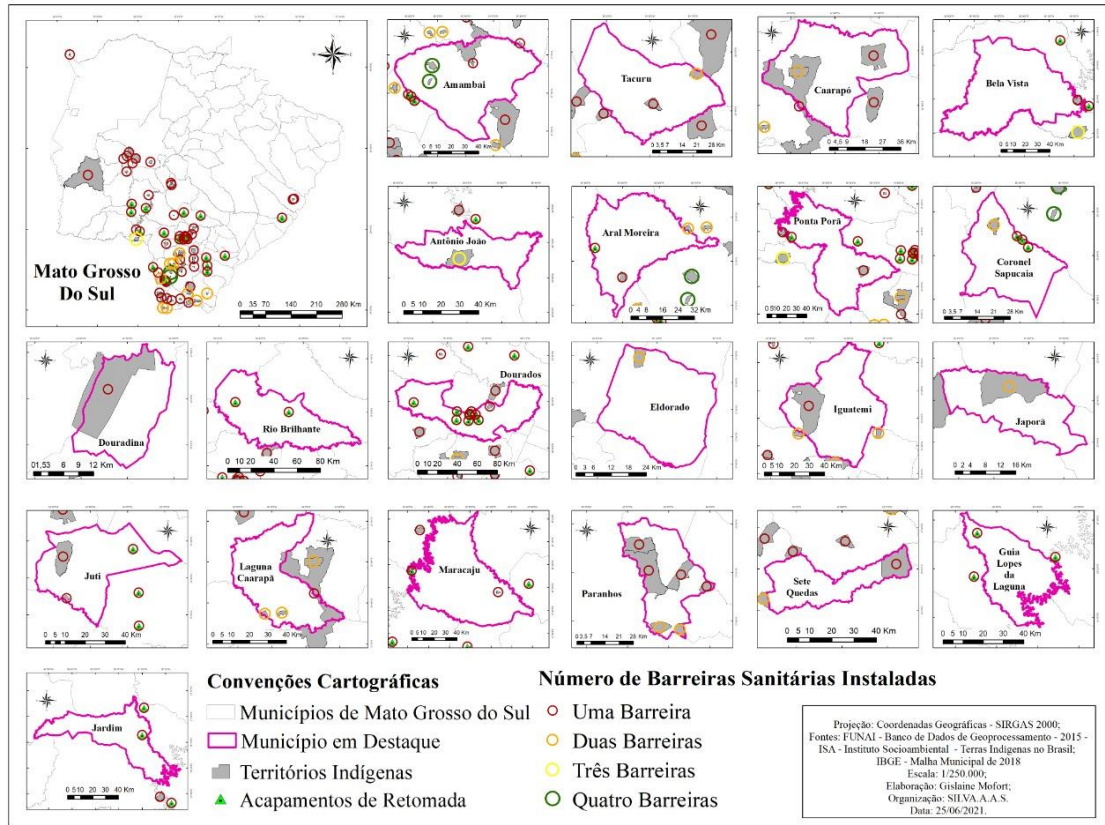
Nós montamos uma comissão dentro da aldeia Bororó e a gente não teve apoio do poder público com relação a EPI's e demais materiais para a gente trabalhar, para atender a nossa comunidade. Inclusive, quando começou a pandemia, a gente afastou uns 30 dias porque não tinha equipamento. E se a gente dependesse do poder público a gente não ia trabalhar até agora. E a gente montou uma comissão independente formada por muitos agentes de saúde que se organizaram na comunidade. Devido a isso, conseguimos equipamentos e materiais para usar no nosso serviço. Porque devido a isso conseguimos ajudar nossa população. É difícil porque a gente não tem apoio do setor público que deveriam ajudar (José - *tekoha* Nhu Vera I, informação verbal, 2021)

Foram mais de 60 barreiras formadas pela mobilização de educadoras/es Kaiowá e Guarani, estudantes, conselheiras/os, moradoras/es de diversos *tekoha*, em uma grande teia de atuação que articulou uma rede fundamental para o cuidado comunitário. A espacialização das barreiras revela a descentralização das ações comunitárias e como elas se expressaram no horizonte da auto-organização da rede de mobilização que atuou em diferentes atividades.

Essas barreiras como processo de controle territorial foram crescendo gradualmente com as comunidades organizadas em prol das ações de orientação sobre a pandemia, os sintomas da doença e sobre a importância das formas de cuidado em cada *tekoha*. O mapa (Figura 3) evidencia a organização das barreiras.



Figura 3 - Distribuição das barreiras sanitárias nos territórios Kaiowá e Guarani



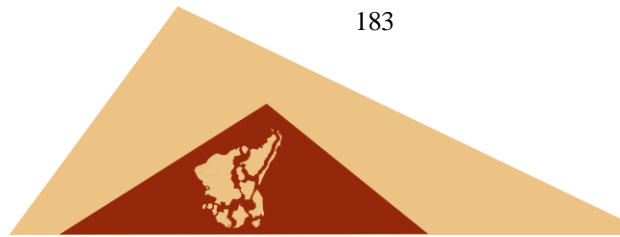
Fonte: Monfort, 2022, p.124

Ouvindo um interlocutor da retomada Guyra Kambi'y que esteve atuando diretamente nas frentes de auto-organização, foi relatado:

Depois que o coronavírus chegou, os Kaiowá também fizeram as barreiras sanitárias, para ninguém pegar o coronavírus. Isso seria para os brancos. Os Kaiowá da comunidade que eu moro autorizou fazer barreiras com urucum e *jehovasa* antes da chegada na retomada. Isso seria como maior proteção, porque a doença, você não vê, a doença pode chegar com você, isso para os Kaiowá. Para os Kaiowá a doença não está em você, ela vem com você (Kunumi Poty Rendy'i - *Tekoha* Guyra Kambi'y, informação Verbal, 2021)

Diante do avanço da pandemia, a força de cuidado esteve alicerçada no *ñembo'e* (reza) e no *jehovasa* (modos de proteção), assim como no cultivo da terra por meio das tecnologias sociais/ancestrais e no uso da medicina tradicional. Esses elementos contribuíram nas ações coletivas frente ao *mba'etirõ*, *anguérye añã* (dono das enfermidades).

A linguagem, os sentidos e significações da espiritualidade são vitais para a mobilização a favor da auto-organização e da experiência coletiva de cuidado. Nesse



processo de luta pela vida e de fortalecimento do cuidado coletivo, a medicina tradicional também foi fundamental apesar do intenso desmatamento no sul do estado que dificulta o acesso à flora. O pouco que resta está em territórios (homologados ou retomados) em que estão os povos Kaiowá e Guarani que cultivam o cuidado e ações de recomposição nos pequenos fragmentos de mata.

A flora medicinal é uma importante fonte da memória biocultural, conseqüentemente também, uma fonte de cura, de proteção/defesa territorial e de horizontes para a recuperação ecológica. Em conversa com *Kunumi Poty Rendy'i* da retomada Guyra Kambi'y, foi relatado a centralidade desses elementos na autodefesa frente a doença no *tekoha* em que vive:

sempre usamos como proteção as nossas medicinas tradicionais, os anciões sempre falam da importância das plantas medicinais, como *ysy*, *nharakātigy* – cedro e *ka'ane*. Outro principal elemento de proteção é o urucum, que seria como escudo com o *jehovasa*, se pintar com urucum e fazer o *jehovasa* seria como arma, uma arma tão forte que ajudasse a combater a doença. Espanta o mal, principalmente o cedro. E quando chegou a pandemia nos territórios, aqui em Guyra Kambi'y, a comunidade já pedia para usar o urucum e fazer o *jehovasa*. Isso é o que foi falado para a comunidade fazer, remédio para gripe através das plantas. E os rezadores rezavam para a doença não espalhar muito entre os territórios (*Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y*, informação Verbal, 2020).

Os processos de organização situado no fortalecimento das ciências indígenas, constituíram um importante eixo das ações autônomas e foram inteiramente articuladas aos sentidos da crítica contra a destruição massiva causada pelos *karaí*, a violência de Estado e as ofensivas ruralistas. Todo esse movimento expressa diferentes dimensões da política dos povos originários e poderia ser pensado em diálogo com o que foi chamado pelo autor do povo Añuu Jose Quintero Weir (2021) de “tempo de volta do nós”. O “tempo de volta do nós” é espaço-tempo de retomadas, autodemarcações e levantes que se fortalecem desde as autonomias indígenas e dos territórios de cada povo.

As ações políticas fortalecidas pelos povos Kaiowá e Guarani estiveram alicerçadas nas memórias de resistência ancestral do *ava reko* (dimensão e categoria política que envolve a forma de vida tradicional e saberes êmicos) (PEDRO, 2020). O horizonte político do *ava reko* moveu a grande mobilização e iniciativas de compartilhamento de sementes, mudas, formas de cuidado por meio das floras



medicinais, de construção das roças e hortas comunitárias, além de ações de construção de espaços de fortalecimento político-espiritual como a *ongusu/oga pysy*.

Os discursos políticos destacaram que a prioridade foi a defesa da vida e o cuidado com a terra, para manter vivo o território a partir das lutas e ecologias ancestrais. Conforme relatado por um interlocutor educador e pesquisador kaiowá:

Desde o início da pandemia a gente esteve fazendo a hortinha, que deu muito certo, a gente tem oito hortas na comunidade. Quando tem horta ou roça, as crianças e jovens acompanham a mãe, já tá plantando ajudando o pai. Onde tem água a gente já fala de plantar uma árvore e através das plantas medicinais a gente vai recuperando ambientalmente, trazendo os *jára* novamente, fortalecendo a espiritualidade. Em um lugar que não tem árvores e não tem sombra, a gente não é feliz. Então devemos plantar, e os *jára* vão gostar, porque ele está indo embora porque os brancos tiraram a mata (*kwarahy rendyju - Tekoha Panambizinho*, informação Verbal, 2020).

O povo Kaiowá reconhece que seu papel nesse processo é manter o cuidado mútuo e o fortalecimento da espiritualidade para reaproximação dos *jára* e para que seja possível restabelecer o *tekoha* e todo o sistema socioecológico saudável. Há um papel crucial dos *jára* na multiplicidade da recomposição da vida da floresta e na resistência contemporânea pela retomada dos territórios. Esses princípios cosmopolíticos orientaram a ação contra hegemônica ao agronegócio, à escassez e à pandemia. Para Anastácio Peralta:

A terra, o solo é o berço da semente, é onde ela vai ficar adormecida, dormindo até cair a água da chuva, que desce do céu para abençoar a semente. Então na hora que cai a água, a semente acorda e começa a criar raiz e a nascer. Nessa visão, a sustentabilidade é um conjunto de forças, de movimentos, de acontecimentos, que precisam acontecer de forma dinâmica e sincronizada. Tudo tem que estar interconectado (...). Um povo sustentável tem que estar forte na sua fé e essa espiritualidade envolve muitos aspectos que regem a vida do meu povo. Por isso abordo a sustentabilidade Kaiowá e Guarani a partir dos seguintes subtemas: sustentabilidade espiritual, sustentabilidade territorial, sustentabilidade alimentar e sustentabilidade ambiental (PERALTA, 2022, p. 32)

Sob olhar semelhante, mas desde outro ponto de vista, a pesquisadora kaiowá Veron (2018) enfatiza que o território, a espiritualidade e as ciências indígenas fortalecem as formas de ser e viver e devem ser retomados para enfrentar o modelo devastador dos *karaí*. O *ava reko* depende do *tekoha* e da Mãe Terra, assim como a Mãe Terra também necessita de seus guardiões, os povos originários (VERON, 2018).



Em uma crítica ao projeto neoextrativista e ao modo de produção capitalista de epidemias e pandemias, um interlocutor e liderança comunitária do *tekoha* Panambizinho relata a necessidade de nos relacionarmos melhor com a teia de vida que compõe a Terra:

A gente precisa amar melhor a natureza, e não está acontecendo isso. Mas pode ver que nós guarani-kaiowá, nós rezamos para a terra e as sementes. Os *karaí* passa veneno, mete fogo, aí passa veneno na semente, vai colher passa veneno de novo, e aí ele come também. Com toda inteligência dele, ainda tem dificuldade de entender o que é bom para ele mesmo. Parece tão sábio, mas ainda não descobriu que a natureza faz parte dele e que ele faz parte da natureza. Não tem divisão. Não existe ser humano que não seja parte da mãe terra, desde a alimentação é a terra que produz. Então a gente precisa entender melhor, e os *karaí* precisam se perguntar, 'o que é natureza para gente?'. Já pensou se não tivesse terra? Não ia ter vida! A natureza oferece tudo para nós, alimento, matéria para fazer as nossas casas, para fazer o fogo, e tudo que precisamos. Então nós somos parte de tudo (kwarahy rendyju - *Tekoha* Panambizinho, informação Verbal, 2020).

Os discursos políticos que emergem em oposição ao *karaí reko* se constituem na realização de uma crítica à fissura metabólica que sustenta o projeto neoextrativista e a racionalidade capitalista. Ainda sob o prisma dessa reflexão, a pesquisadora Guarani Kaiowá Sônia Pavão destaca:

a busca pelo equilíbrio da nossa Mãe Terra precisa ser pensada como uma ação coletiva e comunitária para fortalecer e recuperar a riqueza da natureza. Isso quer dizer que para nós, as plantas, os animais, a água, a terra, o ar, as pedras, as montanhas, ou seja, tudo que compõe o planeta tem vida e merece ser cuidado e protegido. Ao contrário dos brancos que veem tudo como mercadoria e só pensa em ganhar dinheiro em cima da morte da natureza (PAVÃO, 2021, p.121)

Há que se destacar que nesse contexto de luta pela vida, de enfrentamento à Covid-19 e de mobilizações comunitárias voltadas ao compartilhando de mudas e fortalecimento das roças nos *tekoha*, as ações políticas do movimento de mulheres se constituíram como cruciais. Essas ações se expressam na atuação direta no controle territorial com as barreiras sanitárias, em outras ações comunitárias como a atuação na saúde indígena e por meio do fortalecimento político-espiritual com as *ñande sy*, com o cultivo das sementes, no preparo da flora medicinal ou nas mobilizações das organizações de base.

O modo de fazer política alicerçados nas formas de luta das mulheres formou a linha de frente às diferentes configurações de violência estatal- agroempresarial e fortaleceu as dimensões que nos permitem constatar geográfica e etnograficamente a importância ecológica e política dos conhecimentos tradicionais, dos saberes das



mulheres e da luta pela retomada dos territórios ancestrais como fundamentos de práticas de cuidado, dos modos de pensar a saúde e da busca incessante pela recomposição das forças da terra. Como enfatizado por uma companheira; “a mulher além de trazer a vida (...) defende a vida” (Mari - *Tekoha* Guyraroka, informação Verbal, 2021).

Pela memória coletiva e pela luta, se expressou um conjunto de ações comunitárias contra o modo de produção capitalista de epidemias/pandemias e contra a violência de Estado. As autonomias indígenas formaram a defesa dos processos de autodeterminação política-territorial e apontaram horizontes de auto-organização e cuidado com a terra diante das fendas e engrenagens neoliberais e neoextrativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto é resultado de um conjunto de reflexões construídas coletivamente durante o mestrado, teve como motivação e princípio uma Geografia da escuta e do aprendizado com as práticas de lutas kaiowá e guarani, sob a perspectiva da importância das ações coletivas e das formas de autodefesa diante da expansão da pandemia, de intensificação da violência de Estado e de expansão da política ruralista.

O conjunto de ofensivas contra os povos originários evidenciam a agudização da política genocida e os efeitos da militarização dos órgãos governamentais indigenistas que estiveram indiferentes e não atuaram como poderiam/deveriam no apoio ao fortalecimento do cuidado e da autodefesa construída pelos povos originários. Nesse contexto, o Movimento Indígena em escala local e nacional esteve à frente da luta pela vida diante dos impactos diretos da expansão da crise sanitária e o terrorismo de Estado e do agronegócio.

Em contexto local, mesmo diante de processos tão brutais de devastação ecológica massiva, de vulnerabilidade territorial e de crise sanitária, a resistência ancestral kaiowá e guarani cultivou a luta em defesa da vida e do *tekoha* frente da política ruralista. A memória viva das/os que tombaram fortaleceu a luta das e dos que permanecem pavimentando novos caminhos de retomadas e resistências.

Frente ao difícil cenário de expansão da crise de saúde, da política genocida e de ataques às Terras Indígenas e aos territórios retomados, os Kaiowá e Guarani, assim como outros povos originários no Brasil, encorajaram processos de autogestão para enfrentar a



expansão do vírus nos territórios, dinâmica que envolveu uma grande teia de mobilização entre as organizações de base, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e Articulação Nacional Das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade em uma rede de ações coletivas e apoio mútuo.

Todo esse contexto ainda nos permitiu o aprendizado com a potência organizativa que atravessou o âmbito nacional com os povos originários na primeira linha de resistência contra o profascismo e a política genocida/ecocida instituída pelo Estado brasileiro. Construíram o acampamento ‘Luta pela Vida’, ‘Levante pela Terra’ e a ‘Marcha das Mulheres Indígenas’ que foram grandes ações que possibilitaram uma reflexão profunda sobre os caminhos tecidos desde luta coletiva, desde a auto-organização e solidariedade entre povos. A afirmação da vida, da diversidade e da diferença foi a força motriz de resistência diante da ofensiva estatal-empresarial.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos-Revista de Antropologia**, Paraná, v.15, n.1, p. 129-144, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n.75, p. 76-84, 2007.
- BRASIL. **Painel Coronavírus**. Plataforma Coronavírus Brasil, 2021. Disponível em: < <https://covid.saude.gov.br/> >. Acesso em: 12 jan. 23.
- DAVIS, Mike et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, 2002.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.13, n. 2, p. 153-167, 2011.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Nacionalismo e Internacionalismo na teoria política anticolonial e pós-colonial. In: Coletivo Editorial Adandé (org.). **Anarquismo Anticolonial**. Bahia: Editorial Adandé, 2018. p. 29-82.
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Biogeografia, historicidade e episteme: notas para a compreensão de uma natureza híbrida no antropoceno. **Humboldt - Revista de Geografia Física e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2021.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 1999



KRSTULOVIC, Claudia Lora. CAM, Jorge Lora. La política colonial del despojo y los límites planetarios: las pandemias. In: VILLAVICENCIO, John Kenny Acuña. OSORIO, Ever Sánchez. ZEPEDA, Manuel Garza (coords.). **Cartografías de la pandemia en tiempos de crisis civilizatoria**. Aproximaciones a su entendimiento desde México y América Latina. México: Ediciones La Biblioteca, 2020. p. 37-54.

KUNHANGUE ATY GUASU. Plataforma Kunhangue Aty Guasu. 2020. Disponível em: < <https://www.kunangue.com/> > . Acesso em: 06 mai. 2021.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17–24, 2009.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. PAZ, Federico. Extractivismo: metabolismo necroeconómico del capital y fagocitosis de las agro-culturas. Reflexiones y aprendizajes desde las re-existencias campesinas en el Valle del Conlara. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. HOCSMAN, Luis Daniel (Orgs.). **Despojos y resistencias en América Latina, Abya Yala**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016. p. 141-174.

MALHEIRO, Bruno Cezar; MICHELOTTI, Fernando; SABINO, Thiago Alan Guedes. Aqui o capitalismo não parou! Espoliação e brutalidade em tempos de pandemia, o que a amazônia tem a dizer?. **GEOgraphia** Niterói, v, 22, n. 48, p. 33-50, 2020.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Mineração e territorialização de exceção na Amazônia: a geografia em ruínas dos Grandes Projetos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1–24, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. São Paulo, SP: Ed. n-1 edições, 2018.

MONFORT, Gislaine. **Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas – UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, 2022. 213p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

PAVÃO, Sônia. **Conhecimentos Tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência**. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade).

PEDRO, Gileandro Barbosa. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde): do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica em Douradina MS (1943-2019)**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. Dissertação (Mestrado em História).

PERALTA, Anastácio. **Tecnologias Espirituais: Reza, Roça e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani**. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade).

QUINTERO WEIR, José Ángel. El Sentipensar añuu y sus palabras claves. En torno a la configuración añuu de su sentipensar. **Revista de la Facultad de Ciencias de la Educación**, Barranquilla, Puerto Colombia, v. 1. n. 1, p. 92-113, 2016.



RIVERA CUSICANQUI, **Silvia**. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta limón, 2010.

QUINTERO WEIR, José Angel. Da 'vida ontológica' ao Tempo de Volta do Nós'. Amazônia Latitude, 2021. Disponível em: <https://amazonialatitude.com/2021/04/06/davirada-ontologica-ao-tempo-de-volta-do-nos/> > . Acesso em: 06 abr. 2021.

VITTOR, Amy Y.; LAPORTA, Gabriel Zorello.; SALLUM, Maria Anice Mureb. How deforestation helps deadly viruses jump from animals to humans. The Conversation. Disponível em: < <https://theconversation.com/how-deforestation-helps-deadly-virusesjump-from-animals-to-humans-139645> > . Acesso em: set. 2020.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências**. Guadalajara: Ed. Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales, 2019.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo, SP: Ed. Cosac Naify, 2015.

VERON, Valdelice. **Tekombo'e kunhakoty: modo de viver da mulher kaiowá**. Brasília: Programa de Pós-graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável - UnB - Universidade de Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2015. p. 11-41

WALLACE, Robert. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução: Allan R. de Campos Silva. São Paulo, SP: Ed. Elefante, 2020.

Recebido em setembro de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.

ETNOGEOGRAFIA TERENA: TERRA E TERRITÓRIO***GEOGRAFIANA TÊRENOE: POKÉ'E YOKO POKÉ'EXA******TERENA ETHNOGEOGRAPHY: LAND AND TERRITORY******ETNOGEOGRAFÍA TERENA: TIERRA Y TERRITORIO*****Paulo Baltazar**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

paulo.baltazar@ufms.br**Marcos Mondardo**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

marcosmondardo@yahoo.com.br**Celma Francelino Fialho**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

celma.fialho@ufms.br**RESUMO**

Este trabalho é resultado da pesquisa de campo de geografia Terena na Terra Indígena Taunay/Ipegue, localizada no município de Aquidauana/MS. Nesse caso, procuramos descrever a etnogeografia dos Terena da Terra Indígena, incluindo a questão de fronteiras na qual as divisas são delineadas por meio da natureza que está presente no território, tais como: árvores e córregos, que são referências de divisas entre as sete aldeias que compõem a reserva indígena. Para isso, o objetivo do presente artigo é propor o conceito de terra *Poké'e* e *Poké'exa* – território na concepção do povo Terena do Território Taunay/Ipegue. Para atingir os objetivos propostos, buscamos fazer consultas de obras de autores indígenas e não indígenas que tratam da questão da terra e do território, incluindo os valores espiritual, mítico, simbólico e cultural. Tivemos a colaboração de vários anciãos das sete aldeias que compõem o território, que ajudaram como orientadores de expedição, informantes, na língua terena, dos lugares importantes para a pesquisa. Finalmente, o conceito de terra *Poké'e* e *Poké'exa* – território atingiu êxito devido aos informantes serem falantes da língua terena, e isso foi importante para a pesquisa dos sufixos, dos prefixos e dos radicais das palavras usadas na língua Terena, para finalmente elucidar o significado de terra *Poké'e* e *Poké'exa* – território.

Palavras-chave: Terra Indígena. *Poké'e*, *Poké'exa*. Taunay/Ipegue. Língua Terena.

ITÁTANE

Eneporá yutóeti ikene êho ihíkavoti kóahati geografiana kopénoti, xapákuke vípuxovoku Toné yoko Ipéakaxoti. Inúxotike vopósikoa yutóxea kixoku koeku ra Poké'exa úti, koane yutóxovomaka kixoku hoenaxea hínokoku Poké'e ya póhutihiko ípuxovoku viyénoxapa. Yutóxovomaka itukóvotihikoye hoenaxopeti ya kúveuke



Poké'ixa ûti, motovâti éxeokono tûri yoko hinókoku póhutihiko vípuxovoku. Motovâti vitóponea ra vâha vitúkea, vopósikoahiko ne koyuhópetihiko, koane ike yutóxine ne kopénutihiko yoko ikene yutóxine purútuye koyuhôati ne Poké'e, koane Poké'ixa ûti. Huvó'oxomaka ra yékotenohiko ya póhuti ko'óvokuti xapakuke ne sêti koeti vípuxovoku, énomone éxokovea ya vemóuke ovâtihiko kúveuke ne Poké'e yoko Poké'ixa, kuteati koeku, óvohikoku exétinati, nikeakuti, ohókoti, pónuhiko kixoku vitúkeovo ya Poké'ixa Toné yoko Ipeakaxoti. Hinókokuke ipúhiko kixoaku ûti véxea ne Poké'e yoko Poké'ixa, ukêati xapakuke emoû yékotehiko, vo'óku énomone koyuhó'inovea kixó'ekone ne itátanehiko emoûti.

Emó'útihiko: Poké'e kopénoti. Poké'e, Poké'ixa. Toné/Ipeakaxoti. Emôu têrenoe.

ABSTRACT

This article treats about a result of a research made from the Terena geography in a native Indigenous Land, known as Taunay/Ipegue community, located in Aquidauana, state of Mato Grosso do Sul/BR. This paper seeks to describe the Terena's ethnogeography at the before mentioned Indigenous Land, pointing out some important aspects, including the matter where borders are deligned by nature forces and types of topography, such as: Trees, Streams that are considered as being borders limits among te seven villages wich compose the indigenous reserve. Therefore the main objective in this article is give the reader explanations about the concept of Poké'e and Poké'ixa lands territory in the conception of the Terena people at the Taunay/Ipegue Territory-Community. To sucessfully anchieve these goals, our crew reached deeper information not only on old indigenous written masterpieces, but also, on non-native indigenous ones, including spiritual, mythical, symbolic and culture value. We counted on the collaboration of several ancient people from the previous mentioned villages wich act not as just guides, but also, translators, and informants of important places for this paper. Finally, the concept of land Poké'e Poké'ixa – territory, was reached due to the informants being speakers of the Terena language, this was fundamental for the research of the suffixes, prefixes and radical of the words used in the Terena language to finally elucidate the meaning of land Poké'ee Poké'ixa – territory.

Keywords: Indigenous Land. Poké'e, Poké'ixa. Taunay/Ipegue. Terena langue.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación de campo sobre la geografía terena en la Tierra Indígena Taunay/Ipegue, situada en el municipio de Aquidauana/MS. En este caso, buscamos describir la etnografía de la Terena de la Tierra Indígena, incluyendo la cuestión de las fronteras donde las fronteras son delimitadas por medio de la naturaleza presente en el territorio como: árboles, arroyos que son referentes de fronteras entre los siete pueblos que conforman el resguardo indígena. Para más, el objetivo en este artículo es proponer el concepto de tierra Poké'e y territorio Poké'ixa en la concepción del pueblo Terena del Territorio Taunay/Ipegue. Para lograr los objetivos propuestos se buscó consultar obras de autores indígenas y no indígenas que traten del tema de la tierra y el territorio, incluyendo el valor espiritual, mítico, simbólico y cultural. Contamos con la colaboración de varios ancianos de las siete aldeas que componen el territorio, que ayudaron como guías de la expedición e informadores en lengua terena de los lugares importantes para la investigación. Finalmente se llegó al concepto de terra Poké'e y Poké'ixa - territorio debido a que los informantes son hablantes de la lengua



Terena, lo cual fue fundamental para la investigación de los sufijos, prefijos y radicales de las palabras utilizadas en la lengua Terena para finalmente dilucidar el significado de terra Poké'e y Poké'exa - territorio.

Palabras clave: Tierra indígena. Poké'e, Poké'exa. Taunay/Ipegue. lengua terena.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de sete anos de pesquisa e investigação. Nele, abordaremos primeiramente, na introdução, a questão do Território Indígena Taunay/Ipegue e, na sequência, os conceitos de *Poké'e*, terra, e *Poké'exa*, território.

É importante salientar que o território é composto por *Óvohikoku Éxetina*, que significa lugares históricos, toponímicos, na territorialização das sete aldeias – *Poxôku*, *Epéakaxoti*, *Pânana*, *Kali Lâvona*, *Kali Mopôi*, *Hopunó'evoti Úne*, *Mâko* – que representam valor, vigor e resiliência do povo Terena.

Nesse sentido, as aldeias apresentam os seus contornos territoriais por meio de divisa, que é marcada simbolicamente por uma referência na natureza e, por sua vez, as referências estão impressas no imaginário das lideranças indígenas, permitindo repassar o lugar dos limites de cada aldeia.

Nesse contexto, os moradores do território são filiados à família linguística *Aruák*, o povo Terena, que tem mostrado a maioria das aldeias indígenas que compõem o território perdendo o uso da língua terena, ficando esse idioma restrito aos mais velhos, sendo que os jovens não conseguem mais se comunicar por meio da língua materna, uma vez que atualmente adotaram a língua portuguesa.

Diante dessa situação, na questão da língua materna, há outra situação territorial que é o “confinamento¹”, devido ao aumento de pessoas que moram na reserva indígena que foi implantada ou aparentemente demarcada que passou a ser considerada Terra Indígena Taunay/Ipegue, por isso os indígenas passaram a ter o usufruto da terra, mas que continuam de propriedade da União.

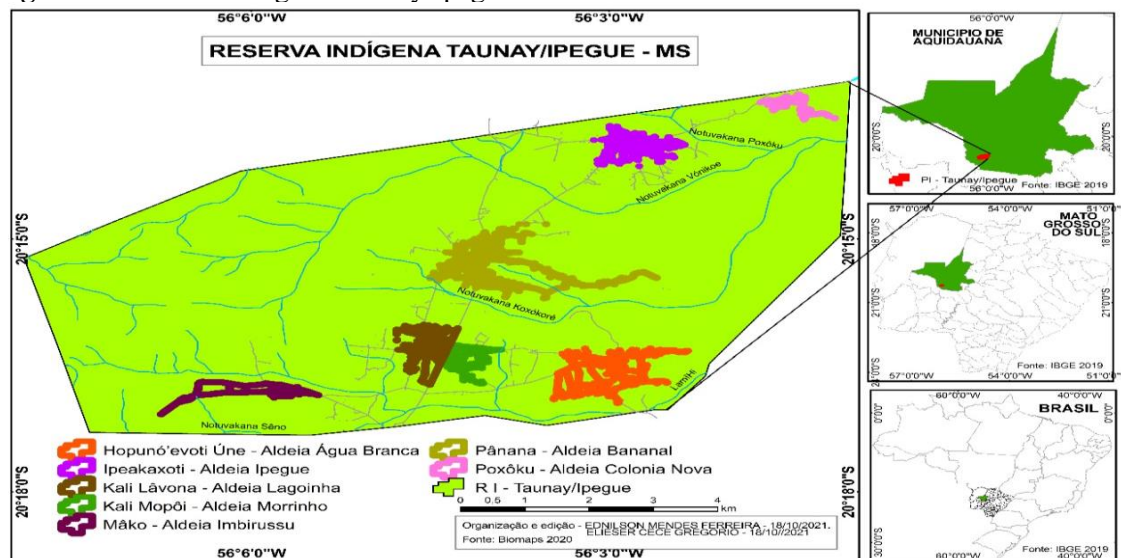
¹ Entendo por confinamento, conforme explica Antônio Brand (1993), como sendo o processo histórico de concentração da população Kaiowá/Guarani dentro das reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional. Esse processo histórico de confinamento geográfico e cultural se acentua durante a década de 1970, com a mecanização da lavoura e correspondente ampliação do desmatamento do território tradicional Kaiowá/Guarani.

Entretanto, a demarcação de terra de 6.461 hectares feita pelo Marechal Cândido Rondon, em 1905, não significou real e verdadeira paz e segurança, porque as terras tradicionais indígenas ficaram de fora e não foram incluídas na demarcação da reserva. No entanto a demarcação aconteceu devido à reivindicação de lideranças na época, quando foram convidados para construir a linha telegráfica que passou por dentro do território Terena.

O Território Indígena Taunay/Ipegue está localizado a 70 quilômetros de distância da cidade de Aquidauana e a 130 quilômetros de Campo Grande, Capital do estado de Mato Grosso do Sul.

O Território Indígena Taunay/Ipegue é um território contínuo, apesar de ter dois Postos Indígenas (da aldeia Bananal e da aldeia Ipegue) para atender todas as aldeias dessa área. Essa dupla existência de nomeações cria certo entendimento de que o território possui duas terras indígenas, pela própria denominação que recebeu (figura 1).

Figura 1 - Reserva Indígena Taunay/Ipegue



Fonte: Biomapas 2020. Paulo Baltazar. Janeiro de 2022.

Nesse território, estamos enfatizando outras fronteiras ou referências de divisas de cada aldeia, tendo em vista que, para os Terena, essa questão de divisa não traz nenhum tipo de conflito entre as aldeias, o que não é visível para quem não conhece o território.

Isso significa dizer que as aldeias têm divisas entre elas por meio de referências simbólicas e naturais de cada uma, que todos os moradores conhecem, reconhecem e



respeitam – inclusive, quando existe um conflito de uma pessoa de outra aldeia dentro de aldeia diversa, é levada a demanda para o lugar de origem para resolver o problema.

As divisas naturais são utilizadas como referências, o que é bem diferente no mundo não indígena, onde limites, muitas vezes cercados por arame, são demarcados com Sistema Global de Posicionamento – GPS, ou por outro instrumento. No caso do Território Indígena essa demarcação é diferente, como no caso do lugar da pesquisa, por exemplo, a começar pelo norte do território, aldeia Colônia Nova e aldeia Ipegue, que são cortadas por uma vazante d’água. Da mesma forma, o córrego *Vónikoe*, faz divisa entre a aldeia Bananal e a aldeia Ipegue, e isso é conhecido por todos, assim como o caso da aldeia Bananal e da aldeia Lagoinha, que são divididas por um córrego chamado de *Koxókore*. Já o marco natural que limita a aldeia Morrinho com a aldeia Água Branca é uma árvore da espécie de jatobá, vegetação nativa do cerrado (*Hymenaea stilbocarpa*) com tronco grosso, que aparenta ser uma árvore centenária, conforme a figura 2.

Figura 2 - Árvore - pé de jatobá



Fonte: Trabalho de campo do autor – 23 de fevereiro de 2022.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi delineada por meio de leituras de obras bibliográficas de autoria de pesquisadores indígenas e não indígenas que fizeram pesquisa na Terra Indígena Taunay/Ipegue.



Foram entrevistados idosos e idosas que são falantes da língua terena para entender, interpretar e contextualizar o significado do *Poké'e*, terra; *Poké'exa*, território; e *Poké'exa úti*, nosso território, para que pudéssemos descrever o conceito de terra e território na concepção do povo Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue.

O Território é constituído de sete aldeias e, por isso, foi necessário buscar indígenas voluntários de cada uma das aldeias para serem condutores de expedição com finalidade de fazer reconhecimento *in loco* e, ao mesmo tempo, passando informações a respeito de cada local visitado.

O mapa de localização é composto da escrita na língua portuguesa e na língua Terena, o que demonstra uma Geografia intercultural, uma realidade do modo de ser indígena nos dias atuais no domínio do uso da tecnologia como ferramenta externa, mas que não deixou de ser indígena, como alguns pensam – quando os indígenas utilizam celular, computador ou carro, a primeira coisa que a mente colonizada pensa é: “deixaram de ser indígenas”. Nesse caso, a frase de autor desconhecido “posso ser igual a você sem deixar do que sou” é bastante pertinente, pois continuo sendo indígena, utilizando os meios digitais.

POKÉ'E - TERRA

Considerando que os Terena estão intimamente ligados à “terra”, chão, solo, é reconhecido, a partir da língua terena, o termo *Poké'e*, que é tradução da palavra “terra” na língua portuguesa. No caso, se não houvesse essa tradução, com certeza não existiria o reconhecimento ou pertencimento tradicional dessa palavra na cultura dos Terena, pois seria apenas um neologismo.

Isto significa dizer que, quando não existe tradução de uma determinada palavra da língua portuguesa para a língua Terena, ou seja, uma palavra que vem de fora para dentro da cultura, muitas vezes não se encontra acomodação perfeita na língua Terena, exigindo uma terenização.

O exemplo da palavra “terra”, na língua portuguesa, para *Poké'e*, na língua Terena, encontra perfeição de originalidade nas duas culturas distintas e essa palavra encontra abrigo nas duas línguas com compreensão de significados semelhantes, mas o uso e o valor simbólico e cultural são bem distintos, pois são duas compreensões



diferentes a partir do uso da terra, da natureza da terra, da vocação da terra, da produção da terra, do valor da terra, valor simbólico, valor mítico, entre outros.

Para compreender melhor sobre *Poké'e*, são vários autores que discorreram sobre a origem dos Terena, como Hebert Baldus (1950) e Roberto Cardoso de Oliveira (1976). Bitencourt e Ladeira (2000) também discutiram registros da história da criação do povo Terena, narrada por professores indígenas, em 1995, na aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda/MS.

Os professores indígenas contaram que “*Oreka Yuvakae* viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos Terenas” (BITENCOURT e LADEIRA, 2000, p. 22).

Baldus (1950), quando encontrou com os Terena em 1947, no estado de São Paulo, foi além, dizendo que “*Orekoyuvakai* aumentou o mundo para caber todo o pessoal e deu carocinhos de feijão, milho e mandioca ensinando a plantar. Deu semente de algodão e ensinou a tecer e fazer arco e flexa, ranchinho, roçar e plantar” (BITENCOURT e LADEIRA, 2000, p. 23).

A estrutura mítica nos leva a crer que a tarefa social de trabalho está fora da ótica da sociedade capitalista, pois está centrada nos valores culturais nos quais o homem recebeu diversos tipos de sementes, inclusive a rama de mandioca, indicando que a responsabilidade de trabalho na roça, na caça e na pesca são atividades relacionadas ao homem indígena.

A mulher terena está presente na divisão do trabalho com a responsabilidade sobre as atividades domésticas, como fazer a tecelagem de redes de dormir, coletar os produtos hortifrutigranjeiros da roça de subsistência, cuidar dos filhos e ainda atuar na política interna por meio de orientação a seu marido na tomada de decisões.

É interessante notar que as atividades dos indígenas estão ligadas diretamente com o uso da terra – o *Poké'e*, sendo que a mulher tem lugar específico na terra e no território, na retirada da argila para confecção de cerâmica e no lugar de lavar roupa como antigamente – nos dias atuais, possuem água encanada vinda de poços artesianos e distribuída para todas as casas, o que infelizmente as tornou reféns de instituições que atendem as comunidades indígenas.

Para os Terena, *Poké'e* é o útero materno de onde eles nasceram e ao qual estão conectados umbilicalmente. Assim, quando as crianças nascem, devolvem *ûro*, ou



umbigo, para terra - *ekóxoti ûro*² - enterrando no quintal da casa, simbolicamente fazendo um pacto novamente com a terra, demarcando, territorializando o lugar para, quando morrerem, serem sepultadas no território de nascimento. Com esse gesto de simbolismo de enterrar o umbigo, fica evidente o processo de territorialização com *Poké'e*.

Fica evidente, dessa forma, que *Poké'e* é a mãe do povo Terena, que um dia saiu do útero da terra e ao território voltará novamente quando morrer. Temos vários exemplos de anciãos e anciãs que moravam fora das aldeias, em outras cidades, e que transladaram o corpo para serem sepultados na aldeia Bananal ou na aldeia Ipegue.

Para outros povos indígenas brasileiros, como é o caso do povo *Krenak*, que vive no estado de Minas Gerais, a terra também possui o mesmo entendimento e significado, como se descreve, no livro “Ideias para adiar o fim do mundo” – esse título, aliás, é uma provocação do autor, Ailton Krenak, e afirma que: “Todas as histórias antigas chamam a Terra de Mãe, Pacha Mama, Gaia. Uma deusa perfeita e infundável, fluxo de graça, beleza e fartura” (KRENAK, 2019, p. 13). Dessa forma, explica o autor que:

Neste sentido o nome *krenak* é constituído por dois termos: um é a primeira partícula, *kre*, que significa cabeça, a outra, *nak*, significa terra. *Krenak* é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem a profunda comunhão com a terra (KRENAK, 2019, p. 32).

Os povos Guarani também têm o mesmo entendimento de que a “terra é como um corpo murmurante, que se alarga e se estende. Ela vê, ouve, fala, sente e é enfeitada. É viva!” (CHAMORRO, 2008, p. 161).

No conceito de terra, a antropóloga Alcilda Rita Ramos afirma que:

Para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural (RAMOS, 1986, p. 12).

² Ato de enterrar o umbigo no quintal de casa.



No caso do povo *Yanomami*, do estado do Amazonas, a terra tem um significado muito importante, sendo uma das estruturas de sustentáculos para evitar a queda do céu. Davi Yanomami Kopenawa, no prefácio da obra “O recado da mata”, de Viveiros de Castro (2015, p. 16), afirma que “a terra como um ser que tem coração e respira, não com um depósito de recursos escassos ocultos nas profundezas de um subsolo tóxico”.

A preocupação do autor do livro, “A queda do céu”, é convencer o branco para ser aliado, na defesa da floresta, discutindo sobre a terra e os espíritos para manter a preservação ambiental, pois, com isso, estaria seguro da queda do céu.

Davi Yanomami Kopenawa afirma, contudo, que o “branco” tem o pensamento diferente sobre a terra, pois corresponde a povos de mercadoria, sendo que exemplo disso ocorreu durante a audiência com o general ministro chefe da Casa Militar, durante o governo José Sarney. O antropólogo Viveiros de Castro, no prefácio que escreveu para o livro de Kopenawa, afirmou que:

O general fala em “terra”, quando deveria estar falando é em “território”. Fala em ensinar a cultivar a terra, quando o que lhe compete, como militar a soldo de um Estado nacional, topográfico e agronomocrático, é demarcar o território. Bayma Denys não sabe do que sabem os Yanomami; e, aliás, o que sabe ele de *terra*? Mas Kopenawa sabe bem o que sabem os brancos; sabe que a única linguagem que eles entendem não é a da terra, mas a do *território*, do espaço estriado, do limite, da divisa, da fronteira, do marco e do registro. Sabe que é preciso garantir o território para poder cultivar a terra (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 35).

Por isso, faz-se necessário explicar as diversas concepções de povos diferentes sobre *Poké’e*, considerando que os diferentes grupos étnicos têm conceitos parecidos, com tratamentos que respeitam a terra, chegando a afirmarem que a terra não lhes pertence, pois são eles que pertencem a ela.

POKÉ’EXA TÊRENOE – TERRITÓRIO TERENA

Na Geografia humana, o território é uma das categorias discutidas por diversos autores, que buscam encontrar redefinição e depuração do conceito. Assim, várias obras de geógrafos, antropólogos e, inclusive, biólogos, inicialmente, utilizaram-se bastante desse termo “o território”.



A palavra território existe na língua Terena e deriva da palavra *Poké'ëxa ûti*, que significa *Poké'e*, terra, em que *ûti* é um pronome na terceira pessoa do plural, na língua Terena, que significa “nós, nosso ou nossa”, formando, então, nosso território, sinônimo de apropriação territorial, de identidade cultural, coletiva.

O conceito de “terra”, “território”, para os Terena, remete à noção de um determinado espaço geográfico, com diversas características físicas, naturais e espirituais, nas quais se encontram terra, *Poké'e*, o lugar de onde vieram os Terena; lugar de plantio; lugar de moradia; lugar de sociabilidade Terena; lugar mítico de demarcação do lugar de nascimento e de morte; lugar de iniciação xamânica; sustentabilidade indígena; escola de transmissão de conhecimentos tradicionais, ferramentas da pedagogia tradicional, entre outros.

Neste sentido, o antropólogo Terena Luiz Henrique Eloy Amado (2019) registrou o brado das mulheres Terena durante a posse da terra tradicional. Nesse sentido:

Foi nesta saída do fazendeiro, que a multidão acompanhando seu carro, cantavam e dançavam festejando a posse da terra. As anciãs gritavam: *Poké'ëxa ûti, Poké'ëxa ûti, Poké'ëxa ûti!* Como forma de expressão *nossa terra, essa terra é nossa*. Lembro das palavras da anciã da aldeia Ipegue, dona Miguelina Pio, quando entoou cântico lembrando dos tempos difíceis que passaram com aquele fazendeiro (ELOY AMADO 2019, p. 150).

É importante registrar a participação das mulheres que vibraram no amanhecer do dia 30 de maio de 2013, quando fizeram a primeira retomada da Fazenda Esperança, território tradicional dos Terena, no município de Aquidauana/MS. Isso demonstra a efetiva participação da mulher Terena no momento de conflitos e de instabilidade social e até mesmo nos momentos comunitários, nos planejamentos, nas reuniões de preparação, na execução da ação, pois estavam com os homens na retomada do território tradicional e vibraram, dizendo: *Poké'ëxa ûti*, ou seja, nossa terra, nosso território.

O cântico da mulher Terena tem o significado de exaltação, de alegria, de conquista e de demonstração de amor, afeto ao território recuperado, lembrando não só do cativo, mas a memória dos ancestrais, do antigo aldeamento *Naxedaxe*, ou *Natakaxe*, que antes era lugar afetivo de socialização dos Terena e que virou pastagens.



O *Poké'ixa ûti* é o território tradicional da pesquisa que estamos fazendo e foi demarcado em 1905 como Terra Indígena Taunay/Ipegue. Assim, sobre a noção de “Terra indígena”, é importante considerar que:

A noção de “Terra Indígena” que diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete a construção de vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (GALLOIS, 2004, p. 38).

Por meio do território *Poké'ixa ûti*, busquei compreender a dimensão do significado da etimologia da palavra para os Terena e as definições do território por meio de conceitos de autores em obras publicadas.

Tomei como exemplo *Poké'ixa ûti* Taunay/Ipegue depois de demarcado pelo Estado, podendo-se inferir que o conceito de território adotado pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013) propõe o seguinte:

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre o um grupo social e seu espaço (SOUZA, 2013, p. 89).

Para os Terena, no caso, o nosso *Poké'ixa ûti* não coaduna com a proposta desse geógrafo, porque, apesar de ser definido e delimitado, não é suficiente para responder esse conceito proposto de território, por ainda não contemplar a amplitude da cosmovisão indígena sobre isso. Assim, constata-se que território é mesmo uma palavra polissêmica, mas, mesmo assim, buscamos outros autores, como é o caso do antropólogo colombiano Arturo Escobar, que estudou o território da diferença, afirmando que:

El territorio es definido como un espacio colectivo compuesto por todo el lugar necesario e indispensable donde hombres y mujeres, jóvenes y adultos, crean y recrean sus vidas. Es un espacio de vida donde se garantiza la supervivencia étnica, histórica y cultural (ESCOBAR, 2015, p. 33).



É interessante observar que o território é um espaço coletivo de uma comunidade e, na definição de *Poké'ixa úti*, que significa nosso território, está explícito que o território é um espaço coletivo ou ainda pode ser *Vémeuxa*, que também significa nosso território, implicando que o território é coletivo, delimitado e demarcado. Sendo espaço coletivo, ele produz outros espaços coletivos compostos de famílias extensas, formando um lugar próprio específico de cada clã, até mesmo na própria aldeia – o que dirá dentro da reserva.

Para os Terena de Taunay/Ipegue, o território significa terra como espaço geográfico, marco, referência do lugar onde os ancestrais viveram e vivem, formação espiritual e cósmica do universo, compreendendo a natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde a água não é simplesmente água, mas inclui todos os seres espirituais e míticos que nela habitam, com importância cosmológica e sagrada.

O território também pode ser entendido como lugar de resistência, manifestações culturais, relações sociais e naturais onde os Terena convivem em coesão com a natureza, com os lagos, com as montanhas, com os pântanos, com os córregos, com as florestas, com os animais, sendo, na maioria das vezes, lugar personificado de acordo com importância e utilidade cultural.

Para outros autores, como é o caso do antropólogo francês Georges Balandier, os lugares personificados também podem ser os topônimos, que:

[...] dão uma identidade aos lugares, mesmo para aqueles que a banalidade quase não diferencia. Os léxicos científicos e técnicos tem um movimento próprio que acompanha, por ajustamento e acumulação dos termos, as mudanças que afetam o território, as terras, os países e as paisagens, as regiões, as cidades e as aglomerações, os domínios públicos e privados (BALANDIER, 1999, p. 63).

Os povos indígenas possuem um vínculo profundo com a terra, que não é entendida apenas como lugar de agricultura de subsistência, mas também no sentido de territorialidade de diversos lugares que são personificados ou identificados de acordo com a oferta natural do território, tornando-se duas vias para o homem e a natureza.

É importante salientar que a territorialidade indígena não tem nada a ver com soberania política, jurídica e militar sobre o espaço territorial, como é o caso do Estado brasileiro com soberania. Os povos indígenas possuem o direito assegurado na Constituição Federal de 1988, no artigo 231, § 2º, que garante que “as terras



tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (BRASIL, 1988).

No entanto, alguns “brancos”, como afirma Davi Kopenawa Yanomami (2015), que desconhecem os fatos do uso da terra e da importância do território, como, por exemplo, para os Terena, emitem ideias equivocadas de que “tem muita terra para pouco índio”, falando do tamanho do território que os índios ocupam.

Essa forma de pensar corresponde a outras práticas do uso da terra na ótica de não indígena, que está equiparada aos modos de viver capitalista. No caso dos “brancos”, para viver, basta ter apenas um lote de terreno com casa ou um apartamento que é suficiente para a sua família na reprodução física e na convivência com filhos, pois são guiados por outras formas de valorizar economicamente a terra.

Assim, a terra indígena não tem valor capital, como é o caso na área urbana, cuja terra é calculada de acordo com a localização na cidade, por isso segue valor venal definido, por exemplo, em lei, pela prefeitura de cada município do estado de Mato Grosso do Sul.

Para os povos indígenas, o território é outro tipo de entendimento, pois são povos coletivos que vivem em comunidades e precisam de espaços suficientes para pescar, desenvolver atividades agrícolas familiares, desenvolver a cultura na transmissão dos conhecimentos tradicionais, lugar de medicamentos naturais - sejam vegetais, sejam animais – lugar de iniciação xamânica e de rituais sagrados que podem ser praticados em ambientes maiores e adequados.

Nesse caso, é preciso buscar outra afirmação da cosmovisão Terena sobre terra e território. Na semana dos povos indígenas do Brasil, é comum os parentes se declararem nas redes sociais: *Undi kopénoti têrenoe*. Em suma, *Úndi* significa “eu”, na língua portuguesa, palavra classificada como primeira pessoa do singular; o prefixo *Ko* tem função de verbalizador do verbo “ter” ligado à palavra *Kopénoti*; *Pêno* significa casa, termo classificado gramaticalmente como raiz, na língua portuguesa; e a palavra *Ti*, que é um sufixo que indica pertencimento e que está ligado à posse de *Poké’e*, ou seja, traduzindo ao pé da letra: “Que tem casa” ou “Alguém que tem casa”.

Isso significa dizer que, na cosmovisão Terena, a palavra *Kopénoti*, para os Terena, pode ser compreendida da seguinte forma: quem tem casa; e, se tem casa, tem



terra; e, se tem terra, tem território. A amplitude e a completude do significado, na língua Terena, é muito mais abrangente, pois é como um todo, não havendo diversos tipos de conceitos ou categorias de análise, como acontece muitas vezes para a Geografia.

Por exemplo, a categoria de espaço e região não tem tradução para a língua Terena e nem existe na língua materna, por não precisar se usarem essas categorias, considerando a necessidade apenas da compreensão em sua totalidade.

No caso da natureza, paisagem e meio ambiente, existe, na língua Terena, um significado comum de *Mêum*, ou seja, tudo que você consegue enxergar à sua frente, no bioma Cerrado ou Pantanal, incluindo os seres vivos e não vivos, naturais, sobrenaturais e espíritos.

Por isso a terra e o território possuem significados bem diferentes para os “brancos”, pois a forma de utilização é voltada somente para o lucro como agronegócio, que se estende à plantação de milhares de hectares de terras cultivados e rotacionados, visando à produtividade, à produção de lucro e às *commodities*.

No entanto, para os Terena, o significado de terra e território também é diferente, porque há uma coalisão entre os *Tênoe* e a natureza, ligação com o chão, enraizamento, territorialização e formação de redes sociais de ligação entre diversas aldeias no território.

Então, podemos afirmar que o território é uma convivialidade e ele também está carregado de afetividade dessa convivialidade do povo Terena. Sobre o vivido territorial, podemos verificar, como afirma o geógrafo francês Joel Bonemaison, que:

A ideia de etnia e de grupo cultural interessa ao geógrafo porque produz a ideia de um “espaço – território”. De fato, a territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território (BONEMAISON, 2002, p. 96-97).

Nesse caso, é impossível pensar em território sem a presença de um grupo étnico, pois é ele que tem a capacidade de produzir territórios, desterritorialização e territorialização pela necessidade de provisão de alimentos para a família e, como consequência, busca isso em outros lugares, guiado pela pedologia do solo.



Na busca do solo fértil, é preciso conciliar e considerar a água – um dos elementos naturais mais importantes na territorialização – como fator principal de sobrevivência a um grupo humano em qualquer território, como é o caso da territorialização das sete aldeias do Território Indígena Taunay/Ipegue.

Além de ser um Território Indígena, os Terena se apropriam dos recursos naturais para garantir a subsistência física e cultural que não se resume somente na construção de casas, na busca de ervas medicinais, sendo, também, um espaço cultural e pelo qual se fortalece e se exprime a manifestação cultural, inclusive os espaços de geossímbolos. Dessa maneira:

Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores (BONEMAISON, 2002, p. 111).

No território Taunay/Ipegue, existem os lugares geossimbólicos que foram territorializados pelos ancestrais e que permanecem, nos dias atuais, em diversos pontos das aldeias que servem de indicativo de cada aldeia indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que a Terra indígena Taunay/Ipegue é reserva indígena que foi destinada para ser modelo de aldeia idealizado pela política integracionista e assimilacionista do Serviço de Proteção aos Índios – SPI.

Contudo, o plano foi frustrado, uma vez que era esperado que os indígenas deixassem as aldeias para morar na cidade; por isso, era preciso qualificar a mão de obra existente na aldeia, tornando-se lugar de mão de obra barata. Mas isso não aconteceu e os indígenas ficaram na reserva e tiveram que se readaptar aos novos *modus vivendi* nos modelos de ocupação socioespacial de moradia determinados pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Nesse novo *modus vivendi* em reserva, foram se territorializando e nomeando, na língua terena, diversos lugares afetivos, históricos, míticos, espirituais e buscando alternância no uso do solo em busca de sobrevivência por meio da pedologia do solo. Nesses lugares que se tornaram roças, o primeiro critério para se efetivar é a presença de



água e, por fim, criam-se lugares de moradia que atualmente conta com sete aldeias e diversas vilas que são potenciais futuras aldeias a serem criadas.

Nesse contexto de território de confinamento que é um lugar de convivialidade social, política e ambiental, ao longo de anos, foram-se nomeando os lugares, no meio ambiente, que são úteis para a manutenção cultural e o modo de ser Terena. Por isso, por exemplo, *Poké'e* – terra é muito mais que simples lugar de moradia, de roça, lugar de territorialização simbólica de nascimento por meio de devolução do *ûro* – umbigo para terra, novamente se remetendo à conexão com a Mãe terra.

Por fim a palavra território na língua terena existe - *Poké'exa*, é derivada da palavra *Poké'e*, terra – bem como *Poké'exa ûti*, nosso território, não sendo possível dissociar esses três conceitos, uma vez que a referência a um desses conceitos indica, implicitamente, sua plenitude e amplitude. Neste caso, o *Poké'e* difere nos valores e nos conceitos de não indígena, principalmente quanto ao uso da terra e ao valor capital da terra, especialmente na questão de produção e na produtividade da terra.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O Dédalo - para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1999.

BALDUS, Herbert. **Revista do Museu Paulista**. Vol. IV. São Paulo. 1950.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A História do Povo Terena**. Brasília: MEC, SEF, USP, 2000.

BONEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. *In*: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro. UERJ, 2002.

BRAND, Antônio. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

CHAMORRO, Graciela. **Terra madura, yvy araguyje**: fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. **Vukápanavo** - o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ, 2019.



ESCOBAR Arturo. **Territorios de diferencia: la ontologia política de los “derechos al território”**. Cadernis de antropologia Social. 2015.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades? FANY, Ricardo. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação**. São Paulo. Instituto Socioambiental. 2004. p. 37-41.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo. Companhia de Letras. 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RAMOS, Alcilda Rita. **Sociedades indígenas**. Editora Ática. São Paulo. SP. 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. RJ. 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Prefácio – o recado da mata. *In*: KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo. Companhia de Letras. 2015, p. 11-42.

Recebido em setembro de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.



A GEOGRAFIA QUE SE ENSINA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: DESAFIOS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

THE GEOGRAPHY THAT IS TAUGHT IN INDIGENOUS SCHOOLS IN MATO GROSSO DO SUL: CHALLENGES AND PRACTICES OF RESISTANCE

LA GEOGRAFÍA QUE SE ENSEÑA EN LAS ESCUELAS INDÍGENAS EN MATO GROSSO DO SUL: DESAFÍOS Y PRÁCTICAS DE RESISTENCIA

Solange Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
solangerodrigues@unifap.br

Flaviana Gasparotti Nunes

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
flaviananunes@ufgd.edu.br

RESUMO

Neste artigo apresentamos algumas práticas dos professores de Geografia atuantes em escolas indígenas dos municípios de Dourados, Amambai e Caarapó no estado de Mato Grosso do Sul, no intuito de apontar possibilidades para efetivação da educação intercultural. A pesquisa da qual derivou este texto realizou-se a partir de contatos, visitas e entrevistas semiestruturadas com professores de Geografia atuantes nas escolas indígenas dos municípios pesquisados, o que nos possibilitou identificarmos como a interculturalidade se faz presente no cotidiano destas escolas. Guardadas suas particularidades, as práticas dos entrevistados demonstram aberturas e rasuras no ensino de Geografia instituído nos currículos das escolas indígenas. Tais práticas contribuem para a construção da interculturalidade, permitindo diálogos e trocas entre os conhecimentos geográficos institucionalizados e os saberes espaciais próprios dos povos indígenas.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Interculturalidade. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

In this paper is present some practices of Geography teachers working in indigenous schools in the municipalities of Dourados, Amambai and Caarapó in the state of Mato Grosso do Sul, aiming to point out possibilities for the implementation of intercultural education. The research from which this text was derived was based on contacts, visits and semi-structured interviews with Geography teachers working in the indigenous schools of the municipalities researched, which allowed us to identify how interculturality is present in the daily life of these schools. Given their particularities, the practices of the interviewees demonstrate openings and erasures in the Geography teaching established in the curricula of the indigenous schools. Such practices contribute to the construction of interculturality, allowing dialogues and exchanges between institutionalized geographic knowledge and the indigenous peoples' own spatial knowledge.

Keywords: Indigenous school education. Interculturality. Geography teaching.

RESUMEN

En este artículo presentamos algunas prácticas de profesores de Geografía que actúan en escuelas indígenas de los municipios de Dourados, Amambai y Caarapó en el estado de Mato Grosso do Sul, con la intención de apuntar posibilidades para la realización de la educación intercultural. La investigación de la que derivó este texto se realizó a partir de contactos, visitas y entrevistas semiestructuradas con profesores de Geografía que actúan en las escuelas indígenas de los municipios investigados, lo que nos permitió identificar como la interculturalidad se hace presente en el día a día de estas escuelas. Guardadas sus particularidades, las prácticas de los entrevistados demuestran aperturas y tachaduras en la enseñanza de Geografía instituida en los currículos de las escuelas indígenas. Dichas prácticas contribuyen para la construcción de la interculturalidad, lo que permite diálogos e intercambios entre los conocimientos geográficos institucionalizados y los saberes espaciales propios de los pueblos indígenas.

Palabras-clave: Educación escolar indígena. Interculturalidad. Enseñanza de Geografía.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas sofreram influências das práticas coloniais instauradas desde a chegada dos colonizadores, as quais persistem e estão enraizadas em nossa sociedade, inclusive nos contextos educacionais das comunidades indígenas, alicerçadas na desqualificação de saberes outros. O pensamento colonial presente no dia a dia das escolas indígenas acarreta uma série de tensões e conflitos entre os conhecimentos tradicionais e a educação escolar indígena.

Considerando essa problemática, no presente artigo, derivado de uma pesquisa maior¹, apresentamos algumas práticas de professores de Geografia atuantes nas escolas indígenas dos municípios de Dourados, Amambai e Caarapó no estado de Mato Grosso do Sul no intuito de apontar possibilidades para efetivação da educação intercultural.

A referida pesquisa realizou-se a partir de contatos, visitas e entrevistas semiestructuradas com professores de Geografia atuantes nas escolas indígenas em cada

¹ Trata-se da tese de doutorado da primeira autora intitulada “Ensino de Geografia e educação escolar indígena: da interculturalidade a outras imaginações espaciais” defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em 2018. O trabalho teve financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), por meio de bolsa de doutorado e do Edital FUNDECT/CAPES Nº 11/2015 – EDUCA-MS - Ciência e Educação Básica, com o projeto de pesquisa Limites e possibilidades da Geografia na educação escolar indígena: uma análise com base em escolas do município de Dourados (MS) coordenado pela segunda autora deste texto.

município pesquisado, o que nos possibilitou identificarmos como a interculturalidade se faz presente no cotidiano dessas escolas.

O texto organiza-se em dois momentos. Inicialmente, apresentaremos uma breve caracterização das escolas indígenas pesquisadas procurando destacar a luta pela construção de uma educação intercultural, bem como os desafios presentes nesse processo.

Em seguida, destacamos e problematizamos algumas falas dos professores entrevistados sobre as contribuições da Geografia para a educação intercultural. Apesar de limites constatados nessas falas, sobretudo relacionados à uma concepção que se aproxima da interculturalidade funcional/neoliberal, notou-se a presença de elementos que nos remetem à educação intercultural na perspectiva crítica. Neste sentido, buscamos demonstrar tais elementos a partir de práticas desenvolvidas por esses professores.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Mato Grosso do Sul se destaca no cenário nacional por possuir a segunda maior população indígena do país. Nas 77 aldeias existentes no estado vivem aproximadamente 73.295 indígenas das etnias Atikum, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Guató, Kadiwéu, Kiquinai, Ofaié e Terena² e, por conseguinte, existem várias escolas indígenas.

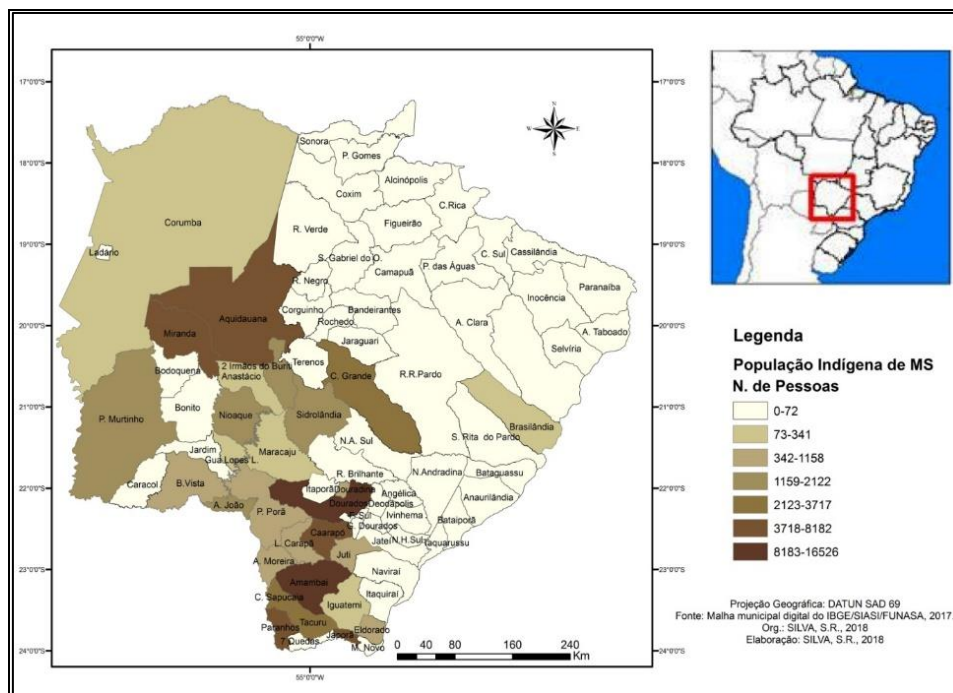
Devido à complexidade desta realidade, principalmente no que se refere ao número de etnias existentes nas 77 aldeias com suas características e especificidades, delimitamos como recorte de estudo as escolas indígenas dos municípios de Dourados, Caarapó e Amambai. A definição desse recorte se deu pela significativa presença de indígenas (Figura 1) e de escolas indígenas para atender essas populações.

O município de Dourados, localizado na porção Sul do estado de Mato Grosso do Sul possui em seus limites duas áreas indígenas: Terra Indígena Panambizinho e Terra Indígena Francisco Horta Barbosa, mais conhecida como Reserva Indígena de Dourados (RID). Criada no ano de 1917 por meio do Decreto n° 401 de 03/09/1917, a RID recebeu o título definitivo somente no ano de 1965. Atualmente possui uma área de 3.539 hectares e está localizada a Norte da cidade de Dourados, tendo seus limites territoriais junto ao

² Disponível em: <http://dw.saude.gov.br/> Acesso em: 30/05/2015.

perímetro urbano deste município e, ao Sul da cidade de Itaporã, a uma distância de 15 km desta localidade.

Figura 1 - Distribuição da população indígena por município em Mato Grosso do Sul



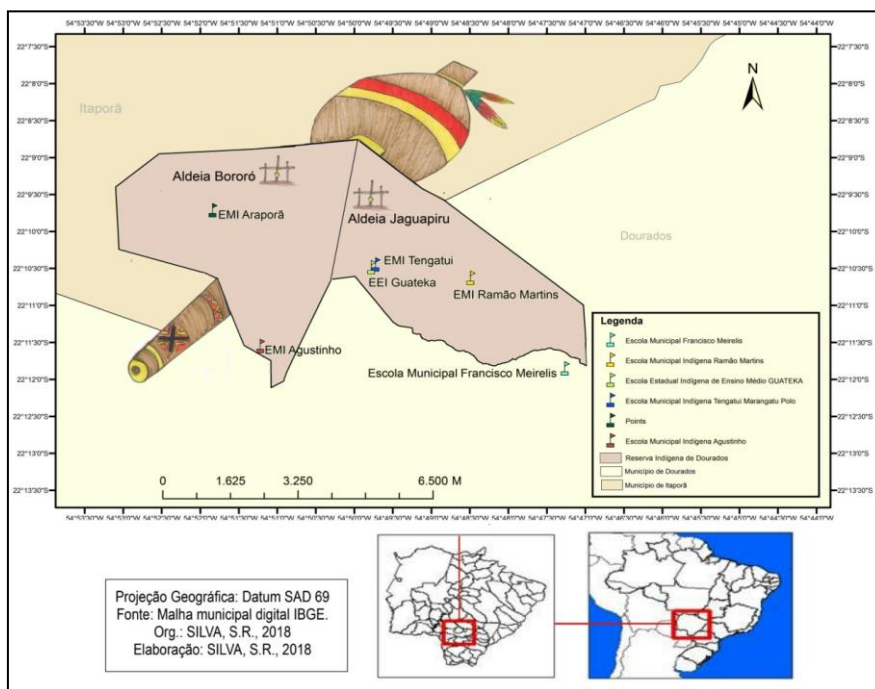
Fonte: SILVA (2018, p. 2)

A Reserva é composta pelas aldeias Bororó e Jaguapiru (Figura 2), nas quais habitam aproximadamente 12.880 indígenas³ de três etnias: Guarani Nandeva, Guarani Kaiowá e Terena, além dos não indígenas que ali são integrados, principalmente pela união conjugal com os indígenas, configurando como proposto por Pereira (2004), um “sistema multiétnico” de relações.

Na RID existem seis Escolas Municipais Indígenas (E.M.I) para a Educação Básica, sendo que destas, três estão localizadas na Aldeia Bororó: E.M.I Agostinho, E.M.I Araporã, E.M.I Roque Isnard; três localizadas na aldeia Jaguapiru: E.M.I Ramão Martins, E.M.I Tengatuí Marangatu Polo; além da escola Francisco Meireles, que, apesar de não ser escola indígena, atende um número expressivo de alunos indígenas. Para atender os alunos do Ensino Médio, o município conta com a escola estadual de ensino médio intercultural GUAATEKA também localizada na aldeia Jaguapiru (Figura 2).

³ Disponível em: <http://dw.saude.gov.br/> Acesso em: 14/01/2017

Figura 2 - Mapa de localização das escolas da Reserva indígena de Dourados-MS



Fonte: SILVA (2018, p. 126)

De acordo com dados obtidos junto à Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas (CEAID), no ano de 2015 estavam regularmente matriculados nas escolas do município 4.133 alunos das etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena. Delimitamos como recorte de pesquisa apenas as Escolas Municipais Indígena Araporã, Tengatui Marangatu Polo Agostinho, Ramão Martins e Escola Estadual Guateka, localizadas na RID, que possuem professores de Geografia em seu quadro de profissionais.⁴

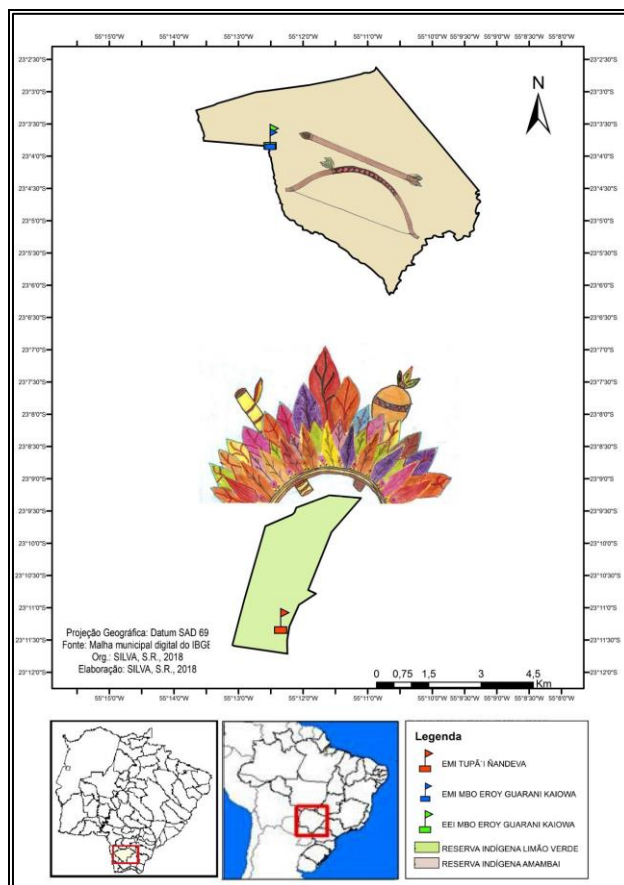
O município de Amambai localiza-se na porção meridional do estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1) e possui em seus limites duas reservas indígenas⁵: Reserva Indígena Amambai, situada na Rodovia MS 156 - Amambai/Ponta Porã a 6 quilômetros da cidade; a Reserva Indígena Limão Verde - situada na Rodovia MS 156 - Amambai/Tacuru, a 6 quilômetros da cidade.

⁴ A escola Roque Isnard por atender somente os anos iniciais do Ensino Fundamental não possui em seu quadro de funcionários professores de Geografia. Apesar de atender um número expressivo de alunos indígenas, a escola Francisco Meireles não possui tipologia de escola indígena e está localizada fora da área da Reserva.

⁵ O município de Amambai possui ainda em seus limites a Terra Indígena Jaguari, que por não possuir professor de Geografia atuante em sua escola optamos por não contemplar nessa pesquisa.

O município possui duas escolas indígenas municipais: Escola Municipal Mbo'eroiy Guarani Kaiowá e Escola Municipal Polo Indígena Tupã I'Ñandéva e uma escola indígena estadual para atender ao Ensino Médio, a E.E. Mbo`eroiy Guarani Kaiowá (Figura 3).

Figura 3 - Mapa de localização das escolas das Reservas indígena de Amambai-MS



Fonte: SILVA (2018, p. 144)

A Escola Municipal Pólo Indígena Mbo'eroiy Guarani Kaiowá, situada na Aldeia Amambai, foi criada pela Lei Municipal nº 1.293, de 14 de novembro de 1990, atendendo a reivindicação da comunidade local.

A escola atende desde a Educação Infantil (Pré II) até as séries finais do Ensino Fundamental e também a Educação de Jovens e Adultos (EJA): anos iniciais e finais. Segundo dados extraídos do censo escolar/2015 (MATO GROSSO DO SUL, 2015b), a escola tinha regularmente matriculados 1.389 alunos das etnias Guarani Kaiowá. No ano de 2015, a escola contava com 62 professores em seu quadro docente,



sendo que destes, um professor de Geografia concursado no município e cedido para atuar na escola indígena.

A Escola Municipal Indígena Pólo Mbo Erenda Tupã I Ñandeva (Pequeno Deus), situa-se na Aldeia Limão Verde; funciona desde o ano de 1990 como extensão da escola da aldeia Amambai e como unidade escolar desde 2002. No ano de 2015 a escola possuía regularmente matriculados 419 alunos das etnias Guarani Kaiowá (MATO GROSSO DO SUL, 2015b).

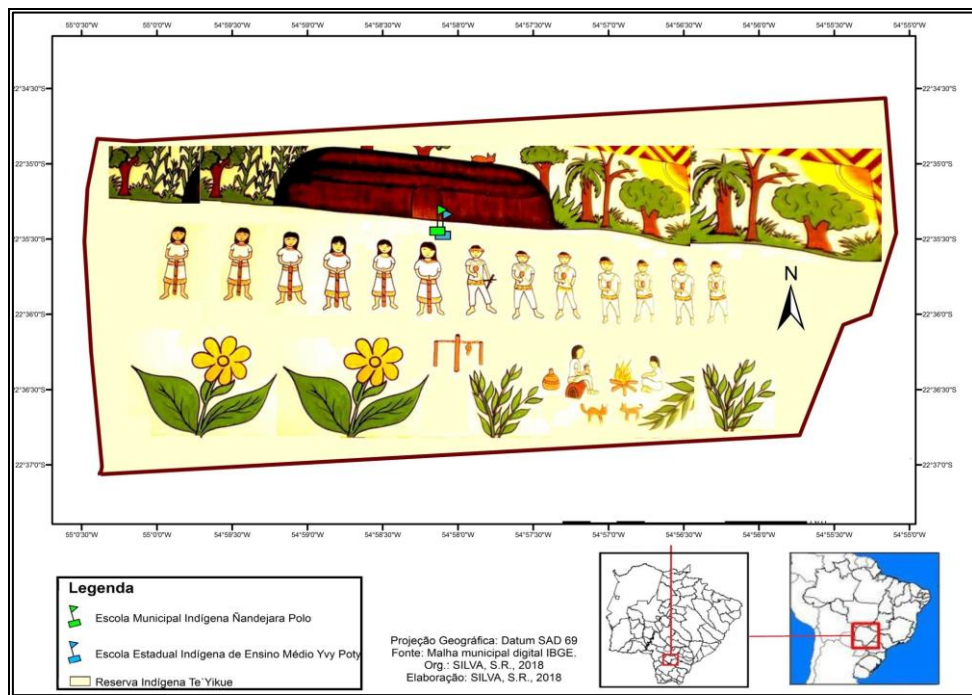
Para atender os alunos do Ensino Médio o município conta, ainda, com a Escola Estadual Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá, criada em 24/05/2005 pelo decreto nº. 11.80. Esta escola está localizada na Aldeia Amambai, Rodovia Amambai/Ponta Porã – km 05. A escola oferece Ensino Médio na modalidade regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos), perfazendo no ano de 2015 um total de 313 alunos, com 17 professores, sendo destes 1 professor de Geografia.

O município de Caarapó faz divisa ao Norte com o município de Dourados, ao Sul com Juti e Amambai, ao Leste com Fátima do Sul, Jatei e Vicentina e a Oeste com Laguna Carapã (Figura 1). O município possui em seus limites a Reserva Indígena José Bonifácio, criada por meio Decreto Estadual nº. 684, de 20 de novembro de 1924, com uma área de 3.600 há, sendo a terceira reserva Indígena demarcada no então estado de Mato Grosso.

A Reserva que também é conhecida como Reserva Indígena Te'yikue, e/ou Reserva indígena de Caarapó, está localizada a 19 quilômetros do perímetro urbano do município de Caarapó). Devido a pressões e invasões do entorno, a Reserva teve seu espaço territorial reduzido (BRAND, 1997), contando atualmente com 3.594 hectares, onde residem 4.661 indígenas das etnias Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá, oriundas de um extenso território que ultrapassa os limites do Brasil.



Figura 4 - Mapa de localização das escolas da Aldeia indígena Te'yikue, Caarapó-MS



Fonte: SILVA (2018, p. 150)

Existem no município de Caarapó duas escolas indígenas, ambas localizadas na Reserva Indígena Te'yikue. A escola municipal – a Nãdejara-pólo, criada e sancionada através da Lei Municipal nº 666 de 10 de novembro de 2000 que possui três extensões: Escola Loide Bonfim Andrade, Escola Mbokaja e Escola Saverá; todas localizadas na aldeia Te'yikue. De acordo com dados fornecidos pela professora Anari Felipe Nantes, no ano de 2015 estavam regularmente matriculados 1.544 alunos das etnias Guarani Kaiowá e Guarani Nãdeva. A escola possui em seu quadro de docentes dois professores de Geografia, ambos não indígenas.

A Escola e suas Extensões atendem desde a Educação Infantil (pré-escola), anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). A metodologia trabalhada na escola é subsidiada a partir de temas geradores, fundamentados pela perspectiva pedagógica de Paulo Freire, que para D'Angelis (2012, p. 79), parece ser a mais adequada à construção de uma escola indígena. “Essa perspectiva aponta, necessariamente, para a construção da autonomia, como decorrência de um princípio político-pedagógico da proposta: educar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua construção”.

Os temas geradores trabalhados na escola são definidos de acordo com a realidade e/ou necessidade da comunidade, escolhidos por um grupo formado pela



Coordenação Pedagógica, professores e direção. No ano de 2015 a escola tinha regularmente matriculados 232 alunos das etnias Guarani Kaiowá, sendo que destes, 102 eram alunos do Ensino Médio regular e 130 eram alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁶. Para atender os alunos de Ensino Médio o município possui a escola estadual indígena Yvy Poty, que iniciou as atividades no ano de 2006, por meio do Decreto nº 12035 de 02 de fevereiro.

Esta escola foi criada por reivindicação da comunidade tendo em vista que os alunos que concluíam o ensino fundamental na Escola Municipal necessitavam se deslocar até a sede do município de Caarapó para dar continuidade a seus estudos, “mas acabavam desistindo por não se adaptarem ao sistema regular de ensino, ao preconceito, à discriminação e a um currículo escolar alheio ao seu contexto cultural e histórico” (Yvy Poty, PPP, 2015, p. 2).

Consideradas as particularidades de cada realidade pesquisada, as conquistas e a luta pela construção de uma educação intercultural/descolonial estão envoltas nas dubiedades que permeiam esse processo, uma vez que a luta entre o fazer diferente se choca cotidianamente com a colonialidade que persiste. A dubiedade existente entre a busca de como fazer diferente e o pensar ocidental que permanece em nosso país desde a chegada dos colonizadores, e que vai subsidiar o modelo hegemônico de educação imposto pelo Estado brasileiro acaba por se refletir diretamente nas práticas dos professores em sala de aula.

Estas questões perpassam, principalmente, pela necessidade de desconstrução do modelo de escola, fundamentada desde a sua criação por uma mentalidade colonialista e que está enraizada nos pensamentos dos professores não indígenas, mas também dos professores indígenas, que, em grande parte, foram formados por este modelo de escola.

No caso específico da disciplina de Geografia, acrescenta-se o fato de que a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, os professores que atuam nas escolas não são indígenas e não falantes da língua guarani, o que acaba evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem o diálogo entre os conhecimentos geográficos e os elementos da vivência e da realidade dos alunos indígenas.

⁶ Disponível em: www.sed.ms.gov.br/ Acesso em: 10/12/2016

Tendo como referência entrevistas realizadas com professores de Geografia atuantes nas escolas indígenas dos municípios abrangidos nessa pesquisa, a seguir, apresentamos elementos que nos permitam identificar as características da Geografia trabalhada nessas escolas indígenas, bem como os desafios postos à construção da educação específica, diferenciada e intercultural.

DIÁLOGOS ENTRE OS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS INSTITUÍDOS E GEOGRAFIAS OUTRAS: CAMINHOS PARA A INTERCULTURALIDADE

Partimos da premissa de que a finalidade da Geografia é trabalhar as práticas sociais cotidianas entendidas como práticas espaciais num movimento dialético entre as pessoas em geral e entre elas e os espaços.

De acordo com Cavalcanti (2012 p.45-46):

A prática cotidiana dos alunos é desse modo, plena de espacialidade e de conhecimento dessa espacialidade. Cabe à escola trabalhar com esse conhecimento, discutindo, ampliando e alterando a qualidade das práticas dos alunos, no sentido de uma prática reflexiva e crítica, necessária ao exercício conquistado de cidadania.

Professores e alunos, ao circularem, brincarem, trabalharem pelas reservas indígenas, ou em seu entorno, constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios. Assim, constroem geografias, conhecimentos sobre o que produzem e esses conhecimentos são geográficos (CAVALCANTI, 2012).

Para Santos (2007), assim como os demais componentes curriculares, o ensino de Geografia possui códigos e linguagem próprios e, portanto, se realiza enquanto um processo alfabetizador:

Observar paisagens ordená-las de forma a se tornarem territórios e vivenciá-las de maneira a regionalizá-las, são operações que desenvolvemos desde a infância. Na escola aprenderemos como transformar todas essas experiências em mensagens faladas e escritas – além de dominarmos a habilidade de reconhecer as mensagens faladas e escritas por outros (SANTOS, 2007, p. 17).

No que se refere especificamente à Geografia trabalhada nas escolas indígenas, esse exercício não se dá apenas em auxiliar os alunos na leitura de suas paisagens, territórios, regiões, lugares, espaços, mas também na leitura das paisagens, territórios regiões, espaços “outros”, identificando como isso interfere na forma como as



organizações sociais acontecem, bem como as implicações dessas organizações nas suas paisagens, territórios, regiões, lugares, espaços.

Cavalcanti (2012) destaca que os estudos recentes têm apontado para a necessidade dessa disciplina considerar os conhecimentos prévios dos alunos, suas representações sobre os diferentes lugares existentes, e que saberes científicos possam interagir e confrontar com outros saberes.

Para a Geografia, alerta-se para a relevância dos conhecimentos cotidianos dos alunos, especialmente a respeito do lugar onde vivem e suas representações sobre os diferentes lugares do globo. O professor deve captar os significados que os alunos dão aos conceitos científicos que são trabalhados no ensino. Para formar um pensamento espacial, é necessário que eles formem conceitos geográficos abrangentes, que são ferramentas fundamentais para compreender os diversos espaços, para localizar e analisar os significados dos lugares e sua relação com a vida cotidiana. (CAVALCANTI, 2010, p.7) (grifos nossos)

Quando questionados sobre a contribuição da Geografia para a educação intercultural, os professores entrevistados sinalizam para necessidade desta disciplina considerar e/ou partir da realidade vivenciada pelos alunos e suas representações sobre diferentes lugares do globo.

Porém, identificamos em parte das falas desses professores a herança de uma abordagem praticada tradicionalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental que desconsidera a produção dos espaços de vivência dos alunos. Esta “abordagem é conhecida como círculos concêntricos, que vai do local ao global, do mais imediato do aluno ao mais distante” (CAVALCANTI, 2012, p.167)

A Geografia contribui sim. A interculturalidade do aluno. Porque através da Geografia, conhecendo o local, lugar, Estado, País. A realidade e a diferença cultural que existem no mundo. (Professor de Geografia da E.M.I Tupã'Ī Nandeva. Em entrevista pessoal, no ano de 2015)

Em partes contribui sim, mas poderia ter mais políticas voltadas para esta questão intercultural. (Professor de Geografia da E.M.I Mbo´Eroy Guarani Kaiowá. Em entrevista pessoal, no ano de 2015)

A partir do momento em que é lançado um desafio ao aluno em descobrir o que está sua volta, a Geografia contribui com a educação intercultural, pois o aluno trabalha com as transformações do espaço, levando a criticidade, pesquisando, observando o espaço. (Professor de Geografia das E.M.I Mbo´Eroy Guarani Kaiowá e Escola Estadual



Indígena Mbo´ Eroy Guarani Kaiowá. Em entrevista pessoal, no ano de 2015)

Para não cair no risco de análises simplistas e reducionistas que acabam por justificar e/ou naturalizar problemas de ordem essencialmente social e/ou decorrentes de situações sociais, é necessário transitar nos vários níveis de escalas de análise (CALLAI, 2014). Esta não é uma tarefa fácil de efetivar, uma vez que, a disciplina de Geografia, assim como as demais disciplinas que compõem o currículo escolar se insere numa racionalidade científico/formal que visa estabelecer uma “ordem”, disciplinando e/ou controlando os diversos saberes existentes.

Mas, é necessário considerar as ambiguidades presentes no contexto escolar que envolvem, sobretudo, as práticas pedagógicas trabalhadas em sala de aula e, a necessidade de descolonização do saber que permanece arraigada em grande parte da nossa sociedade e se reflete nas práticas de parte dos professores em sala de aula, inclusive dos educadores (indígenas e não indígenas) atuantes nas escolas pesquisadas.

Esta questão está evidenciada em parte das falas dos professores entrevistados quando questionados sobre seu entendimento acerca da educação intercultural.

Educação intercultural é aquela que a escola reconhece e mantém a diversidade cultural e linguística. A escola trabalha a perspectiva intercultural, pois ensina o português, o guarani e terena. (Professor de Geografia da E. M. I. Tengatuí e Estadual Indígena Guateka. Em entrevista pessoal no ano de 2015.)

Acredito que sejam as práticas educacionais que abranjam seus conhecimentos e tradições, sua cultura e seu saber, na qual desenvolva atividades voltadas a proporcionar o resgate da tradição dos povos Guarani Kaiowá. Dentro dessa perspectiva a nossa escola é bem dinâmica. As práticas interculturais ocorrem frequentemente com atividades desenvolvidas em projetos. (Professor de Geografia da Escola Estadual Indígena Yvy Poty. Em entrevista pessoal no dia 06/10/2015)

Intercultural é a escola trabalhar as duas realidades, tanto português, e ao mesmo tempo Guarani. Isso eu entendi que é intercultural. A Geografia contribui sim para trabalhar a interculturalidade dos alunos, porque através da Geografia ele conhece o local, lugar, país, estado, a realidade e as diferenças culturais que existem no mundo. (Professor de Geografia da E.M.I Mbo`Eroy Tupã ´I Nandeva. Em entrevista pessoal no ano de 2015.)

As falas destacadas demonstram que há consenso quanto ao reconhecimento e respeito à diversidade linguística e cultural de cada comunidade. Comparece nas falas



dos professores das escolas dos três municípios pesquisados a necessidade de diálogo entre os saberes. Entendemos que a ênfase conferida à afirmação da identidade, assim como a importância atribuída aos diálogos entre os diferentes saberes, são elementos indispensáveis para a construção de uma educação intercultural.

No entanto, a fala dos professores não aponta para um questionamento acerca das relações assimétricas existentes entre os (des)encontros entre os Guarani Kaiowá e a “chamada” sociedade nacional. Em sua maioria, os professores entrevistados, não evidenciam as relações de poder existentes entre os contatos culturais, demonstrando a tensão constante entre o fazer diferente e a herança colonial ainda presente nos contextos das escolas indígenas. Assim, apesar de propor o diálogo entre os saberes indígenas e os conhecimentos não indígenas, a concepção de grande parte dos professores se aproxima da interculturalidade funcional/neoliberal, que “busca promover *el diálogo sin tocar las causas de la asimetría cultural*” (TUBINO, 2004, p. 6).

Apesar de todos os limites e desafios constatados, identificamos na fala de parte dos professores entrevistados, elementos que nos remetem a educação intercultural crítica proposta por Fidel Tubino, em que a análise sobre os encontros e (des) encontros entre os diferentes saberes e práticas, considere as relações de poder existentes entre as três etnias, assim como sua relação com os não índios (*karai*) que vivem no entorno ou até mesmo dentro da Reserva. É o caso da professora Alice Rosane Benites atuante na Escola Municipal Indígena Araporã localizada na Reserva Indígena de Dourados, como podemos verificar a seguir:

Intercultural é quando você aborda assuntos, da sociedade não indígena, relacionando com os assuntos próprios da cultura indígena. Quando você possibilita ao aluno a afirmação dos conhecimentos indígenas, mas também possibilite o acesso a outros saberes. Aqui na Reserva mesmo nós temos três etnias, então, tem que considerar as três etnias. E não podemos esquecer que os indígenas principalmente aqui de Dourados, não vivem isolados, eles estão convivendo a todo o momento, com não indígenas, inclusive aqui na escola. Então esses alunos têm o direito de ter acesso a esse conhecimento não indígena. Agora a maneira como você vai fazer isso é que é importante. Por exemplo, quando eu trabalho a questão da criação da Reserva, porque antes o índio era livre não existiam fronteiras, ele não tinha limites, podia andar por onde queria, ele não precisava do outro para sobreviver. E a partir da chegada do não índio eles perderam parte de suas terras, e essa barreira foi criada, e, esse limite foi imposto. (Professora de Geografia da E. M. I. Araporã. Em entrevista pessoal no ano de 2015.)

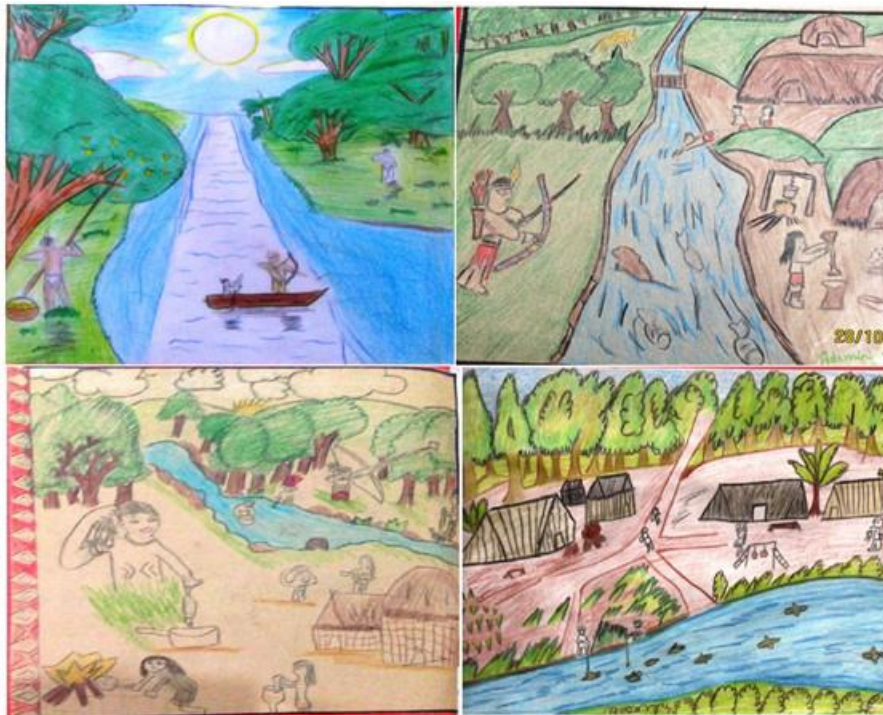


Constatamos na fala da professora Alice uma ênfase atribuída a afirmação da identidade Guarani Kaiowá e Terena, reconhecimento da valorização aos saberes e conhecimentos indígenas. O direito dos alunos ao acesso aos conhecimentos “outros”, inclusive dos não índios, devido ao contato constante com os *karai*, também está presente em sua reflexão. Porém, a professora avança principalmente quando chama atenção para a forma como a qual o professor vai intermediar o diálogo entre os diferentes saberes, uma vez que essa não foi e não é uma relação de troca recíproca.

Esta concepção pode ser observada em diversas atividades desenvolvidas sob orientação da professora em questão, a exemplo da Figura 5, em que os alunos demonstram a rotina do modo de vida Guarani Kaiowá antes da chegada dos colonizadores/invasores. Por meio do padrão de organização tradicional, com moradias próximas aos recursos naturais necessários para sua sobrevivência (a caça, a pesca, as matas, rios), a vida comunitária é evidenciada com a disposição das residências e/ou do pertencimento ao fogo doméstico⁷, “pré-condição para a existência humana na sociedade kaiowá” (PEREIRA, 2002, p. 14).

⁷ O fogo constitui a unidade sociológica mínima no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política (PEREIRA, 2004, p. 7).

Figura 5 - Modo de vida tradicional Guarani Kaiowá



Elaboração: alunos da Escola Araporã, sob orientação da professora Alice
Fonte: SILVA (2018, p. 264)

Chama-nos atenção nos desenhos, a ausência de limites territoriais evidenciados pela ideia de liberdade contidas no horizonte das imagens 1 e 2 da Figura 5, ou nos caminhos existentes no interior da imagem 4, da mesma figura, que conduzem a lugares primordiais para o modo de ser e viver Guarani Kaiowá: caminho⁸ da mata, caminhos do rio, caminho para casa de reza, etc. Ao analisar a importância dos caminhos (*trieiros* ou *tape po'i*), Pereira (2016), identificou a grande importância que possuem na vida social dos Kaiowá.

Esses caminhos funcionam como suporte para uma rede de relações sociais: parentes e amigos se visitam, circulam notícias, fofocas e presentes, estabelecem acordos matrimoniais, alianças políticas, e combinam a realização de festas de caráter lúdico ou religioso. A quantidade e o estado de conservação dos caminhos que dão acesso a uma residência é — até hoje, em qualquer terra ocupada pelos Kaiowá — um bom indicador do status social da família e do seu grau de interação social.

⁸ Mesmo nos locais de onde foram expulsos, os Kaiowá mantêm a memória da malha de caminhos ligando as antigas residências das diversas famílias que ali viviam no passado (PEREIRA, 2016, p.109).



No interior das Reservas Indígenas, a construção das estradas vicinais e dos novos espaços públicos de sociabilidade não leva em consideração a configuração política das diversas parentelas que lá habitam. Mas a presença dos caminhos, identificados em grande parte dos desenhos elaborados pelos alunos, indica que as novas relações impostas pela perda de seus territórios coexistem com as distintas trajetórias, nós e pelos caminhos do tempo em que ainda tinham liberdade de ocupar a quase totalidade da extensão de seu território (PEREIRA, 2016).

Mas a liberdade até aquele momento vivenciada, foi interrompida pela chegada inesperada do “outro”, presente na imagem da Figura 6, em que os alunos ilustraram os primeiros contatos entre os povos indígenas e os colonizadores, marcados pelo desencontro de temporalidades históricas.

Figura 6 - Primeiros contatos dos Kaiowá com os Karáí



Elaboração: alunos da Escola Araporã, sob orientação da professora Alice.
Fonte: SILVA (2018, p. 266)



No canto inferior do desenho 1 da Figura 6, o colonizador/invasor estica o braço em um movimento que, no primeiro olhar, nos remete a imagem do líder no ato de ordem à invasão e dominação do território. Na parte superior do mesmo desenho, os indígenas, com um gesto de sociabilidade, ao estenderem a mão, confundem-se com as árvores, demonstrando pertencimento ao território e, conseqüentemente, às diferentes lógicas e visões de mundo. O encontro de duas espacialidades irreconhecíveis, irreconciliáveis, radicalmente outras, outros espaços, outros sujeitos (SKLIAR, 2003).

Todavia, no desenho 2, da Figura 6, os alunos ilustram a tentativa de diálogo, de troca entre esses diferentes saberes e lógicas. As ilustrações dos alunos corroboram com a análise proposta Freire (2009, p. 13), para o qual a interculturalidade é “resultado da relação entre culturas, da troca que se dá entre elas”. Mas no caso de algumas comunidades, principalmente dos povos indígenas, o problema é que essa troca, em grande parte, fora imposta a “ferro e a fogo” (ver Figura 7).

Figura 7 - Tensão existente nos primeiros contatos dos Kaiowá com os *Karai*



Elaboração: alunos da Escola Araporã, sob orientação da professora Alice

Fonte: SILVA (2018, p. 267)

Nos desenhos da Figura 7 identificamos a percepção dos alunos quanto às relações conflituosas que permearam os contatos entre os indígenas e os *Karai*. Destaca-se, nas ilustrações, o sentido paradoxal atribuído ao fogo, utilizado pelos não indígenas como arma de domínio. Já para os indígenas, o fogo comparece como elemento simbólico de proteção, uma vez que a imagem apresenta uma distorção, possivelmente causada por



uma proteção espiritual resultante do efeito da fumaça advinda do fogo doméstico, presente na imagem 2 da Figura 7.

Esta situação demonstra que a nova organização colonial/territorial do mundo, assim como a imposição de um único saber em detrimento de uma diversidade de saberes existentes, não aconteceu sem resistência dos povos indígenas. Essas relações tiveram início com a chegada dos europeus, mas permanecem até os dias atuais e são percebidas quando os alunos representam a figura do colonizador nos primeiros contatos, ressignificada através da imagem do proprietário de terras (presente no canto inferior da imagem 2, da Figura 7) ilustrado por meio do chapéu e da camisa xadrez.

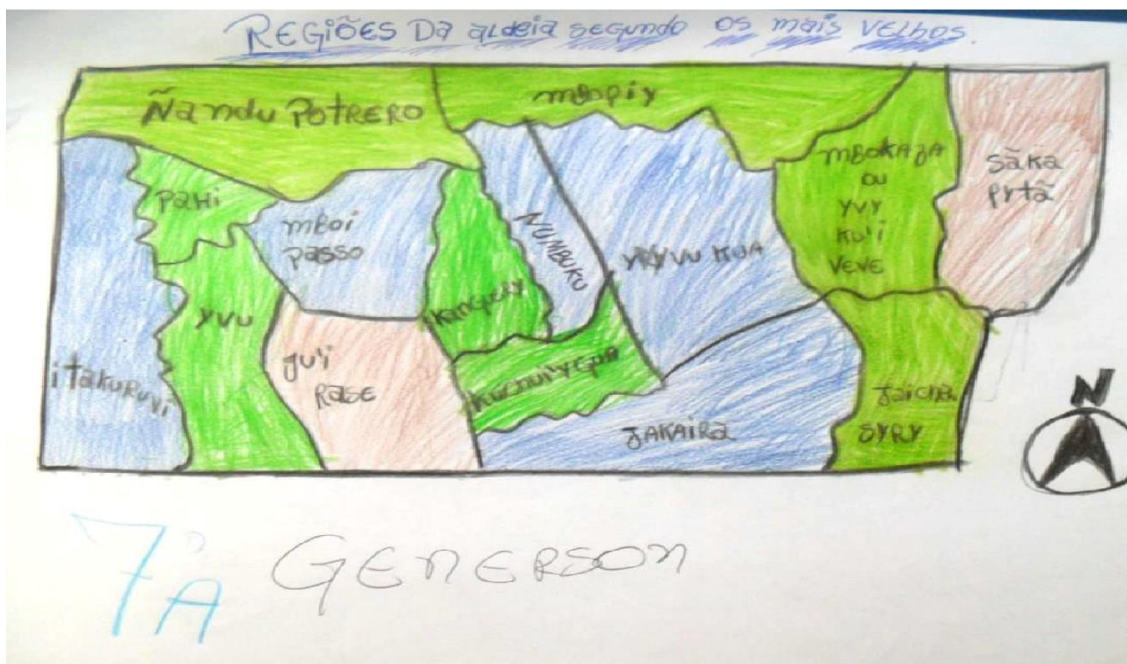
Essa realidade também se faz presente nas práticas desenvolvidas pelos professores de Geografia atuantes na escola Ñandejara Polo, localizada na Reserva Indígena Te'yikuê no município de Caarapó - MS. Apesar do planejamento elaborado pelos professores apresentar maior ênfase nos conteúdos considerados “universais”, a partir dos temas geradores, busca-se ressignificar os conteúdos propondo o diálogo entre a Geografia institucionalizada com as várias geografias existentes no espaço reserva.

O próprio significado do nome Te'yikuê demonstra as diferentes geografias existentes nesse espaço. Como relata Benites (2014, p.42):

Segundo o que os mais velhos contam, no início, este lugar sempre foi *Tekoha* ou aldeia, onde existia uma *óga pysy* ou *ogajekutu* - como é nomeada a grande casa comunal que, hoje, tem uma função política e religiosa - onde o rezador morava e sempre rezava, entoando o *porahéi* (canto tradicional). Em certo momento veio uma epidemia que dizimou todos os moradores desta aldeia. Outra versão afirma que um *Ñanderu* (“nosso pai”, cacique ou rezador) rival mandou um feitiço do mal para aquele cacique, como forma de teste, porque havia disputa entre os dois. Em tal circunstância, um dos caciques não era muito preparado e deixou escapar o feitiço do controle, espalhando doença em toda aldeia por muito tempo e, conseqüentemente, dizimando a população. Muito tempo se passou e ninguém se atrevia a entrar nessa aldeia com medo da doença e, por isto, o lugar foi chamado de “lugar onde o *Te'yi* morou”. Passaram-se vários anos para retornar outros moradores e repovoar o lugar.

A possibilidade de leitura das diferentes geografias existentes na Reserva comparece na prática desenvolvida por outra professora de Geografia atuante na mesma escola indígena. Ao trabalhar o conteúdo regionalização do espaço brasileiro no 7º ano, optou, inicialmente, por abordar a formação do espaço territorial da aldeia segundo a visão dos mais velhos (Figura 8).

Figura 8 - Regiões da Terra Indígena Te'yikuê segundo os mais velhos



Fonte: SILVA (2016, p. 84).

De maneira geral, apesar da complexidade que envolve o processo de desconstrução da escola colonial, identificamos nessas, entre outras práticas desenvolvidas pelos professores de Geografia atuantes nas escolas indígenas dos municípios de Amambai, Caarapó e Dourados, elementos que rasuram o currículo institucional formal, criando possibilidades de (re) existência ao modelo educacional colonial existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando as especificidades contextuais das escolas pesquisadas, constatamos que as concepções de interculturalidade presentes no cotidiano dessas escolas evidenciam as dubiedades que permeiam a luta pela construção de uma educação intercultural/descolonial.

As falas dos professores de Geografia entrevistados demonstram as conquistas - em especial a partir da reafirmação e fortalecimento da identidade, sobretudo com a valorização dos conhecimentos tradicionais - mas também os limites que esta disciplina vem enfrentando, em especial no que se refere à efetiva compreensão do que seria a educação intercultural.



Esta situação/condição resulta do fato de que apesar da inserção dos conhecimentos indígenas no currículo escolar, esses conhecimentos foram transformados em disciplinas, organizados na mesma lógica fragmentada que estrutura os conhecimentos não indígenas. Com base na análise de Walsh (2009), compreendemos que é necessário ultrapassar os debates enraizados no diálogo em torno da diversidade-eticocultural e focalizar o problema na “ciência” em si, construída com base em um pensamento e conhecimento totalitário, únicos e universais.

A reflexão realizada acerca da concepção de educação intercultural dos professores de Geografia entrevistados reafirma a complexidade nos contextos das escolas das reservas indígenas, marcadas pela tensão entre o fazer diferente e a colonialidade ainda presente em todas as esferas da sociedade, inclusive nos espaços educacionais e, conseqüentemente, na necessidade de práticas pedagógicas que valorizem o diálogo entre os conhecimentos geográficos e saberes e geografias outras.

Apesar de todos os desafios existentes, constatamos nas práticas de parte dos professores entrevistados, que a partir do diálogo com os saberes e conhecimentos indígenas, é possível rasurar os sentidos estabelecidos para a Geografia escolar institucionalizada e construir outros sentidos de orientação e localização, fundamentais para abertura da esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz.

Devido à aproximação aos saberes outros, realizada por professores que, no cotidiano de suas práticas, ao trabalharem com conteúdo e temas da Geografia institucionalizada, foram construindo linhas de fuga ao saber científico instituído como único saber possível, foi possibilitado aos alunos dar novos sentidos às geografias já existentes e criar outras tantas.

REFERÊNCIAS

BENITES, Eliel. *Oguata pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena te'yikue*. 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

BRAND, Antonio Jacó. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. 1997. 382 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais do I Seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010.

____. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. p.70-82.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando Sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, 2009, pp 3-23.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Dados Oficiais do Censo Escolar de 2015**. Campo Grande, 2015b. Disponível em: www.sed.ms.gov.br. Acesso em: 10/12/2016.

PEREIRA, Levi Marques. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guyraroká**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2002.

____. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

____. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados MS: Ed. UFGD, 2016. 127, p.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Yvy Poty**. 2006. Caarapó, MS.

SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** São Paulo, 2007, apostilado.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 224 p.

SILVA, Danielli Manfré da. **O ensino de geografia na educação escolar indígena: reflexões com base na escola municipal indígena Nãdejara Poló em Caarapó (MS)**. 2016. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH, UFGD, Dourados-MS.

SILVA, Solange R. da. **Ensino de Geografia e educação escolar indígena: da interculturalidade a outras imaginações espaciais**. 2018. 336 p. Tese (Doutorado em Geografia) - FCH, UFGD, Dourados-MS.

TUBINO, Fidel. **Del Interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. 2004. Disponível em: www.pucp.edu.ve. Acesso 01/10/2014

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re- viver. In: CANDAU, Vera. (Org.) **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Ed. 7 letras, 2009, p. 12-43.

Recebido em setembro de 2022.

Revisão realizada em fevereiro de 2023.

Aceito para publicação em março de 2023.

**A ESCOLA E O TERRITÓRIO COMO SENTIDO DOS TERRITÓRIOS
ETNOEDUCACIONAIS – TEE: ASPECTOS DE CONFORMISMO E
RESISTÊNCIA NO TEE CONE SUL (MS)**

**SCHOOL AND TERRITORY AS A MEANING OF ETHNOEDUCATIONAL
TERRITORIES - TEE: ASPECTS OF CONFORMITY AND RESISTANCE IN
THE SOUTH CONE TEE (MS)**

**ESCUELA Y TERRITORIO COMO SIGNIFICACIÓN DE TERRITORIOS
ETOEDUCATIVOS - TEE: ASPECTOS DE CONFORMIDAD Y RESISTENCIA
EN EL TEE DEL CONO SUR (MS)**

Elaine da Silva Ladeia

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
elaineladeia@ufgd.edu.br

Silvana de Abreu

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
sabreu@ufgd.edu.br

RESUMO

O texto apresenta como foi a criação dos etnoterritórios brasileiros dando ênfase ao etnoterritório Cone Sul/MS, onde vivem etnias Guarani e Kaiowá. Tem como objetivo descrever como essa política educacional atende às demandas dos povos originários em consonância com a Constituição Cidadã de 1988, bem como os movimentos contínuos de luta e resistência pela manutenção de uma educação escolar indígena diferenciada, intercultural e bilíngue. Constatamos que diante da realidade distinta das escolas nas diversas aldeias no etnoterritório Cone Sul, diante da conquista e dos avanços dessa política educacional, a luta pela conquista da total autonomia ainda encontra-se em construção.

Palavras-chave: Enoterritório. Território. Geografia Indígena. Escola Indígena. Educação Escolar Indígena.

ABSTRACT

The text presents the creation of Brazilian ethnoterritories, emphasizing the Cone Sul/MS ethnoterritory, where Guarani and Kaiowá ethnic groups are located. It aims to describe how this educational policy meets the demands of native peoples in line with the Citizen Constitution of 1988, as well as the continuous movements of struggle and resistance for the maintenance of a differentiated, intercultural and bilingual indigenous school education. We found that, given the different reality of the schools in the different villages in the Cone Sul ethnoterritory, in view of the conquest and advances of this educational policy, the struggle for the achievement of total autonomy is still under construction.

Keywords: Ethnoterritory. Territory. Indigenous Geography. Indigenous School. Indigenous School Education.

RESUMEN

El texto presenta la creación de etnoterritorios brasileños, con énfasis en el etnoterritorio Cono Sur/MS, donde se ubican las etnias guaraní y kaiowá. Tiene como objetivo describir cómo esta política educativa responde a las demandas de los pueblos originarios en consonancia con la Constitución Ciudadana de 1988, así como a los continuos movimientos de lucha y resistencia por el mantenimiento de una educación escolar indígena diferenciada, intercultural y bilingüe. Constatamos que, dada la diferente realidad de las escuelas en los diferentes pueblos del etnoterritorio Cone Sul, ante la conquista y los avances de esta política educativa, la lucha por la conquista de la autonomía total aún está en construcción.

Palabras clave: Enoterritorio. Territorio. Geografía Indígena. Escuela Indígena. Educación Escolar Indígena.

INTRODUÇÃO

A educação escolar nas comunidades indígenas vem sofrendo diversas formas de alterações em seu modo de ser e de fazer-se indígena, dentro de seus territórios. O processo de educação escolar implantado, desde o início da colonização das terras brasileiras, não atende aos interesses e costumes do processo de educação indígena.

O texto baseia-se na pesquisa e Tese de Doutorado intitulada “*MO’EROY HA TEKOHA RAPÉRE!* Pelos caminhos da escola e do território entre os Kaiowá e os Guarani do Mato Grosso do Sul”, na qual dentre os objetivos propostos, o principal deles era analisar os efeitos, influência e/ou resultados da implantação do Território Etnoeducacional (TEE) Cone Sul em Mato Grosso do Sul, além de, analisar como as escolas indígenas, por meio da educação diferenciada e seus sujeitos, têm promovido a luta para a conquista da autonomia nas escolas e aldeias, nestes territórios, e seus desdobramentos na promoção do TEE.

A pesquisa realizou-se por meio de estudos etnográficos (baseados em André (2009)), empírico e documental, envolvendo diversas áreas de conhecimento como a História e História indígena, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e a Educação, utilizando como estratégia a observação participante, pautada nos estudos de Albert (2014) e Fals Borda (1987), respeitando o compromisso político com o sujeito/objeto e sua inserção nas lutas e, assim, construir o pensar. No trabalho de campo os dados dessa pesquisa foram obtidos utilizando-se entrevistas semiestruturadas para professores, gestores e lideranças nas escolas das aldeias do TEE Cone Sul envolvidas. Da mesma forma, dialogamos por meio de entrevista semiestruturada com os acadêmicos em

formação no curso de formação de professores *Teko Arandu* (UFGD), oriundos do citado etnoterritório.

A pesquisa de políticas educacionais, de acordo com Silva (2019, p. 325), é um campo relativamente novo e ainda não consolidado em termos de referenciais analíticas consistentes. As discussões na área das políticas, são um campo em permanente construção e expansão. Para Mainardes (2009), pensar as políticas educacionais envolve compreender desde sua fase de formulação até a sua efetivação/implementação, sendo que toda essa trajetória é permeada por relações de poder, condições essenciais a serem consideradas por quem planeja, executa e pesquisa.

A pesquisa referenciada envolveu as escolas indígenas localizadas no Território Etnoeducacional Cone Sul de Mato Grosso do Sul e distribuídas em 28 aldeias, localizadas em 18 municípios de Mato Grosso do Sul, nas quais foram visitadas 30 escolas, sendo 11 delas já no período da Pandemia de COVID-19, em 2020-2021. Essa pesquisa foi desenvolvida com professores indígenas das escolas do TEE Cone Sul; graduandos do *Teko Arandu*, bem como com outros sujeitos atuantes no processo de educação escolar diferenciada: as lideranças indígenas e mestres tradicionais.

BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA CRIAÇÃO DOS ETNOTERRITÓRIOS EDUCACIONAIS - TEE

O reconhecimento constitucional da educação escolar indígena aconteceu por meio da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), passaram-se uma década até que o termo Educação Escolar Indígena fosse legalmente oficializado, em 1999, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Parecer nº 14/1999 e pela Resolução nº03/1999) (BRASIL, 1999a; 1999b) e a criação da categoria “educação indígena”.

De acordo com Bergamaschi e Sousa (2015, p. 145), a partir do ano de 2009, o então Governo Luiz Inácio Lula da Silva editou o Decreto nº 6.861, que criou os Territórios Etnoeducacionais – TEE. A delimitação dos TEE foi definida com base no trabalho de censo indígena realizado pelo IBGE¹, que naquele ano registrou uma população de 896.917 indígenas em território brasileiro, sendo que dessa população 57,7% (517.383) viviam em terras indígenas e 42,3% (379.534) estavam fora das terras

¹ Censo IBGE 2010.

indígenas. Além disso, foram registradas escolas indígenas em 385 municípios brasileiros. Com o Decreto editado, sua aplicação foi explicitada no “Documento Final da I Conferência de Educação Escolar Indígena” (CONEEI), realizado em Luziânia (GO), entre os dias 16 e 20 de novembro de 2009. Segundo o documento de deliberação da citada Conferência:

A I CONEEI teve como principais objetivos: I consultar os representantes dos Povos Indígenas e das organizações governamentais e da sociedade civil sobre as realidades e as necessidades educacionais para o futuro das políticas de educação escolar indígena; II discutir propostas de aperfeiçoamento da oferta de educação escolar indígena, na perspectiva da implementação dos Territórios Etnoeducacionais; III propor diretrizes que possibilitem o avanço da educação escolar indígena em qualidade e efetividade; e IV pactuar entre os representantes dos Povos Indígenas, dos entes federados e das organizações a construção coletiva de compromissos para a prática da interculturalidade na educação escolar indígena (BRASIL/MEC, 2009, p.1).

Sem dúvida, o Decreto de criação dos TEE foi um marco legal no avanço das políticas para a autonomia indígena, na educação escolar indígena e de seus territórios. De acordo com Fernanda Brabo de Sousa (2012), ao analisar o Decreto 6.861/2009 (BRASIL, 2009):

O texto do decreto traz ainda outro importante aspecto político que abre possibilidades de outro paradigma, outra perspectiva para a relação entre povos indígenas e Estado: o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, dos povos indígenas como sujeitos políticos ativos, conscientes e responsáveis pela construção dos projetos que lhes digam respeito. Com isso, a escola indígena passa a trazer em seu bojo uma evidente e respaldada autoria indígena, mostrando-se um caminho viável para a legitimação de identidades e afirmações étnicas, expressas por projetos autônomos de educação escolar indígena (BRABO de SOUSA, p. 06, 2012) (grifo da autora).

O caminho vivido até o Programa Territórios Etnoeducacionais (TEE), criado já no final do segundo mandato presidencial de Lula da Silva, foi longo e certamente compareceu como trunfo no final de uma jornada. Das definições pactuadas pelo Decreto, foi a criação de espaços governamentais específicos e comprometidos com o conjunto de políticas voltadas para as diferentes comunidades indígenas que proporcionou o desfecho dos TEE, também pactuados e registrados desde a I CONEEI.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, criada pelo Decreto Presidencial Nº 5.159, de 28/07/2004, tinha objetivo de institucionalizar, no Sistema de Ensino Nacional, o reconhecimento da diversidade sociocultural como princípio para as políticas públicas educacionais, visando o reconhecimento e superação das desigualdades de acesso às oportunidades educacionais

decorrentes da negação da diversidade sociocultural e da exclusão, causadas por fatores econômicos e raciais. Tratava-se da implantação de projetos de políticas sociais visando atender as demandas de combate à pobreza e à miséria no país. Para Guimarães (2015, p. 36), essa foi uma das mais importantes decisões do Governo Federal para o desencadeamento de políticas públicas fundamentais para a democratização dos sistemas de ensino, valorizando a sociodiversidade e qualidade da educação.

Em 2011, o Decreto Presidencial nº 7.480 (BRASIL, 2011), já no Governo de Dilma Rousseff, promoveu alterações na SECAD, que passaria a denominar-se SECADI – incorporando a questão da inclusão, que desencadearia outras alterações na estrutura organizacional do MEC (BRASIL, 2012). Nesse movimento acabaram criadas cinco diretorias: Políticas de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais; Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA); Políticas de Educação em Direitos Humanos e Educação; Políticas de Educação Especial e Políticas de Educação para a Juventude.

Muitos foram os avanços obtidos por meio desta Secretaria. Em particular, podemos elencar alguns Programas para os povos indígenas e do campo, realizados dentro da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e Relações Étnico-Raciais, como:

- PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo (Portaria nº 86) (BRASIL, 2013);
- PROLIND – Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Lei nº 10.172/2001 e na LDB (BRASIL, 1996);
- PET – Conexões de Saberes (Portaria Nº 01 de 17 de maio de 2006) (BRASIL, 2006);
- UNIAFRO – Ações Afirmativas para a População Negra na Educação Superior (Resolução Nº 14, de 28 de abril de 2008, Lei 10.639) (BRASIL, 2003; 2008);
- Educação Escolar Indígena (Convenção 169 da OIT; Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004) (BRASIL, 2004);
- Formação Continuada de Professores em Educação Escolar Indígena (Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015) (BRASIL, 2015);
- Programa Brasil Alfabetizado (Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001); Resolução CD/FNDE Nº 32 de 1º de julho de 2011 (BRASIL, 2011).



Outra importante definição de pactuação para a Educação Escolar Indígena diferenciada foi a participação e aprovação da implementação dos Territórios Etnoeducacionais pela base. Isso significou construir espaços de debates locais, regionais e nacionais, para dar conhecimento a proposta e obter (ou não) aprovação da participação de cada etnia, aldeias, reservas nos diferentes TEE, garantindo que aquelas comunidades indígenas que não desejassem participar da pactuação pelo TEE pudessem não fazê-lo, sem prejuízos de recursos e investimentos, ao mesmo tempo em que uma vez que a comunidade indígena decidisse pela pactuação, todos os entes públicos envolvidos ficariam obrigados a assinar o Pacto e cumpri-lo. É o que expressa o Decreto 6.861/2009 (BRASIL, 2009):

“A) CRIAÇÃO DO SISTEMA PRÓPRIO:

1 Criação de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena, em âmbito nacional, com ordenamento jurídico específico e diferenciado, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e com a garantia do protagonismo dos povos indígenas em todos os processos de criação, organização, implantação, implementação, gestão, controle social e fiscalização de todas as ações ligadas a educação escolar indígena, contemplando e respeitando a situação territorial de cada povo indígena. (BRASIL/MEC (BRASIL, 2009. p.4 e 5))” (grifo da autora).

B) TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS

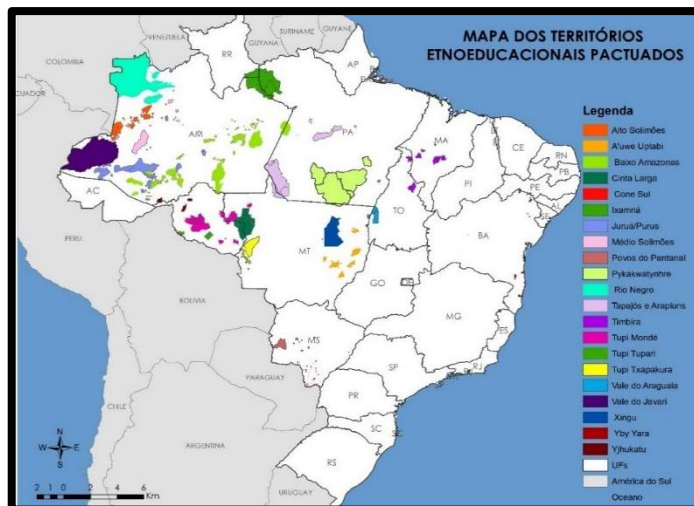
1 O governo federal somente implantará os Territórios Etnoeducacionais com a anuência dos povos indígenas a partir de consulta pública ampla com a realização de seminários locais, regionais e/ou estaduais para esclarecimentos sobre a proposta de implantação e implementação dos Territórios Etnoeducacionais, avaliando a sua viabilidade, sua área de abrangência em relação aos povos e Estados, considerando os novos marcos legais a serem construídos e os planos de trabalho dos Territórios Etnoeducacionais. O Governo Federal garantirá aos povos indígenas que não concordarem em adotar ou ainda não definiram o modelo de gestão baseado nos Territórios Etnoeducacionais o envio de recursos de igual qualidade para a educação escolar indígena (grifos da autora).

2 A implantação dos Territórios Etnoeducacionais deve ser feita através de amplo processo de discussão sobre: marcos legais específicos; formação presencial de professores indígenas e de demais profissionais indígenas; regulamentação da oferta de ensino a distância; construção das escolas indígenas de acordo com a decisão das comunidades; controle social; gestão dos recursos financeiros destinados às escolas indígenas; implantação ou não de todos os níveis e modalidades de ensino nas aldeias; planos de trabalho dos Territórios; mecanismos de punição para assegurar que os entes federados cumpram com suas responsabilidades. (BRASIL/MEC (BRASIL, 2009. p. 5))”.

Portanto, no tocante ao reconhecimento das identidades étnicas dos povos indígenas e a possibilidade de uma gestão mais autônoma de seus processos escolares, é que a proposta dos TEE é realmente diferenciada de tudo que já se apresentou ou se institucionalizou como proposta de educação escolar para os povos indígenas brasileiros,

ao aliar a questão educacional à territorial. Significaria uma política para privilegiar o protagonismo dos povos indígenas, inaugurando um novo momento no processo histórico das relações entre as diferentes etnias e o governo brasileiro, permeada pela valorização da educação diferenciada e escolar indígena, em todo o território nacional (Figura 01).

Figura 1 – Mapa dos Territórios Etnoeducacionais Pactuados no Território Brasileiro



Fonte: MPF, 2007.

Assim, cabe aqui destacar que essa política inovadora e democrática foi e ainda é uma política de governo, uma vez que o entendimento político-ideológico de outros grupos pode não garantir a continuidade das ações propostas para a educação escolar indígena. É o que vem sendo observado, desde o Golpe de 2016, quando do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Roussef e o arrefecimento da política pelos Governos de Michel Temer (2015-2018) e, sobretudo, de Jair Bolsonaro (2019-2022).

De acordo com Nascimento (2013), a competência dessa política é dos estados da federação, entretanto esses não tem cumprido plenamente suas obrigações:

Os exemplos são os casos em que as comunidades indígenas demandam a oferta da educação infantil e os estados se recusam a ofertá-la, alegando ser esta uma competência dos municípios. Além disso, quando se exige o compartilhamento de competências dos estados com os municípios, apenas os últimos vêm assumindo as ações referentes a essa modalidade, mesmo que nem sempre apresentem as condições requeridas pela legislação. Isso devido a uma série de situações particulares ligadas à diversidade das configurações políticas, geográficas e educacionais locais. Desse modo, o estabelecimento de melhores relações políticas das comunidades indígenas, quer com os estados, quer com os municípios, além da sua maior proximidade geográfica com estes últimos, irá definir o vínculo das escolas indígenas. Há, por outro lado, os casos em que, diante de conflitos, sobretudo territoriais, com o poder municipal, as comunidades indígenas recorrem aos estados para o atendimento de suas demandas educacionais, seja reivindicando a criação de escolas estaduais ou solicitando a mudança, para os estados, dos vínculos de escolas municipais já existentes. A União, por sua vez, também não vem desempenhando a contento



o papel de coordenadora e articuladora dessas políticas, devido à fragilidade de suas estruturas e mecanismos de administração e fiscalização (NASCIMENTO, 2013, p.336).

A criação dos Territórios Etnoeducacionais permitiu a possibilidade de interpenetração da organização da educação escolar indígena e a territorialidade de seus povos, independentemente da divisão política entre estados e municípios, que compõem o território brasileiro. Contudo, isso não se dá de forma imediata apenas porque a legislação está a garantir a autonomia de uma educação diferenciada a cada povo indígena. Nesse sentido, concordamos com Nascimento (2013):

“Tendo em vista o cenário das políticas de educação escolar indígena, percebe-se que o direito a uma educação escolar diferenciada, intercultural, específica e multilíngue consagrado aos povos indígenas na legislação brasileira não tem sido plenamente garantido nas formas como se estruturaram e organizaram as políticas nessa área. É nesse contexto que proposições como a de criação de um sistema próprio e dos territórios etnoeducacionais ganham evidência nos espaços de discussão e de construção, coordenação e execução das políticas de educação escolar indígena” (NASCIMENTO, 2013, p. 337).

No estado de Mato Grosso do Sul, contudo, nota-se que a partir da criação dos TEE, de acordo com Souza, (2017, p. 74), “mudou o olhar e passou-se a ver o território como sendo *Guarani e Kaiowá*”, de modo que o território é a cultura e a língua que o formam. Nesse novo desenho (Figura 1) não se consideraria a situação ou delimitação jurídica do território, de modo que não é o município quem determina ou dita a forma de funcionamento das escolas, por exemplo, e sim um sistema que promova o diálogo nos municípios para a definição de atuação das escolas.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL

O etnoterritório é constituído pela cultura e pela língua, desta forma, os TEE não se constituem em uma materialidade territorial, fisicamente instituída, mas em relações que permitem essa percepção do território pelos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, há que se compreender o etno (território) impresso na política governamental que criou os TEE, sua dinâmica e a identidade buscada e consolidada efetivamente pelas ações do Estado. Os TEE, na forma como foram instituídos tem que se realizar por meio da educação formalizada e ofertada pelos poderes municipais e estaduais e suas ações ou não-ações (ou reações), sob os marcos de uma pactuação consolidada entre o Governo Federal, a Funai e cada uma das comunidades indígenas de todo o país.

Sob uma sociedade capitalista de origem colonial como a brasileira, não é de estranhar que os aspectos contraditórios de uma construção política amparada nos movimentos sociais e que se pretendeu transformar em política pública educacional, tenha se realizado por meio de Decreto (como apresentado), sem ter conseguido, já passado mais de uma década, a aprovação do Congresso Nacional.

Desse modo, a política dos TEE tem sido ameaçada desde 2016, com o Golpe e *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, cujos governos (assim como os anos de Lula) foram atacados, considerados “ideológicos”, inadequados e acusados de corrupção, favorecendo alterações substanciais nas políticas criadas nos pouco mais de doze anos de permanência dos dois presidentes do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal. Com o afastamento e deposição da presidenta Dilma Roussef, essa, entre muitas outras, é uma política sob risco de finalização no país, haja vista a falta de disponibilização de recursos para tal, desde 2016, durante o governo Michel Temer, e o arrefecimento de qualquer diálogo, dentro do Governo de Jair Bolsonaro, empossado em janeiro de 2019.

Trata-se de compreender o território etnoeducacional (TEE) como uma política governamental colocada em dormência, sob o poder absoluto do território do agronegócio, em tempos em que afloraram segmentos da sociedade brasileira e da política partidária de extrema direita, tendo permitido a ascensão de Jair Bolsonaro (2019-2022) a presidência do Brasil e todas (in)consequências sociais, econômicas, políticas, sanitárias ..., experienciadas pela população, sobretudo as populações negras e indígenas de nosso país.

Dada a extensão continental brasileira e sua diversidade de etnias indígenas, observa-se no mapa dos TEE (na Figura 1), que foram criados 23 territórios etnoeducacionais², sendo dois no Mato Grosso do Sul: o Enoterritório Povos do Pantanal e o Enoterritório Cone Sul. Se tem algo que chama atenção nesse mapa, é a percepção de que o TEE Cone Sul se constitui em pontos descontínuos, reflexo do “esparramo”³ realizado (historicamente) pelas forças do Estado, mas também pela “teimosia” e luta pela

² SOUSA (2017) - até 2018 foram pactuados 25 territórios etnoeducacionais.

³ BRAND (2000, p. 108) - Período entre 1950 e 1970, quando ocorreu a implantação de fazendas e inúmeras aldeias kaiowá/guarani foram destruídas e seus moradores dispersos, desarticulando famílias extensas. LUTTI (2009, p. 27) - essa é uma nova forma de mobilidade, que a partir do trabalho dos indígenas nos ervais, tornou-se cada vez mais comum.

retomada de suas terras, ilhados que foram ficando em meio às fazendas de soja, gado e cana-de-açúcar.

A divisão territorial brasileira, dada em função dos interesses das elites colonizadoras e em desrespeito a diversidade existente, trouxe a necessidade de políticas específicas para essa diversidade, especialmente para as comunidades indígenas, conforme apontado por Sousa (2017):

Tinha-se a necessidade de políticas públicas que fossem além da hegemonização e da universalização dada à diversidade e a grandiosidade dos povos indígenas se faz necessária que estes adquiram habilidades técnicas para assumir esses territórios. Dentro disso há desafios a serem superados, como a divisão já existente entre os entes federativos. As políticas públicas a partir de então levam em consideração o território indígena independente das divisões territoriais federais, estaduais ou municipais (SOUZA, 2017, p. 56).

Para o autor, as políticas públicas deveriam estar interligadas no atendimento às demandas indígenas, mas historicamente isso não acontece, pois o Estado em sua divisão territorial não considerou a existência e presença dessas comunidades, seus povos e sua diversidade. Desse modo, a implantação dos TEE se configura como política que tem potencial de promover a adaptação da necessidade educacional para crianças, jovens e adultos indígenas, à divisão étnica dos povos indígenas.

Os dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), no qual, pela primeira vez, foram contabilizadas as populações indígenas no Brasil, possibilitaram a elaboração de um panorama de onde estão, quem são, quantos são e o que estão fazendo os indígenas em seus territórios, já podendo ser somados a isso os dados da educação escolar indígena, que até então eram invisíveis. Com a implantação dos TEE, em 2012, a educação escolar indígena passou a ser reconhecida, considerando a relevância dos dados dessas escolas para a composição do quadro geral da educação no país. Segundo Brabo de Souza (2012):

“se a organização da educação escolar indígena tiver como princípio e pedra basilar a territorialidade de seus povos, ficam expressamente reconhecidas as especificidades de cada sociedade indígena e autonomia da escola indígena, criando espaço para a participação efetiva dos povos indígenas em todas as etapas da gestão da educação escolar, e sendo a própria criação da escola indígena iniciativa ou reivindicação da comunidade interessada (BRABO DE SOUZA, 2012, p. 9).

Corroborando com a autora e para expressar a importância da implantação dos TEE, destacamos a importância da formação de professores indígenas para atuação em escolas de seus territórios. A partir de 2002 até 2020, com a criação de cursos superiores específicos para professores indígenas, só em Mato Grosso do Sul, foram



formados mais de 240 professores *GK* no Curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu*/FAIND/UFGRD, no Enoterritório Cone Sul, que somados ao Enoterritório Povos do Pantanal (Licenciatura Indígena/UFMS), contabilizam aproximadamente 500 professores indígenas com habilitações específicas em nível superior.

De acordo com o Censo (IBGE, 2010), em 2010 havia cerca de 45 escolas indígenas, com um número de 924 professores das diferentes etnias no Mato Grosso do Sul. Desses professores, 470 atuavam nas escolas *Guarani* e *Kaiowá*, no TEE Cone Sul. Em 2020, esse número de professores já ultrapassava um mil, considerando que além do *Teko Arandu*/FAIND/UFGRD, outros cursos da UFGRD e de outras instituições de ensino superior também têm recebido em seus diversos cursos, acadêmicos indígenas.

Seja nas licenciaturas, seja nos demais cursos de graduação, chegar até as universidades pode significar a possibilidade de formação de profissionais indígenas em diferentes áreas, evidentemente, mas acima de tudo, reflete uma realidade em que é possível acreditar na garantia dos direitos de crianças, jovens e adultos indígenas, em uma educação escolar indígena diferenciada, sob autonomia nos dois etnoterritórios de Mato Grosso do Sul e em todo o país.

O acesso das populações indígenas ao ensino superior tem aumentado significativamente. Dados do INEP de 2014 (INEP, 2014), apontam que 22.030 estudantes do ensino superior no país se autodeclararam indígenas, dos quais 8.043 estavam matriculados em instituições Públicas de Ensino Superior e 13.987 em Instituições Privadas. Olhando o histórico de matrículas do INEP, em 2009, por exemplo, quando foi criado o TEE, o número total de matrículas de estudantes indígenas no Ensino Superior, de acordo com Censo da Educação Superior (INEP, 2010), era de 5.670, apontando um crescimento de mais de 257% no período analisado (2009-2014).

Dados do censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2020), apontam para uma redução em relação ao número de matrículas na Região Centro Oeste, o número geral de matriculados era de 686.673 alunos; sendo 60.876 deles na zona rural, onde estão incluídas as escolas indígenas. Em 2020, o número de matriculados caiu para 667.164 (perda de 2,84%).

Um dos fatores que pode explicar essa redução de matrículas, deve-se ao fato de que, em 2020, o Censo da Educação Escolar deixou de solicitar informações de autodeclaração por raça, etnia, empobrecendo as informações e contribuindo para o

desmonte das políticas. Se os movimentos do século XXI vinham sendo no sentido de dar visibilidade aos povos indígenas (mas não apenas), desde 2019, com a assunção de Jair Bolsonaro ao Governo Federal, o movimento se inverteu e o primeiro sinal de reversão das políticas educacionais de inclusão foi a exclusão da SECADI como ato de primeiro dia de governo⁴.

Outro dado interessante refere-se ao número de escolas em Mato Grosso do Sul. Em 2017 eram 1721 escolas de educação básica. Esse número aumentou e em 2020 já eram cerca de 1737, sendo que 2,7% (347) delas eram escolas indígenas distribuídas nos municípios dos TEE Cone Sul e Povos do Pantanal.

Mesmo frente a diversos desafios na promoção da educação pública, em especial a educação escolar indígena, pode-se afirmar que houve avanço⁵ no Mato Grosso do Sul com a política dos TEE, proporcionando a implantação, desde 2012, de novas escolas no conjunto de municípios que compõem o TEE Cone Sul, ampliando o número de vagas escolares. Isso já demonstra os resultados da política dos territórios etnoeducacionais, que significa um movimento de organização da educação escolar indígena em consonância com a territorialidade de seus povos, independentemente da divisão política entre estados e municípios, que compõem o território brasileiro. Apesar disso, temos observado, desde 2017 (INEP, 2018), a descontinuidade de identificação quanto a raça e etnia dos estudantes, um evidente movimento de desmonte das políticas específicas, como já nos referimos.

De acordo com Brabo de Sousa, (2012, p. 52), analisando os períodos de governos de Lula e Dilma, houveram “avanços em termos de políticas públicas, sejam, na discussão de projetos de leis, resoluções, decretos e emendas”, sejam na implementação e efetivação das políticas, principalmente no campo da educação escolar indígena. Todavia, embora concordemos com a autora, os movimentos políticos, desde 2016, têm sido de desfazimento dos avanços sociais, ainda que há que se reconhecer, que mesmo em retrocessos e processos de violência, de perdas de direitos, há resistência,

⁴ Criada em 2004 por demanda de movimentos sociais, a SECADI foi extinta tão logo o ex-ministro Vélaz Rodriguez assumiu o MEC. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/especialistas-avaliam-fim-de-secretaria-ligada-a-diversidade-e-inclusao/>. Na contramão dessa situação, o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, empossado em 01 de janeiro de 2023, significou a sua retomada. Conforme reportagem: Lula autoriza reestruturação do MEC com volta da diversidade e inclusão. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75631-lula-autoriza-reestruturacao-do-mec-com-volta-da-diversidade-e-inclusao> (acesso em 20/02/2023).

⁵ Ver LADEIA (2021), disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4808>.

como sempre teve, mas também porque os acessos e conquistas estão presentes e os povos indígenas não vão perdê-los sem luta.

As políticas formuladas para os povos indígenas, em geral, encontram-se dispersas em diversos ministérios, fundações e secretarias subordinadas ao Poder Executivo Federal. Dessa forma, a discussão sobre a qualidade dessas políticas para os povos indígenas e sobre os obstáculos em seus processos de formulação, execução e controle social, passa pela complexa discussão de identificação dos interesses de diferentes grupos sociais e dos recursos de que cada um deles dispõe para direcionar determinada política, bem como se ela se adapta à realidade social sobre a qual incide (DE PAULA e VIANNA, 2011). No caso da Educação Escolar Indígena (EEI), esse poder está concentrado na Secretaria Estadual e nas Secretarias Municipais de Educação, contudo são recorrentes os pedidos das lideranças indígenas, à FUNAI, no auxílio da articulação entre esses órgãos e as escolas.

Considerando a condição particular de vida de cada uma das mais de 200 sociedades indígenas que vivem em território brasileiro, surgem questões quanto à possibilidade e a necessidade de que as políticas públicas se adaptem a essa diversidade e a forma pela qual os povos indígenas estão organizados. Nesse sentido, observa-se que respectivamente nos anos de 2009 e 2012, o Ministério da Saúde e o da Educação propuseram novas modalidades de organização político-administrativa e territorial de assistência aos indígenas. Foram criados os “Territórios Etnoeducacionais (TEE)” – MEC, e os “Distritos Sanitários” – Ministério da Saúde (DE PAULA e VIANNA, 2011).

Inicialmente, segundo Nascimento (2013, p. 342), os TEE seriam concebidos seguindo o modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)⁶, existentes na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a Educação Escolar Indígena (EEI) passou ao Ministério da Educação (MEC), em 1991, através do Decreto 26/1991 (BRASIL, 1991). Até então, estava sob controle e administração da Fundação Nacional

⁶ SOUZA, A. (2017, p. 11), o Distrito Sanitário Especial Indígena Mato Grosso Do Sul (DSEI-MS) abrange 31 municípios e é o maior distrito do Brasil, responsável pela atenção à saúde de 73.182 indígenas distribuídos em 73 aldeias e 26 acampamentos. No ano de 2009 os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) passaram a ter autonomia administrativa, funcionando como unidades gestoras descentralizadas, responsáveis pelo atendimento e pelo saneamento básico em cada região. A autonomia dos distritos desburocratizou a atenção à saúde indígena, que passou a estar integrada e articulada com todo o Sistema Único de Saúde (SUS). Esta autonomia dos distritos foi dada, através do Decreto nº 6.878, assinado em 18 de junho de 2009, pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.



do Índio (FUNAI). Essa não é uma ação aleatória e tem significância em dar prosseguimento ao reconhecimento do direito de os povos indígenas *serem índios* – ou seja, serem eles mesmos, com seus modos próprios de ser – e de que a questão educacional, para eles, é uma questão que precisaria ser tratada como política pública de educação; nesse sentido fazer parte da Educação Nacional foi positivo, reforçando que essa parcela da educação também necessita ser considerada na proposição de melhorias e sustentabilidade da educação.

Durante pouco mais de 20 anos de transição e construção de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, muitas ações foram e continuam a ser formuladas e implementadas, parte delas em parceria com a própria FUNAI. É o caso, por exemplo, do Programa Saberes Indígenas na Escola, que teve como ação principal promover a formação continuada de professores indígenas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pautando-se essencialmente em:

- A) Letramento e numeramento em Língua Indígena como primeira língua;
- B) Letramento e numeramento em Língua Portuguesa como primeira língua;
- C) Letramento e numeramento em Línguas Indígenas ou Língua Portuguesa como segunda língua ou língua adicional; e
- D) Formação em Artes verbais indígenas.

A referência fundamental dessa política parte do princípio constitucional que os povos indígenas têm direito aos “processos próprios de ensino e aprendizagem”, o que culminou em uma Educação Escolar Indígena (EEI), intercultural, bilíngue e diferenciada, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e desenvolvida nas normatizações do setor, tais como a Resolução 03/1999, do Conselho Nacional de Educação, que fixa Diretrizes para o funcionamento das Escolas Indígenas, e o Parecer 14/1999, que definiu diretrizes e metas específicas para a escola indígena, subsidiando a primeira (DE PAULA e VIANNA, 2011, p.73).

Segundo D’Angelis (2012, p.109), a escola, na maioria das sociedades indígenas, passa a ocupar um papel tão ou mais relevante do que aquele que a escola desempenha na sociedade ocidental, no que tange à formação de jovens e adolescentes e assim, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola indígena, deveria dar mais atenção aos valores, atitudes e princípios – ou seja, ao que efetivamente define uma cultura – do que aos conteúdos, conforme apontado por alguns dos entrevistados nesse trabalho:

“A escola é onde podemos expressar a nossa forma de pensar e de agir, assim como realizar as nossas tradições e aprender com os mais velhos, ter a escola como interdisciplinar onde os conhecimentos dos não índios podem andar junto com os conhecimentos tradicionais; o saber indígena está em nós, são passadas através da convivência do dia a dia, também é reforçada na escola através de professores e mestres tradicionais sempre que são necessitados” (Professora GK, Antonio João, julho/2020).

“A escola precisa de pessoas que puxem as iniciativas tradicionais (cantos, rezas, danças, rituais) e a escola precisa incentivar, pois ela fortalece a língua e seu valor agregando os conhecimentos não indígenas” (Professora GK, Dourados, fevereiro/2020).

Aqui na aldeia a comunidade com a escola são sempre participativos. As lideranças sempre procuram saber como a escola está caminhando, como os funcionários das escolas estão se comportando. Os pais dos alunos procuram sempre saber tudo o que a escola e os professores estão ensinando. A escola também procura sempre a opinião dos pais, lideranças e da comunidade” (Professora GK, Paranhos, julho/2019).

Para D’Angelis (2012, p. 115), os sistemas de educação formal, ou ensino escolar, “são instrumentos do Estado, organizados, normatizados, aprovados e fiscalizados por ele”. Logo, reflete que a escola indígena passa a ser uma ilusão, pois está atrelada a esse sistema. A crítica do autor é procedente porque expressa a contradição entre autonomia e tutela; contudo, nos espaços de debates construídos, a escola diferenciada aparece como reivindicação, assim como a escola ofertada historicamente aparece como crítica. O autor aponta (p. 118, 127), que as sociedades indígenas que conservam formas tradicionais de organização social, dentre elas a apropriação e distribuição dos recursos disponíveis em seu território (e alimentam valores culturais vinculados àquelas formas), o espaço do indivíduo está delimitado por regras ou normas sociais que priorizam o bem-estar social, a preservação da vida coletiva e da sobrevivência do grupo, logo, é natural e necessário que a educação esteja orientada pelos mesmos princípios e valores.

Nesse sentido, observamos nas aldeias GK, o anseio dos indígenas de que suas tradições e conhecimentos sejam colocados dentro da escola, na proposta pedagógica, na garantia de que as futuras gerações aprendam dentro da escola também os seus princípios e valores, entretanto, durante esse trabalho encontramos professores que expressaram a existência de antagonismos no tocante a compreensão da escola e seu papel no interior das comunidades, especialmente entre os professores em formação no *Teko Arandu*. Entre os professores/acadêmicos que responderam ao questionário, 31,25% (45) deles demonstraram divergências sobre qual escola indígena querem para si e para sua



comunidade. Isso demonstra que a escola diferenciada indígena não é uma e essa é uma condição que traz dificuldades. Uma delas refere-se ao ensino da língua materna como primeira língua, já que algumas famílias desejam que seus filhos aprendam o português, indicando que a escola não é para aprender o que podem aprender em casa, junto à comunidade, mas o que não sabem. Outro elemento de atrito é sobre o ensino dos conhecimentos tradicionais e a formação para a espiritualidade e a luta pela terra, pois alguns entendem que essa é uma função apenas dos familiares, rezadores e anciãos das comunidades. Abaixo alguns dizeres que refletem essa condição:

“A escola interfere cotidianamente na vida dos kaiowá e guarani, tornou-se espaço que forma a criança para interagir com o modo de ser dos não-indígenas” (Professor GK, Paranhos, julho/2019).

“Hoje em dia entra muito em conflito por causa do ensino. Muitos familiares não colocam seus filhos para estudar na escola dentro da comunidade por causa do ensino na língua guarani. Vejo muitas relações sobre isso, muitos dizem que já é falante na sua língua materna e colocam seus filhos fora da aldeia para ter o ensino da língua portuguesa; o ensino na língua guarani é um problema para a comunidade por parte dos pais” pois não conhecem os professores e a proposta de ensino”. (Professor GK, Amambai, julho/2019).

Oliveira (2020, p. 188) já tem debatido a existência de “tensão entre pais e professores, nas escolas indígenas”. Há uma exigência por parte de familiares, tanto aqueles que estão ligados a determinada influência religiosa, quanto os pais ligados estritamente às famílias tradicionais, para que “a língua de instrução seja a Língua Portuguesa, que é a segunda língua para os indígenas, contudo essa exigência não é considerada pelos órgãos educacionais”. Em municípios como Amambai, Antonio João, Bela Vista e Coronel Sapucaia, a comunidade escolar indígena, juntamente com os pais, reuniram-se, em 2018, com a equipe da Coordenação de Educação Escolar Indígena, para garantir o ensino bilíngue nas escolas indígenas e foram exitosos, contudo, ainda há exceções.

A expressão da autora, assim como a dos professores com quem dialogamos, retrata que não se tem unidade sobre o que e como ensinar nas escolas, principalmente no tocante à primeira língua. Constatamos que a não formação específica para a atuação dos professores nas séries iniciais favorece mais uma prática reprodutora do modelo das secretarias de educação do que a construção de bases próprias, que poderiam ser definidas a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos. Além disso, dadas as tensões locais e específicas de/em cada Aldeia, os docentes vão trabalhando como podem, às vezes na



língua materna (para os falantes de Guarani), outras vezes na segunda língua (para falantes e não falantes de Guarani).

Concordamos com Oliveira (2020), uma vez que para além da questão da língua, também expusemos que a percepção de escola é a mesma dominante nas escolas não-indígenas. Condição que muitas vezes, leva os pais a levarem seus filhos para estudar em escolas do campo, por exemplo, que também sofrem a ingerência das secretarias de educação, que submetem os estudantes do campo⁷ ao modelo escolar urbano. Rossato (2002, p.96), sobre a educação escolar indígena, afirma que a escola é percebida como lugar de “fazer contas e aprender português”, uma vez que isso possibilita o convívio com os não-indígenas. A reflexão das autoras é significativa e envolve aspectos ideológicos e perspectivas sociais e de poder construídas no interior das diferentes áreas (reservas e aldeias), envolvendo as relações internas e (sobretudo) as relações externas dos territórios. Contudo, ressaltamos que o desejo de aprender a segunda língua como “passaporte” para o mundo não-indígena, no âmbito do TEE Cone Sul, não se constituiu como maioria, tendo comparecido apenas na fala de dois entrevistados (1,14%), em duas aldeias diferentes, quando questionamos sobre a escola diferenciada e o ensino na língua materna em todas as disciplinas do currículo. O que é importante refletir é que a realidade encontrada retrata a existência de demandas por processos a serem construídos junto às comunidades.

Certamente, o discurso docente também depende da interpretação; em algumas áreas indígenas esses conflitos e tensões são mais perceptíveis, em outras menos, dependendo da interpretação de “quem” está observando a escola e de “quem” está atuando na escola. Em muitas delas os pais apenas matriculam os filhos e não acompanham o processo de ensino aprendizagem da escola, que tipo de conhecimento está sendo transmitido ou em que língua. Contudo, também podemos refletir sobre a existência de esforços para a construção da escola e da educação escolar indígena diferenciada, nos depoimentos dos professores/acadêmicos do Teko Arandu/FAIND/UFGD, residentes em diferentes aldeias do município de Paranhos/MS no TEE Cone Sul:

A relação da escola com a comunidade não é tão próxima entre si. As escolas não envolvem muito a comunidade para tratar de assuntos como: a escola

⁷ Ver: ALMEIDA, Crislaine Sousa. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4539/1/CrislaineSouzaAlmeida.pdf>



ensina os alunos da comunidade? Se a escola ensina o que os pais querem que seus filhos aprendam...se a escola (ensina) seus filhos de acordo que eles querem ou com interesse de sua comunidade. Raramente os pais dos alunos visitam a escola, só quando os gestores chamam os pais para conversar (Professora GK, Paranhos, julho/2019).

Sempre tem a participação na questão escolar, mas nem sempre que eles pedem a secretaria (não) aceita, por exemplo, nós professores sabemos a realidade que estamos vivendo dentro da escola com os educandos, as vezes implantam calendário e horário bem diferentes da rotina das comunidades e alunos, então sempre tem essa controvérsia (Professor GK, Paranhos, julho/2019).

Na minha visão a comunidade não interfere muito na escola, a secretaria faz o que quer nas escolas. A comunidade não se impõem frente às escolas. A secretaria e a prefeitura têm total autonomia sobre a escola (Professora GK, Paranhos, julho/2019).

O conjunto de ideias que até aqui já compareceram nos leva à retomada do questionamento apontado: qual escola indígena se quer? Como construir uma escola específica e diferenciada, diante dos desafios e tensões existentes nas escolas e aldeias? Qual seria a autonomia possível?

Evidentemente, não existem respostas simples para tais questionamentos e não nos dispusemos a respondê-las, mas ao trazê-las reforçamos as mesmas preocupações apresentadas por aqueles que vivem a realidade escolar e que estão cursando a licenciatura indígena, sobretudo porque esse trabalho pretende compreender como que a educação escolar diferenciada indígena tem se constituído a partir dos TEE e/ou apesar dos TEE.

Uma das respostas que vislumbramos compartilhar passa pelo processo de escolha dos gestores das escolas – direção e coordenação pedagógica. Como colocado por gestores das escolas visitadas, durante o trabalho de campo, uma vez que a comunidade, mediante a abertura de um processo seletivo (que é mediado pela Secretaria de Educação, por meio da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena), realiza a eleição de candidatos à gestão, observa-se que é a comunidade em discussão com suas lideranças que vai indicar a direção escolar. Isso estabelece uma confiança entre a comunidade escolar e as secretarias de educação, permitindo um diálogo entre elas.

Cabe lembrar que os TEE foram criados em meio a um momento de esperança, de (re)democratização do país, iniciado com a Carta Magna de 1988 e o retorno das eleições livres para presidente, em 1989. Mas, foi em 2009, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que se decretaria de fato a educação escolar diferenciada indígena por meio da criação dos TEE e quando se realiza o I CONEEI (já referenciados pelas definições pactuadas com os diferentes povos indígenas brasileiros).



A base da elaboração do Decreto MEC nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que organizou a Educação Escolar Indígena em Territórios Etnoeducacionais e a sistematização das definições do I CONEEI/2009 é reflexo, justamente, da crítica à educação e escola (não diferenciada) historicamente oferecidas a essas comunidades. Vejamos:

“Educação escolar indígena como direito caracterizado pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos indígenas, pela vital associação entre escola/sociedade/identidade em consonância com os projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena” (Documento Final da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena CONEEI, 2009, p. 02).

Sobre a educação escolar e o ensino nas diversas disciplinas do currículo, como Geografia, Ciências, História, entre outras, algumas reflexões podem ser feitas, dentre as quais, a de que *o ensinar e o aprender* os componentes curriculares está alicerçado numa concepção de mundo e de ciência. Em geral, está presente uma concepção positivista, em que o conhecimento é tido como acabado e sem “raízes”, descontextualizado historicamente. Diante desta visão de ciência que tem sido historicamente imposta, alguns autores têm apontado caminhos e possibilidades para que ao longo do tempo e juntamente com outras medidas, possa ser modificado (BRITO et al, 2008).

REFERENCIAIS CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO TEE CONE SUL E A INTERCULTURALIDADE – ALGUNS APONTAMENTOS

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena-RCNEI (BRASIL,1998), o currículo da educação escolar indígena é subdividido entre seis áreas de estudos, sendo elas: “Línguas, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física, e seis temas transversais, que são: Auto Sustentação; Ética Indígena; Pluralidade Cultural; Direitos, Lutas e Movimentos; Terra e Preservação da Biodiversidade; Educação Preventiva para a Saúde”. Em tese, as escolas e suas equipes pedagógicas, professores, pais e comunidade escolar podem dialogar sobre quais conteúdos serão aplicados na escola indígena.

Em relação ao currículo e suas práticas pedagógicas, Gallo (2015, p. 85), aponta que não há uma disputa entre as práticas tradicionais e as ocidentais de ensino, e, sim, que essa relação justapõe os espaços de ensino - aprendizagem, em que uma não



substitui outra. O debate acerca da transposição dos conhecimentos organizados a partir de propostas curriculares é sempre um problema que reverbera no espaço escolar e está longe de ser desinteressado.

Durante os anos de 1990, do século XX, foram protagonizadas em toda a América Latina e Caribe, a Agenda Educacional para o século XXI, definida pelo Banco Mundial, desde meados dos anos 1980. Desse modo, a proposta em pauta, para a educação escolar indígena, certamente estava “encaixada” no contexto de implementação dos interesses econômicos, já que sob comando do capital financeiro. A ideia foi a construção de um modelo educacional homogêneo para esses países. Seria então papel do Estado “criar parâmetros mínimos para a educação (currículo, avaliação, formação docente, diretrizes para o ensino Superior), democratizando o acesso à discussão e aos mesmos conteúdos mínimos nas escolas, criando referenciais para a estruturação e um currículo” (CASTELLAR, 2006, p.2).

Segundo Castellar (2006. p.2), a homogeneização era o objetivo e o método seria:

“considerar em uma proposta curricular a realidade local ... no que se refere, por exemplo, à cultura. Em relação a essas características, a responsabilidade é da comunidade escolar ou das Secretarias de Estado da Educação, encarregando-se da implementação desse currículo, sob tais diretrizes, ou seja, encarregando-se do método”

Na aparência do discurso de democratização da educação, em pauta nos anos noventa do século XX, faziam parte do pacote o ideário do Estado Mínimo, com impacto significativo na vida das pessoas, uma vez que se daria por meio da sugestão de várias medidas econômicas, todas voltadas a uma globalização dos mercados e o chamado Consenso de Washington⁸ serviu, durante muito tempo, como a base de orientação do funcionamento de várias economias ao redor do mundo.

As privatizações das estatais e a desestabilização dos serviços e dos servidores públicos contribuíram para ampliar significativamente os índices de desemprego, tudo sob o discurso da *mão invisível* do mercado, que significaria a

⁸ O Consenso de Washington é o conjunto de dez políticas econômicas liberais que passaram a ser sugeridas e aplicadas para acelerar o desenvolvimento de vários países. VER:

REIS (2021), Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/consenso-de-washington/>> (Acesso em, 20/09/2021).

SANTOS, 2021. Disponível em: <https://fernandacls.jusbrasil.com.br/artigos/151335521/o-consenso-de-washington-e-seus-reflexos-no-direito-economico> (Acesso em 20/09/2021)..

implementação do neoliberalismo no Brasil. Com este cenário apresentado, observamos também a intervenção de diversos organismos internacionais nas políticas de educação de países situados à margem de economias avançadas. É o caso do Brasil.

As reformas educacionais vão ocorrer sobre forte impacto de diagnósticos, relatórios, receituários, empregados como paradigmas por essas tecnocracias governamentais, cunhados no âmbito de órgãos multilaterais de financiamento, como agências do Banco Mundial (BM) – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) -, e de instituições voltados para cooperação técnica, como o Programa das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras.

A conferência de Jomtien (em 1990, na Tailândia), por exemplo – patrocinada pelo BM, em conjunto com o PNUD, a UNESCO e a UNICEF – viria a servir de referência, no Brasil, para o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) e para o Plano Nacional de Educação de 1998 (SOUSA E FARIA, 2004, p. 927-928).

O fato é que o Brasil, ao lado de outros países como Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, pactuaram e se compromissaram a impulsionar as medidas orientadoras e decorrentes da Conferência de Jomtien, que significaria satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, a universalização do acesso à educação e a promoção da equidade, além de mudanças no modelo de gestão da educação e de financiamento e responsabilização dos diferentes governos.

Os conceitos fundamentais tratados nos documentos dos órgãos financiadores e nos documentos governamentais seria (e ainda é) autonomia e descentralização. Seria então, como apontado por Castellar (2006), papel da escola (e/ou das secretarias de educação) realizar as mudanças necessárias a construir um padrão de escolarização a ser medido. Ao estabelecer métricas, padrões e, por meio de avaliações, medir resultados de desempenho, a autonomia e descentralização, conceitos fundamentais da existência humana, são cooptados pelos interesses hegemônicos.

Concordamos com Cacete (1999, p.39), que ao estabelecer padrões e monitorar desempenho a “descentralização” pretendida significa na verdade repassar a responsabilidade por “aplicar” uma perspectiva de conhecimento e valores definidos *a priori*, seja pelos PCN, seja pela BNCC, em implantação em 2019 e 2020.

Há que se compreender que a autonomia e descentralização propaladas se realiza sob o controle dos governos, tutoradas por suportes informatizados e informacionais que subjagam professores, que perdem a autonomia do seu trabalho, uma vez que a relação professor-estudante deve produzir aqueles conhecimentos



padronizados, para que o produto final seja boas notas nas avaliações dos órgãos e *ranking* internacionais.

Isso significa definir o conhecimento de um grupo como o mais legítimo, como conhecimento oficial ... autorizando, portanto, nesse processo, alguns grupos e desautorizando outros. Essa “desautorização” recai sobre os professores de maneira tremenda, reforçando a ideia de professores como semiprofissionais que perdem o controle e a autonomia sobre seu próprio trabalho. Em todos os lugares onde se estabeleceu um currículo nacional se estabeleceram também as ligações com uma avaliação nacional. Quando o Banco Mundial recomenda fixar padrões e monitorar o desempenho, claramente reforça essa relação (CACETE, 1999, p. 39).

Nesse sentido, os referenciais da educação escolar indígena também estão inseridos nesse contexto neoliberal vivido no Brasil e é importante compreender esse processo, assim como a dificuldade de um currículo específico nas escolas do TEE Cone Sul, desde a implantação do currículo proposto pelo RCNEI (BRASIL, 1998), que em algumas escolas sequer foi implantado efetivamente, dadas as diferenças existentes entre as aldeias, bem como das relações com os governos dos municípios onde se localizam.

Nesse processo, prevalece a falta de diálogo entre as esferas governamentais envolvidas, medidas centralizadoras, tentativas de controle dos processos educacionais (de ensino-aprendizagem) e dos trabalhadores da educação e submissão aos modelos padronizadores, como é o caso da BNCC, discutida pelas Instituições de ensino superior, secretarias de educação das diferentes esferas administrativas, e que acabou implantada também nas escolas indígenas, mesmo existindo referenciais específicos para a Educação Escolar Indígena.

Há complexidade, portanto, na compreensão do etnoterritório e estamos longe de querer simplificá-lo (e suas relações) com um processo investigativo.

A educação escolar indígena desde a LDB/1996 dispõe sobre os direitos assegurados às comunidades indígenas na utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem:

à oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, destaca, entre outros objetivos, que a União, em colaboração com as agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, proporcionará aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências (Art. 32. parágrafo 3º, Secção III, artigo 78, Título VIII. (BRASIL, 1996). (grifo da autora)

A “ordem” expressa no Artigo 32, da LDB, impõe medidas a serem tomadas pelos governantes (normalmente não indígenas, homens, brancos, hetero e cristãos) e

pelos indígenas, sujeitos, em tese, a serem contemplados e partícipes, a usufruírem do direito a ser proporcionado pela escola. Contudo, a escola a lhes ser proporcionada, diferenciada pela determinação da Carta Magna, não existe enquanto *ideal-real*, mas enquanto uma ideia a ser construída (*ideal-em processo*), cujo ponto de partida seria o reconhecimento da história deles, da identidade deles, da língua deles e dos conhecimentos deles. Tudo isso, mas não apenas!

No dizer de Abreu (2020, p.02):

A condição de luta dos povos indígenas pelo direito de viverem ao seu modo é exemplo de resistência e não significa que desejam retomar ao modo de vida tradicional. No processo de relações com os valores e costumes entre diferentes povos indígenas e, sobretudo, com a sociedade não índia, as transformações vividas têm conduzido à luta pelo direito à interculturalidade e autonomia.

Ainda, para a autora, a “interculturalidade implica em reconhecimento da diferença e da diversidade cultural que isso significa” (Abreu, 2020, p.02). O contexto da LDB, como vimos, e seus desdobramentos para essa e outras políticas educacionais estava (e está) atrelada aos projetos político e econômico de globalização e, no caso das comunidades indígenas, historicamente sob abordagem colonial, de modo que o sentido de uma educação escolar intercultural, certamente, na frieza da lei, mais representaria um acréscimo ao que os não indígenas têm acesso. Condição que os movimentos dos povos indígenas têm demonstrado não ser o que desejam enquanto projeto de vida e se expressam claramente em muitos documentos, como o do I CONNEI, em 2009.

Segundo Knapp (2016, p. 84) “defendemos que a interculturalidade torna-se retórica se não considerar a ética colonial que gera as assimetrias entre os grupos sociais, tanto em nível mundial (divisão social e racial do trabalho), quanto em níveis locais (subalternização de pessoas e grupos de minorias sociais).”

O dizer dos autores são representativos uma vez que já afirmamos que o projeto de educação no Brasil tem estado amarrado aos sistemas de avaliação internacionais, que definem, ao final, um dado conhecimento universalizado. Não é à toa que 20% dos Gestores entrevistados, tenham se referido a ingerência das secretarias de educação, o que também comparece na fala de 29,4% (5) dos 17 professores/acadêmicos GK entrevistados, esses últimos se referiram também ao fato de que o calendário da escola em que trabalham é o mesmo calendário das escolas urbanas, não indígenas.

Diante disso, percebemos que a colonização epistemológica se fortalece na naturalização presente na escola ocidental acerca da imprescindibilidade de um conjunto de saberes, os quais se apresentam como modelos para a filosofia,



literatura e religião; bem como para as ciências no resto do mundo, reafirmando que sem esse "conjunto de saberes" não haveria nenhuma possibilidade de conhecimentos verdadeiros e necessários. É nesse sentido que, ao pensar em uma opção de uma escola diferenciada, precisam ser levadas em consideração as opções e escolhas feitas pelas próprias comunidades indígenas (KNAPP, 2016, p. 84).

Nesse sentido, acreditamos que o ensino na educação escolar indígena, torna-se um grande desafio tanto para os professores indígenas, quanto para os não indígenas, pois em ambos os casos, o docente irá se deparar com seus conhecimentos específicos em relação às temáticas abordadas na disciplina do currículo escolar, tendo em vista que irá abordar, por exemplo, sobre: a origem do universo, a origem e desenvolvimento dos seres vivos, em diferentes eras e épocas geológicas, história da humanidade e também os cuidados com o corpo e a saúde em geral. Assim, um dos meios para vencer esse desafio encontra-se no diálogo intercultural, na forma apontada por Tassinari, Silva e Ferreira (2001, p. 44-69), onde:

A questão intercultural está para a escola indígena como um projeto de emancipação política e sociocultural que apresenta uma tensão constante entre conhecimentos ocidentais e conhecimentos tradicionais, entre políticas das aldeias e políticas nacionais e internacionais. Essa tensão culmina quando se precisam definir estratégias de empreendimentos específicos para cada comunidade indígena, respeitando seus interesses, suas culturas e seus propósitos de sustentabilidade.

Em 2012, no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Seu Parágrafo Único estabelece “Estas Diretrizes Curriculares Nacionais estão pautadas pelo princípio da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, princípios da educação escolar indígena” (DOU, 2012, SEÇÃO 1, p. 07 - grifo da autora).

Buscando refletir um pouco sobre a perspectiva educacional para os *Guarani* e *Kaiowá*, encontramos em Brand e Calderoni (2012) uma definição baseada na cosmovisão desses povos:

A concepção de natureza e a relação desta com os homens são construções sociais, históricas e culturais e são relacionadas com a cosmovisão de cada povo, nessas construções cada um deles encontra sua lógica explicativa. Para compreender a relação entre a diversidade que caracteriza o mundo da natureza e o mundo da cultura, entendido aqui como o “mundo dos homens”, é fundamental questionar a concepção dualista e hierarquizada que sustenta a visão ocidental, europeia e cristã de mundo e que perpassa os processos de ensino e aprendizagem da sociedade não indígena (BRAND e CALDERONI, 2012, p.140).

Percebemos, desse modo, a relevância do território, que na ótica indígena, não se restringe a natureza associada a condição de recurso a ser utilizado (condição que é favorável a sociedade de consumo), mas o território constitui um “recurso sociocultural” (RAMOS, 1986), com “dimensões sociopolítico-cosmológicas” (SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979), e é por isso o espaço privilegiado de produção, tradução e ressignificação dos conhecimentos/saberes de cada povo e essa dimensão cosmológica dos seres precisa estar inserida no cotidiano da educação escolar indígena, assim como a luta pelos territórios.

Condição desafiadora, uma vez que se relaciona com as especificidades de cada aldeia e suas escolas, mas também com o RCNEI a ser trabalhado pelo professor indígena e não-indígena, os quais nem sempre compreendem que para os indígenas *GK* tudo tem sua cosmologia.

De acordo Brand e Calderoni (2012, p. 142), o processo histórico de redução territorial e confinamento no interior das pequenas extensões de terra reservadas aos Kaiowá e Guarani “gerou diversas mudanças e exigiu profundas atualizações no seu cotidiano, sendo apontado por pesquisadores e representantes indígenas, como a causa de inúmeros problemas por eles vivenciados”.

Nessa mesma reflexão, é possível afirmar as ofensivas dos fazendeiros. Fatos violentos ocorridos em 2013 e 2016, no município de Caarapó/MS, por exemplo, sugerem que o processo de confinamento acirrou a violência contra os indígenas em detrimento de suas lutas em defesa de direitos territoriais. Internamente, nas aldeias, essa violência vem ocorrendo, gerada por fatores associados à influência do alcoolismo, drogas, religião e disputas familiares. Reafirmando o que já apontou Brand e Calderoni (2012, p.142), que o processo de confinamento precarizou profundamente a sustentabilidade dos índios, os quais, crescentemente, vêm tornando-se dependentes das políticas do Governo e do aporte de recursos externos.

É, portanto, esse movimento constante de luta por direitos territoriais um desafio, o qual não se constitui em tarefa fácil atender os princípios da educação escolar indígena, na forma apresentada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena, sobretudo porque valorizamos sua formulação, uma vez que das suas definições participaram um conjunto de teóricos, professores universitários e pesquisadores, além de técnicos dos ministérios e órgãos públicos envolvidos com a questão indígena,



juntamente e fundamentalmente com os Povos Indígenas de todo o país, chamados a construir e reconstruir seus caminhos, embora isso tenha ocorrido em função de seus próprios movimentos e articulações.

Foi mediante a participação nos movimentos que se deu sustentabilidade para a legalização da EEI, trazemos a fala de uma das Gestoras do TEE Cone Sul de Mato Grosso do Sul:

Sobre a criação do território etnoeducacional a gente sabe de tudo, participou de toda a discussão, foi votado e aprovado no MEC na 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, no qual nós estávamos presentes. Votamos e aprovamos, aqui no Mato Grosso do Sul; são dois territórios: O Cone Sul dos Guarani Kaiowá e dos Povos do Pantanal, que pega os Terenas e os demais povos lá de Campo Grande para lá. Então ..., a gente fica muito triste porque a gente gostaria, pela discussão e a proposta que era do território étnico educacional, a gente esperava muito mais avanço; que a gente ia definir e ter uma equipe gestora ... nível de estado para poder gerir a verba, definir prioridade dentro das Aldeias; quais escolas mais necessárias com ampliação, reforma, construção de escola e na realidade não existiu nada disso. Tivemos até representante, algumas reuniões, mas acabou, então a gente sabe que existe, mas o MEC não implantou na prática os etnoterritórios (Gestora EEI, setembro/2020).

A fala dessa Gestora, demonstra a decepção pelo movimento realizado, pelas expectativas geradas com a criação dos etnoterritórios, mas que arrefeceu ao ponto de não conseguir enxergar nada que possa identificar como TEE.

Nesse contínuo dos movimentos de luta, após a criação dos TEE, em 2009, foi instituído através da Portaria nº 1.062/2013 (BRASIL, 2013), o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais Indígenas - PNTEE, com o objetivo de proteger e promover os direitos dos povos indígenas à educação, por meio do fortalecimento dos TEE. Neste Programa, constam “ações como financiamento de construções de escolas indígenas, de cursos superiores específicos” e a efetivação do programa ‘Saberes Indígenas na Escola’, “para promover a alfabetização⁹, letramento e numeramento com a produção de materiais didáticos e literários em línguas indígenas, entre outras” (VINHA et al, 2015, p. 10).

A necessidade de promoção da alfabetização, ocorre devido às escolas indígenas e seus professores, os quais, na maioria das escolas indígenas, mesmo diante de novas possibilidades diferenciadas de ensino aprendizagem, cumprem um programa

⁹ SCAFF (2015, p. 115) - o termo *alfabetização* indica designadamente o processo sistemático pelo qual crianças brasileiras são inseridas, ao longo dos três anos iniciais do ensino fundamental, na leitura e na escrita em Língua Portuguesa.

teórico, sem possibilidade de diálogo com a realidade de sua comunidade, passam horas em salas cumprindo horários rígidos, calendários propostos por secretarias, em desrespeito às datas comemorativas dos indígenas e seguindo o padrão nacional escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento constante de luta por direitos territoriais é um desafio, o qual não se constitui em tarefa fácil de atender os princípios da educação escolar indígena, na forma apresentada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena. A perspectiva de luta e conquista da autonomia que vem sendo construída através da escola indígena que se propõe intercultural, contudo, precisa ser mais bem interpretada, no que concerne ao currículo por ela regido e à formação dos professores indígenas. Nessa luta pela educação diferenciada, podemos dizer que os *Guarani* e *Kaiowá* reconhecem o papel da escola, porém exigem que nela estejam presentes outros valores que são fundamentais para o fortalecimento de seus modos próprios de ser, pensar e existir no mundo.

Entretanto, persiste um desconhecimento por uma pequena parcela dos Kaiowá e Guarani quanto aos direitos educacionais e a legislação, alguns pelo desconhecimento e outros pela falta de inserção na comunidade escolar das aldeias, bem como nos cursos de formação de professores, seja para os conhecimentos acadêmicos ou tradicionais. Nesse sentido, a formação de professores indígenas dentro e fora de seus territórios originários têm sido significativos e têm potencial de contribuir com a autonomia desses povos.

Um dos maiores desafios da escola é acabar com a ideia e processos de escola colonizadora. Apesar de séculos desde a entrada dos colonizadores, observa-se ainda a imposição como prática sobre os conhecimentos aos povos tradicionais, contudo entre os KG há concordância que a autonomia de decidir se querem ou não esses conhecimentos, deve ser deles, pois já possuem os seus próprios. Esse não enfrentamento ao modelo de escola colonizadora, integracionista, que tem sido imposto desde a colonização, pode estar relacionado também ao fato de não se ter um modelo ou uma certeza do que seria exatamente uma educação escolar indígena, diferenciada, intercultural e bilíngue”. Os KG ainda estão em busca de uma escola diferenciada e em busca de um modo próprio de ensinar. O inverso dessa explicação também cabe como fato, uma vez que esse “modelo” esperado, já existe e está no *modo de ser, de fazer e de ensinar dos GK*, cabe a sociedade

não indígena e aos órgãos regulamentares educacionais reconhecê-los como válidos, e que sabidamente são legítimos.

A tarefa de construir um protagonismo frente à Educação escolar indígena não foi e não tem sido fácil para os Guarani e Kaiowá, demandou muito esforço. Muitos embates, muito aprendizado e muita luta para caminhar até aqui e alcançar as conquistas existentes. Os *Guarani* e *Kaiowá* são detentores de conhecimentos seculares, norteados em suas práticas cotidianas e são capazes de construir a estrutura curricular desejada para os programas de ensino de suas escolas; nesse sentido às esferas administrativas e outras instituições, cabe apoiar e fazer valer suas decisões, aliviando dessa forma as tensões já existentes nas escolas, e assim contribuir para o fortalecimento da autonomia, bem como na formação intercultural do professor para a EEI e dessa forma contribuirão para a luta pelos territórios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. de. **Território Etnoeducacional** Cone Sul e Educação Diferenciada Indígena: Interculturalidade e Resistência. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 37, e43518, 2020.
- ALBERT, B. Situação Etnográfica e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Tradução**. 2014. P.129-143.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 16 ed. Campinas: Papyrus, 2009.
- BERGAMASCHI, M. A. A.; SOUSA, F. B. de. Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. **Pro-Posições**. v. 26, n. 2 (77), p. 143-161, mai./ago. 2015.
- BRABO de SOUZA, F. **Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil**. Dissertação de Mestrado. 2012
- BRAND, A. J.; CALDERONI, V. A. M. de O. **Território e saberes tradicionais**: articulações possíveis no espaço escolar indígena. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 133-153, dez. 2012 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: _____.
- _____. **DECRETO Nº 26, DE 4 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil.
- _____. **DECRETO Nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Dispõe sobre a **Convenção nº 169** da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas Tribais.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm, acesso em 20 novembro de 2018.

_____. **DECRETO Nº 5.159, DE 28 DE JULHO DE 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. DOU - Seção 1 - 29/7/2004, Página 7.

_____. **DECRETO Nº 6.861 DE 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 100, Seção 1, p. 23, 28 fev. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10099-decreto-6861-27-05-2009&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 21 set. 2021.

_____. **DECRETO Nº 7.480, DE 16 de maio de 2011.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão.

_____. **DECRETO Nº 7.690 DE 02 de Março de 2012.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação.

_____. **Diário Oficial da União.** Seção 1. P. 07, 2012. Dispõe sobre as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

_____. **LEI nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I. p. 27834-27841.

_____. **LEI Federal Nº 10.172.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001.

_____. **Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional incluindo na Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. **Deliberações sobre a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.** Luziânia/GO, 16 a 2011/2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10100-deliberacoes-da-conferencia-nacional-de-educacao-escolar-indigena-coneei&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 (Acesso em 28/05/2019).

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parecer Nº 14 de 14 de setembro de 1999.** Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

_____. **Resolução Nº 03, de 10 de novembro de 1999.** Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

_____. **Portaria Nº01 de 17 de maio de 2006.** Dispõe sobre o PET conexões de saberes.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008.** Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO).

_____. **Portaria Nº. 86, de 1º de fevereiro de 2013.** Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. DOU de 04.12.2013, nº 24, Seção 1, p. 28.

_____. **Portaria Nº 1.062 de 30 de outubro de 2013.** Estabelece as Diretrizes e as ações do Plano Nacional dos Territórios Etnoeducacionais – PNTEE.

_____. **I CONEEI: Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena:** Documento Referência, CONEEI. Brasília: MEC/SECADI, 2009.

_____. **Resolução CD/FNDE Nº 32 DE 1º DE JULHO DE 2011.** Estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos à transferência automática a estados, municípios e ao Distrito Federal dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado no exercício de 2011, bem como ao pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

BRITO, L. D.; SOUZA, M. L.; FREITAS, D. Formação inicial de professores de Ciências e Biologia: a visão da natureza do conhecimento Científico e a relação CTSA. **Interacções**, nº 09, p. 129-148, 2008. Disponível em: <<http://www.eses.pt/interaccoes>>. (Acesso em 28/04/2018).

CACETE, N. H. A AGB, os PCNs e os professores. In: CARLOS A. F; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.). **Reformas no mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 36-43.

CASTELLAR, S. M. V. Currículo, Educação Geográfica e Formação Docente: Desafios e perspectivas. **Revista Tamoios.** FEUSP/USP, São Paulo., Ano 2, n. 2, jul./dez. 2006.p. 1-14. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/611/643>>. (Acesso em 29/09/2021).

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando Sonhos:** a educação escolar indígena no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

OLIVEIRA, M. A. M. de. **Nhande reko mbo'e:** busca de diálogos entre diferentes sistemas de conhecimentos no contexto das práticas de professores de matemática Guarani e Kaiowá. Faculdade de Educação -USP – Universidade de São Paulo, 2020. 241 p. Tese (Doutorado em Educação).

DE PAULA, L. R. e VIANNA, F. de L. B. **Mapeando Políticas Públicas para Povos Indígenas** – Guia de pesquisa de ações federais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011.

FALS BORDA, O. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores.1987.

GALLO, S. Educação Menor: produção de heterotopias no espaço escolar. In: GRUPO TRANSVERSAL (Org.). **Educação Menor**: conceitos e experimentações. Curitiba: Apris, 2015.

GUIMARÃES, S. M. G. **A gestão da educação indígena**: etnocentrismo e novas diretrizes curriculares nacionais. 9º módulo. Culturas e história dos povos indígenas. Campo Grande – MS, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Censo Demográfico**. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Ministério da Educação e do Desporto. **Censo Escolar (2009, 2010, 2011, 2014, 2017, 2018, 2020)**.

KNAPP, C. **O ensino bilíngue e educação escolar indígena para os Guarani e Kaiowá de MS**. (Tese de Doutorado), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil. 2016.

LADEIA, E. S. **Mo'eroy há tekohá rapére!** Pelos caminhos da escola e do território entre os Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul. Faculdade de Ciências Humanas - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. 285p. Tese (Doutorado em Geografia). Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4808>

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. **Mapas de terras indígenas**. 2007. Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.gov.br>>. (Acesso em 30/06/2018).

NASCIMENTO, R. G. Educação escolar indígena - Políticas e tendências atuais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 333-344, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 10/08/2021.

RAMOS, Alcida. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

ROSSATO, V. L. **Os Resultados da Escolarização Entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul**: Será o letrado ainda um dos nossos? Universidade Católica Dom Bosco, 2002. 185p. Dissertação (Mestrado em Educação).

SEEGER, A.; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **Terras e territórios indígenas no Brasil**. *Civilização Brasileira*, v. 12, n. 1-2, p. 101-114, 1979.

SILVA, J. A. C. da. Políticas de educação escolar indígena no Acre. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 77, p. 321-338, set./out. 2019.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p.926-944, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a02.pdf>>. (Acesso em: 29/09/2021).

SOUZA, I. **A formação de professores *Guarani e Kaiowá* no território etnoeducacional cone sul: políticas públicas fortalecendo as escolas indígenas.** Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, 2017. 153p. Dissertação (Mestrado em Antropologia – FCH).

TASSINARI, A. M. I.; SILVA, A. L. da; FERREIRA, M. K. L. **Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação.** In: SILVA, Aracy L. da; FERREIRA, M. K. L (Orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola.* 2ª Edição. São Paulo: Global, 2001.

VINHA, M. (Coord. Geral). **Educação Escolar Guarani e Kaiowá: território etnoeducacional Cone Sul.** Dourados: FUNDECT/UFGD, 2015. 40p.

Recebido em agosto de 2022.

Revisão realizada em janeiro de 2023.

Aceito para publicação em fevereiro de 2023.

NOTA DE PESQUISA

**O PAPEL DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA
DINÂMICA ECONÔMICA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO**

**THE ROLE OF THE STATE IN THE TERRITORIAL RECONFIGURATION
OF THE ECONOMIC DYNAMICS IN THE BRAZILIAN MIDWEST**

**EL PAPEL DEL ESTADO EN LA RECONFIGURACIÓN TERRITORIAL DE
LA DINÁMICA ECONÓMICA EN EL MEDIO OESTE BRASILEÑO**

Umberto de Andrade Filho

Universidade Federal da Grande Dourados

umbertoandrade008@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel do Estado como organismo indutor de Políticas Públicas que reestruturaram as relações territoriais nas últimas décadas e suas consequências gerais na organização produtiva do Centro-Oeste brasileiro. O texto se coloca como análise introdutória sobre o tema proposto e tem como justificativa a importância de atentarmos sobre o papel desempenhado pela instituição na organização territorial do espaço geográfico do Cerrado brasileiro. Para composição do trabalho utilizamos referências que trabalharam o tema e auxiliaram na composição teórica da discussão exposta no decorrer do trabalho.

Palavras-chave: Estado. Políticas públicas. Centro-Oeste. Cerrado. Transformações territoriais.

ABSTRACT:

This paper aims to understand the role of the State as an inducing organism of Public Policies that have restructured territorial relations in recent decades and its general consequences on the productive organization of the Brazilian Midwest. The text stands as an introductory analysis on the proposed theme and is justified by the importance of paying attention to the role played by the institution in the territorial organization of the geographical space of the Brazilian Cerrado. For the composition of the work we used references that worked on the theme and helped in the theoretical composition of the discussion exposed in the course of the work.

Keywords: State. Public policies. Midwest. Cerrado. Territorial transformations.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo comprender el papel del Estado como organismo inductor de Políticas Públicas que han reestructurado las relaciones territoriales en las últimas décadas y sus consecuencias generales en la organización productiva del Medio

Oeste brasileiro. El texto se erige como um análisis introductorio sobre el tema propuesto y se justifica por la importância de prestar atención al papel desempeñado por la institución en la organización territorial del espacio geográfico del Cerrado brasileiro. Para la composición del trabajo se utilizaron referencias que trabajaron sobre el tema y ayudaron en la composición teórica de la discusión expuesta em el curso del trabajo.

Palabras clave: Estado. Políticas públicas. Medio Oeste. Cerrado. Transformaciones territoriales.

INTRODUÇÃO

O interesse em investigar o papel do Estado nas transformações econômicas ocorridas no Centro-Oeste brasileiro, surgiu a partir da aula intitulada como “Políticas de Desenvolvimento Regional do Cerrado e da Amazônia” que foi ministrada durante a disciplina interinstitucional “Dinâmica Territorial do Cerrado e da Amazônia”. Durante o curso foram apresentadas discussões referentes ao Estado como instituição determinante no processo de capitalização do território e na reestruturação territorial do bioma Cerrado. Com isso, o presente trabalho traz consigo contribuições de caráter introdutório sobre o papel do Estado na reconfiguração territorial da dinâmica econômica no Centro-Oeste brasileiro, a partir das discussões apresentadas no curso.

Como ponto de partida, realizamos pesquisa bibliográfica com intuito de analisar os impactos econômicos, políticos e sociais ocasionados no território diante da expansão do plantio de monoculturas altamente capitalizadas no Centro-Oeste durante o século XX e início do XXI.

Os avanços técnicos e o processo de financeirização do território desempenhou papel crucial na reconfiguração do arranjo produtivo que se territorializou economicamente no Centro-Oeste e em grande parcela do bioma Cerrado.

O texto conta com três partes, sendo elas: essa breve introdução sobre o tema; em seguida apresentamos algumas discussões sobre o papel do Estado diante das transformações econômicas ocorridas no Centro-Oeste e, por fim, temos a conclusão com considerações gerais obtidas durante a investigação sobre os impactos relacionados a reestruturação produtiva da região.

O ESTADO COMO INSTITUIÇÃO DISCIPLINADORA DA ORDEM TERRITÓRIAL

Como ponto de partida, consideramos que o Estado-Nação se formou mediante o surgimento do modo de produção capitalista e da burguesia industrial na Europa Ocidental. Com isso, o Estado Moderno surge como instituição jurídica a partir de um projeto político-territorial de interesses burgueses que emergem das relações de produção, como aponta Santos (2020).

Compreender o surgimento do Estado como processo histórico e social auxilia no discernimento da realidade contemporânea. Para analisar quais são os interesses que estão por trás de algumas políticas públicas orquestradas pelo Estado com o objetivo de fomentar desenvolvimento econômico no Centro-Oeste, torna-se necessário observar os interesses das classes hegemônicas presentes na região.

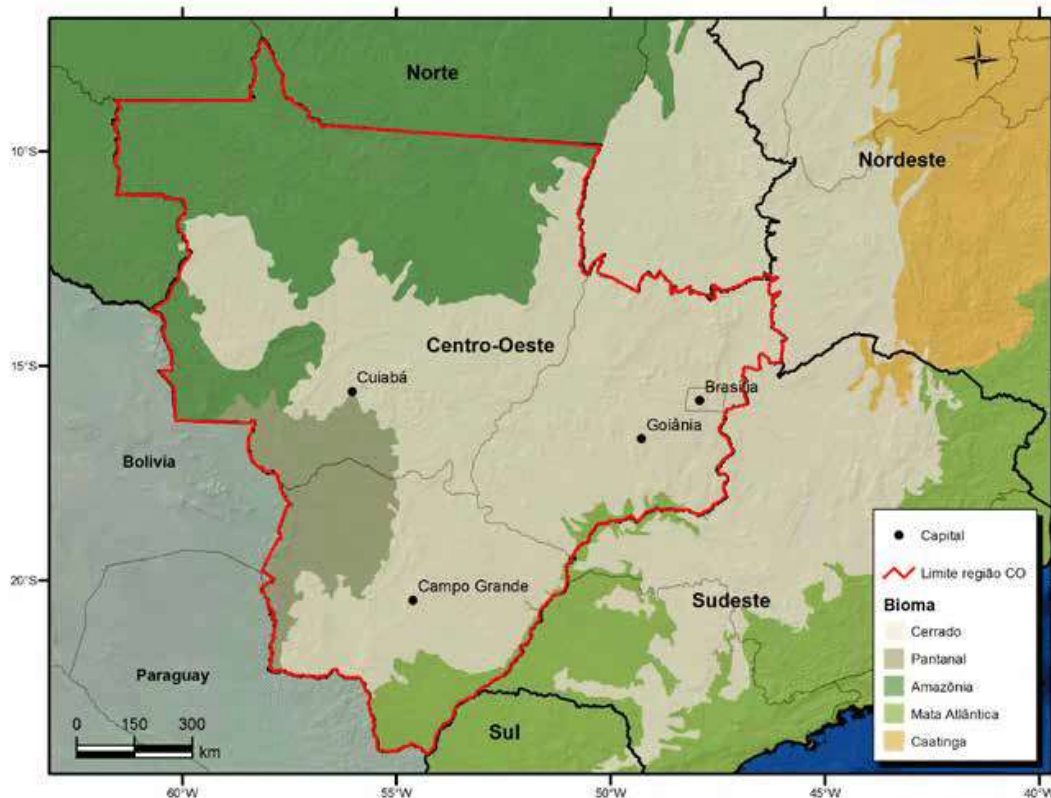
Os processos históricos presentes na formação territorial brasileira deixaram marcas de heterogeneidade nas diferentes macrorregiões do país. Os processos se acumulam de maneira desigual no desenvolvimento das forças produtivas de cada região.

A macrorregião do Centro-Oeste, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) é composta por três estados e pelo Distrito Federal. Os estados que compõem a região são Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com ela tem uma área total de 1.606,371 km², onde residem 14.058.094 habitantes (Figura 1). A região passou por diversas transformações estruturantes na sua dinâmica produtiva durante o século XX.

Em meados do século passado, o desejo de integração nacional, expansão das fronteiras econômicas e as políticas de colonização territorial, como exemplo, o programa chamado de Marcha para Oeste, idealizado pelo presidente Getúlio Vargas, distribuiu terras públicas na região para estimular o contingente demográfico e fortalecer a ocupação capitalista das zonas fronteiriças do país.

De modo geral, destaca-se como particularidade histórica comum da região, a predominância de uma dinâmica econômica com forte presença da pecuária extensiva e baixa diversificação econômica.

Figura 1 – Região Centro Oeste e Biomas.



Organizado por Walter et al (2018).

Segundo Oliveira *et al.*, (2000), a partir da década de 1960, o Cerrado passou por uma reestruturação enquanto espaço para que pudesse servir a dinâmica capitalista.

Anteriormente desenvolvimento técnico para cultivo em larga escala, o solo do bioma era considerado ácido demais e impróprio para o plantio de soja e milho que hoje predominam na produção do Cerrado.

Com o avanço dos estudos técnico-científicos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi reconhecido por meio de pesquisas e experimentos científicos que o uso de calcário para correção do solo e a utilização de pesticidas para combater pragas nocivas ao cultivo tornava o bioma propício para o plantio extensivo de grãos profundamente ligado ao processo de valorização do capital.

De acordo com Goldenstein e Seabra (1982) a partir de meados da década de 1950 o Centro-Oeste começou a configurar-se como extensão da agricultura do sudeste, dessa forma, a região especializou-se no fortalecimento de produtos alimentícios e matérias-



primas com produção inicial direcionada a atender demanda de centros-urbanos internos e externos após o fim da segunda Guerra Mundial, assim, acentuando a divisão regional do trabalho do Brasil, visto que nesse período a região sudeste passara pela expansão da atividade industrial.

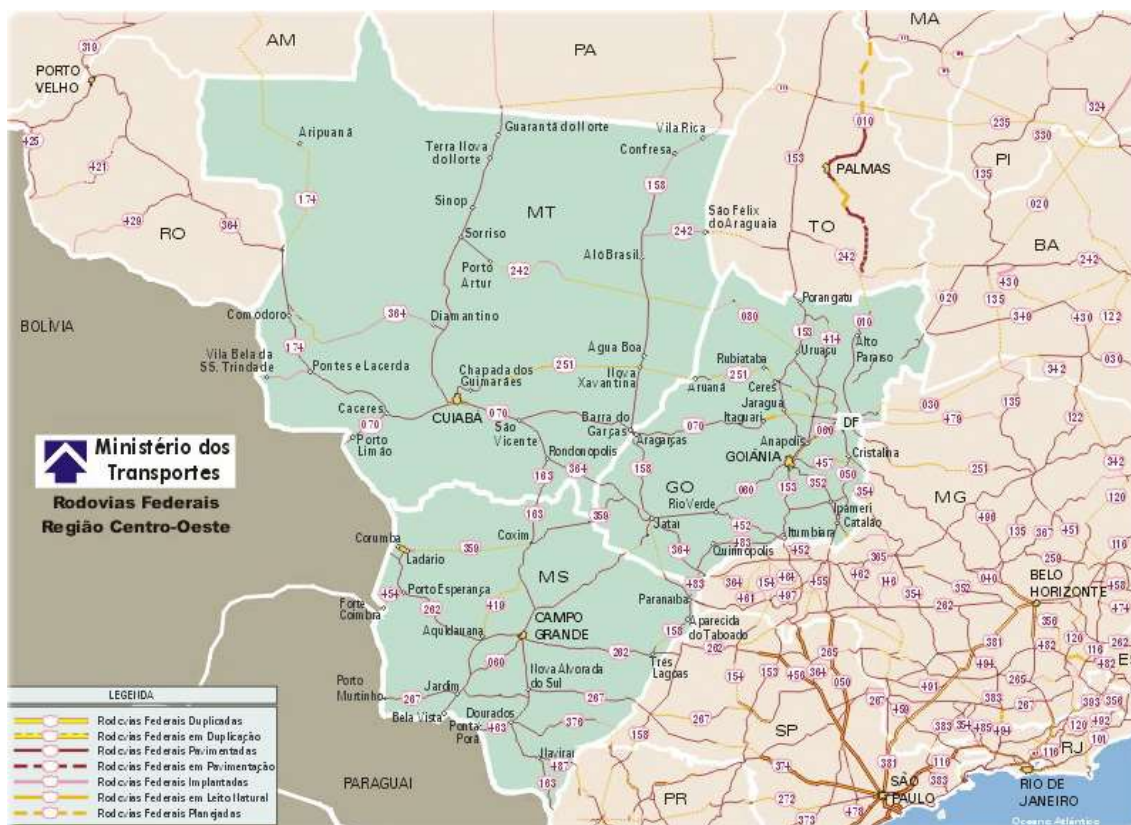
Diante do processo de expansão da produtividade de lavouras de soja e milho no Cerrado, simultaneamente, o Estado passou a desenvolver projetos de infraestrutura para a região, como o exemplo, rodovias e hidrovias permitindo melhor escoamento da produção (Figura 2); Algo que Lamoso (2018) descreve “é parte da estratégia de acumulação das grandes corporações subordinar o planejamento estatal a seus interesses na definição de eixos de circulação e implantação de infraestruturas de transporte e energia, principalmente” (LAMOSO, 2018, p.3).

Nesse contexto, criou-se centros de pesquisas nos principais centros urbanos da região para aperfeiçoar técnicas de cultivo; incentivou a chegada de comércios e serviços especializados nacionais e transnacionais; além de criar cursos específicos voltados ao setor em universidades públicas e privadas com o objetivo de qualificar a mão-de-obra. Elias (2011) ao investigar as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) corrobora o argumento ao constatar que:

As cidades adjacentes à produção agropecuária modernizada abrigam agentes de diferentes circuitos da economia urbana para atender às exigências do campo modernizado, desde a pequena casa de comercialização de ferramentas para reparos no maquinário agrícola, caminhoneiros autônomos e sedes modestas de sindicatos rurais, até grandes concessionárias de empresas transnacionais de colhedoras e plantadoras, *tradings* agrícolas, agroindústrias, bancos, escritórios de influentes associações setoriais e sindicatos patronais, empresas de logística, centros de pesquisa biotecnologia, e toda a gama de agentes que prestam serviço de veterinária, agronomia, engenharia genética, administração, meteorologia etc. (ELIAS, 2011, p. 159).

Os projetos de desenvolvimento no Centro-Oeste desenvolveram as estruturas produtivas presentes no território, assim, permitindo maior reprodução do capital dos grupos hegemônicos do setor agrário na região.

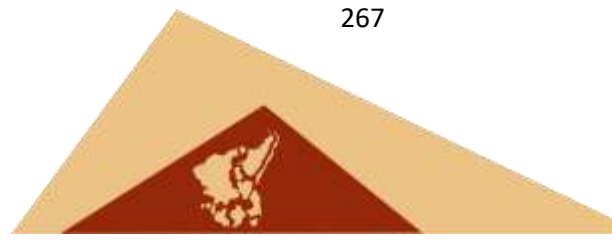
Figura 2 – Rodovias Federais no Centro-Oeste



Organizado por Ministério dos Transportes (BRASIL, 2023).

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste foi instituído pelo artigo 159 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais, no entanto, os recursos provenientes do fundo acabaram servindo aos interesses dos grupos hegemônicos da região e reforçaram as dinâmicas já presentes no território, desse modo, os recursos, em sua maioria, serviram para aprofundar a especialização produtiva de commodities. “O Estado viu seu papel de articulador, promotor e coordenador de projetos de desenvolvimento regional perder espaço para a lógica de acumulação de capital” (PIRES, QUAGLIO e PORTUGAL, 2022, p.16).

Ciente da capacidade forjada pelo setor do agronegócio decorrente da estrutura fundiária, do poder político e da demanda externa crescente por bens primários, no ano de 1996, o então ministro do planejamento Antônio Kandir protocolou a Lei Complementar 87. Ela estabeleceu a isenção em uma série de impostos e encargos



federativos para exportações de bens primários¹, ou seja, a produção feita em vasta área do território nacional poderia ser exportada e os lucros obtidos voltariam aos produtores sem taxação de impostos, algo que no mínimo, apresenta o interesse e força política da classe agrária/ruralista nacional.

Com o processo de expansão da demanda externa pelos produtos primários direcionada, principalmente, para o leste asiático após a abertura econômica ocorrida a partir da década de 1990², os produtores buscaram aumentar sua produtividade por meio de melhores técnicas de plantio e melhoramento genético, no entanto, simultaneamente, os conflitos socioambientais se agravaram devido a expansão do espaço agrícola no bioma do Cerrado, expansão essa que incluiu elevados índices de desmatamento e conflitos agrários no período.

Nesse contexto, o Centro-Oeste tornou-se o principal eixo de expansão agrícola no cenário nacional, a produtividade das safras bate recordes cuja produção, em sua maioria, é direcionada ao mercado externo e é escoada por rodovias federais até os portos litorâneos. Como consequência desse processo “a vulnerabilidade de regiões funcionais atreladas aos mercados internacionais, sempre sujeitas a fatores externos que não podem controlar e nem mesmo prever” (CASTILHO E FREDERICO, 2010, p. 23).

Diante desse cenário econômico e político de especialização produtiva, torna-se necessário construir uma consciência política de que “há necessidade de uma agenda para uma política nacional de desenvolvimento regional que dê suporte aos avanços sociais e seja capaz de fomentar a diversidade de recursos humanos, culturais e produtivos existentes nas regiões brasileiras” (BRANDÃO, 2020, p. 38).

1 Mais informações sobre a Lei Kandir estão disponíveis em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-kandir>.

² Benetti (2006, p. 77) ao investigar as características do Boom exportador do mercado brasileiro a autora escreve que: A constatação mais geral e importante que resultou dessa investigação sobre as exportações do País na fase de liberação do comércio e de integração da economia brasileira à mundial é a de que não houve alterações, no geral, na estrutura desse comércio em benefício dos produtos manufaturados. Ao contrário, manteve-se a participação alta, e até crescente, das vendas externas associadas às atividades extrativas agrícolas e minerais e, dentre essas, das de relativamente baixo grau de transformação industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o Centro-Oeste brasileiro passou e continua passando por intensas transformações ambientais, econômicas e sociais por meio de políticas públicas estruturantes que resultaram na intensa capitalização do território e na expansão do processo produtivo voltado ao setor agroexportador de *commodities* durante as últimas décadas.

Por consequência, com a dinamização do capital agrário e a reestruturação forjada na região, o poder político e a máquina estatal passaram a reforçar os interesses próximos aos grupos hegemônicos.

Outro agravante decorrente do processo expansão da monocultura no cerrado brasileiro é o impacto ambiental causado no bioma. O processo de assoreamento de rios e perda da vegetação nativa coincidem com o período de expansão da cultura de grãos no Centro-Oeste.

Acreditamos que “não pode haver espaço para o negacionismo climático no âmbito da política econômica-ambiental-social brasileira se desejarmos de fato adentrarmos no século XXI” (SILVA, FIALHO, ROCHA, 2022, p.72).

Como síntese, a região Centro-Oeste vem passando por diversas transformações socioambientais, culturais e econômicas dirigidas pela burguesia regional orquestrada por meio do Estado nas últimas décadas. Portanto, para que a região Centro-Oeste inicie, de fato, o processo de desenvolvimento econômico e social que preze pela melhor qualidade de vida para seus habitantes, com menor concentração de renda, há necessidade de construir maioria política progressista nas representações político-partidárias que sejam capazes de pensar soluções ambientais, econômicas e sociais por meio do Estado, visto que, o mesmo é uma instituição que emerge como campo de disputa de classes sociais e segue como tal, como foi possível observar o potencial que a instituição tem ao ditar a dinâmica econômica e territorial na região.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e transformações territoriais recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. In: MONTEIRO NETO, A. (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro – RJ: IPEA, 2020

BENETTI, Maria Domingues. **Boom exportador**: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? *Revista Estudos de Planejamento, Rio Grande do Sul*, v. 1, n. 34, p. 75-88, jul. 2006. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1445/1809>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Rodovias Federais Região Centro-Oeste*. **Guia Geográfico Mapas do Brasil**, 2023. Disponível em: www.mapas-brasil.com/centro-oeste.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Dinâmica regional e globalização**: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, v. 09, n. 18, p. 17-26, 30 maio 2010. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2010.0918.0002>.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 153, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p153. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em 03 fev. 2023.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. **DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NOVA REGIONALIZAÇÃO**. *Geography Department, University Of Sao Paulo, [S.L.]*, p. 21-47, 1982. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1982.0001.0002>.

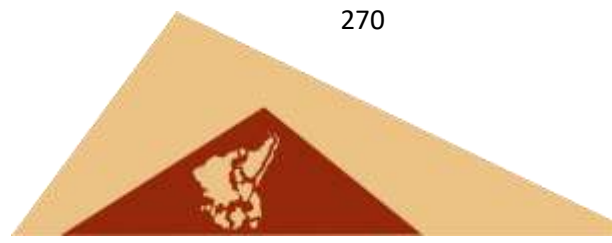
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PIRES, M. J. de S.; QUAGLIO, Gislaine de Miranda; PORTUGAL, Rodrigo. **Alcances, limites e avanços do fundo constitucional de financiamento do centro-oeste**: uma análise espaço-estrutural das regiões imediatas do estado de mato grosso do sul. *Texto Para Discussão*, p. 1-53, 19 out. 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/td2803>.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **Spatial productivity and commodity, Mato Grosso do Sul – Brazil**. *Mercator, Fortaleza*, v. 17, may 2018. ISSN 1984-2201. Available at: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/rm170012>. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17012>. Acesso em 03 fev. 2023.

SANTOS, R. S. **Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal**: uma análise a partir dos conflitos socioterritoriais. *Ciência Geográfica*, v. XXIV, p. 1398-1417, 2020.

SILVA, C. A.; FIALHO, E. S.; ROCHA, V. M. Uma visão social sobre o clima e seus significados nas paisagens climáticas dos lugares, o Pantanal/Brasil no contexto das



mudanças climáticas. In: OLIVEIRA-COSTA, Jorge Luis P.; ZACHARIAS, Andréa Aparecida; PANCHER, Andréia Medinilha (Orgs.). **Métodos e técnicas no estudo da dinâmica da paisagem física nos países da CPLP - Comunidade dos Países de Expressão Portuguesa**. 1ed.Málaga-España: EUMED, 2022, p. 49-76. Disponível em <https://www.eumed.net/uploads/libros/a897792b8dcea0f25ad9f57bc006eb50.pdf>.

Acesso em: 15 jan. 2023.

OLIVEIRA, A. F. de.; FERREIRA, R. C.; BARREIRA, C. C. M. A. **Contornos da fronteira capitalista no século XXI: um olhar sobre o Cerrado e a Amazônia**. Caminhos de Geografia (UFU), Edição especial – I CIGEO-DR, p. 76-88, 2000.

WALTER, B. M. T.; VIEIRA, R.F. ; NORONHA, S. E. A região Centro-Oeste. In: Roberto Fontes Vieira, Julcéia Camillo, Lidio Coradin. (Org.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o Futuro: Região Centro-Oeste**. 1ed.Brasília, DF: MMA, 2018, v 1, p. 67-90. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-4-Mapa-da-Regiao-Centro-Oeste-indicando-os-quatro-principais-biomas-e-limites-com_fig1_318795639. Acesso em: 20 jan. 2023.

Recebido em fevereiro de 2023.

Revisão realizada em março de 2023.

Aceito para publicação em maio de 2023.

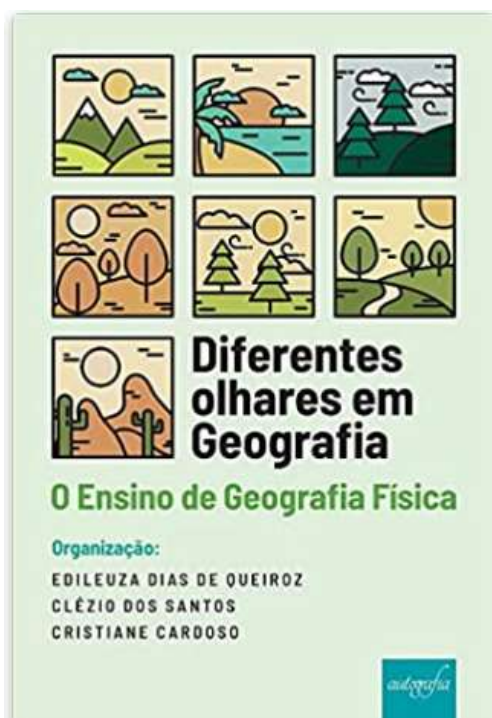
RESENHA

DIFERENTES OLHARES EM GEOGRAFIA: O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA¹

Edson Soares Fialho

fialho@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa



A importância dada por muitos Geógrafos aos aspectos ambientais e à dinâmica da natureza dentro dos cursos de Geografia não encontra correspondência no contexto de sala de aula. Além disso, o processo de formação, muitas das vezes, desarticulada dos componentes físico-naturais e das organizações humanas (sociedades) comprometem a aprendizagem, que finalizam a educação básica com dificuldades de compreensão.

Nesse contexto, o livro "Diferentes Olhares em Geografia: O Ensino de Geografia

Física", segundo livro da trilogia, que reuni os ciclos de palestras sobre Ensino de Geografia, é uma grande oportunidade de aprofundamento reflexivo, na medida em que, aborda questões referentes as diferentes maneiras pelas quais se pode desenvolver o Ensino de Geografia Física nos diferentes níveis de ensino (fundamental, médio e superior), como afirma a Profa. Dra. Ercília Torres Steinke (2002, p. 13) em seu prefácio, quando diz:

¹ QUEIROZ, Edileuza Dias de; SANTOS, Clézio dos e CARDOSO, Cristiane (Org.). **Diferentes olhares em Geografia: o ensino de Geografia Física**. Rio de Janeiro, RJ: Autobiografia, 2022, 244p.

“...Como toda obra coletiva (...) na diversidade que apresenta, deve ser lida levando-se em conta o mérito de cada texto. A leitura de cada parte da obra produziu sensações com intensidades diferentes. Porém, é o conjunto da obra que me deixa a satisfação em constatar que algo de novo está despontando com a expansão das ideias aqui colocadas...”.

A obra apresenta exemplos práticos para serem utilizados em sala de aula, oferecendo uma nova perspectiva, baseada em experimentos e informações disponíveis na rede de computadores, que permitem uma maior interação e observação do discentes frente aos fenômenos naturais, provocando um despertar no meio do processo de ensino e aprendizagem.

O resultado desse grande esforço, que faz parte da iniciativa do Grupo de Estudos Integrados em Ambiente, Geografia e Ensino (GEIA) e o Grupo de Estudo e Pesquisas em Ensino de Geografia (GEPEG) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O surgimento da proposta do livro é consequente das ações tomadas, durante o período de pandemia da COVID-19, em que as atividades de pesquisa, ensino e extensão foram repensadas e resignificadas em um mundo remoto.

Tanto assim, que uma das iniciativas foi a criação de um canal no *You Tube* (GEIA-UFRRJ), onde foram convidados professores-pesquisadores, que apresentavam suas reflexões e experiências. Atualmente, o canal do GEIA contém 1,64 mil inscritos, com 40 palestras. Dentro deste universo, presente obra, contém 15 capítulos, que foram selecionados durante o segundo ciclo de palestras.

Além disso, o livro conta com uma representatividade espacial muito interessantes, pois abarca pesquisadores-professores de todas as regiões do Brasil Sul (UFPR e UFSM), Nordeste (UFBA e UFS), Norte (UNIR), Centro-oeste (SME-DF), sudeste (UFRRJ, UERJ, UFF, UNI-RIO, SME-RIO e UFV).

De maneira ampla, o capítulo inicial é uma apresentação do apanhados do projeto de ciclo de palestrar, como também de uma análise descritiva dos ciclos de palestras que foram promovidos em momentos e temáticas distintas. Depois pode-se identificar que ao longo dos 14 capítulos subsequentes, conseguimos identificar os temas específicos do

E para conhecimento, os títulos da obra segue a seguir:

Capítulo 1. Geia para além de seus muros: construindo pontes com a sociedade. Capítulo 2. A importância da aprendizagem dos recursos técnico-metodológicos da climatologia no ensino básico. Capítulo 3. Variabilidade interurbana da precipitação pluviométrica em Santa Maria-RS, no período de 2005 a 2015. Capítulo 4. Potencialidades das unidades de conservação como espaços educadores. Capítulo 5. Mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental: Uma abordagem no âmbito da Geografia Escolar. Capítulo 6. Uso de tecnologias no ensino de Geografia, Proposta de aula utilizando Windy. Capítulo 7. Climatologia e seu ensino: A importância do clima para sociedade. Capítulo 8. Propostas didático-pedagógicas para o ensino de solos e riscos socioambientais. Capítulo 9. Erosão dos solos: Conceitos e formas de monitoramento. Capítulo 10. Por entre querer e fazeres da educação ambiental: avanços e retrocessos na/para formação docente. Capítulo 11. Observações sobre o uso público turístico em parques naturais no Canadá. Capítulo 12. Crítica ao ensino de climatologia na Geografia. Capítulo 13. O clima, a cidade e o ensino da Geografia ou História pra ninar gente grande: Por uma política pública de Geografia e educação para a igualdade de direitos e a diversidade de existências. Capítulo 14. Observação sensível do tempo meteorológico: Uma experiência de aprendizagem significativa no ensino fundamental. Capítulo 15. Os sistemas de alerta de riscos climáticos de enfermidades SACA Dengue e SACER: Uma proposta metodológica.

Por fim, convidamos aos interessados em folhear nas páginas desta obra o conhecimento produzido e compartilhado, que segundo Malheiros e Silva (2022, p. 197) no capítulo 13 diz que:

“...O desafio preferencial é pensar em mecanismos didático-pedagógicos que dialoguem com algumas das experiências pretéritas e presentes em tempos e nos espaços formais de educação – e para além destes -, sobretudo em contexto de espoliação, precarização e genocídio...”

Boa leitura.

Recebido em dezembro de 2022.

Revisão fevereiro de 2023.

Aceito para publicação em maio de 2023

ИТЯРЕЛУГАР Editora